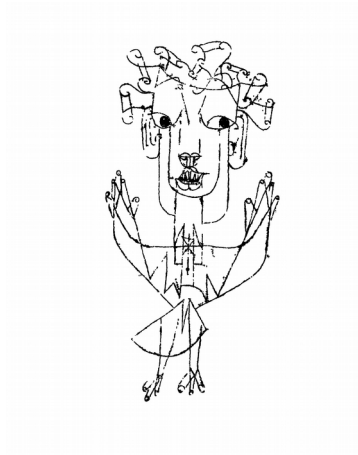


R E V I S T A
A N G E L U S
N O V U S

10





“Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu.”

Walter Benjamin, *Sobre o conceito de história*

Conselho editorial

André Sekkel Cerqueira (Mestrando em História Social, FFLCH-USP); Bruna Oliveira Santiago (Mestranda em História Social, FFLCH-USP); Dirceu Franco Ferreira (Doutorando em História Econômica, FFLCH-USP); Fabrício Leal de Souza (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Gustavo Velloso (Mestrando em História Social, FFLCH-USP); José Pacheco dos Santos Júnior (Doutorando em História Econômica, FFLCH-USP); Luciano Thomé (Doutorando em História Social, FFLCH-USP); Mariana de Moraes Silveira (Doutoranda em História Social, FFLCH-USP); Marina Maria de Lira Rocha (Doutoranda em História Social, FFLCH-USP); Pâmela de Almeida Resende (Doutoranda em História Social, FFLCH-USP).

Conselho científico

Adriana Zierer (UEMA); Adriano Correia Silva (UFG); André de Melo Araújo (UnB); Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (USP); Carlos Almeida Bacellar (USP); Carlos Augusto Ribeiro Machado (University of St. Andrews); Claudia Wasserman (UFRGS); Francisco Pereira Costa (UFAC); James Green (Brown University); Jean Rodrigues Sales (UFRRJ); João Paulo Garrido Pimenta (USP); John D. French (Duke University); José Luís Cardoso (Universidade de Lisboa); Laura de Mello e Souza (USP e Université Paris-Sorbonne); Luiz Otávio de Magalhães (UESB); Maria de Fátima Costa (UFMT); Pedro Meira Monteiro (Princeton University); Rafael Chambouleyron (UFPA); René Ernaini Gertz (PUC-RS e UFRGS); Robério Santos Souza (UNEB); Samantha Viz Quadrat (UFF); Sebastião Vargas (UFRN); Susana Sosenski (Universidad Nacional Autónoma de México); Thiago Lima Nicodemo (UERJ).

Pareceristas que colaboraram com esta edição

Ailton José Morelli (UEM); Alessandra Frota Martinez de Schueler (UFF); Alexandre Bebiano de Almeida (USP); Ana Palamartchuk (UFAL); André de Melo Araújo (UnB); André Rosemberg (UNESP); Belmira Rita da Costa Magalhães (UFAL); Bianca Salazar Guizzo (Doutora-UFRGS); Camila Rodrigues (Pós-Doutoranda-USP); Carlos Eduardo Pinto de Pinto (UERJ); Carlos Meneses de Sousa Santos (Pós-Doutor-Unioeste); Claudiane Torres da Silva (Doutora-FGV); Durval Muniz de Albuquerque Junior (UFRN); Emília Saraiva Nery (Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão); Guilherme Bryan (Doutor-USP); Jorge da Silva Rangel (UERJ); José Augusto Ramos da Luz (UEFS); José Carlos Reis (UFMG); José Vieira da Cruz (UFAL); Juarez José Tuchinski dos Anjos (UnB); Luiza Pereira Monteiro (Pós-doutoranda Universidade do Minho); Luiz Lima Vailati (UFV); Maria das Graças Sandi Magalhães (Doutora UNICAMP); Maria José de Rezende (UEL); Marie Claire Sekkel (USP); Murilo Leal Pereira Neto (UNIFESP); Patrícia Marcondes de Barros (Unespar); Ricardo Leão (UNICENTRO/Irati); Rosemeire dos Santos Brito (UFES); Selma de Araújo Torres Omuro (Doutora-PUC/SP); Silvia Gomes Bento de Mello (UNICENTRO/Guarapuava); Sonia de Oliveira Camara Rangel (UERJ); Tania Regina de Luca (UNESP/Assis); Terciane Ângela Luchese (UCS); Tiago Machado de Jesus (Doutor-USP); Valeria Floriano Machado (UFPR); Valter Fernandes da Cunha Filho (UNIBRASIL); Wagner Pinheiro Pereira (UFRJ).

REVISTA ANGELUS NOVUS

PUBLICAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS EM
HISTÓRIA ECONÔMICA E HISTÓRIA SOCIAL
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

História da Infância e da Juventude, parte II
Ano VI - Número 10 - 2015 - ISSN 2179-5487

REVISTA ANGELUS NOVUS

Disponível eletronicamente em: revistas.usp.br/ran

Ficha catalográfica

Revista Angelus Novus / Publicação dos Pós-graduandos em História Econômica e História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP – Ano VI, n. 10, 2015.

ISSN 2179-5487

1. História
 2. Historiografia
 3. Ciências Sociais
-

Indexada na base de dados em

Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal – LATINDEX

Imagem da capa

Detalhe de *Children Playing with Campbell Kid Doll*, fotografia de Lewis Hine, 1912. ©Library of Congress

Imagem da folha de rosto

Detalhe de *Angelus Novus*, de Paul Klee, 1920. ©Museu de Israel (CC BY-SA 3.0)

Editor-chefe Dirceu Franco Ferreira

Divulgadores José Pacheco dos Santos Júnior e Pâmela de Almeida Resende

Editor de arte Luciano Thomé

Endereço

Av. Professor Lineu Prestes, 338
Cidade Universitária
São Paulo – SP – CEP 05508-900
Caixa Postal 8105

Endereço eletrônico

angelusnovus@usp.br

O conteúdo dessa revista é licenciado em Creative Commons (CC BY 3.0)

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
APRESENTAÇÃO	
Olhares, vozes e debates sobre a infância no século XX : o “Século da Criança” José Pacheco dos Santos Júnior	II
DOSSIÊ : História da Infância e da Juventude, parte II	
ARTIGOS	
A infância como objeto da história : um balanço historiográfico Douglas de Araújo Ramos Braga	15
Gilberto Freyre e a infância no Brasil patriarcal Ricardo Peres da Costa	41
O trabalho dos menores no Decreto 1.313 de 17 de janeiro de 1891 Pedro Paulo Lima Barbosa	61
Embates acerca do ensino nas escolas elementares paulistanas nos anos iniciais do século XX Eliane Mimesse Prado	87
O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais : o nascimento da justiça juvenil Maria Nilvane Zanella Angela Mara de Barros Lara	105
Cartas das crianças : reflexões sobre a leitura nas décadas de 1930 e 1940 Patricia Tavares Raffaini	129
A FEBEM e a assistência social em Pernambuco no contexto da Ditadura Humberto da Silva Miranda	159
Nem toda juventude é uma banda numa propaganda de refrigerantes : leituras sobre a juventude teresinense na década de 1970 Paulo Ricardo Muniz Silva	177
“Ninguém manda nestas crianças?” : educação escolar em foco na revista Realidade (1966-1970) Silvia Maria Fávero Arend Juliana Bender Ribeiro	207

Vovô Joãozinho de chupeta : correspondência de Guimarães Rosa para Vera Ooó e novas visões sobre a criança no século XX Camila Rodrigues	227
No olho do redemoinho, tudo muda ao nosso redor : a infância nas canções do rock nacional, década de 1980 Elisangela da Silva Machieski Scheyla Tizatto dos Santos	253
Projetos políticos e políticas públicas para a infância pobre e abandonada na Bahia entre 1923 e 1942 Livia Gozzer Costa	273
“Era uma vez...” : reflexões sobre a representação da infância em versões de Chapeuzinho Vermelho Cláudia Gisele Masiero Cristina Ennes da Silva	307
RESENHA	
Walter Benjamin e a pedagogia antifascista Rui Bragado Sousa	329

EDITORIAL

Com a publicação dos textos da segunda parte do dossiê História da Infância e da Juventude, esta décima edição consagra um conjunto de referência para os estudiosos do tema, nas disciplinas das ciências humanas, sobretudo para a história e a sociologia. Organizado por nosso Editor, José Pacheco dos Santos Júnior, especialista no assunto, o dossiê – cuja primeira parte o leitor pode conferir na RAN 8 – revelou como a história da infância está bem difundida e consolidada no meio acadêmico brasileiro. Os textos aí publicados revelam variado grupo de pesquisadores, com enfoques metodológicos e raízes regionais diferentes. Convidamos os leitores a ler a apresentação ao dossiê, escrita por seu organizador.

A RAN 10 encerra o ano de 2015, conseguindo manter a média de duas publicações anuais desde 2012. Nesse percurso, contou com o trabalho voluntário de muitos pós-graduandos e de professores que gentilmente emitiram pareceres, contribuindo no processo de avaliação dos artigos. Os novos conselhos, Editorial e Científico, foram decisivos nesse processo, garantindo aos autores uma avaliação cega e equilibrada dos seus artigos e resenhas.

Boa leitura!

Os Editores

André Sekkel de Cerqueira
Bruna Oliveira Santiago
Dirceu Franco Ferreira
Fabrício Leal de Souza
Gustavo Velloso
José Pacheco dos Santos Júnior
Luciano Thomé
Mariana de Moraes Silveira
Marina Maria de Lira Rocha
Pâmela de Almeida Resende



Imagem da capa “Crianças brincando com boneca Campbell Kid”. Lewis Wickes Hine (New York, estado de New York, Estados Unidos, março de 1912). Library of Congress, Prints and Photographs Division, National Child Labor Committee Collection, LC-DIG-nclc-04210.

REVISTA ANGELUS NOVUS

APRESENTAÇÃO

Olhares, vozes e debates sobre a infância no século XX: o “Século da Criança”

Povoando a imaginação humana em distintas temporalidades, ainda que não necessariamente enclausurados no moderno conceito de infância e juventude, as crianças e os jovens não se fizeram invisíveis. Presentes numa infinidade de registros, consequência da importância que lhes foram [e são] atribuídas na esfera social, capturar as ações e as vozes desses sujeitos tornou-se um dos grandes desafios da historiografia hodierna, sobretudo a partir das indagações encetadas pelo pensamento social no século XX: período que a escritora sueca Ellen Key, logo em 1900, profetizou como o “Século da Criança”.¹

Explorando uma infinidade de fontes e manejando múltiplos métodos, as autoras e os autores aqui reunidos, nesta segunda parte do dossiê História da Infância e da Juventude, trazem importantes interpretações acerca, sobretudo, das representações que a infância e a juventude receberam em diversos meios ao longo dos novecentos.

Abrindo o dossiê com um balanço historiográfico sobre a infância, com especial atenção à obra de Philippe Ariès, *História Social da Criança e da Família*, Douglas de Araújo Ramos Braga - mestre em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz -, no artigo *A infância como objeto da história: um balanço historiográfico*, sinaliza a amplitude desse campo de estudos, que alavancou-se com as renovações epistemológicas do século XX, e sua relação particular com as pesquisas sobre história da medicina e da saúde infantil. Também mirando os estudos empreendidos no século supracitado, Ricardo Peres da Costa, licenciado em Filosofia, mestre e doutorando em Serviço

1 Cf. SANDIN, B. Imagens em conflito: infâncias em mudança e o estado de bem-estar social na Suécia. Reflexões sobre o século da criança. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. p.16.

Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina, no texto *Gilberto Freyre e a infância no Brasil patriarcal*, analisa as diversas concepções de infância presentes na produção intelectual de Gilberto Freyre.

Pedro Paulo Lima Barbosa, doutorando em História Social pela UNESP/campus de Assis, por sua vez, em *O trabalho dos menores no Decreto 1.313 de 17 de janeiro de 1891*, apresenta e discute o panorama e a natureza das discussões realizadas, na transição do século XIX para o XX, sobre a legislação nascente e as condições de trabalho das crianças, sobretudo no âmbito industrial, no limiar do Brasil Republicano. Tratando do universo das crianças dos bairros operários da cidade de São Paulo, Eliane Mimesse Prado, pós-doutora em História e doutora em Educação pela PUC/SP, no artigo *Embates acerca do ensino nas escolas elementares paulistanas nos anos iniciais do século XX*, objetivou desvendar o cotidiano das crianças que frequentavam as escolas elementares subsidiadas pelo governo da Itália e a relação com a aprendizagem da língua portuguesa e italiana.

Valendo-se das discussões do Congresso Internacional das Prisões e do Código de Menores de 1927, o artigo intitulado *O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais: o nascimento da justiça juvenil*, de autoria das pesquisadoras Maria Nilvane Zanella, doutoranda em Educação pela UEM, e Angela Mara de Barros Lara, pós-doutora em Educação pela UFSC, focaliza o peso da influência das organizações internacionais na consolidação de um modelo brasileiro, expresso no Código de Menores, de “adolescente em conflito com a lei”. Já Patricia Tavares Raffaini, pós-doutoranda pelo Departamento de História da FFLCH/USP, em *Cartas das crianças: reflexões sobre a leitura nas décadas de 1930 e 1940*, explora a rica documentação constituída pelas cartas de crianças do Brasil e dos Estados Unidos, a Monteiro Lobato e Laura Ingalls Wilder, respectivamente, identificando práticas de leitura e as particularidades da infância nesses dois países.

No artigo *A FEBEM e a assistência social em Pernambuco no contexto da Ditadura*, Humberto da Silva Miranda, professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), através dos relatórios de plantão, analisa o cotidiano das assistentes sociais na Fundação de Bem-Estar do Menor, na cidade de Recife dos anos 1970, trazendo uma valiosa discussão sobre concepções de infância, família e assistência,

materializadas pelas profissionais estudadas, num dos períodos mais nebulosos da ditadura civil-militar brasileira. Ainda sobre a década de 70, o dossiê apresenta o trabalho de Paulo Ricardo Muniz Silva: *Nem toda juventude é uma banda numa propaganda de refrigerantes: leituras sobre a juventude teresinense na década de 1970*. Nesse artigo, Silva, que é mestre em História do Brasil pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), recupera os múltiplos discursos, imagens e representações, veiculadas na imprensa escrita, sobre os *hippies* em Teresina durante os anos 1970.

Adotando, também, o tempo da ditadura como recorte temporal, o artigo de Sílvia Maria Fávero Arend, professora da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) e Juliana Bender Ribeiro, graduada em História pela mesma instituição, *"Ninguém manda nestas crianças?" Educação escolar em foco na revista Realidade (1966-1970)*, se direciona às reportagens concernentes à educação infantil veiculadas na revista *Realidade*, entre 1966 e 1970, que, ao difundir os métodos pedagógicos vigentes nos Estados Unidos e na Europa, conforme as autoras, visou modernizar a educação escolar no Brasil através de “questionamentos das diretrizes do ensino tradicional”.

Evidenciando um olhar interdisciplinar sobre as crianças, Camila Rodrigues, pós-doutoranda em História pela FFLCH/USP, em seu texto *Vovô Joãozinho de chupeta: Correspondência de Guimarães Rosa para Vera Ooó e novas visões sobre a criança no século XX*, decifra os cartões-postais trocados, de setembro de 1966 a novembro de 1967, entre o escritor João Guimarães Rosa, o “Vovô Joãozinho”, e suas netas Beatriz Helena e Vera Lucia Tess (Ooó), localizando importantes registros de expressões de adultos e crianças na linguagem e no tempo.

No olho do redemoinho, tudo muda ao nosso redor: a infância nas canções do rock nacional, década de 1980, título do artigo de Elisângela da Silva Machieski, mestre em História pela UDESC, e Scheyla Tizatto dos Santos, doutoranda em História pela UFSC. Nele, as imagens da infância ressoadas pela produção musical, particularmente o rock, nos anos 1980, são profundamente discutidas e indagadas. O artigo seguinte, *Projetos políticos e políticas públicas para a infância pobre e abandonada na Bahia entre 1923 e 1942*, de Livia Gozzer

Costa, mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), mostra os resultados da pesquisa que visou a perceber a historicidade das transformações em torno do projeto de infância baiana, compreendendo o período que corresponde a atuação da Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil (1923) ao trabalho desenvolvido pela Divisão de Amparo à Maternidade, Infância e Adolescência (1942).

Cláudia Gisele Masiero, mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale, e Cristina Ennes da Silva, doutora em História Ibero-Americana pela PUC/RS, em “*Era uma vez...*” – *Reflexões sobre a representação da infância em versões de Chapeuzinho Vermelho*, apresentam a pesquisa que visou compreender as representações de infância que se encontram em duas versões de *Chapeuzinho Vermelho*: a versão original do conto de fadas, escrito pelos Irmãos Grimm no início do século XIX, e a animação *Deu a Louca na Chapeuzinho*, de 2005.

Fechando o dossiê, a resenha de Rui Bragado Sousa, mestre em História pela UEM, discute a recente tradução brasileira de *Rundfunkgeschichten fur kinder*: livro de Walter Benjamim que contém suas narrativas radiofônicas, transmitidas entre 1927 e 1932, e direcionadas ao público infantil.

José Pacheco dos Santos Júnior

Doutorando em História Econômica na Universidade de São Paulo

Organizador do dossiê

A infância como objeto da história um balanço historiográfico

Douglas de Araújo Ramos Braga

Mestre em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Resumo

O presente artigo tem como objetivo traçar um balanço sobre como o tema da infância tem sido abordado na historiografia. Tendo em vista a extensão do assunto, optamos por adotar como foco de análise a produção historiográfica não brasileira acerca desta problemática, especialmente a europeia e a norte-americana a partir de meados do século XX. Neste sentido, faremos um panorama partindo do livro fundador, de Philippe Ariès, História Social da Criança e da Família, publicado inicialmente no início dos anos 1960. A partir dessa obra, prosseguiremos com seus críticos, defensores e as diversas novas tendências em relação ao estudo da infância na história que vêm sendo desenvolvidas.

Palavras-chave história, infância, historiografia.

Abstract

This article aims to take stock of how the theme of childhood has been discussed in historiography. Given the extent of the issue, we adopted as an analytical focus the non-Brazilian historiography on this problem, especially the European and the US, from mid-twentieth century. Therefore we will make a panorama starting from Philippe Ariès's book, Social History of Child and Family, first published in the early 1960s. From this work, we will continue with its critics, advocates and several new trends in the study of childhood in history that have been developed.

Keywords history, childhood, historiography.

Atualmente, o campo da história da infância encontra-se em expansão, a partir dos contatos com diversas outras disciplinas (especialmente a Psicologia e a Sociologia, como veremos) e da incorporação de novos temas de estudo pelos historiadores, como a relação entre infância e criminalidade, saúde e mortalidade infantil e o deslocamento de ênfase das análises de crianças das elites para aquelas das camadas menos favorecidas social e economicamente. Neste sentido, faremos um balanço historiográfico sobre como a temática da infância vem sendo desenvolvida na historiografia, desde trabalhos pioneiros até abordagens recentes. Debruçar-nos-emos em nossa análise na produção europeia e norte-americana, sem ter, contudo, o objetivo de esgotar o assunto.

Considerável proporção das discussões vigentes na área ainda se dá em referência àquele que é considerado o primeiro trabalho a ter realizado uma profunda análise histórica da infância, o livro do historiador das mentalidades francês Philippe Ariès, publicado originalmente em 1960, e no Brasil traduzido como *História Social da Criança e da Família* (1981).¹ De forma geral, a partir do estudo de amplo corpo documental que inclui iconografia religiosa e leiga, vestimentas, diários, efígies funerárias, jogos e brinquedos, Ariès localizou no mundo moderno, destacadamente a partir do século XVII, profundas transformações no caráter da família e o surgimento do sentimento de infância.

O historiador confere centralidade nesse processo às mudanças referentes à educação. Segundo Ariès, a partir de um amplo movimento de moralização liderado sobretudo por reformadores católicos, protestantes e juristas, a escola se constituiu enquanto instituição fundamental como meio de educação, com as crianças deixando de ser misturadas aos adultos e de aprender a vida diretamente com eles. Ao mesmo tempo, a família se transformou de uma instituição voltada para a conservação dos bens, a prática comum de um ofício ou a ajuda mútua cotidiana, em um lugar de afeição entre os cônjuges e entre os pais e filhos, afeição esta expressa principalmente através da importância que se passou a atribuir à educação. Se na arte medieval, para o historiador, as crianças seriam representadas como miniaturas de adultos, desde o século XIV as representações artísticas começaram a enfatizar a personalidade das crianças, desde retratos até a especialização de roupas especiais que as

1 ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

distinguissem dos adultos. Logo, em conclusão que, como veremos, foi fundamental para a historiografia da infância, Ariès defende que

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. (...) Assim que a criança superava esse período de alto nível de mortalidade, em que sua sobrevivência era improvável, ela se confundia com os adultos.²

Por outro lado, o sentimento de infância seria inseparável do sentimento de família, que emergiu nos séculos XVI e XVII. Na perspectiva de Ariès, o interesse pela infância seria uma forma e uma expressão desse sentimento de família. A partir de amplas transformações na sociedade, as antigas solidariedades de linhagem teriam recuado, ao mesmo tempo em que se fortalecia a intimidade doméstica, inclusive com alterações nas disposições das próprias casas. Esse sentimento de linhagem teria sido o único sentimento familiar conhecido na Idade Média, caracterizado pela extensão aos laços de sangue, sem levar em conta a coabitação e a intimidade. Ao contrário, o sentimento de família está ligado intimamente a casa, e voltado principalmente para as crianças, se limitando inicialmente às classes abastadas, e progressivamente estendendo-se a todas as camadas da sociedade. Desta maneira, o autor conclui que

Essa nova preocupação com a educação pouco a pouco iria instalar-se no seio da sociedade, e transformá-la de fio a pavio. A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas. (...) O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gosto: o sentimento

² *Ibidem*, pp. 156-157.

moderno de família. (...) A aprendizagem tradicional foi substituída pela escola, uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela política. O extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças. (...) A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato.³

A tese de Ariès abriu a possibilidade, portanto, de se analisar a infância historicamente. Desde sua publicação em 1960, ela tem suscitado diversas discussões e críticas, desde aqueles autores que consideram sua análise das fontes reducionistas, assim como medievalistas que procuram argumentar a existência do sentimento de infância no período medieval, e ainda outros pesquisadores que rechaçam seu ponto de vista e propõem um novo modelo de análise histórica.

Neste último caso, encontram-se os estudos do psicanalista norte-americano Lloyd deMause, cujo livro *The History of Childhood*, publicado em 1974, ainda hoje exerce grande influência, especialmente por sua “teoria psicogenética da história”. Em suas reflexões sobre o que o levou a escrever sobre o tema da história da infância, deMause⁴ critica Ariès por considerar que este idealizou a infância do passado, e que na visão deste a infância do passado seria um “paraíso para crianças” (embora em nenhum momento de seu livro Ariès defenda expressamente argumento semelhante). Por sua vez, deMause afirma que a história da infância mostrou lento e constante progresso durante o tempo, e que tal processo evolucionário foi determinado pela psicodinâmica nas relações entre pais e filhos, muito mais do que por fatores econômicos. Às críticas de historiadores profissionais sobre um possível equívoco em sua abordagem em ignorar fatores culturais, econômicos e demográficos que constituem o tratamento dado às crianças em qualquer sociedade, o autor rebate argumentando que as capacidades críticas foram sobrepujadas por reações emotivas, e se coloca em uma posição de superioridade por ter pretensamente aberto o caminho para uma interpretação psicanalítica da história e superado as fronteiras do relativismo histórico.

3 *Ibidem*, p.277.

4 DeMAUSE, L. “On Writing Childhood History”. In: *The Journal of Psychobistory*, v.16, 1998.

Para deMause, através do estudo detalhado dos primeiros anos de vida de um indivíduo e de seus processos formativos, pode-se observar a repetição de traços sendo expressos na personalidade adulta, não influenciados por forças externas ao indivíduo. Como aponta Lowe,⁵ na teoria de deMause, a forma pela qual as crianças eram tratadas pelos adultos seria um fator central para entender o passado humano, e que hábitos e práticas impostos a crianças através da história ofereceriam a única explicação plena sobre como elas se comportaram enquanto adultos. Assim, na teoria psicogenética do autor, não é possível entender a história humana sem primeiro entender como seus protagonistas foram criados.

Apresentando, portanto, uma perspectiva evolucionista e reducionista, afastando qualquer outro fator que não seja o psicológico das explicações históricas, deMause argumenta que a história da espécie humana é a história de uma lenta melhoria geral no tratamento de crianças baseado em uma crescente tolerância, por parte dos pais, das ansiedades induzidas neles por suas crianças. Na sua perspectiva,

Se a história da infância e a psichistória significam algo, elas significam inverter a maioria das conexões causais utilizadas pelos historiadores até hoje. Ao invés de nosso modelo histórico ser um no qual um mundo superpoderoso inexoravelmente se impõe ele mesmo sobre a tabula rasa da mente, o mundo ele mesmo vai ser visto como uma tabula rasa a qual só tem significado e forma para cada geração por uma mente envolvente cuja estrutura é formada na interação pais-filhos.⁶

Mais recentemente, outros historiadores da infância têm buscado se inserir nesse debate, apresentando diferentes perspectivas de análise. John Clarke,⁷ por exemplo, considera que, embora algumas perspectivas detalhadas da obra de Ariès possam ser discutidas, sua visão mais geral está precisa, qual seja, a ideia de infância é uma invenção recente, um “artefato da modernidade”. Para o historiador, o papel das crianças nas famílias e na sociedade mudou

5 LOWE, R. “Childhood through the ages”. In: MAYNARD, T.; THOMAS, N. (eds). *An Introduction to Early Childhood Studies*. Londres: Sage Publications, 2009, p.23.

6 DeMAUSE. *Op. cit.*, p.22

7 CLARKE, J. “Histories of Childhood”. In: WYSE, Dominic (ed.). *Childhood Studies: an introduction*. Oxford: Blackwell Pub., 2004.

entre o século XVII e o mundo contemporâneo. O novo modelo familiar emergiu com o desenvolvimento das classes comerciais na Europa Ocidental e estava baseado na família voltada para si e liderada por um pai forte com foco central na criação das crianças, para as quais a educação se tornou a chave. A religião, principalmente o puritanismo, enfatizava de forma semelhante esta visão, com o pai sendo o responsável pela salvação da família, pela educação nos bons comportamentos e na importância da fé. As crianças deveriam aprender a se comportar corretamente, sendo recomendado o uso de punições regulares para reforçar a disciplina, já que eram vistas como inerentemente pecadoras.

Segundo Clarke, esses dois modelos de família enfatizavam a criança e a educação. Esta ênfase teria se espalhado pelas novas classes médias e sido reforçada no século XVIII pela visão iluminista das crianças como naturalmente inocentes e necessitadas de uma direção apropriada e educação para que se tornassem bons cidadãos, perspectiva expressa no *Emile* (1762),⁸ de Rousseau. No século XIX, o Romantismo fortaleceu a visão das crianças como inocentes e puras, visão entretanto restrita à aristocracia e às classes altas. Para a grande maioria da população na Europa Ocidental, as vidas das crianças eram caracterizadas pela pobreza, trabalho pesado e exploração. Como destaca o autor, isso gerava uma contradição entre a visão romântica idealizada das crianças e a realidade brutal que a maioria delas viviam, com a perspectiva da pureza infantil coexistindo paralelamente à preocupação oitocentista em “salvar” as crianças do trabalho e da exploração. O número de crianças abandonadas aumentava, ao mesmo tempo em que houve um aumento nas iniciativas caritativas e filantrópicas, leis e atos de limitação ao trabalho infantil, e o desenvolvimento em vários países da escolarização pública e compulsória. Pelos fins do século XIX e inícios do XX, portanto, a ideia da criança como uma chave central para as políticas públicas já havia formado raízes. Desta forma, para o autor,

8 A respeito do livro de Rousseau, cf. BOTO, C. “O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes”. In: FREITAS, M. C. de.; KULMANN JR, M. (org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

(...) sejam quais forem as críticas dirigidas a Ariès e seus colegas, faz sentido ver nossa noção corrente de infância como uma invenção moderna. Primeiro devido à disseminação da ideologia de classe média da família centrada na criança, o desenvolvimento da escolarização compulsória, e a preocupação de políticos e instituições de bem-estar social com os interesses da criança, surgiu no Ocidente em fins do século XX uma nova ideia de infância.⁹

Grande parte do debate no campo e em torno da obra de Ariès tem se dado, desde sua publicação, entre os medievalistas. Segundo Pierre-André Sigal,¹⁰ principalmente a partir dos anos 1980, os historiadores medievalistas procuraram se contrapor às ideias de Ariès e ampliar o conhecimento acerca da infância na Idade Média com pesquisas mais aprofundadas, utilizando seja novas fontes, seja fontes conhecidas mas negligenciadas até então, demonstrando a existência de um sentimento de infância na época medieval. A arqueologia, a iconografia, as fontes hagiográficas (essencialmente as vidas de santos e os contos de milagres), processos, petições, testamentos, inventários, registros municipais, manuais de moral e saber-viver destinados à infância, são todos corpos documentais que vêm sendo utilizados por medievalistas para ampliar o conhecimento sobre a infância no período. Entretanto, embora tais estudos enriqueçam os conhecimentos sobre a história da infância, por vezes podem se manter na mesma linha interpretativa de Ariès, ao buscarem “origens” para o sentimento ou concepções acerca da infância, como se houvesse um marco ou um período inicial neste sentido.

Por outro lado, rejeitando praticamente por completo a tese de Ariès, o filósofo norte-americano David Archard¹¹ propõe outro modelo interpretativo. Inicialmente, Archard aponta duas ambiguidades na tese de Ariès. A primeira se refere à “tese da crueldade”, uma ortodoxia do trabalho de Ariès, presente em estudos de seus seguidores, que traz no bojo a ideia de que, antes do surgimento do sentimento de infância e em grande parte devido aos

9 CLARKE, J. *Op. cit.*, p.11

10 SIGAL, P. “L’histoire de l’enfant au Moyen Âge: une recherche em plein essor”. In: *Histoire de l’Éducation*, n.81, 1999, p.3-21.

11 ARCHARD, D. *Children- Rights & Childhood*. Londres: Routledge, 1993.

altos níveis de mortalidade infantil, as atitudes dos pais em relação às crianças eram marcadas pela distância, formalidade e frieza. As crianças, portanto, não contavam. Já a segunda ambiguidade se refere ao termo utilizado por Ariès, sentimento, e não ideia ou conceito. Na visão de Archard, uma sociedade ter o sentimento de infância pode significar tanto a consciência das crianças compondo um grupo distinto, assim como o conjunto de atitudes tomadas em torno desse grupo, e a tese de Ariès permitiria essa dupla interpretação.

Além disso, o filósofo aponta inconsistências na obra do historiador francês. De acordo com Archard, as análises iconográficas de Ariès pressupõem que a arte é exatamente realista na reprodução dos fatos, e ignora a medida em que as transformações nas pinturas se devem a transformações no próprio campo da arte mais do que devido a mudanças de atitudes em relação aos objetos representados. O uso do diário do médico do rei Luís XIII como fonte representativa é criticado por ter se tratado de uma criança excepcional, a herdeira do trono francês. O desenvolvimento e a crescente preocupação com as crianças seriam anteriores a qualquer baixa das taxas de mortalidade infantil, e a emergência do sistema educacional e proeminência da família são por vezes vistas tanto como pré-condições para o surgimento do sentimento de infância, assim como consequências de uma sociedade ter esse mesmo sentimento. Mas a principal crítica de Archard se refere à imprecisão cronológica da tese de Ariès e ao que ele considera o presentismo da obra, ou anacronismo. Apesar de Ariès julgar que antes do mundo moderno não havia um conceito de infância, Archard considera que, na verdade, sociedades do passado poderiam não ter o nosso conceito de infância. Estas sociedades não “falharam” em pensar as crianças como diferentes dos adultos; elas simplesmente pensavam a diferença de maneiras diferentes das que utilizamos hoje.

Dessa forma, o autor propõe uma diferença entre conceitos e concepções de infância. Segundo Archard, é possível que todas as sociedades tenham tido um conceito de infância, uma ideia geral sobre esse período, mas existiram diversas concepções de infância. O conceito de infância, na sua perspectiva, requer que as crianças sejam distinguidas dos adultos a partir de um conjunto não especificado de atributos. Já a concepção de infância seria a especificação destes atributos. Todas as sociedades, portanto, podem ter tido um conceito de infância, ou seja, a consciência da particularidade destes indivíduos distintos de adultos,

entretanto as concepções de infância podem ter variado enormemente entre culturas. O autor estabelece, assim, três critérios básicos nos quais as concepções de infância poderiam diferir. O primeiro deles se refere às fronteiras, ou seja, a duração da infância (engloba aspectos como existência de idades de maioridade, previsões legais, divisão de papéis e responsabilidades de acordo com as idades, ritos de passagem e iniciação). O segundo trata das dimensões, as qualidades que distinguem as crianças dos adultos, a natureza desses indivíduos em particular (perspectiva moral e jurídica, questão da idade, da responsabilidade por seus atos, concepções religiosas e metafísicas, dentre outras). E um último referente às divisões, os modos pelos quais o próprio período da infância é subdividido em um número de diferentes períodos (o bebê, primeira infância, adolescência, puberdade, dentre outras). Portanto,

(...) qualquer concepção de infância vai variar de acordo com as maneiras nas quais suas fronteiras são colocadas, suas dimensões ordenadas e suas divisões estabelecidas. Isto irá determinar como uma cultura pensa sobre a extensão, natureza e significância da infância. A adoção de uma concepção em detrimento de outra irá refletir crenças, assunções e prioridades gerais prevalentes. (...) estar ciente da distância entre conceito e concepção é ao mesmo tempo perceber que podem existir e existem diferentes concepções de infância, e que essas diferentes concepções implicam diferentes valores, prioridades e assunções gerais.¹²

De maneira semelhante à análise de Archard, Colin Heywood¹³ considera que uma abordagem mais frutífera em estudos históricos da infância é buscar as diferentes concepções acerca desse estágio da vida em diferentes períodos e lugares, e explicá-las a partir das fontes e das condições culturais predominantes. Além disso, o autor considera que uma mesma sociedade pode abrigar concepções conflitantes ou ambivalentes a respeito da infância. Logo, a investigação histórica deve levar em conta a natureza por vezes contraditória ou ambígua das ideias relacionadas à infância. Na consideração de Heywood, a ênfase na historiografia em buscar uma “descoberta” da natureza particular da infância pode dar margem à interpretação

¹² *Ibidem*, pp.27-28.

¹³ HEYWOOD, C. *Uma história da infância*. São Paulo: Artmed, 2004.

deste período como uma categoria atemporal, esperando para ser descoberta. As perspectivas nesse sentido estariam distantes da consideração da infância como uma construção social que variou, e ainda hoje varia, nas diversas sociedades.

A historiadora Pat Thane,¹⁴ por sua vez, apresenta uma perspectiva econômica no estudo de história da infância. Thane considera que as explicações de Ariès contêm uma falha, a falta de um exame sistemático da influência das mudanças econômicas nas definições da infância. A autora argumenta que o período entre os séculos XV e XVIII foi justamente aquele de emergência do capitalismo, o que provocou dois efeitos: o primeiro, aqueles que tinham alguma forma de acesso à riqueza e propriedade lutaram para ampliar seu controle para dispor delas de forma mais lucrativa; segundo, a vida adulta teria se tornado mais complexa para aqueles envolvidos diretamente com comércio ou em profissões associadas, tais como o direito, com trabalho consumindo mais tempo e mais habilidades sendo necessárias. Assim, seria de esperar por parte desses estratos um controle mais estreito sobre as próximas gerações, para treiná-las nos hábitos da disciplina do trabalho de forma que as riquezas tão cuidadosamente adquiridas não evaporassem com casamentos descuidados e vida desperdiçada. Até então, tais pressões não se teriam feito sentir entre os grandes proprietários de terras, cuja riqueza era extensa, e entre os trabalhadores pobres. Somente posteriormente, com a elite agrária pressionada pela competição por poder e riqueza pelas classes médias, e ainda mais tarde, quando a economia industrial mudou as demandas estatais sobre os trabalhadores pobres, requerendo maiores níveis de educação, aspectos da criação das crianças, especialmente o aumento na educação, começaram a afetar a massa dos estratos mais altos e mais baixos.

Na perspectiva econômica da autora, portanto, há uma correspondência entre o nascimento do capitalismo, escolarização e mudanças nas definições de infância. Embora nos distanciemos de uma perspectiva que enfoque sobretudo os aspectos econômicos, o trabalho de Thane oferece novas possibilidades de análise em um estudo de história da infância,

14 THANE, P. "Childhood in History". In: KING, M. (ed.). *Childhood, Welfare and Justice: a critical examination of children in the legal and childcare systems*. Londres: Batsford, 1981.

procurando complexificar as relações entre infância e sociedade, e escapando da perspectiva quase naturalista de Lloyd deMause.

A preocupação com os sistemas econômicos também levou o historiador Peter Stearns¹⁵ a identificar o que ele chamou de um “modelo moderno de infância”. Tal modelo teria se constituído a partir de mudanças que ocorreram primeiro na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, e depois foram sendo adotadas por outras sociedades. O modelo, na visão de Stearns, é dinâmico e fluído, podendo sociedades simplesmente o rejeitarem, tendo se constituído entre os séculos XVII e XIX a partir de três fatores fundamentais: a passagem da infância, até então voltada ao trabalho, para a escolaridade; a redução de taxas de natalidade, com a decisão de famílias de limitarem o seu tamanho; e a redução das taxas de mortalidade infantil, em grande parte por medidas públicas de saneamento e prevenção de saúde. Este seria o modelo moderno, escolas, menos mortes e menos crianças em cada família. Como consequência direta, Stearns aponta a maior separação entre a infância e o estágio adulto, com a criança passando grande parte do tempo do seu dia na escola; e com a propagação de estabelecimentos escolares, novas categorias foram sendo criadas, como a “adolescência”, de difícil definição na época. Entretanto, consideramos o estabelecimento de um modelo que englobe toda a experiência da infância no mundo moderno algo problemático, porque além de apoiado em frágil bibliografia e corpo documental, não leva em conta as diversas variações locais e continentais.

Historiadores da vida cotidiana também têm incorporado o tema da infância em seus estudos. Jacques Gélis,¹⁶ por exemplo, identifica mudanças de atitude em relação à criança em um período extenso, pelo menos desde o século XIV, e que se aprofunda nos séculos XVI e XVII. Essa transformação ocorreu primeiro em meios urbanos e, assim como Ariès, Gélis associa a mudanças no perfil da família e da educação. O autor identifica duas passagens fundamentais, da família-tronco (baseada na linhagem) para a família nuclear, e de uma educação pública comunitária e aberta, que integrava a criança na coletividade para que esta

15 STEARNS, P. N. *A infância*. São Paulo: Contexto, 2006.

16 GÉLIS, J. “A individualização da criança”. In: ARIÈS, P; CHARTIER, R. *História da vida privada 3 – da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

incorporasse os interesses e sistemas de representação da linhagem, a uma educação pública de tipo escolar, facilitando o desenvolvimento de suas aptidões individuais. A difusão de novos modelos ideológicos por parte da Igreja e do Estado, como a Criança-Cristo e a criança da realeza, além do surgimento de dispositivos legais voltados para esta população específica, indicariam a modificação e a afirmação do sentimento de infância. Dessa forma, procurando aprofundar a interpretação anteriormente oferecida por Ariès, o autor considera que

O interesse ou a indiferença em relação à criança não são realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. A indiferença medieval pela criança é uma fábula (...). Assim, devemos interpretar a afirmação do ‘sentimento da infância’ no século XVIII – quer dizer, nosso sentimento da infância, como o sintoma de uma profunda convulsão das crenças e das estruturas de pensamento, como o indício de uma mutação sem precedente da atitude ocidental com relação à vida e ao corpo. A um imaginário da vida que era aquele da linhagem e da comunidade substituiu-se o da família nuclear. A uma situação em que o ‘público’ e o ‘privado’ desempenhavam seu papel na formação da criança sucedeu outra, que amplia os direitos da mãe e sobretudo os do pai sobre o filho. Contudo, num clima de crescente individualismo, disposto a favorecer o desenvolvimento da criança e encorajado pela Igreja e pelo Estado, o casal delegou uma parte de seus poderes e de suas responsabilidades ao educador.¹⁷

A historiadora Michelle Perrot,¹⁸ por sua vez, analisando o período contemporâneo e principalmente fontes francesas, apontou que no século XIX o filho passou a ocupar mais do que nunca a posição central nas famílias, sendo objeto de variados tipos de investimento, desde o afetivo, até econômico, educacional e existencial. Porém, por outro lado, a criança também torna-se o futuro da nação, o cidadão, e em torno dela e da família (especialmente quando pobre e tida como incapaz), estabelecem-se terceiros interessados, tais como filantropos, médicos, estadistas, com o objetivo de protegê-la, educá-la e discipliná-la. As

17 *Ibidem*, p.328.

18 PERROT, M. “Figuras e papéis”. In: PERROT, M. (org.). *História da vida privada 4 – da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

primeiras leis de cunho social, segundo a autora, tiveram como objetivo as crianças, implantando, por exemplo, a limitação de tempo de trabalho nas fábricas. Ainda que não tenham sido eficazes a princípio, as novas leis tiveram alcance simbólico e jurídico considerável. Além de objeto de disputa de poderes, a infância tornou-se também objeto de saberes que se desenvolveram na segunda metade do século XIX, com o esforço conjunto da medicina, da psicologia e do direito.

Observando sobretudo as crianças de elite, Perrot identificou um duplo movimento nas relações entre pais e filhos no século XIX. Houve um investimento crescente no filho, futuro da família, ao mesmo tempo em que o filho era objeto de amor, aspecto expresso no luto que passa a se fazer quando da morte de uma criança. Nesse período, assim,

Através das várias observações a que está sujeita, inclusive pelo detalhismo dos boletins escolares, a criança vai assumindo rosto e voz. Sua linguagem, seus afetos, sua sexualidade, suas brincadeiras são objeto de anotações (...) A infância, a partir de então, é vista como um momento privilegiado da vida. Toda autobiografia começa e se demora nela, enquanto o chamado romance “de formação” descreve a infância e a juventude do herói. Para tudo e contra tudo, a infância se torna a idade fundadora da vida, e a criança vira uma pessoa.¹⁹

A figura da adolescência, assim, adquiriu grande importância na perspectiva de Perrot. Médicos escreveram dezenas de teses sobre a puberdade de meninos e meninas, e as formas de possíveis correções. A adolescência, além de um perigo para os próprios indivíduos, era também um perigo para a sociedade, tornando-se frequente na época a imagem do adolescente criminoso. Internatos e pensionatos foram constantemente criticados, sendo apontados como responsáveis pela masturbação e práticas homossexuais.

Já em discussão mais ampla sobre a própria constituição do campo da história da infância nos dias atuais, Roy Lowe²⁰ aponta quatro problemáticas das quais o historiador deve estar ciente ao fazer um estudo histórico da infância. A primeira delas, e que se refere

¹⁹ *Ibidem*, pp. 161-162.

²⁰ LOWE, R. *Op. cit.*, pp.23-25.

sobretudo ao quadro histórico europeu, é a tensão e por vezes coexistência entre duas visões opostas de infância que parecem contradizer uma a outra. Por um lado, há uma ampla literatura, quase na totalidade cristã, que sugere que a criança é intrinsecamente má, e que é dever dos pais e adultos educarem as crianças, para que estas se vejam livres das características desafortunadas e tenham a chance de redenção. Por outro, há a visão também bastante frequente segundo a qual as crianças nascem inocentes, mas são corrompidas ao longo do crescimento. Estas duas visões da infância aparentam ser mutuamente contraditórias, e ainda assim conviveram por séculos, sendo que ambas continuam existindo.

A segunda problemática ressaltada por Lowe é até que ponto a infância é construída socialmente na história ou se ela é um estágio da vida pelo qual todos os seres humanos devem necessariamente passar. Se por um lado a psicologia vem sugerindo que todas as crianças atravessam os mesmos estágios de desenvolvimento até se tornarem adultos, em diversos contextos a infância foi abreviada ou encurtada, possibilitando uma forma de infância diferente daquela que conhecemos no mundo atual. Desta forma, a possibilidade da construção social da infância deve estar sempre entre as principais preocupações do historiador.

A terceira problemática que Lowe aponta é a questão de quais características dos adultos são construídas socialmente durante a infância. Aqui entra, dentre outras, a questão do gênero, e as distinções estabelecidas entre os comportamentos masculino e feminino desde os primeiros anos da vida do indivíduo.

E a quarta problemática discutida por Lowe é a importância do historiador ter em mente as possibilidades pelas quais a infância pode ter variado e diferido na história nas diversas regiões. Tais variações na experiência da infância podem ter existido tanto através de continentes e países como dentro de nações individuais. Portanto, deve-se levar em conta em qualquer abordagem histórica da infância os limites da análise e os cuidados com generalizações.

Em relação às abordagens predominantes atualmente na historiografia, Hugh Cunningham²¹ aponta quatro. Uma primeira abordagem enfatiza as ideias em torno da

21 CUNNINGHAM, H. "Histories of Childhood". In: *American Historical Review*, 1998. pp.1195-1208.

infância, e de que forma a infância variou nas diferentes culturas, representando valores diferentes como inocência, esperança, ingenuidade, incapacidade e maldade. A ênfase, portanto, é colocada na construção cultural de ideias acerca da infância. A segunda abordagem, que Cunningham considera uma extensão da anterior, diz respeito às formas pelas quais tais construções culturais impactam as vidas das crianças. Os acadêmicos que optam por essa abordagem se engajam em recuperar a voz das crianças e seu papel enquanto agentes. No extremo oposto está a terceira abordagem, composta por aqueles que defendem que a biologia determina amplamente as formas pelas quais uma criança se desenvolve e as maneiras pelas quais os adultos se relacionam com elas, e procuram no passado evidências para tanto. E uma última e mais recente abordagem defende a importância de se escrever uma história das crianças, ou seja, de seres humanos particulares de uma certa idade.

Como Cunningham destaca, as diferenças de abordagens se refletem nas diferentes fontes utilizadas. Aqueles interessados em ideias sobre a infância ou na vida cotidiana de crianças têm se dedicado à literatura de conselhos, diários e autobiografias, imagens de crianças, e uma variedade de material escrito. Outros procuram estudar a infância através de uma abordagem familiar, utilizando sobretudo dados quantitativos. O uso renovado de evidências não-escritas, especialmente o que é considerado “cultura material”, está abrindo novas possibilidades para a história da infância. Um exemplo é o interesse crescente neste campo na história de brinquedos e bonecas. Estes estudos de cultura material da infância no passado contribuem tanto para o entendimento de ideias sobre esta fase da vida em outras épocas, quanto para a compreensão de experiências de crianças na vida real, pois passamos a conhecer o mundo material no qual elas viveram. Entretanto, como o autor ressalta, um entendimento mais amplo do que era ser uma criança em uma determinada cultura requer uma abordagem mais ampla. As fontes para um estudo desse tipo são maiores para períodos recentes da história, podendo-se integrar documentos escritos com testemunhos pessoais, autobiográficos ou coletados pela história oral.

Por outro lado, Cunningham aponta como um legado negativo da obra de Ariès uma concentração de estudos nas classes médias e altas, tanto por aqueles que seguiram seus

passos quanto pelos seus críticos. E apesar de ser possível descobrir experiências de crianças fora das classes privilegiadas, poucos historiadores o fizeram. Além de estudos de famílias pobres, o autor aponta as análises de fontes de instituições, como orfanatos ou aquelas voltadas para meninos abandonados, que crescentemente vêm sendo desenvolvidas por historiadores. Se por vezes uma abordagem dessa maneira pode não esclarecer totalmente sobre a maioria da população que nunca abandonou seus filhos em uma instituição, a parcela que o fez era alta o bastante para permitir estudar os motivos que levavam uma família ou indivíduo a tomar essa decisão, ou a forma pelas quais essas crianças abandonadas viviam. Ao mesmo tempo, já existem investigações sobre a ação estatal e filantrópica no Ocidente a partir de fins do século XIX, e a elevação dos padrões de vida.

Além de historiadores profissionais, sociólogos também vêm incorporando estudos históricos sobre a infância em suas pesquisas. Loretta Bass²² aponta que, desde os anos 1980, sociólogos têm feito grandes contribuições aos estudos da infância e da juventude, e o campo dos estudos de infância se tornou reconhecido como um espaço legítimo de investigação acadêmica. E assim como os estudos feministas, os estudos de crianças surgiram enquanto campo interdisciplinar, incorporando pesquisadores de disciplinas como história, antropologia, educação, psicologia e sociologia. A autora cita quatro abordagens utilizadas por sociólogos que lidam também com temas históricos: a abordagem de construção social e cultural da infância, com estudos etnográficos ou institucionais que buscam dar voz às crianças; a abordagem pela estrutura social, que analisa a infância em uma dada sociedade por critérios como o status etário e de gênero, ou o status geracional; as abordagens demográficas, sobretudo os estudos de relações entre crianças e estruturas familiares, semelhante aos estudos de famílias realizados por historiadores e citados por Cunningham, com ênfase em análises quantitativas; e os estudos de socialização, em íntimo contato com a Psicologia, que investigam as formas pelas quais os processos de socialização podem afetar crianças e adultos.

Nas últimas duas décadas, novos temas de estudo vêm se destacando no âmbito da história da infância. Dentre elas, está o tema da mortalidade infantil, em íntima conexão com

22 BASS, L. E. "The Sociology of Children and youth". In: BRYANT, C.; PECK, D. (eds.). *Handbook of 21th Century Sociology*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2006.

outro tema de estudo recente entre historiadores, a história da morte. Claudia Pancino²³ considera que, para qualquer aprofundamento sobre o cotidiano da vida das crianças ou sobre o conceito de infância em épocas passadas, é premissa fundamental considerar a morte e a mortalidade infantil. O principal motivo destacado é a efemeridade da vida das crianças até períodos muito recentes. A autora, assim, propõe uma análise sobre a mortalidade infantil durante a Idade Moderna, dentro de um quadro de História Social e das mentalidades. Tendo em vista que a morte pairava iminente em torno de cada criança que nascia e crescia, isso não podia deixar de determinar determinadas atitudes e comportamentos em relação à infância. A partir de ampla análise documental (registros de batismos e falecimentos, iconografia, literatura, sepulcros infantis) e bibliográfica, a autora defende que em épocas passadas, certamente fazia parte a rápida alternância entre nascimentos e mortes de crianças em uma família ou comunidade, e as formas de luto e suas manifestações só podiam ser diferentes das nossas. Logo, ao contrário de correntes historiográficas que defendem a indiferença de mães e parentes no passado quando da morte de uma criança, Pacino argumenta que desde a Antiguidade podem ser encontrados testemunhos de como esse evento podia ser trágico para uma família.

Portanto, na visão da autora, a familiaridade com a morte de crianças no passado não é sinônimo de indiferença, ou de não preocupação. Analisando o caso da Itália no período moderno, Pancino identifica a importância do ritual do Batismo pela grande preocupação que as crianças ao menos salvassem a alma. Como não se tinha certeza da sobrevivência física da criança e os níveis de mortalidade infantil eram elevados, assegurar a vida eterna do indivíduo era uma tranquilidade ou até mesmo um consolo para as famílias e comunidades. Se a vida do recém-nascido estivesse em perigo, tornou-se possível o batismo “*sub condicione*”, realizado por leigos, até que um clérigo pudesse realizar a cerimônia na igreja em caso de sobrevivência da criança. Frequentemente, as próprias parteiras realizavam o batismo logo após o parto. O hábito de levar as crianças à pia batismal nos primeiros dias de

23 PANCINO, C. “Pequeno demais, pouco demais. A criança e a morte na Idade Moderna”. In: *Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan. A história da ciência no Brasil: constituição e abordagens*, vol. V(1), pp.179-212, 2010.

vida permaneceu até o século XX. Se a criança já estivesse morta, um ritual de ressurreição (*répit*) era realizado para retirar a alma do recém-nascido do além pelo tempo necessário para que ele fosse batizado.

Além de análises de práticas e concepções acerca da morte infantil no passado, abordagens quantitativas têm sido importantes para esclarecer aspectos relevantes sobre a condição das crianças. Embora não seja historiadora da infância, e opte por uma abordagem que enfatiza a história das ciências e das técnicas, o estudo de Andrea Rusnock²⁴ sobre a quantificação da mortalidade infantil no século XVIII é representativo. Segundo a autora, os primeiros cálculos sobre a mortalidade infantil foram feitos na segunda metade do século XVIII na Inglaterra e na França como parte de esforços maiores em quantificar a mortalidade e examinar mudanças nos padrões de mortalidade. Estudos quantitativos das populações eram realizados, assim como debates sobre a vacinação e os efeitos do clima na saúde, dentre outras preocupações. Membros dos governos e médicos ocuparam papéis de liderança nessa área de pesquisa, conhecida como aritmética médica ou política. Foram introduzidos métodos para estabelecer quantas crianças dentre as nascidas em determinado ano morriam. Os cálculos então feitos revelaram não somente altas taxas de mortalidade infantil, mas também variações nesses dados de acordo com condições ambientais e sociais.

Na perspectiva de Rusnock, as mudanças de preocupações com o bem-estar das crianças tiveram conexão direta com as altas taxas de mortalidades reveladas pelas quantificações. Os pais passaram a investir maiores recursos emocionais e físicos em cada criança, fato evidenciado no crescente número de brinquedos e livros, mudanças profundas na educação infantil foram defendidas, assim como avisos eram feitos às mães para amamentarem seus filhos em vez de delegar a responsabilidade para amas de leite. Sob essa crescente preocupação com a infância, estariam as atitudes iluministas e suas crenças na possibilidade da ação humana como fator de mudanças. As vidas das crianças, então, poderiam ser salvas pela educação das esposas, melhores práticas de amamentação, maior

24 RUSNOCK, A. "Quantifying Infant Mortality in England and France, 1750-1800". In: JORLAND, G.; OPINEL, A.; WEISZ, G. (eds.). *Body Counts: medical quantification in historical and sociological perspective*. Londres: Mc-Gill-Queen's University Press, 2005.

proteção maternal, vacinação contra a varíola e melhoria das condições ambientais. Para a autora, os números de mortalidade infantil informaram as tomadas de decisões nesses sentidos dos governos nacionais e locais.

Em geral, de acordo com Rusnock, os aritméticos estabeleceram quatro fatores de variações na mortalidade infantil, quais sejam, a geografia, a estação, o gênero e a classe social. Quanto à geografia, eram considerados ambientes urbanos e rurais (com ampla maioria condenado os ambientes urbanos e sua qualidade de ar para a vida das crianças), regiões montanhosas e pantanosas, e climas quentes e frios. Ares, lugares e águas eram considerados determinantes para padrões de saúde e doença. Aspectos morais podiam entrar nas análises, com as conclusões quantitativas confirmando crenças comuns de que as cidades não eram saudáveis. A qualidade do ar também era avaliada segundo as estações do ano, com as investigações dos períodos mais “mortais” para crianças. O gênero era outro fator que influenciava a mortalidade infantil para esses pesquisadores, com maiores chances de meninos morrerem que meninas. E cálculos eram produzidos avaliando a mortalidade infantil nas diferentes classes sociais, com a conclusão que melhores padrões de vida aumentavam as chances de sobrevivência de uma criança. Dados sobre crianças abandonadas e o tratamento oferecido a elas em instituições eram coletados, revelando altíssimas taxas de mortalidade em ambientes institucionais, o que levou a debates sobre as necessidades de mudanças nos tratamentos dados a esses indivíduos. E também dados sobre a inoculação e a vacinação contra a varíola foram analisados para avaliar os riscos de crianças morrerem pela doença.

Desta forma, embora Rusnock não deixe claro como publicações de pesquisas quantitativas efetivamente foram responsáveis por mudanças no comportamento geral das populações em torno das crianças, sua análise sobre os processos de quantificação abre possibilidades interpretativas para o estudo da infância no passado, e sugerem a importância que tais pesquisas tiveram no passado, apontando que

Esforços no século XVIII em quantificar mortalidade infantil paradoxalmente tanto confirmaram quanto questionaram a inevitabilidade do alto número de mortes. (...) Suas tabelas tornaram a mortalidade infantil visível, e depois de 1750 os dados cada vez mais sugeriram que o alto número de

mortes entre crianças não era a vontade divina da Providência, mas o produto de ações humanas e condições ambientais. Quantificação permitiu aos aritméticos identificar, calcular e publicar altos índices de mortalidade que ajudaram a incitar reformas.²⁵

Outro assunto que tem despertado a atenção dos historiadores da infância, e é de especial interesse no presente trabalho, é a relação entre infância e história da saúde, da medicina e da psiquiatria. Para Rodríguez-Ocaña,²⁶ a história da infância pode revelar o caráter estratégico da saúde no mundo industrial, e o papel da medicina enquanto agência cultural, na medida em que o cuidado médico das crianças é um dos elementos que definem o status das crianças nos dias de hoje. Na visão do autor, a medicina foi um agente importante no processo de formação de uma nova consciência da infância e da valorização da maternidade no mundo contemporâneo, contribuindo para a naturalização de aspectos morais e sendo um fator estruturante da infância. O próprio problema da mortalidade infantil é apontado pelo autor como um temas centrais da história das populações, e o espaço da morte mudou com o domínio da medicina no mundo moderno.

O interesse na história da infância, demonstrado por historiadores da medicina e da saúde, é relacionado por Rodríguez-Ocaña²⁷ ao que ele chama de “cultura da saúde” na atualidade, o peso da profissão médica e suas instituições, a sensação de desigualdade e os problemas relacionados à hegemonia de técnicos e especialistas em mundo pós-industrial. Além disso, a escolha do tema da saúde infantil demanda a integração de perspectivas de diferentes disciplinas, como antropologia, sociologia, demografia e história das ciências, aspecto que se tornou central também para a história da medicina e da saúde. Dentre os temas destacados pelo autor que têm sido objeto de estudo por historiadores da área estão: a institucionalização de crianças abandonadas na idade moderna e contemporânea; o envolvimento histórico da medicina na saúde das crianças, e as relações entre medicina,

²⁵ *Ibidem*, p.82.

²⁶ RODRÍGUEZ-OCAÑA, E. “Child health, a paradigmatic issue in modern history”. In: *DYNAMIS. Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illust.*, v.23, 2003. p. 17.

²⁷ *Ibidem*, p.17-26.

sociedade e Estados; as relações entre a saúde das crianças e os movimentos de saúde pública; as relações entre o surgimento da puericultura e da especialidade médica de crianças, a pediatria, e questões políticas, morais e educacionais; estudos sobre vigilância e prevenção de doenças infantis, dentre outros.

Estudos nesse sentido também têm sido realizados na América Latina. De acordo com Anne Emanuelle Birn,²⁸ a proliferação de estudos históricos sobre a saúde infantil na Europa e nos Estados Unidos levou à necessidade de uma revisão da história da saúde infantil em outras regiões do mundo. Contudo, embora para a autora a história da saúde das crianças esteja se tornando uma subespecialidade no âmbito da história da medicina e da saúde, os acadêmicos da América Latina mantiveram, por um longo tempo, um olhar sobre a saúde infantil a partir de outras perspectivas ou interesses históricos (colonial, classes, poder estatal, instituições, regulação, o movimento feminista, a formação de identidades sociais e de raça, a construção dos Estados de Bem-Estar Social, dentre outros). E, mesmo a América Latina sendo extremamente diversa, Birn considera possível separar temas comuns que moldaram respostas na região aos problemas da mortalidade e da saúde das crianças.

Na América Latina como um todo, ao longo do processo de formação das identidades nacionais, Birn aponta que os desafios impostos pela miséria, imigração, urbanização e desordem social levaram os Estados a reconhecer o problema da criança pobre e sua saúde, que até então eram objeto da vida privada. Reformistas sociais, médicos profissionais e políticos passaram a discutir políticas e medidas acerca do bem-estar infantil, inclusive com a organização de congressos internacionais. No século XIX, médicos em toda a região que analisaram os padrões de mortalidade infantil identificaram dois fatores fundamentais, a miséria social e a ignorância materna, e defenderam sua melhoria através de reforma social e maior atenção médica e de saúde pública.

No contexto mais geral da América Latina, o período que engloba as últimas décadas do século XIX foi marcado por uma maior preocupação por parte de juristas, educadores e médicos com a saúde infantil, principalmente no que tangia à mortalidade.

28 BIRN, A. "Child health in Latin America: historiographic perspectives and challenges". In: *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 14, n. 3, pp.677-708, 2007.

Segundo Anne-Emanuelle Birn, as elites políticas e sociais passaram a reconhecer a importância da saúde da criança na manutenção da ordem, inicialmente aceitando, mas gradativamente substituindo as ações das instituições de caridade (ligadas à Igreja Católica), nas responsabilidades de assistência. Relacionada a esta questão, estava também a possibilidade de reduzir a delinquência e a criminalidade juvenil, reeducando as crianças através do trabalho. Assim, diversos países da região, como foi o caso do Brasil, passaram a empregar medidas higiênicas nas escolas, a partir de fins dos oitocentos e inícios do século XX, como um símbolo da importância da criança na formação das identidades nacionais. Tais medidas incluíam a necessidade de limpeza das escolas, boa ventilação, água corrente e sistemas sanitários completos, podendo os prédios incluir ginásios ou outras instalações para exercícios físicos. Inspeções médicas passaram a ser realizadas nas escolas de diversos países, na busca das razões das altas taxas de mortalidade e para a vacinação contra a varíola. Médicos começaram a ocupar cargos de chefia e liderança em instituições e órgãos relativos ao bem-estar e saúde infantil.

Outra possibilidade de estudo nesta área é a relação entre a saúde infantil e a história da psicologia e da psiquiatria. É o caso do estudo de Sally Shuttleworth.²⁹ A partir de um conjunto de literatura, textos científicos e tratados médicos, além de iconografia da época, a autora analisa a emergência da preocupação com a mente das crianças na Inglaterra vitoriana. Segundo Shuttleworth, embora escritores do Romantismo tenham estabelecido um “culto” das crianças, os vitorianos criaram os primeiros estudos científicos e literários detalhados do desenvolvimento infantil. Entre 1840 e 1900, a mente da criança se tornou pela primeira vez um objeto explícito de estudo, de romances e autobiografias até estudos de casos psiquiátricos. Foi esse período que assistiu ao surgimento da psicologia infantil enquanto disciplina, e as primeiras análises de desordens nervosas e insanidade na infância, assim como assistiu à publicação de romances (como os de Dickens e Eliot) que abriram ao público os pensamentos e sentimentos do que é ser uma criança. Assim, embora desde o século XVIII existissem numerosos tratados educacionais ensinando como educar uma criança, e

29 SHUTTLEWORTH, S. *The Mind of the Child: Child Development in Literature, Science and Medicine, 1840-1900*. Oxford: Oxford Press, 2010.

campanhas por melhorias das condições físicas de trabalho das crianças, foi somente por volta da metade do século XIX que se deu atenção detalhada aos processos de desenvolvimento mental das crianças. A criança, portanto, se tornou a chave para entender a forma adulta, o período crucial que estabeleceria as fundações do futuro.

Assim como outros autores observaram, Shuttleworth considera que na segunda metade do século XIX a criança se tornou foco de observação, análise e especulação sem precedentes, culminando na última década com a fundação do movimento de estudos da infância que reuniu psicólogos, educadores, escritores e pais, dedicando-se a estudar o desenvolvimento mental das crianças. Embora discussões sobre neuroses infantis e distúrbios existissem durante todo o século, foi somente nas últimas décadas que se começou a observar o campo da psiquiatria infantil. As principais preocupações eram a turbulência sexual dos adolescentes, as pressões dos exames escolares, ansiedades, suicídios, e crianças que cometiam crimes e assassinatos. Entretanto, as referências em textos psiquiátricos é predominantemente a crianças de classe média, com poucas citações a crianças das classes trabalhadoras. Já as crianças protagonistas dos romances e autobiografias não são mais apenas sofredoras passivas ou coadjuvantes, mas são emocionais, com sua mente tentando ser entendida pelos adultos que os escreviam.

Por fim, embora não seja um estudo do campo da história da infância, vale fazer referência ao trabalho do sociólogo Jacques Donzelot, *A Polícia das Famílias* (1986)³⁰ pela influência de sua obra, inclusive na historiografia brasileira sobre o tema. Investigando o lugar da família nas sociedades ocidentais, e dialogando com os trabalhos de Foucault, Donzelot identifica a partir do século XVIII grande preocupação com a conservação das crianças, expressa em uma literatura inicialmente produzida por médicos.

Foucault³¹apontou que no século XVIII, período de uma explosão discursiva sobre o sexo, este se tornou caso de “polícia”, termo que então não tinha o sentido repressivo empregado atualmente, mas referente à “majoração ordenada das forças coletivas e

30 DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro; Graal, 1986.

31 FOUCAULT, M. *História da sexualidade vol.1 – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

individuais”. Nesse sentido, Foucault identificou uma polícia do sexo, ou seja, a necessidade de regulação do sexo através de discursos úteis e públicos, e não por proibições. O sexo das crianças, então, teria se tornado de especial interesse, o que se expressaria inclusive nos colégios, com seus dispositivos arquitetônicos, organização interna (espaços das salas, pátios, dormitórios) e regulamentos sendo organizados em torno da sexualidade das crianças, com o sexo do colegial sendo um problema público. E dentre os conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos de saber e poder sobre o sexo, Foucault identificou a pedagogização do sexo da criança, com pais, famílias, educadores, médicos e psicólogos devendo se encarregar continuamente desse aspecto sexual arriscado e perigoso, em termos físicos, morais, coletivos e individuais.

Discutindo a mudança da imagem da infância a partir dos setecentos e a revalorização das tarefas educativas, Donzelot considera que se instalou no período uma reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois polos diferentes, cada qual com uma estratégia. Um tinha como eixo a difusão da medicina doméstica, conjunto de conhecimentos e técnicas voltadas para as classes burguesas tendo em vista tirar seus filhos da influência negativa de serviçais, além de colocar estes últimos sob a vigilância dos pais. E o segundo polo, que o autor agrupa sob o nome “economia social”, abrangia as formas de direção da vida dos pobres para diminuir o custo social de sua reprodução, obter o número desejado de trabalhadores reduzindo gastos públicos e filantropia.

Por um lado, na visão de Donzelot, a instauração do médico de família nesse período teria resultado em uma aliança com as mães, como executoras de seus princípios educativos, e concedendo a estas maiores poderes dentro da economia doméstica, aspecto que teria servido de ponto de apoio para correntes feministas no século XIX. Os textos médicos destinados a famílias sobre criação, educação e medicação de crianças são compostos de conselhos imperativos, e a atuação dos médicos também se faz contra a medicina popular de comadres e charlatães e as antigas estruturas de ensino, a disciplina religiosa, o internato, e as serviçais, defendendo especialmente a amamentação materna. Pela ação da medicina doméstica, a família burguesa se fecharia, na visão do autor, contra possíveis influências exteriores. Abundam críticas à educação pública, ao amontoamento, má ventilação,

promiscuidade dos dormitórios, entre outros aspectos, ao mesmo tempo em que inspiram uma educação onde os pais preparam as crianças para a disciplina escolar enquanto velam pelas boas condições da educação pública. Já em relação à intervenção nas famílias populares, a “economia social” estaria estabelecida em entrar liberdades assumidas (como o abandono de crianças, com as rodas de expostos sendo alvos de constantes críticas), controlar as uniões e impedir linhas de fuga, como a vagabundagem. Seria, portanto, o estabelecimento de vigilâncias diretas.

Na perspectiva de Donzelot, portanto, o advento da família moderna em torno do primado do educacional não se deu a partir de um mesmo modelo. A família burguesa teria se constituído a partir de um retraimento tático de seus membros com o objetivo de controlar um inimigo em seu próprio interior, os serviçais. A aliança com os médicos teria reforçado o poder interno da mulher e mediatizado o poder externo das famílias. Já a família popular se estabeleceu a partir de uma redução de cada um de seus membros aos outros, em uma rede de vigilância contra as tentações do mundo exterior (a rua, o cabaré). Assim, de uma forma geral,

O crescimento da polícia no século XVIII se apoia no poder familiar, promete-lhe felicidade e tranquilidade, estendendo seu império sobre os rebeldes e as escórias da família. O aparelho central se pretende, portanto, a serviço das famílias. (...) Mas essa harmonia entre a ordem das famílias e a ordem estatal é produto mais de uma conivência tática do que uma aliança estratégica. Já que o escândalo não é da mesma natureza para as duas. O que perturba as famílias são os filhos adúlteros, os menores rebeldes, as moças de má reputação, enfim, tudo o que pode prejudicar a honra familiar, sua reputação e sua posição. Em compensação, o que inquieta o Estado é o desperdício de forças vivas, são os indivíduos inutilizados ou inúteis.³²

Desta forma, como pudemos analisar, desde a publicação do livro clássico de Philippe Ariès, em 1960, até nossos dias, a história da infância se estabeleceu enquanto campo de discussões historiográficas, e recentemente vem ampliando seu escopo, dialogando e incorporando conhecimentos de outras áreas do conhecimento histórico e das humanidades,

³² DONZELOT, J. *Op. cit.*, p.29.

R E V I S T A A N G E L U S N O V U S

assim como historiadores de outras especialidades e sociólogos têm incorporado a infância em suas análises como chave interpretativa fundamental para o entendimento do passado.

Gilberto Freyre e a infância no Brasil patriarcal

Ricardo Peres da Costa

Licenciado em Filosofia. Mestre e doutorando em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Resumo

O artigo apresenta as concepções da infância na obra de Gilberto Freyre e a sua relação com o público e o privado na sociedade patriarcal. A temática escolhida possibilitou observar o intercuro cultural, os equilíbrios, os antagonismos que marcam os escritos freyrianos sobre a organização da sociedade e a formação do Estado brasileiro. Este estudo é descrito em Casa Grande & Senzala e Sobrados e Mucambos de forma secundária, mas pontua o processo infantil das crianças: indígenas, brancas e negras em um momento específico da história nacional.

Palavras-chave Gilberto Freyre, História da Criança, pensamento social brasileiro.

Abstract

The article presents the childhood conceptions in the work of Gilberto Freyre and its relationship with the public and the private in the patriarchal society. The theme chosen possible to observe the cultural intercourse, the balances, the antagonisms that mark the freyrianos written about the organization of society and the formation of the Brazilian state. This study is described in Casa Grande & Senzala and Sobrados e Mucambos secondarily, but punctuates child children process: indigenous, black and white at a specific time of national history.

Keywords Gilberto Freyre, History of the Child, Brazilian social thought.

Introdução

As transformações econômicas, políticas e sociais do século XIX na Europa contribuíram para que houvesse, conseqüentemente, mudanças na formação do Estado brasileiro. Decorrente dessas mudanças a concepção de infância adquiriu novos significados, mas apenas no século XIX passou a constituir avanço nas legislações.

A mudança nas legislações iniciou pela regulamentação do trabalho precoce em minas (França, 1813), pela proibição do emprego de menores de nove anos e o estabelecimento de restrições a carga horária de trabalho daqueles que possuíam menos de 16 anos, fixando uma jornada de trabalho de 12 horas diárias nas atividades algodoceiras (Inglaterra, 1819). Ainda na Inglaterra em 1833 foi proibido o emprego de crianças menores de nove anos de idade e estabeleceu-se uma limitação de 9 horas diárias para aqueles que tinham menos de 13 anos de idade e proibiu-se o trabalho noturno. A mesma idade, 9 anos, foi estabelecida na Alemanha em 1839 como idade mínima para o emprego de crianças e, em 1869 essa idade subiu para 12 anos. A Itália em 1866 criou a lei ordinária de proteção ao menor para regulamentar e interferir nos malefícios que o trabalho precoce acarretava aos menores. Decorrente da luta sindical de trabalhadores, em 1919 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconheceu os avanços normativos e passou a regulamentar definitivamente a proibição do trabalho infantil.¹

No Brasil o trabalho dos pequenos era visto de forma natural. Os filhos dos escravos cresciam nas fazendas realizando pequenos serviços que aumentavam com o avanço da idade sem receber qualquer tipo de ganho salarial pelos feitos realizados. A primeira legislação de atenção a eles foi firmada em 1871. A Lei do Ventre Livre assinada pela Princesa Isabel considerava livre da escravidão os filhos de escravas nascidos a partir de então. Vinte anos

1 ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. B. A. Schumann. Ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. (Mundo do trabalho; Marx-Engels). HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

depois (1891) o Decreto nº 1.313 estabeleceu a idade mínima de 12 anos para o trabalho.

Lentamente a criança deixou de ser objeto de interesse e preocupação do âmbito privado (Igreja e família), para se constituir em um elemento de preocupação nacional. A criança deixou de ocupar uma posição secundária e mesmo irrelevante na família e na sociedade, para ser percebida como um valioso patrimônio de uma nação – objeto de discurso político, inclusive. Vista como a chave do futuro, a criança poderia se tornar uma ‘pessoa de bem’ ou, ainda uma ‘degenerada viciosa’ trazendo consequências nefastas para a modernização do país e dos cofres públicos. Pouco a pouco ocorreu uma mudança na forma de se conceber socialmente a infância, pondo-se em dúvida a dimensão da inocência em contraponto à capacidade de fazer ‘malvadezas’ ou ‘delinquências’.

O estudo do pensamento social e histórico da formação do povo brasileiro e da concepção de infância está diretamente vinculado à história da formação social do Brasil. Dessa maneira, as estruturas sociais do país com o seu sistema coronelista, o patrimonialismo, o nacionalismo, o colonialismo, o escravismo, a formação do estado democrático e militar e o advento da democracia contribuem para que, possamos compreender a concepção de infância na formação da nossa sociedade nos períodos mencionados e a influência ainda existente na concepção de infância do Brasil contemporâneo.

Dentro das análises sociológicas e historiográficas sobre a criança no Brasil, temos uma introdução deste estudo, registrada por Gilberto Freyre, na década de 1930 do século XX. Freyre desenvolve fases de evolução da infância na sociedade colonial brasileira e no Brasil império, não de forma sistemática, mas fragmentada, pois esse não era objeto de sua temática. Ressaltamos a sua importância, apesar de não se constituir em um estudo específico sobre a criança no Brasil.

Contextualização da obra de Freyre

Uma sociedade é definida como patriarcal quando denota a inexistência entre “[...]”

uma camada social intermediária entre o senhor e o escravo [...]",² quando formada por seis estruturas: *o lar* nuclear burguês; *o emprego* em que, naturalmente, a mulher recebe pagamento inferior ao homem ou que a mulher está menos integrada do que o homem no trabalho assalariado e mais integrada ao trabalho doméstico, não-remunerado; *a sexualidade* das mulheres por um lado, não é aceita e, por outro, sofrem com abusos sexuais ou são consideradas alvo de cooptação de objeto patriarcal. Essa relação se dá pela concepção pornográfica da mulher como objeto sexual masculino e idealização do amor romântico feminino; *a violência* como forma de controle social feminino; *a cultura* do tratamento diferente dado aos meninos e meninas; e, *o estado* que contribui para a diferenciação e a desigualdade de gênero.³ Resumidamente, podemos dizer que o patriarcado "[...] é um sistema social em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres. É um conceito que enfatiza a inter-relação entre os vários modos em que os homens têm *poder* sobre as mulheres",⁴ e esse esclarecimento é importante para situar o contexto de análise de Freyre.

Tipo de dominação caracterizado pelas relações pessoais no âmbito da família extensa e que confere poder autoritário ao patriarca chefe de família ou de clã. Ideologicamente, envolve o respeito irrestrito à tradição, à santificação do passado e à obediência servil aos mais velhos, sobretudo ao pater famílias. Ao tomar dimensões mais amplas, transforma-se em patrimonialismo. No Brasil, o coronelismo se apresentou como uma modalidade de patriarcalismo.⁵

Quando se fala em família tradicional e patrimonialismo, o conceito acerca do coronelismo também deve ser entendido. O coronelismo é um termo que designa o grande proprietário rural que possuía um comportamento despótico e patriarcal. Havia no período um consenso geral de que a esse coronel seria devido um sistema de obrigações e favores que,

2 SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller 1999. p. 96.

3 OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

4 *Ibidem*, p. 561.

5 SANDRONI, Paulo. *Op. cit.*, p. 449.

consequentemente, confundia na sua pessoa atribuições tanto de caráter privado quanto público. O coronel era aquele que protegia e sustentava “[...] economicamente seus agregados, exigindo deles obediência e fidelidade a sua chefia política”⁶ em que o “Sistema de dominação política ou de autoridade tradicional em que a riqueza, os bens sociais, cargos e direitos são distribuídos como patrimônios pessoais de um chefe ou de um governante”,⁷ ultrapassando

[...] o âmbito das relações pessoais e familiares típicas do patriarcalismo, englobando até mesmo a estrutura de um Estado: um corpo de funcionários burocráticos, sem vínculos de parentesco com o soberano, administra, controla e usufrui do patrimônio público, que se apresenta como propriedade pessoal do governante. Um Estado de tipo patrimonialista não diferencia, portanto, a esfera pública da privada. Essa tradição patrimonialista foi herdada pelo Brasil com sua administração colonial baseada nas capitânicas e na economia centrada na grande propriedade familiar de monocultura. Segundo alguns autores, uma sociedade capitalista nascida de uma tradição patrimonial tenderia a formas autoritárias de dominação política, ao contrário das formações capitalistas originárias do feudalismo descentralizador (Europa), que seriam mais adequadas ao desenvolvimento e manutenção da democracia representativa.⁸

*Sobrados e Mucambos*⁹ é uma obra de Gilberto Freyre,¹⁰ publicada em 1936 que relata o momento histórico em que o patriarcado no Brasil começa a ser questionado, em meados do século XIX. A sua questão central descreve a ambiguidade cultural brasileira das discussões

6 *Ibidem*, p.133.

7 *Ibidem*, p. 449.

8 *Idem*.

9 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

10 Gilberto de Mello Freyre (1900-1989) foi um escritor que se dedicou à interpretação do Brasil a partir de uma análise sociológica, antropológica e histórica. Foi autor de ficção, jornalista, poeta e pintor. Recebeu da Rainha Elizabeth II o título de *Sir*, sendo um dos poucos brasileiros detentores desta alta honraria da coroa britânica.

entre a tradição patriarcal e o processo de europeização. Esse processo tem sido reconhecido, geralmente, como mudança de hábitos de vestir, de leitura, de consumo, de convivência social e autonomia dos jovens recém-formados em bacharéis, dentre outros. Percebe-se, nessa época, que o brasileiro incorpora a perspectiva do povo que precisa ser civilizado nos moldes europeus.

O conceito de patriarcalismo é um indicativo explicativo da nossa formação social, da estruturação e mudanças históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais pelas quais passou o país, tal conceito também é estratégico para compreender a obra *Sobrados e Mucambos*.

Em *Casa Grande & Senzala*,¹¹ a família tradicional ou nuclear burguesa é a unidade básica da sociologia freyriana, já que as instituições e o estado português se encontravam distante do Brasil Colonial. Freyre torna esse conceito fundamento da sua explicação de questões tanto sociais como psicológicas que segregam, aproximam e tornam íntima a vida do homem brasileiro. Para o autor, a ‘intimidade’ entre os polos (classes) desiguais da sociedade escravista seria inerente ao tipo de patriarcalismo poligâmico que era normalizado nas relações entre os senhores ou os seus filhos com as escravas. A obra do autor destaca que a origem mais longínqua dessa cultura estava relacionada com a experiência colonial portuguesa moura.

Freyre também interpreta as relações sociais ao longo do século XIX a partir de uma linha psicanalítica, segundo a qual, os modos de sociabilidade têm caráter sadomasoquista, marca de uma patologia crônica e específica na qual a dor alheia (tronco, chicote, varas de marmelo), o não-reconhecimento da alteridade dos negros e a perversão do prazer se transfiguraram em lastro básico das relações interpessoais que estruturaram a formação social brasileira no fim do patriarcado.

Em *Sobrados e Mucambos*, o autor exibe com clareza as alterações das mesmas casas-grandes que se urbanizam em sobrados com requintes arquitetônicos europeus e passam a expressar novas relações de distanciamento entre ricos e pobres, brancos e negros, casas-grandes e casas pequenas, a casa e rua, o pai e o filho, o brasileiro e o europeu, pares que expressam desigualdade e contradições. Nesse contexto, o autor revela em seu livro o prestígio

11 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

que o espaço público vai ganhar através de um novo sistema de interações sociais, que inclusive desencadeia posturas de defesa ante os abusos dos senhores que tentavam fazer desse espaço urbano um prolongamento da sua propriedade.

Mediante descrições e narrativas, o autor procura mostrar como no Brasil se difundiu uma série de concepções que traziam consigo novos princípios, novos modos de estar em sociedade e em família. Seriam mitos fundadores (*semióphoros*)¹² que renascem a cada momento da história para explicar e naturalizar relações sociais contraditórias que são incorporadas ao inconsciente coletivo.¹³ A obra expõe, ao leitor, testemunhos de novas posturas que se colocavam em *moda*, graças ao ideário moderno, higiênico, científico e normatizador da nova República.

Com o desenvolvimento das cidades, a hierarquização das relações sociais é firmada pela oposição entre o mundo colonial, os valores europeus burgueses e as novas realidades, principalmente àquelas relativas às transformações do estilo de vida na sociedade, vieram se integrar ao perfil do caráter nacional, criando espaço para uma sociabilidade que até então não existia. Nesse aspecto, o bacharelismo foi preponderante.

A decisão de europeizar o Brasil era a de civilizar o povo brasileiro de modo semelhante às maneiras e ao comportamento burguês europeu, acolhendo os valores individualistas que advinham com o incremento do mercado capitalista numa sociedade ainda atrasada, dependente e, com uma mentalidade pouco burguesa em relação às famílias europeias. Essas atitudes e valores se tornavam a forma essencial da chegada da modernidade ao Brasil trazida pela troca de mercadorias que, por sua vez, acarretava modificações nas nossas estruturas de sociabilidade, gerando novas relações entre pretos e brancos, filhos e pais, mulheres e homens; redimensionamentos que Freyre relata-nos com muita riqueza de

12 *Semióphoro* é uma palavra grega composta de duas outras: *semeion* ‘sinal’ ou ‘signo’ e *phoros*, ‘trazer para a frente’, ‘expor’, ‘carregar’, ‘brotar’ e ‘pegar’ [...]. Um semeion é um sinal distintivo que diferencia uma coisa de outra; é um símbolo; um signo, um acontecimento, uma celebração, enfim, são signos de poder e prestígio. Ele é também posse e propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhes permite dominar um meio social. (CHAUÍ, Marilena. *Op. Cit.*, p.7-8).

13 CHAUÍ, Marilena. *Idem*; OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Idem*.

detalhes ao longo dos capítulos de *Sobrados e Mucambos*, livro em que busca

[...] estudar os processos de subordinação e, ao mesmo tempo, os de acomodação, de uma raça a outra, de uma classe a outra, de várias religiões e tradições de cultura a uma só, que caracterizaram a formação do nosso patriarcado rural e, a partir dos fins do século XVIII, o seu declínio ou o seu prolongamento no patriarcado menos severo dos senhores dos sobrados urbanos e semi-urbanos; o desenvolvimento das cidades; a formação do império [...].¹⁴

Em sua análise, o autor mostra o lugar da criança em relação ao adulto na sociedade do sistema patriarcal. E, segundo ele existia “[...] uma distância social imensa entre os dois”.¹⁵ Como é comum na sua obra, Freyre relata como era a educação não escolar das crianças no Brasil falando de culinária ou arquitetura, das observações dos médicos sanitaristas acerca da higiene e da alimentação, da educação jesuítica ou eclesial, dos modismos estrangeiros e da disciplina empregada com rigor quase que sádico.

Os relatos explícitos na obra de Freyre o tornaram precursor de um estilo de análise ou abordagem do campo historiográfico que, posteriormente, passou a ser denominado de História do cotidiano ou História da vida privada.¹⁶ Esses aspectos serão analisados na próxima unidade deste artigo.

14 FREYRE, Gilberto. *Sobrados. Op. cit.*, p. 27.

15 *Ibidem*, p. 177.

16 Decorrente do estilo similar de análise existente entre Freyre e a *Escola dos Annales*, estudiosos contemporâneos como o historiador inglês Peter Burke tem debatido se o autor teria sofrido influência dos co-fundadores da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*, criada na França em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. A análise de Burke é de que “Em 1930, quando Freyre começou a trabalhar em Casa-Grande & Senzala, Bloch e Febvre ainda não tinham estabelecido suas reputações internacionais e Fernand Braudel, um mestre-escola na Argélia, era ainda virtualmente desconhecido. Foi somente no final da década de 30, quando Braudel veio à USP, que ele e Freyre encontraram-se e descobriram seus interesses em comum” (BURKE, Peter. *Gilberto Freyre e a nova história*. Tempo Social, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-12, dec. 1997. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86687>>. p.5.

A criança no patriarcado

A infância na sociedade patriarcal acabava precocemente, o que refletia a prematuridade da criança em se tornar um jovem ou adulto. A criança chegava a ter vergonha da sua infância e passava a modificar o seu comportamento imitando os adultos, seja nos trajes ou na maneira de se portar socialmente.¹⁷ Havia um sentimento de completa inferioridade em relação a si e ao mundo do adulto.

Tamanho é o prestígio do homem feito, nas sociedades patriarcais, que o menino, com vergonha da meninice, deixa-se amadurecer, morbidamente, antes do tempo. Sente gosto na precocidade que o liberta da grande vergonha de ser menino. Da inferioridade de ser párvulo. Tamanho é o prestígio da idade grande, avançada, provecta, naquelas sociedades, que o rapaz imita o velho desde a adolescência. E trata de esconder por trás de barbas de mouro, de óculos de velho, ou simplesmente, de uma fisionomia sempre severa, todo o brilho da mocidade, toda alegria da adolescência, todo o resto da meninice que lhe fique dançando nos olhos ou animando-lhe os gestos.¹⁸

Muito se romantizou sobre a infância. Esta fase foi construída nas mentalidades como fase da vida voltada para brincadeiras, período feliz da vida, fase de sonhos e fantasias quase sempre realizáveis. Isto se constitui num equívoco, pois muitas crianças têm e tiveram a vida tão difícil quanto a de muitos adultos, e na sociedade patriarcal essa realidade foi levada à condição extrema.

A Igreja Católica muito colaborou para a visão de eternidade da criança. Segundo

17 Atualmente, alguns autores defendem a tese da adultização e erotização da infância e até mesmo o término dessa fase da vida humana. A diferença é que nos dias atuais a razão principal está vinculada à barbárie capitalista para o consumo. Ver mais sobre o fim da infância em: POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Trad. Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Grafhia, 1999.

18 FREYRE, Gilberto. *Sobrados*. *Op. cit.*, p. 177-178.

Gilberto Freyre, até o século XIX era comum muitas mães sentirem-se felizes com a morte dos filhos, pois viravam anjos a sua espera no céu.¹⁹ O autor descreve que a criança quando menino era “Criado como anjo: andando nu em casa como um Menininho Deus”.²⁰ A crença das mães era baseada na liturgia canônica da Igreja Católica que incentivava esse roteiro celebrativo de que o menino-deus ao ser “[...] morto nessa idade angélica, o menino era adorado [...]” e a família imaginava que ele iria para a glória celestial jubilar ao lado de Jesus.²¹

Para o autor:

A superstição dos anjinhos é provável que se tenha derivado do seguinte: diante do número alarmante de crianças índias que a morte levou no século XVI os jesuítas teriam espalhado, para consolo das mães e no interesse da catequese, que era 'uma felicidade': os pequeninos iam para o céu.

A mortalidade infantil era compensada pelo fato de serem fecundas as mães brasileiras nas famílias patriarcais. De acordo com registros, genealogias, tradições de famílias, testamentos [...] podemos avançar a generalização de que o número de filhos legítimos, numa família patriarcal típica do Brasil que atingiam a adolescência ou mocidade, regulava, nos séculos XVIII ou XIX, e provavelmente no século XVII, entre 10 e 20.²²

Essa identificação *semióphora* com os anjos serviu como justificativa evangelizadora dos jesuítas para amenizar os cruzamentos entre brancos e índios e o aumento de doenças desconhecidas que vinham do desleixo ou do descuido e possibilitavam baixa imunidade e acometimento de doenças.

19 Analisando o mito fundador Chauí evidencia que tanto as chefias religiosas quanto as igrejas, detentoras do saber sobre o sagrado são as criadoras iniciais dos *semióphoros* (CHAUÍ, Marilena. *Op. cit.*, p.8).

20 FREYRE, Gilberto. *Sobrados. Op. cit.*, p. 178.

21 *Idem.*

22 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande. Op. cit.*, p. 406.

A verdade é que perder um filho pequeno nunca foi para a família patriarcal a mesma dor profunda que para uma família de hoje. Viria outro. O anjo ia para o céu. Para junto de Nosso Senhor, insaciável em cercar-se de anjos. Ou então era mau-olhado. Causa feia. Bruxedo. Feitiço. Contra o que só as figas, os dentes de jacaré, as rezas [...].²³

Esse misticismo em torno da categoria criança passou desde a tradição indígena ao catolicismo cristão. Sem dúvida foi a estratégia mais mórbida dos jesuítas em neutralizar a ira dos indígenas ao ver a crescente mortalidade dos curumins aos primeiros contatos dos dominadores europeus com a população nativa. O autor, baseando-se em outras fontes documentais, apresenta algumas causas dessa mortalidade infantil:

As causas da mortalidade infantil no Brasil do tempo da escravidão - causas principalmente sociais - são atribuídas ao sistema econômico da escravidão, isto é, aos costumes sociais dele decorrentes: falta de educação física e moral, educação das mães, desproporção na idade dos cônjuges, frequência de nascimentos ilícitos. Devendo acrescentar-se: o regime impróprio da alimentação, o aleitamento por escravas, nem sempre em condições higiênicas de criar, a sífilis dos pais ou das amas. Foi evidentemente a ação dessas influências que muitos confundiram com a de clima.²⁴

Freyre afirma que essa alegria mórbida decorrente da morte de crianças também fora notificada às famílias de origem europeia e, a elas teria sido explícito “[...] também a alegria, por assim dizer teológica [...]” pela mortalidade infantil.²⁵ Podemos considerar que fosse uma “[...] alegria mórbida, desenvolvida para consolo das mães em época de condições as mais anti-higiênicas de vida”.²⁶ A obra de Freyre também relata semelhança mística com a morte das

23 *Ibidem*, p. 366.

24 *Ibidem*, p. 367.

25 FREYRE, Gilberto. *Sobrados. Op. cit.*, p. 178.

26 *Idem*.

jovens virgens nos tempos coloniais e do Império, onde se idealizava a figura da moça que morria virgem “Tinha direito a capela de flor de laranja, véu de noiva, *bouquet* de cravos, caixão azul-claro ou branco. Foi outra idealização mórbida, baseada, sem dúvida, nos mesmos motivos que a idealização do anjo: a compensação psíquica, sob forma teológica”.²⁷

A análise de Freyre demonstra que modernização trazida através da figura dos bacharéis e médicos de família, dentro dos sobrados e nas casas de engenho foram acabando aos poucos com essas práticas antissociais e higiênicas da sociedade daquela época. O século XIX fora considerado um século de grande mortalidade não só de crianças como de mulheres a obra do autor contribui com desmistificação religiosa que justificava a morte de crianças e jovens.

Transição entre a criança protegida e a criatura estranha

A adoração ao “menino-deus” criado como anjo acabava-se cedo, dos seis aos sete anos, chegava-se à idade da razão estabelecida pela igreja católica e passava-se ao “menino-diabo”. Na idade da razão, pressupunha-se que a criança já estivesse apta a adentrar no mundo dos adultos. Nessa fase, a criança passava a pertencer também a um contexto social mais amplo que o lar. Para a tradição da época esse menino era considerado uma

criatura estranha que não comia na mesa nem participava de modo nenhum da conversa da gente grande. Tratado de resto. Cabeça raspada: os cachos do tempo de anjo guardados pela mãe sentimental no fundo da gaveta da cômoda ou oferecidos ao Senhor dos Passos para a cabeleira de dia de procissão.²⁸

Ao evidenciar o cotidiano da criança no Brasil patriarcal, Freyre demonstra como essas

27 *Ibidem*, p. 236.

28 FREYRE, Gilberto. *Sobrados*. *Op. cit.*, p. 179.

crianças filhos dos coronéis eram assistidas por familiares e pela Igreja Católica e demonstra que muitas vezes, a crueldade e os maus-tratos eram um laço que unia as crianças de diferentes classes sociais em seus diversos mundos.

Se, por um lado as crianças escravas sofriam com o trabalho e com o castigo físico, por outro, a criança branca convivia com forçada precocidade em se transformar em adulto, quando perdia a infantilidade própria. No mundo adulto valorizava-se o menino inteligente, versado em literatura desde cedo. Os castigos corporais ultrapassaram a temporalidade da Colônia e, também atingia as crianças brancas que, eram punidas por pais, tios, padres e mestres, algo que era comum para a época.

Castigado por uma sociedade de adultos em que o domínio sobre o escravo desenvolvia, junto com as responsabilidades de mando absoluto, o gosto de judiar também com o menino. [...]. O domínio do pai sobre o filho menor fora no Brasil patriarcal aos seus limites ortodoxos: ao direito de matar.²⁹

Havia uma espécie de regime absolutista do patriarca na administração da justiça de família, em que se mandava matar não somente os escravos, mas os próprios meninos e moças, seus próprios filhos. Esse caráter *pedagógico, disciplinar e correccional* chegava aos moldes de crueldade e sadismo não somente nas casas grandes, mas também nos colégios de padres. É nessa tradição que parte da infância brasileira foi educada até boa parte do século XX.

Foi no interior das grandes construções religiosas, destinadas ao ensino clássico do latim, da gramática, do santo ofício eclesial romano que os mestres régios aprimoraram o princípio de que a meninice entre os seis e doze anos era considerada a idade teológica imunda. Como descreve Freyre as crianças eram toleradas, desde que

²⁹ *Idem.*

[...] não se aproximasse dos adultos, nem levantasse a voz na presença deles, nem se desse a afoitezas de respondão. Respondesse baixo mesmo aos que falassem com ele gritando, quase como aos negros; desaparecesse da sala quando os grandes estivessem conversando; brincasse sem fazer assuada. Guardasse dos mais velhos uma distância de inferior, de subordinado, de subserviente.³⁰

Aos meninos lhes restavam apenas o cumprimento irrestrito dessa cultura “educativa”, pois ela era imposta por todos os jeitos, incluindo os mais cruéis através de castigos e humilhações. Inclusive alguns infantes ficavam gagos em decorrência desse sadismo dos senhores patriarcais e padres mestres. O menino escravo, denominado de moleque, já tinha seu destino traçado. Atendia ao menino de engenho de várias formas, sendo considerado o seu brinquedo preferido. O menino negro foi transformado em objeto com a ajuda dos senhores de engenho.

As obras de Freyre mostram o excesso de severidade e crueldade com a infância brasileira de universos diferentes. A indígena sofria maus-tratos, não por parte de seus pais, mas pelas imposições ritualísticas e culturais do seu meio; a criança branca sofria pressões, espancamentos e perversidades por parte de seus pais, familiares, igreja, mestres régios, para “fins pedagógicos” de ensino e disciplinares. A criança escrava era transformada em objeto e passava a ser utilizada pela criança branca em suas brincadeiras estúpidas, porém, consideradas normais para a época.³¹

Ainda que vivenciassem condições sociais e econômicas diferentes, havia uma ligação entre crianças de realidades tão díspares: os maus-tratos a que eram submetidas. Segundo a análise de Freyre à época, considerava-se normal maltratar crianças como forma de educá-las e prepará-las para a vida, para o ingresso no mundo dos adultos. As histórias das crianças são

³⁰ *Ibidem*, p. 180.

³¹ Importante mencionar que o livro *História social da criança e da família* de Philippe Ariès considerado um estudo pioneiro sobre a história da infância só foi lançado em 1962. O autor foi bastante criticado por não haver considerado os diferentes universos ou as condições sociais das crianças da Idade Média no seu trabalho (ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978).

diversas, assim como são os seus mundos. A forma como eram caracterizadas suas infâncias implicava a condição social a qual pertenciam, mas, por exemplo, conceitos institucionalizados pela igreja católica, como a *idade da razão*, segundo a qual, aos sete anos, a criança tinha concluído a primeira infância e estava apta a discernir entre o bem e o mal, estava instituída, apesar de suas vivências serem diferentes.

Os viajantes que aqui estiveram no século XIX são unânimes em destacar este ridículo da vida brasileira: os meninos, uns homenzinhos a forças desde os nove ou dez anos. Obrigados a se comportarem como gente grande: o cabelo penteado, às vezes frisado à Menino Jesus; o colarinho duro: calça comprida; roupa preta: botinas pretas; o andar grave; os gestos sisudos; um ar tristonho de quem acompanha enterro. Meninos-diabos eram só até os dez anos. Daí em diante se tornava rapazes. Seu traje, o de homens feitos. Seus vícios, os de homens. Sua preocupação, sifilizarem-se o mais breve possível, adquirindo as cicatrizes gloriosas [...].³²

A análise de Freyre permite compreender de que havia uma construção social do que deveria ser a criança e como o menino ou a menina deveria se comportar, pelo menos no que diz respeito aos segmentos mais abastados da população. Aos filhos de escravos e os menos abastados economicamente, a institucionalização foi a solução protetiva encontrada a partir do século XX.

Os meninos, os moços e as meninas-moças, as sinhás-donas

No final do terceiro capítulo de Sobrados e Mucambos, Freyre faz uma explanação brilhante acerca desse processo de transição entre o menino e o moço. Essa passagem é bastante expressiva na compreensão da transição da sociedade patriarcal aos tempos da

³² FREYRE, Gilberto. Casa-grande. *Op. cit.*, p. 411.

República regida pelo infante D. Pedro II.

O homem moço aquele pertencente à classe detentora dos meios de dominação e filho dos coronéis foi outro elemento importante no cenário das desigualdades da sociedade patriarcal. Esse jovem era educado nos colégios ou seminários de padres ou mesmo nas cidades europeias para formar-se bacharel. A educação do moço brasileiro acontecia tanto no Brasil em cidades como Olinda, Bahia e São Paulo como na Europa em locais como Coimbra em Portugal e Montpellier na França. Para tanto, era comum imitar-se as vestimentas e os costumes e hábitos diários franceses (cartola, sobrecasaca, bengala, capota preta, lenço de rapé etc.), além das leituras literárias que eram incorporadas ao cotidiano dos Sobrados brasileiros.

Ressalta-se que o homem moço ocupou papel de destaque a partir de meados do século XIX, papel similar aos das crianças que eram considerados quase que anjos. Todavia, a figura da mulher moça continuará sendo um apêndice nessa sociedade patriarcal. O que se percebe é que a educação feminina ficou restrita ao aprendizado das necessidades básicas de ser uma boa esposa e mãe. De modo que o homem significou no patriarcalismo os elementos do militante, protagonista, renovador, libertador e unilateral; a mulher, a fragilidade, o conservadorismo, o doméstico, a beatice e subserviência plena ao homem, seu senhor.

Freyre ressalta a precocidade exercida em relação às meninas da época colonial e mesmo de meados do Império, que eram estimuladas a casarem-se cedo, aos doze, treze, quatorze anos. Havia a preocupação dos pais, com as filhas que completavam quinze anos e não tinham se casado: aos vinte anos, considerava-se a moça solteirona. As meninas da época só mostravam atrativos aos doze, treze anos. Aos dezoito, já eram consideradas matronas, pois se considerava que já haviam atingido a maturidade completa.

As meninas que viviam na Casa de Expostos do Recife³³ e no Colégio de Órfãs em Olinda, no século XIX, eram estimuladas a casarem cedo como uma das maneiras de garantirem seu sustento. Quando se solicitava uma menina em casamento nessas entidades de atendimento às órfãs, os pedidos eram para as meninas menores ou as de idade de quinze anos. Ao casarem, essas meninas-moças passavam a sinhás-donas.

33 As crianças abandonadas e rejeitadas eram recebidas nessas Casas dos Expostos. Geralmente eram administradas por Congregações religiosas.

O que caracterizou a formação do homem moço, o desejo do menino querendo ver-se o quanto antes homem foi predominantemente a educação disciplinadora e sádica dos colégios de padres. Na obra de Freyre se percebem esses elementos: tristeza e falta de alimentação, “comia-se mal; havia muito jejum; o menino vivia com fome [...]”.³⁴ Esse regime provocava o acometimento de várias doenças, o espírito de conformidade, de ordem e o gosto excessivo pela disciplina,

[...] carneiros. Carneirinhos. Calados, olhos tristes, sem vontade própria, eram mesmos uns carneirinhos. E o trajo ainda lhes dava mais ar de carneiros: uma batina branca com uma cruz vermelha no peito. [...] os meninos continuaram tristes, agora de sobrecasaca preta, roupa de homem, alguns já viciados no fumo. [...] Era a opressão da pedagogia sádica. Todos - o pai e o mestre – inimigos do menino e querendo-o homem o mais breve possível. O próprio menino, inimigo de si mesmo e querendo ver-se homem antes do tempo.³⁵

O que se percebe ainda era uma tendência da pedagogia ainda colonial, de amadurecer a criança à força e animar a precocidade da vida adulta. O bacharelismo contribuiu para as mudanças no seio da sociedade patriarcal brasileira, tais como na estrutura da administração política do Segundo Reinado, na Igreja, na magistratura, na diplomacia, nas províncias, nas oligarquias, enfim, nas relações sociais, institucionais, eclesiais e pessoais. Neste período, as mudanças culturais promovam intensos conflitos e ambiguidades entre pais-filhos, netos-avôs, jovens-velhos.

Outra dimensão importante dos moços era a doença. Era quase que obrigatório acometer-se de gastrites, pulmonites, cardialgias etc., as doenças traziam em si um ar de romantismo sentimental e melancolia mórbida entre os jovens bacharéis, conforme demonstra Freyre: “[...] tornara-se tão bonito ser doente que até as meninas da primeira metade do século

34 FREYRE, Gilberto. *Sobrados. Op. cit.*, p. 186.

35 *Ibidem*, p. 192.

XIX viviam pondo bichas³⁶.

Os 'gênios' deviam morrer cedo e, se possível, tuberculosos. Nada de saúde. Nada de robustez. Nada de gordura. E os 'gênios' foram concorrendo para a própria morte. Exagerando-se no conhaque. Andando com protistutas. Sifilizando-se em orgias baratas. [...] vida de conhaque e de vadiação com mulheres.³⁷

Incorporam-se as estas características a falta de higiene pessoal, irregularidades na alimentação, falta de exercício físico, de sol, umidade das grandes casas ou sobrados dos colégios, vestimentas europeizantes e hábitos da tenra idade que iam acometendo-se a robustez da juventude brasileira.

A obra de Freyre demonstra o quanto à sociedade estava estruturada e como as relações entre o público e o privado, o estado e a família, o pai e o filho, o velho e o moço, a criança e o adulto foram se desenvolvendo ao longo dos séculos da formação do povo brasileiro e expresso nas obras *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*. Com a ascensão social e política desses homens jovens foi diminuindo o respeito pela velhice, que até aos princípios do século XIX fora um culto quase que religioso.

Era o declínio do patriarcalismo. O desprestígio dos avós terríveis, suavizados agora em vovós. O desprestígio dos 'senhores pais' que começavam a ser simplesmente 'pais' e até 'papais'. Era o menino começando a se libertar da tirania do homem. O aluno começando a se libertar da tirania do mestre. O filho revoltando-se contra o pai. O neto contra o avô. Os moços assumindo lugares que se julgavam só dos velhos. [...] fenômeno que parece caracterizar com seus excessos, toda transcrição do patriarcalismo para o individualismo. [...] são várias as cartas da época em que se refletem a atitudes de independência, quando não de

36 *Ibidem*, p. 195.

37 *Ibidem*, p. 196.

revolta, da parte de moços para com os velhos; de jovens bacharéis para com os patriarcas de casas-grandes de engenho e de fazenda.³⁸

Assim Freyre conclui o terceiro capítulo de *Sobrados e Mucambos*, destacando o papel do moço no advento da nova sociedade brasileira. Assim, os resquícios longínquos da cultura que fora impregnada na meninada da sociedade patriarcal e nos jovens que pretendiam modernizar o Brasil, ainda hoje influencia a cultura brasileira, refundando novos mitos.

Considerações finais

O artigo problematiza os mitos fundadores das concepções da infância na análise de Gilberto Freyre. O texto analisou os estudos realizados por Gilberto Freyre sobre a infância e as suas fases no Brasil patriarcal. A temática escolhida também possibilitou observar o intercuro cultural, os hibridismos, os equilíbrios, os antagonismos que marcam os escritos freyrianos sobre a organização da sociedade que marca uma nova ordem pública na formação do estado brasileiro.

Freyre, ainda que de forma fragmentada, introduz um estudo da criança brasileira através da sociedade patriarcal, estabelecendo conceitos e expressões significativas para exprimir o contexto social em que vivia a criança do século XVI ao XIX. Expressões como: leva-pancadas, menino-anjo, menino-diabo, ar seráfico, sinhá-moça, sinhá dona, moleques, meninozinho, permanecem atualmente na historiografia da criança no Brasil. A obra de Freyre está contextualizada no seu tempo e na perspectiva do autor na busca de discutir e dialogar com a chamada identidade nacional.

O que fica evidente na análise destes textos e na exposição do artigo, é que a história

38 *Ibidem*, p. 200.

da infância no Brasil é na realidade, a história de suas contradições e de seu próprio controle. Os estudos sobre a infância no Brasil parecem ter ampliado o seu campo de pesquisa e adquirido certo estatuto teórico e metodológico, que rompe com os dilemas de que a proteção à infância se deve exclusivamente no momento de suas violações, do encontro com condições precárias sociais e econômicas. De qualquer modo, no Brasil, o que se construiu teoricamente sobre a infância que estão a nossa disposição nos permitem conhecer as precárias condições sociais das crianças, sua história e suas contradições adversas de “adulto em miniatura”.

Por fim, ressaltamos a contribuição indireta de Gilberto Freyre na compreensão da história da infância, que cada vez mais ocupa um papel importante no campo das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, enquanto objeto de estudos.

O trabalho dos menores no Decreto 1.313 de 17 de janeiro de 1891

Pedro Paulo Lima Barbosa

Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História (UNESP/Campus de Assis). É professor do curso de História na Faculdade Santa Izildinha (FIESI/UNIESP)

Resumo

Em nosso artigo procuraremos analisar o Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891, que estabelecia providências para regularizar o trabalho dos menores empregados das fábricas, indústrias e oficinas da então capital federal do Brasil. Procuraremos, também, apontar as reivindicações por parte de setores importantes da sociedade que requeria, na época, uma intervenção do Estado na criação de leis que regulamentassem e garantissem as condições mínimas para o trabalho de crianças e jovens que, cada vez mais, se ampliava nos grandes centros urbanos.

Palavras-chave trabalho dos menores, decreto nº 1.313 de 1891, Primeira República.

Abstract

In our essay we will try to analyze the Decree 1.313 of January 17, 1891, which established providence to regulate the work of young employees of factories, industries and workshops of the then federal capital of Brazil. We will try also point out the claims by important sectors of society that required, at the time, state intervention in the creation of laws regulating and guaranteeing the minimum conditions for the work of children and young people, increasingly widened in large urban centers.

Keywords work of young employees, decree no. 1.313 of 1891, First Republic.

Introdução

A preocupação com temas ligados à criança ou à infância, até pouco tempo atrás, era praticamente inexistente. Devido a um *métier* historiográfico consideravam-se estas questões, de certa forma, irrelevantes. Esta situação passou a se modificar, por um lado, por conta dos novos caminhos abertos pela história social que trouxe à baila o vivido; as experiências sociais na história e, por outro, graças ao trabalho pioneiro do ‘historiador dileitante’ Philippe Ariès e seu livro traduzido no Brasil sob o título “História Social da Criança e da Família”¹ ».

Estes dois fatores somados contribuíram para que os estudos historiográficos sobre estas temáticas ganhassem espaço no campo acadêmico. Dentro dessa produção historiográfica voltada aos mais variados assuntos ligados à criança e à infância, não faltam trabalhos vinculados aos aspectos de ordem teórico-metodológica, tais como: econômico, cultural, político. Deste modo, a história da criança e da infância tem mostrado que veio para ficar.

Há que se destacar, porém, que muito embora a história da criança e da infância, no Brasil, se faz bastante presente, é apenas no final da década de 1980 e início dos anos de 1990 com o projeto “Quatro séculos da história social da infância no Brasil”, idealizado pela historiadora Maria Luiza Marcílio e realizado pelo Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL)² da Universidade de São Paulo, que esta temática passou, efetivamente, a ser estudada no país.³

1 No Brasil, a primeira versão do livro de Ariès foi publicada em 1978.

2 Os temas estudados pelo CEDHAL, segundo a historiadora Heloisa Maria Teixeira, e que mais tarde influenciaram outros trabalhos de outras instituições, com a utilização de novos métodos analíticos foram: “(...) os recém-nascidos abandonados (...) a questão da ilegitimidade (...) a natalidade, morbidade e mortalidade infantil; o internamento de crianças de instituições assistenciais ou correccionais; a violência contra a infância; a legislação pró-infância; o trabalho infantil; as crianças escravas.” TEIXEIRA, Heloísa Maria. *A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)*. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, 2007. p. 114.

3 TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Op. cit.* p. 113, 114.

Outro fato importante que denota a entrada de vez dos temas criança e infância, por parte dos historiadores brasileiros, no meio acadêmico é a publicação de um número especial sobre estas temáticas em uma das maiores Revistas de História do país, a “Revista Brasileira de História”, em setembro de 1999, cujo dossiê versou sobre “Infância e Adolescência”⁴. Assim, é somente na década de 1990 que as questões concernentes à criança e juventude ganharam força nos estudos históricos no Brasil. A partir daí, estas questões alcançaram expressiva produção historiográfica dando às crianças brasileiras não apenas um rosto, mas também uma cor, um corpo.

No sentido de contribuir com os estudos concernentes à legislação social e trabalhista na Primeira República (1889–1930), no Brasil, este artigo versa sobre o Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891 que foi, ao longo de muitos anos, a única lei que regulamentou o trabalho nas fábricas, oficinas e indústrias brasileiras durante este período.

Este artigo, o dividimos em duas partes. Na primeira, procuramos trazer à baila a repercussão da publicação do Decreto 1.313 nos jornais da época, bem como a reivindicação por parte de setores importantes da sociedade, tais como: profissionais liberais, escritores e literatos, classes médias urbanas que requeriam uma intervenção do Estado nas questões sociais e trabalhista antes mesmo de sua publicação. À época, era relativamente comum observar em jornais informações sobre debates ou criação de legislação trabalhista em regiões onde o capitalismo estava em um processo de industrialização bem mais avançado do que no Brasil, principalmente Europa e Estados Unidos da América. Isto, porém não quer dizer que ao tomarem como exemplos estas regiões, intelectuais e jornalistas da época advogassem a elaboração de um corpo de leis que fosse cópia de outras nações.

Nossa principal fonte para a elaboração desse artigo, além do próprio Decreto 1.313 de 17 de janeiro de 1891, foram os jornais da grande imprensa da época. Embora possa ser um tanto quanto imprecisa, nessa definição, entendemos que trata-se do conjunto de periódicos

4 Esta revista pode ser encontrada em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018819990001&lng=en&nrm=iso> Acessado em 16/08/2014 às 14h43.

que tinha maior número de circulação diária além de contar com grande capital econômico e organizacional.⁵

Destarte, é evidente que a imprensa era carregada e movida pelos valores ideológicos dos grupos que a dirigia. Contudo, enquanto espaços de sociabilidades privilegiados de circulação de ideias, valores e lutas simbólicas, os jornais brasileiros da época eram (e são) como um diapasão de novos interesses sociais expressos na sociedade nem sempre consonantes entre si.

Ao procurar demonstrar como os trabalhadores menores de idade e os projetos em disputa para a regulamentação do trabalho dos menores, no início do governo republicano, eram retratados nos jornais da época, não perdemos de vista que os discursos veiculados, em suas páginas, matizaram suas (re)ações no sentido de reforçar a imagem desses grupos sociais enquanto supostos elementos frágeis na produção industrial envolvendo diversos interesses, muitas vezes antagônicos, tais como: políticos, sociais, econômicos, financeiros e de Estado. Contudo, não deixamos de lado a análise de livros, revistas e da legislação no momento em que o Decreto 1.313 foi promulgado.

Em um horizonte de eventos políticos, onde predominavam a omissão e a leniência dos poderes Legislativo e Executivo frente à criação de leis trabalhistas no país⁶, o que se pleiteava nos jornais, no final do Império e durante toda a Primeira República, era uma

5 Como se observa, seguimos aqui a definição da historiadora Tânia Regina de Luca que fez as seguintes considerações sobre a grande imprensa: “A expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica, designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.” LUCA, Tânia Regina de. *A grande imprensa na primeira metade do século XX*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 149.

6 Sobre a legislação social e trabalhista referente ao trabalho dos menores, o pesquisador Vicente de Paula Faleiros fez o seguinte comentário: “(...) omissão, repressão e paternalismo são as dimensões que caracterizam a política para a infância pobre na conjuntura da Proclamação da República, decorrentes não só da visão liberal, mas da correlação de forças com hegemonia do bloco oligárquico/exportador.” FALEIROS, Vicente de Paula. “Infância e processo político no Brasil”. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 36.

mudança dessa postura omissiva dos poderes públicos. Isso, porém, não quer dizer que se apresentava nos jornais da época uma reivindicação intervencionista por parte do Estado brasileiro. Ao contrário, pleiteava-se uma sociedade liberal na defesa da legislação social e trabalhista.

Com um novo posicionamento do Estado brasileiro não deixaria de ter um posicionamento liberal frente às questões sociais e trabalhistas. Contudo, passaria a agir no sentido de capitanear as relações entre capital e trabalho buscando assim, evitar a luta de classe e a conciliação entre classes.

Na segunda parte deste texto, analisamos o Decreto nº 1.313 de 17 de janeiro de 1891. Embora em seu corpo compreendesse matérias importantes como o estabelecimento de pontos essenciais, como, por exemplo, a idade mínima para o ingresso de menores nas fábricas e indústrias, nele, havia ‘fissuras’ as quais colocavam em xeque sua própria viabilidade que era o quesito de fiscalização e de punição aos infratores.

Destarte, estudar este Decreto 1.313 é, de certa maneira, procurar compreender a tônica a qual foi dada à questão social e trabalhista no país ao longo da Primeira República. Evidentemente, não queremos dizer com isto que a legislação bem como o debate sobre sua implementação no país se deu de forma homogênea e até mesmo monolítica. Ao contrário, pois quando nos debruçamos sobre este Decreto, é possível compreender a dinâmica destes debates que, na época, possuía um caráter específico, porquanto era debatido no campo da moral e sanitário⁷.

Sem embargo, devemos destacar que, na época, nem todos concordavam com a visão de que o Decreto 1.313 legislasse as questões sociais e trabalhistas referentes aos trabalhos dos menores no campo moral e sanitário. Para o advogado Evaristo de Moraes, que teve

7 Sobre esta questão, a historiadora Ângela Maria de Castro Gomes afirmou: “O que é preciso perceber e destacar é que a chamada questão social, naquele período [Na Primeira República], era entendida e tratada de uma forma específica, ou seja, ela não era considerada uma questão de política e, quando aparecia nos discursos eleitorais e nas plataformas governamentais ganhava foros de um problema moral e sanitário. Neste sentido, significava uma disfunção, um desequilíbrio nas relações de trabalho que precisava ser eliminado da sociedade da mesma forma que a ignorância e a doença.” GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Trabalho e previdência: 60 anos em debate*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992. p. 8.

importante atuação na luta para a implementação das leis trabalhistas no Brasil, este Decreto tinha um caráter “verdadeiramente social”. Dizia Moraes: “Ao regime republicano devem os operários residentes no Brasil uma lei de cunho verdadeiramente social – o decreto nº 1.313, de 1891, que dá regulamentação ao trabalho das crianças e dos adolescentes nas fábricas.”⁸

Destarte, entre o campo moral e sanitário de um lado e o campo social de outro, o Decreto 1.313 foi concebido em uma atmosfera de reivindicações por parte da sociedade que reclamava junto aos poderes públicos uma maior intervenção do Estado na criação de leis que dirimissem os embates existentes entre capital e trabalho.

Embora os temas versados neste artigo não sejam inéditos na historiografia brasileira, o Decreto 1.313 e o trabalho dos menores na Primeira República, pois foram estudados com muita propriedade pela historiadora Esmeralda Blanco B de Moura⁹, as fontes, por nós encontradas no decorrer desta pesquisa são inéditas. A autora, por conta do acesso no período em que ela pesquisou, década de 1970, não teve a oportunidade de analisá-las. Dessa maneira, acreditamos que podemos contribuir tanto com a literatura concernente a estas temáticas quanto com os debates historiográficos referentes ao Decreto 1.313.

O debate sobre a legislação do trabalho dos menores nos periódicos brasileiros nos anos finais do Império e anos iniciais da República

A sociedade brasileira republicana, baseada em uma nova ordem liberal, se transformava em um corpo social em que pleiteava a gerência do Estado nas questões sociais e trabalhistas, sem, contudo, modificar a essência de seu estado liberal¹⁰. Assim, a primeira

8 MORAES, Evaristo de [1905]. *Apontamentos de direito operário*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 1986. p. 31.

9 MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda., 1982.

10 O sociólogo Luiz Werneck Vianna afiança a respeito das transformações ocorridas na sociedade brasileira, no início do período republicano, a seguinte modificação do pensamento liberal: “Precisamente nesse ponto ocorre um efeito de descolamento – o pensamento liberal desliza do plano do indivíduo para o da sociedade, decorre daí uma profunda mutilação na consciência liberal, em que o próprio direito de propriedade e a motivação ‘natural’ para se tornar proprietário demandam uma prévia justificação moral e legal. A ordem liberal se esvazia do seu conteúdo substantivo – sua psicologia do homem – que emprestava consistência a

Constituição republicana datada de 1891, bem como o Decreto 1.313 de janeiro de 1891 dariam a tônica que marcou a ação do Estado ao longo de toda a Primeira República e que, de certa maneira, influenciariam os debates acerca da sociedade civil e do Estado nas questões sociais e trabalhistas brasileiras. Contudo, atribuir apenas a leniência do Estado no campo da legislação social e trabalhista a seu posicionamento liberal, enquanto agente histórico possuidor de relativa autonomia, é uma análise um tanto quanto, simplista.

Houve durante toda a Primeira República uma série de fatores que corroboraram para que ocorresse a ausência das ações, por parte do Estado brasileiro, no campo da legislação social e trabalhista no país, a incorporação do trabalhador a um estado de bem estar social e a uma sociedade de direito que apenas mais tarde teria se configurado, porém não se universalizado. Entre esses fatores podemos citar: um Estado débil em sua estruturação federal, a truculência desproporcional das polícias estaduais em relação ao movimento operário, a ausência de participação política que marcou a ação operária durante quase toda a Primeira República, entre outros¹¹.

Estes eventos contribuíram para que houvesse no processo de mudança do período Monárquico para o Republicano no Brasil profundas continuidades e rupturas da ordem

seu discurso, para se transformar no formulário de como produzir e conservar a ordem e a estabilidade social.” VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. 4ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 28.

- 11 O sociólogo Adalberto Cardoso quanto à ausência da criação de um corpo de leis por parte do Estado, bem como a incorporação dos trabalhadores a uma sociedade de bem estar social considera que houve uma série de eventos cruciais. Entre eles o referido autor aponta: “o padrão de incorporação dos trabalhadores na ordem capitalista no início do século XX, que deixou heranças profundas na sociabilidade capitalista posterior; a estrutural fragilidade do Estado, sempre às voltas com seus próprios déficits e sua incapacidade de enraizamento no vasto território nacional; a persistente violência estatal contra o trabalho organizado, muito superior à ameaça que este eventualmente representou ao longo da história; a diminuta participação do operariado industrial na estrutura social e a enorme fragmentação das formas desorganizadas de obtenção de meios de vida no mundo urbano, fora do mundo do trabalho forma; o baixo patamar da riqueza social produzida; e o padrão de incorporação dos trabalhadores no mercado de trabalho urbano a partir da década de 1940, resultante da abdicação, pelo Estado, da tarefa de regular o mundo agrário, com isso transformando as cidades em polo irresistível de atração para os trabalhadores pobres do campo, que migraram na esperança de melhorar de vida.” CARDOSO, Adalberto Moreira. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Ed.

escravista pós 1888. Principalmente no que tange ao trato dos trabalhadores brasileiros. Até porque a transição do trabalho escravo para o trabalho livre não se deu de forma homogênea em todo o território nacional.

Ademais, essa ideia remeteu muitas vezes a visão distorcida de que com o fim da escravidão teria chegado ao fim o excesso de trabalho e a melhora nas condições de labor. À medida que o Brasil foi se industrializando, no último quartel do século XIX, intensificou-se no meio social, os debates sobre a necessidade de se organizar a força de trabalho no país. Em meio a este debate, muitos apontavam o desejo de se regularizar, principalmente, o trabalho dos menores e das mulheres, supostos ‘elos frágeis’ na corrente de produção.

A exemplo do que estamos nos referindo, o jornal carioca *Novidades*, em sua edição do dia 2 de fevereiro de 1887, trazia em suas páginas a premência de se regulamentar o trabalho deste segmento de trabalhadores tão explorados.

Um estudo, conscienciosamente feito das relações entre o capital e o trabalho, pode evitar em boa hora o alastramento do desânimo que vai geralmente invadindo as classes operárias, dependentes na sua quase totalidade de industriais pouco equitativos e sujeitos a uns miseráveis salários que seria triste mencionar aqui.

O trabalho dos menores e o trabalho das mulheres têm sido – empregue-se a palavra – literalmente explorado. Nas fábricas de tabaco, sobretudo exiguidade de remuneração, a insolência dos patrões, o longo prazo do serviço, a complicação do trabalho incompatível às vezes com a debilidade do sexo e com as forças dos menores – deviam ter já merecido dos competentes poderes um pouco de misericordiosa atenção, definindo e regularizando a responsabilidade dos donos perante os compromissos dos operários.

Se esta lei aparecer, o Sr. Ministro das Obras Públicas terá merecido, pela consciência do seu estudo e pela audácia da sua resolução, o reconhecimento geral do país, tão abundante ao presente de homens de boa têmpera, de coragem, civismo e abnegação¹².

FGV, 2010. p. 17, 18.

12 *Jornal Novidades*, 2 de fevereiro de 1887, p. 2.

Para o jornal Novidades, havia passado o momento em que se deveria debater no país a criação de leis capazes de equacionar as relações entre capital e trabalho. Impondo o máximo de lucro em suas fábricas, oficinas e indústrias, os empregadores exploravam ao máximo a força de trabalho, principalmente de mulheres e crianças que, na maioria das vezes, eram submetidos às piores condições em suas atividades profissionais, porquanto estavam sujeitos à execução de tarefa “incompatível às vezes com a debilidade do sexo e com as forças dos menores”.

A solução para este problema, isto é, da exploração da força de trabalho por parte dos empregadores, estaria, então, em um novo papel do Estado em definir e regularizar as responsabilidades dos empregadores frente às relações entre capital e trabalho. Outro ponto que chama a atenção na citação anterior é quando seu autor deixa transparecer a necessidade de se estudar a questão social e implementá-la no país. À época, ao analisarmos os jornais do final do Império e início da República, foi possível perceber que muitos periódicos traziam à baila as transformações da legislação social e trabalhista em vários países, principalmente Alemanha, França, Inglaterra, Portugal e Estados Unidos da América.

Em prospecto recebido pelo jornal O Cearense (CE), por parte da Companhia Zootechnica e Agrícola Brazil, seu autor, Domingos Maria Gonçalves, apontava a emergência de se resolver o problema da força de trabalho no país. Assim, ele argumentava:

É tempo de se resolverem dois grandes problemas dos quais depende a indústria agrícola nacional: a organização do trabalho livre e a instrução agrícola.

Com o desaparecimento do elemento servil, ficam as grandes fazendas sem pessoal competente para dirigir os muitos e variados serviços que ela exige, porque o trabalho livre, que deve ser bem pago para se obterem braços em quantidade, carece de uma direção muito mais econômica e científica do que a atual, a fim de poder compensar os sacrifícios que com eles tenha de se fazer.

Em regra, os atuais feitores são pouco hábeis para essa nova organização de trabalho por falta de conhecimentos especiais, e por isso é de maior necessidade habilitar o pessoal que os deve substituir.

Há no Brasil milhares de crianças pobres, analfabetas, sem educação, sem profissão e sem modo de vida, futuros criminosos e vadios, se um trabalho racional e instrução suficiente não lhes dirigirem o espírito e educar o corpo nos hábitos de uma profissão honrosa e lucrativa.

Os escravos alforriados ficam com horror às fazendas onde trabalham seus antigos parceiros; é necessário, pois nobilitar o trabalho desses homens, dando-lhes uma ocupação lucrativa em fazendas-escolas, e forçando-os a se instruírem.

(...) sendo o império muito vasto e tendo por consequência uma grande variedade de climas e de condições geológicas agrícolas era indispensável à criação de pelo menos cinco estabelecimentos-escolas, para se ensinar em cada um, conforme a sua latitude, os processos de cultura e as zootecniais mais convenientes à zona agrícola onde ele tenha de influenciar¹³

O autor do excerto supracitado, reconhecendo que vivia em tempos de mudanças, apontava a premência de se solucionar dois problemas graves à economia agrícola do país: a organização do trabalho livre e, conseqüentemente, assalariado e o sistema educacional brasileiro. Duas questões que afetavam, em seu entender, diretamente o desenvolvimento da economia capitalista agrária nacional.

Em relação ao primeiro problema, isto é, a ausência de força de trabalho às lavouras brasileiras, Domingos Maria Gonçalves apontava como solução a utilização do trabalho de menores. Esta solução era bem vista, pois ao mesmo tempo em que essas crianças serviriam como força de trabalho resultaria em um modo pelo qual elas seriam afastadas dos perigos sociais, evitando se tornarem “futuros criminosos e vadios”. Quanto a este ponto, é importante que se diga que este era um valor histórico e social muito forte da época. Para ser uma ‘pessoa de bem’, era preciso, na concepção da época, que se iniciasse a trabalhar desde cedo e que tivesse uma profissão “honrosa e lucrativa”.

No que tange ao segundo ponto, ou seja, a questão educacional, entre outras soluções, seu autor apontava a criação de escolas agrícolas as quais, dependendo de sua localização, teriam um conteúdo pedagógico voltado ao cultivo agrícola regional. Assim, estas

13 *Jornal O Cearense*, 9 de setembro de 1885, p. 2.

duas questões somadas seriam capazes de resolverem os problemas relacionados à indústria agrícola no país.

Há que se destacar, ainda, que este texto foi escrito em um momento em que, cada vez mais, se substituíam a força de trabalho escrava pela assalariada. No que tange à argumentação de seu autor, sabendo da inevitabilidade do fim da escravidão, utilizou-se de argumentos inovadores¹⁴, à época, quanto à necessidade de se formar uma força de trabalho instruída e capaz de dinamizar a produção da indústria agrícola no Brasil. Entretanto, com características conservadoras quanto à utilização e à visão de crianças como força de trabalho.

As referências à legislação social e trabalhista de outros países, concernentes ao trabalho de menores, volta e meia eram trazidas pelos jornais enquanto modelo a ser seguido pelo Brasil.

Não são raros os países europeus que têm legislado no sentido de impedir o excesso de serviço dos menores e das mulheres, cujos salários sendo menores do que os dos homens levam os industriais a preferir o emprego desses entes fracos, que tendem a abusar com o fim de tirar o maior proveito possível de seus serviços.

Ultimamente ainda à Câmara dos deputados da França, foi apresentado um projeto de lei regulamentando o trabalho dos menores e das mulheres nas fábricas, oficinas e armazéns.

Os meninos não serão admitidos senão depois dos treze anos ou dos doze se tiver provado que terminaram a instrução primária. Além disso, serão submetidos a um exame médico e não serão

14 Deve-se deixar claro que consideramos esta argumentação inovadora no sentido de se opor aos conceitos invocados em favor da manutenção da escravidão no país, tais como: a possível subversão da ordem, desorganização da economia agrícola do país, entre outros. Quanto aos fatores que levaram ao fim da escravidão e à utilização do trabalho livre assalariado, a historiadora Emília Viotti da Costa afirma: “A multiplicação das vias férreas, os aperfeiçoamentos técnicos do processo de beneficiamento do café, a especialização progressiva da fazenda, o fenômeno da urbanização das últimas décadas, as novas perspectivas econômicas criavam, aos poucos, quando não impunham, novas condições de trabalho. O braço escravo revelava-se cada vez mais oneroso e improdutivo dentro da nova realidade econômica.” COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 267.

recebidos sem que estejam em estado de suportar as fadigas do trabalho. Até aos 18 anos não poderão trabalhar à noite. Fica reservado para descanso um dia da semana.

Se os nossos legisladores pensassem um pouco neste assunto... É tão interessante para o futuro do Brasil!¹⁵

Reclames como este feito no Diário de Notícias, como dissemos, eram frequentes. Cada vez mais setores importantes da sociedade, tais como os profissionais liberais, classes médias urbanas, intelectuais, dentre outros apontavam a necessidade de o Estado regulamentar as relações capitalistas no país.

Este posicionamento, entretanto, não era consenso. Ele tendia, muitas vezes, ser exceção à tendência em que defendia o trabalho dos menores nas indústrias, quer manufatura, oficina ou usina, quer agrícola. Na Revista Ponto Nos II publicada no Rio de Janeiro, há um exemplo ao qual nos referimos.

Mas (...) vem a propósito respondermos aqui a alguns caturras impertinentes que condenam, em nome dos princípios humanitários, obrigar-se a trabalhar uma criança tão pequena, clamando voz em grita por uma lei universal que regule o trabalho dos menores.

Em tese terão talvez razão os tais caturras, mas então que querem se o pernicioso exemplo vem de cima e tão de cima?

Reparem, verbi et gratia, nos filhos dos monarcas coitadinhos, aos quais, mesmo antes de nascidos, já põem uma farda às costas, para que os desgraçados à entrada deste mundo tenha já o posto de furriéis!¹⁶

Destarte, queremos destacar com isto que embora esses setores da sociedade “gritassem” à necessidade para que o Estado interviesse criando leis que amparassem as

15 Jornal *Diário de Notícias*, 24 de outubro de 1888, p. 2.

16 Revista *Ponto Nos II*, 13 de janeiro de 1887, p. 14.

crianças operárias, isto ainda não era consenso. E exemplo disso foi o impacto que a criação do Decreto nº 1.313 de 17 de janeiro de 1891¹⁷ teve.

Jornais da época, sobre a promulgação do Decreto 1.313, trouxeram em suas folhas uma pequena nota informando a seus leitores da promulgação desta lei ou quando não a publicava na íntegra, mas não a comentavam ou a analisavam.

Ouvi dizer o Jornal que o ministro do interior trata de expedir um decreto regularizando as horas de trabalho dos menores operários de estabelecimentos públicos e de particulares, sendo para esse fim criado lugares e fiscais do governo que visitem diariamente esses estabelecimentos, examinem qual o serviço desses menores, a maneira por que o fazem a sal constituição física e quais as condições do serviço que lhes são impostos e bem assim qual a sua educação nas escolas desses estabelecimentos¹⁸.

Como se pode observar, o jornal do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) que tinha como líder o positivista Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul trouxe, de uma forma imprecisa, a informação da promulgação da lei, limitando-se, apenas, a informar sobre sua finalidade a seus leitores.

Como dissemos, e podemos observar sobre o Decreto 1.313, quando da sua publicação, houve poucos comentários específicos acerca dele nos jornais da época. Na maioria das vezes, os periódicos, traziam a informação sobre sua publicação: “O decreto nº 1.313 estabelece providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da Capital Federal”¹⁹ ou, quando não, publicava-o na íntegra. Entretanto, sem nenhum comentário ou explicação a seu respeito.

17 Este decreto pode ser encontrado no jornal *O Brasil* (RJ), de 24 de janeiro de 1891, p. 2. Pode ser encontrado também em: BRASIL. *Decreto Nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891*. Estabelece providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da Capital Federal. <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=64469&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 14 jan. 2015.

18 Jornal *A Federação*, 3 de janeiro de 1891, p. 2.

19 Jornal *Novidades*, 23 de janeiro de 1891, p. 1.

Sobre sua receptividade no meio operário, conseguimos distinguir apenas no Partido Operário do Espírito Santo que viu com bons olhos a criação deste decreto considerando-o, à época, “patriótico” e “auspicioso”.

O centro do Partido Operário, grato ao ilustre cidadão Cesário Alvim, ex-ministro do interior, pelo patriótico e auspicioso decreto de 17 do passado, regularizando o trabalho dos menores nas fábricas, celebra no sábado às 6 ½ da tarde, uma sessão solene em homenagem àquele cidadão que honrará a sessão com a sua presença²⁰.

Conforme noticiou O Estado do Espírito Santo, órgão oficial do Partido Republicano Construtor deste estado, José Cesário de Faria Alvim, Ministro do Interior responsável pela criação do decreto que regulamentava o trabalho dos menores, teria sido homenageado pelos trabalhadores por considerar esta ação, ainda que incipiente, um passo importante na luta pelos direitos trabalhistas no país.

No mesmo mês de sua promulgação no Brasil foi realizado em Lisboa, Portugal, um Congresso de Associações de Classes o qual foi promovido pela Associação dos Trabalhadores. Contendo uma ampla agenda de debate, este congresso visava debater as principais questões que permeavam a vida dos trabalhadores, tais como: questão salarial, trabalho dos menores, horas de trabalhos, entre outros²¹.

Mesmo após a promulgação do Decreto Lei 1.313, de 17 de janeiro de 1891, os debates a respeito desta lei continuaram. Embora aparecessem notícias, curtas, é verdade, sobre a necessidade de o governo brasileiro regulamentar leis sobre o trabalho dos menores no país tal como outras nações mais adiantadas o fizeram.

O jornal Gazeta de Petrópolis (RJ), do dia 4 de dezembro de 1895, reivindicava em seu editorial esta necessidade. Assim, requeria dos legisladores brasileiros:

O desenvolvimento de nossa indústria fabril deve chamar a atenção dos nossos legisladores para uma questão importante: a necessidade de regulamentação do trabalho das crianças nas fábricas, como se

20 Jornal *O Estado do Espírito Santo*, 5 de fevereiro de 1891, p. 1.

21 Cf. *Gazeta da Tarde*, 20 de dezembro de 1890, p. 2.

prática em França, onde, por lei, se proíbe o emprego, nesses estabelecimentos, de crianças de menos de 13 anos²².

Para os editores deste jornal, o desenvolvimento industrial, o qual o Brasil passava no final do século XIX, trazia consigo consequências inerentes ao progresso material do país. Assim, esta evolução deveria ser acompanhada de perto por parte dos legisladores que teriam a incumbência de fiscalizar e, principalmente, legislar sobre pontos centrais ao desenvolvimento econômico, entre eles, o trabalho das crianças nas fábricas.

Em matéria veiculada no jornal *A Notícia da cidade do Rio de Janeiro*, intitulada “Trabalho das crianças”, Abel Gama relatou, de forma detalhada, como era organizado o trabalho dos menores em outras nações mais desenvolvidas do que o Brasil na época. Assim, ele descreveu:

Pululam nos tempos modernos, pelos diversos países civilizados do mundo, as fábricas, as usinas e as inumeráveis companhias de todas as espécies de manufaturas. Em todos esses estabelecimentos em que a indústria, extraordinária do século XIX cresce, desenvolve-se aperfeiçoando-se incessantemente o trabalho do homem, como o da criança, é realizado em comum, obedecendo, nas principais cidades civilizadas, às leis higiênicas. Nem sempre, porém, a higiene profissional reinou nessas enormes aglomerações, onde a promiscuidade perigosa obrigou os médicos aos estudos sérios que hoje existem sobre higiene profissional. Em tempos não muito remotos, lemos que meninos de 7 anos trabalhavam nas usinas d’Elbenf 16 e 18 horas por dia. O mesmo sucedia nas fábricas de Lyon.

E está provado, na atualidade, que desses estabelecimentos, os trabalhadores que maiores tributos pagam à insalubridade das casas industriais são as crianças e os adolescentes.

São inúmeros os perigos que correm, quer em relação às moléstias contagiosas, quer a muitas outras, e ainda sobre o ponto de vista moral a respeito da segurança de suas vidas são inumeráveis as causas de degradação e morte.

22 *Jornal Gazeta de Petrópolis*, 4 de dezembro de 1895, p. 2.

De fato, tão perniciosos são esses meios para os pequenos trabalhadores, quando a higiene não as contém, que as nações civilizadas têm organizado e continuam a melhorar as condições de seus trabalhos.

Em nove países europeus, uma criança pode começar a trabalhar somente quando atinge a idade de 12 anos. Na Itália entram para as fábricas desde a idade de 9 anos, com 14 na Suíça e Áustria, com 13 na França e na Alemanha, exigindo os ingleses a idade de 11 anos.

O tempo de trabalho é inferior, excetuando-se na Bélgica e até certo ponto na Hungria, a 12 horas por dia em todos os países civilizados da Europa. Na Dinamarca, por exemplo, trabalham 6 horas, e a lei os protege homem e mulher até aos 18 anos. Na Inglaterra, Holanda e Alemanha a proteção é indefinida para os trabalhadores do sexo feminino, cessa no primeiro país aos 18 anos para os homens, e nos dois últimos aos 16.

Na Inglaterra trabalham 10 horas e meia por dia dos 14 aos 18 anos e apenas 6 horas logo que são admitidos. Mais ou menos nos demais países o tempo de trabalho é de 8, 9 ou mais horas, segundo a idade, nunca, porém, havendo desproporção entre o trabalho exigido e as forças das crianças.

Entre nós as autoridades ainda não marcaram o tempo de trabalho nem a idade de admissão²³

Embora não seja possível confirmar os dados trazidos por seu autor, Abel Gama, quanto ao número exato de países e quais seriam esses países europeus onde as crianças começavam a trabalhar após os 12 anos de idade, algo fica claro neste excerto. Abel Gama trouxe, aos brasileiros do final do XIX, os debates realizados nas nações mais avançadas que discutiam de forma ampla a legislação que regulasse o trabalho dos menores.

Não é ocioso lembrarmos que em 1897, realizou-se em Zurique, na Suíça, um congresso internacional que tinha o propósito de discutir a proteção aos operários. Na ocasião, estabeleceu-se algumas normas sobre o trabalho dos menores nas fábricas e nas indústrias. Principalmente no que tange à questão de idade, bem como à quantidade de horas

23 *Jornal A Notícia*, 09 de março de 1898, p. 3.

máximas de trabalho por dia que um menor poderia exercer em seu local de trabalho, conforme noticiou o jornal carioca *A Nação*:

O Congresso Internacional para a proteção dos operários, reunido em Zurique, discutiu a questão do trabalho dos menores.

A comissão que estudara o limite da proibição de trabalho nas oficinas fora de parecer que ele devia ser aos quinze anos. No congresso, durante uma longa discussão, diversos oradores pediram o limite aos quatorze anos, enquanto que os delegados ingleses queriam fixá-lo aos dezesseis anos.

Finalmente, por 132 votos contra 75, o congresso aprovou as propostas do relator.

Eis o texto das resoluções:

“É proibido o trabalho aos menores de quinze anos. Até essa idade os menores são obrigados a frequentar a escola. Dos quinze aos dezoito anos, os operários não poderão ter mais de oito horas de trabalho. Nos domingos e dias feriados é proibido qualquer trabalho aos operários.”²⁴

Estes debates visando à criação de leis que regulamentassem o trabalho de menores no exterior, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, de certa maneira, refletiram no Brasil de forma positiva como aparecem alhures e algures notícias ou reportagens reivindicando a intervenção do Estado no sentido de criar leis que regulamentassem o trabalho dos menores no país.

Como procuramos demonstrar, ao longo dessa seção, pululavam em jornais da época reivindicações de setores da sociedade brasileira para que o Estado passasse a intervir no campo da legislação social e trabalhista no Brasil. Contudo, isso não quer dizer que se queria o fim do liberalismo ou algo do gênero. As reivindicações se davam no sentido de que houvesse uma melhora nas condições de trabalho dos menores trabalhadores, sem, contudo, haver uma transformação da sociedade liberal.

24 *Jornal A Nação*, 17 de setembro de 1897, p. 3.

Apontamentos sobre o Decreto nº 1.313 de 17 de janeiro de 1891

Em um Estado débil, como aponta Adalberto Cardoso, incapaz de enraizar-se nos estados brasileiros, o qual tornou-se excludente na Primeira República, principalmente em se tratando da criação de uma legislação social e trabalhista que atendesse às demandas do operariado brasileiro e, mormente, dos menores trabalhadores. Para esse autor, dificilmente o poder Legislativo e o Executivo conseguiriam estabelecer leis sociais no Brasil. Isso se dava devido às dimensões territoriais do país e seu caráter federalista consagrado pela Constituição de 1891²⁵.

Destarte, mesmo se houvesse um corpo de leis que regulamentasse o trabalho dos menores, não haveria uma estrutura de Estado capaz de garantir seu cumprimento na íntegra. Ademais, para os legisladores brasileiros, quando da promulgação do Decreto 1.313, não havia no Brasil, ainda, questão social e trabalhista.

À vista disso, não existiam conflitos entre capital e trabalho. Um posicionamento que evidencia a tônica desta tendência existente quanto ao trato das questões trabalhistas no país, na Primeira República, pode ser encontrado no depoimento do Deputado Federal Edgard Teixeira Leite que afirmou o seguinte sobre estas duas forças, muitas vezes, antagônicas existentes no capitalismo:

(...) há cinquenta anos atrás [sic] dado o sistema extensivo da agricultura nacional, com núcleos populacionais urbanos insignificantes, com uma indústria que se cifrava em raras fábricas, num

25 O sociólogo Adalberto Cardoso, frente aos fatores que teriam contribuído para a formação de um Estado excludente, nas primeiras décadas da República, atribuiu às seguintes razões: “dificilmente os parlamentares republicanos ou o poder central teriam conseguido instituir direitos sociais, e se instituíssem, dificilmente lhes teriam dado efetividade. Isso porque (...) seu gigantismo burocrático, a instituição estatal centralizada herdada pelo primeiro regime republicano brasileiro era frágil *vis-à-vis* os potentados locais, e o federalismo implantado por lei em 1891 só fez exacerbar essa fragilidade.” CARDOSO, Adalberto. *Op. Cit. p. 99*. Como se observa aqui, não se trata de discutir a estrutura do Estado brasileiro ao longo da Primeira República, mas, sim, compreender as dificuldades impostas naquele momento histórico quanto à legalização de um corpo de leis que regulasse o trabalho operário, e, principalmente, o trabalho de menores.

regime de trabalho escravo, os conflitos entre os interesses do patrão e do trabalhador praticamente não existiam.²⁶

Teixeira Leite não era voz isolada nessa maneira de conceber as relações sociais estabelecidas entre trabalhadores e patronato. Assim como ele, outras pessoas afirmavam a inexistência de embates entre estes grupos sociais. Esta forma de se encaminhar a questão social, na prática, se refletia em uma tendência em que legislação social e trabalhista tivesse um caráter liberal²⁷ que somada à estrutura estatal e às características do federalismo brasileiro levaram o país, durante toda a Primeira República, ao estabelecimento de um Estado excludente.

Joaquim Pedro Salgado Filho, ministro do Trabalho entre os anos de 1932 e 1934, também comungava da ideia de inexistir a luta de classes no Brasil. Em artigo publicado no *Jornal do Commercio*, do dia 24 de julho de 1936, fez o seguinte comentário acerca das relações entre classes no país: “Observe-se que aqui agimos num meio completamente desambientado a essas aspirações humanas para o trabalho. Não tivemos necessidade de ver correr uma só gota de sangue, não enclausuramos ninguém, nem fomos obrigados a usar a força para impor qualquer lei.”²⁸

É verdade que ambos os deputados trataram da questão social e trabalhista no país em contextos diferentes do Decreto 1.313 e que, embora possa parecer um pouco forçadas e descontextualizadas as citações desses autores queremos demonstrar a maneira pela qual era concebida a legislação social e trabalhista no país no momento em que o referido decreto foi

26 LEITE, Edgard Teixeira. “Ministério da Revolução”. In: BRASIL. *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, nº 4, Dezembro de 1934. p. 98. (Grifo nosso).

27 Não se pretende afirmar que durante a Primeira República não existia leis trabalhistas no Brasil e, tampouco, que a tendência liberal presente na Constituição de 1891 prolongou-se durante todo este período. Em 1926, a emenda constitucional apresentava uma tendência intervencionista a qual se consolidaria mais tarde na década de 1930, na Era Vargas (1930–1945).

28 SALGADO FILHO, Joaquim Pedro *Apud*. LIMA, Adamastor. “Direito Social”. In: BRASIL. *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, nº 26, Outubro de 1936. p. 107-108.

publicado. Salgado Filho, por exemplo, explicitava em sua análise propagandista do governo varguista que no Brasil nunca existiram problemas relacionados às leis trabalhistas. Mais a mais, tal como Teixeira Leite, ele era categórico ao afirmar a inexistência de lutas entre grupos sociais distintas no país. Estes deputados representaram, de certa forma, uma tendência dada à questão social desde a Primeira República: negava-a, tratava-a como um caso de polícia, ou quando não, de saúde pública, ou ainda, no campo da moral.

Mais próximo do Decreto de janeiro de 1891, Joaquim Francisco de Assis Brasil²⁹, em seu livro “Do governo presidencial na república brasileira” publicado pela primeira vez em 1896, acreditava que a questão social no Brasil, no momento em que ele escreveu seu livro, não existia.

Não há no Brasil questão social, no sentido que a esta expressão se dá na Europa. E não há, por que nada pode existir sem as suas condições essenciais. As condições essenciais da questão social são: – abundância de trabalhadores e falta de trabalho. Tudo mais vem daí: capitalismo, salário insuficiente, redução de horas de trabalho, pauperismo, descontentamentos, reivindicações das classes operárias, etc. Ora, no Brasil sobra o trabalho e faltam os trabalhadores. Superabundam as riquezas a explorar. Não temos pauperismo, nem proletariado, e só por inconsciente amor à imitação europeia tais palavras vibram nos lábios d’algum homem político. Não temos mesmo o que economicamente se chama capital. Por último não temos classes irremissivelmente separadas, numa terra em que a fortuna ou a representação social podem sorrir a todos quantos não sejam incapazes por natureza³⁰.

Na mesma linha que outros parlamentares, Assis Brasil era claro ao afirmar que no final do século XIX não existia no país questões sociais pelo simples fato de não haver naquele

29 Joaquim Francisco de Assis Brasil teve, ao longo de sua trajetória de vida, uma intensa atividade política e intelectual. Escreveu diversos livros, entre os quais podemos destacar: *A República Federal* (1881), *Atitude do Partido Democrático Nacional* (1929), *Democracia representativa: do voto e do modo de votar* (1931), *Ditadura, parlamentarismo, democracia* (1928). Foi Deputado Estadual e Federal em diversos mandatos. No Governo Provisório de Getúlio Vargas ocupou a pasta do Ministério da Agricultura. Realizou, ao longo da Primeira República, forte oposição ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, principalmente nas eleições estaduais para o cargo de presidente do estado do Rio Grande do Sul em 1922.

30 ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Do governo presidencial na república brasileira*. Lisboa: Editora Companhia Nacional, 1896. p. 56, 57. (Grifo no original).

momento histórico capital. Ora, não existindo este, não existiria, conseqüentemente, em sua concepção, nenhum outro problema que dele geralmente decorreria, isto é, “capitalismo, salário insuficiente, redução de horas de trabalho, pauperismo, descontentamentos, reivindicações das classes operárias”.

Foi sob esta atmosfera política que, grosso modo, o Decreto 1.313 que regularizou o trabalho dos menores empregados nas fábricas do Distrito Federal, criado em 17 de janeiro de 1891 em um ambiente liberal em que se acreditava que o melhor às relações patrão-empregado era a não intervenção do Estado nesta questão.

De início, José Cesário de Faria Alvim, idealizador do decreto, deixava claro a finalidade de sua criação “atendendo à conveniência e necessidade de regularizar o trabalho e as condições dos menores empregados em avultado número de fábricas existentes na Capital Federal, a fim de impedir que, com prejuízo próprio e da prosperidade futura da pátria, sejam sacrificadas milhares de crianças.”³¹.

Em um momento histórico em que o trabalho de crianças e menores dava a tônica à utilização da força de trabalho por parte dos industriais brasileiros, este trabalho era essencial às famílias de baixa renda na constituição de seus recursos financeiros nas residências dos menos afortunados. Assim, ao mesmo tempo em que a utilização desta força de trabalho era essencial às famílias de poucos recursos, a utilização desta força de trabalho era assaz lucrativa para os empregadores.

A historiadora Esmeralda Blanco B. de Moura em seu pioneiro livro “Mulheres e menores no trabalho industrial”, embora trate com a condição do trabalho de mulheres, menores e crianças no estado de São Paulo, sua análise pode ser estendida aos grandes centros urbanos da época, como por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro. A autora considera que junto ao trabalho de mulheres e menores, o trabalho de crianças teve proporções consideráveis à época³².

31 BRASIL. *Op. cit.*

32 Sobre o trabalho desempenhado por menores, mulheres e crianças Moura fez o seguinte comentário em seu livro: “Nas fábricas e oficinas da Capital o emprego de mulheres, de menores e mesmo de crianças, como trabalhadores diretamente ligados à produção, economicamente necessário à família operária e recurso dos

Mediante uma demanda social, surgida a partir do grande número de crianças que engrossavam as fileiras de trabalhadores de indústrias e fábricas, Faria Alvim procurou regulamentar o trabalho dos menores no centro urbano da capital federal. A ação que o Decreto 1.313, rico em detalhes, regulamentava consistia em pontos nevrálgicos das relações entre capital e trabalho no que dizia respeito à atividade dos menores trabalhadores.

Entretanto, embora abarcasse pontos essenciais para regularizar o trabalho dos menores e crianças, o referido Decreto ‘pecava’ no que diz respeito a um acompanhamento por parte das esferas públicas de problemas relacionados às condições de trabalhos destes grupos. O encarregado de realizar a fiscalização nas fábricas, indústrias e comércio deveria se reportar ao Ministro do Interior apenas uma vez ao ano, no mês de janeiro.

Art. 3º Apresentar, no mês de janeiro, ao Ministro do Interior, o relatório das ocorrências mais notáveis do ano antecedente, relativamente às condições dos menores, indicando as medidas que julgar convenientes para a realização eficaz da Assistência. Acompanharão o relatório quadros estatísticos, em que se mencionem os estabelecimentos inspecionados, e, quanto aos menores, o nome, idade, nacionalidade própria e paterna, nota de analfabetos ou não, e outros quaisquer esclarecimentos.

Assim, os grandes problemas concernentes ao trabalho dos menores nos estabelecimentos fabris eram fiscalizados por um inspetor geral o qual tinha a incumbência de zelar mensalmente “em todos os estabelecimentos fabris, oficinas, laboratórios e depósitos de manufatura da Capital Federal.”

Nas visitas realizadas pelo inspetor geral, o controle dos menores trabalhadores se dava de maneira rudimentar. Os dados dos menores trabalhadores deveriam ser registrados, segundo o Decreto 1.313, em livros de controle os quais eram abertos e rubricados pelo inspetor para registrar a matrícula dos trabalhadores bem como seus dados admissionais.

mais interessantes para o empresário industrial, torna-se característico ao findar o século XIX. À medida que o crescimento industrial da cidade adquire maior expressão, os interesses do empresário e o nível de vida sempre baixo da população operária simultaneamente impulsionam para o trabalho industrial, a mulher, o menor e a criança, cuja atividade constatamos, inclusive, em momentos menos expressivos da industrialização paulista.” MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Op.cit.* p. 30.

Um ponto importante deste Decreto é que ele regulamentava a idade mínima de admissão do trabalho dos menores nas fábricas, indústrias e oficinas. Conforme a idade do menor trabalhador era estabelecido o tempo máximo de atividades diárias as quais ele poderia exercer em seu local de trabalho.

Art. 4º Os menores do sexo feminino de 12 a 15 anos e os do sexo masculino de 12 a 14 só poderão trabalhar no máximo sete horas por dia, não consecutivas, de modo que nunca exceda de quatro horas o trabalho contínuo, e os do sexo masculino de 14 a 15 anos até nove horas, nas mesmas condições. Dos admitidos ao aprendizado nas fábricas de tecidos só poderão ocupar-se durante três horas os de 8 a 10 anos de idade, e durante quatro horas os de 10 a 12 anos, devendo para ambas as classes ser o tempo de trabalho interrompido por meia hora no primeiro caso e por uma hora no segundo.

Conforme observamos no excerto supracitado o Decreto 1.313 estabelecia que as adolescentes entre 12 e 15 anos e os adolescentes entre 12 e 14 deveriam trabalhar, no máximo, sete horas por dia, não consecutivas. Os menores trabalhadores que não estivessem nesta faixa etária poderiam trabalhar até nove horas diárias.

Não obstante a idade mínima para o início das atividades remuneradas dos menores trabalhadores ser de 12 anos de idade, os menores desta idade, desde que tivessem oito anos completos, seriam admitidos como menores-aprendizes nas fábricas de tecidos. O que, frequentemente, era burlado devido a ausência de fiscalização como apontamos anteriormente.

As atividades as quais os menores poderiam desenvolver deveriam estar de acordo com suas condições físicas e intelectuais. Não poderia, desta forma, segundo o Decreto, exercer atividades nos locais de trabalho que não fossem compatíveis às suas condições físicas e intelectuais.

Art. 10. Aos menores não poderá ser cometida qualquer operação que, dada sua inexperiência, os exponha a risco de vida [sic], tais como: a limpeza e direção de máquinas em movimento, o trabalho ao lado de volantes, rodas, engrenagens, correias em ação, em suma, qualquer trabalho que exija da parte deles esforço excessivo.

Art. 11. Não poderão os menores ser empregados em depósito de carvão vegetal ou animal, em quaisquer manipulações diretas sobre fumo, petróleo, benzina, ácidos corrosivos, preparados de chumbo, sulfúrico de carbono, fósforos, nitroglicerina, algodão-pólvora, fulminatos, pólvora e outros misteres prejudiciais, a juízo do inspetor.

Aos patrões que infringiam a lei, o Decreto 1.313 estabelecia multas. Entretanto, elas seriam cobradas em relação ao descumprimento do patronato no que tange às questões de higiene e não se referia à questão de idade ou atividade dos menores trabalhadores ou ainda ao exercício de atividades que colocassem em risco sua integridade física.

Art. 12. Ao infrator de qualquer disposição do presente decreto será imposta pelo inspetor, com recurso para o Ministro, dentro do prazo de cinco dias, a multa de 50\$ [cinquenta réis] a 100\$ [cem réis], conforme a gravidade do caso, sendo do dobro na reincidência. Na imposição e cobrança das multas se observarão as regras estabelecidas relativamente às que são impostas por infração das disposições do regulamento do serviço sanitário.

Assim, no tocante às questões sanitárias, o patronato poderia recorrer das multas cobradas pelo inspetor do Ministério do Interior desde que se comprometesse a “alteração do plano do edifício, ainda que à ordem daquele funcionário tenha precedido o parecer de profissional técnico.”

Considerações finais

Ao longo deste artigo procuramos analisar o Decreto 1.313 de 17 de janeiro de 1891. Apesar de haver cobranças tanto dos trabalhadores quanto de setores importantes da sociedade em que reivindicava uma maior participação do Estado na criação de uma legislação social e trabalhista que desse conta de organizar o trabalho dos menores, este Decreto vigorou durante grande parte da Primeira República como lei basilar que visava regularizar as questões essenciais concernentes à força de trabalho dos menores no país.

Refletindo valores da sua época e, principalmente, do federalismo que a República trouxe ao Brasil, o Decreto 1.313 tinha como finalidade precípua: organizar a contratação do

trabalho dos menores “nas fabricas da Capital Federal”. Sua pouca divulgação bem como a falta de fiscalização por parte dos poderes públicos contribuíram para que ele, na prática, tivesse pouca influência na vida dos menores trabalhadores da época. Assim, em nossa análise, consideramos que embora este documento, uma das poucas leis criadas ao longo de toda a Primeira República no país, dizia respeito ao trabalho dos menores nas fábricas, indústrias e oficinas, predominou um caráter liberal.

Apesar de estabelecer uma idade mínima para o início das atividades industriais, bem como instituir as condições de trabalho adequadas aos menores trabalhadores, este Decreto deixava brechas as quais eram facilmente burladas pelo patronato da época tanto na contratação quanto na utilização da força de trabalho de menores de 12 anos.

Não havia nos locais de trabalho dos menores fiscalização adequada e, quando esta existia, as providências a serem tomadas por órgãos responsáveis se restringiam à aplicação de multas às empresas que descumprissem suas determinações concernentes apenas à “infração das disposições do regulamento do serviço sanitário” e não à exploração da mão de obra dos menores trabalhadores.

Embates acerca do ensino nas escolas elementares paulistanas nos anos iniciais do século XX

Eliane Mimesse Prado

Universidade de Caxias do Sul. Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação. Pós-Doutora em Educação pela FEUSP, Doutora em Educação pela PUC/SP.

Resumo

Esse estudo analisa o ensino a partir do cotidiano escolar das crianças de origem peninsular moradoras em alguns dos bairros operários da cidade de São Paulo. Objetiva-se entender como se constituía o dia a dia das crianças, que frequentavam as escolas elementares isoladas públicas ou privadas subsidiadas pelo governo italiano. Pretende-se averiguar como ocorria o ensino do idioma, sendo que as escolas elementares públicas e as privadas italianas deveriam alfabetizar os alunos na língua portuguesa. O conflito que se estabeleceu nesse momento era em função da diversidade das regiões de origem dos peninsulares e, dos seus respectivos idiomas. As escolas subsidiadas italianas preconizavam que o ensino da língua italiana e da portuguesa ocorresse de modo simultâneo, fato nem sempre confirmado. Em decorrência da origem étnica dos professores do idioma. As fontes usadas nessa pesquisa são compostas por artigos escritos em língua italiana, existentes em alguns dos periódicos que circulavam na cidade; relatórios dos inspetores escolares que visitavam as escolas elementares da capital, entre outros documentos existentes no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Alguns dos autores que embasaram essa pesquisa foram Trento (2002), Pereira (2010), Cruz (2013) por descrevem o cotidiano da cidade paulistana; autores italianos como Civra (2002) e Salvetti (2002) quando abordaram a situação das escolas italianas criadas no exterior; entre outros. Pode-se concluir até o momento, que as crianças que frequentavam as escolas elementares nesses bairros estudados aprendiam a língua portuguesa ou a italiana; apesar de todas as diversidades que enfrentavam.

Palavras-chave escolas elementares, imigrantes italianos, história da educação.

Abstract

This study analyzes education through the everyday school life of children of Italian origin that lived in some of São Paulo's working-class neighborhoods. It aims to understand the daily lives of children who attended isolated public elementary schools or private elementary schools subsidized by the Italian government. We intend to investigate how the language teaching took place, taking into account that the

public and italian private elementary schools were meant to make students literate in portuguese. The conflict created at this point was due to the range of places in the Italian Peninsula where the Italians came from, and their respective languages. The subsidized Italian schools advocated that the teaching of italian and portuguese should happen simultaneously, which did not always happen due to the language teachers' ethnic origins. The sources used in the present research consist of news articles written in italian, found in some newspapers that circulated around the city, as well as reports from school inspectors who visited the elementary schools in the capital city, among other documents in the collections of the Public Archive of the State of São Paulo. Among the authors who formed the basis for this research are Trento (2002), Pereira (2010), Cruz (2013), due to their daily life description of the city of São Paulo; and Italian authors such as Civra (2002) and Salvetti (2002), when addressing the situation of italian schools built overseas; among others. Up to the moment, it is possible to reach the conclusion that those children who attended elementary schools in the neighborhoods encompassed by the study would learn portuguese or italian despite all the diversities they encountered.

Keywords elementary schools; italian immigrants; history of education.

Introdução

A cidade paulistana no início do século XX era habitada em grande parte por estrangeiros, que em sua maioria eram procedentes da península itálica.¹ A cidade cresceu demasiadamente nos anos finais do século XIX e iniciais do XX, nessa época a população da cidade era composta por 55% de imigrantes e 11% de negros e mulatos.²

Os procedimentos metodológicos utilizados na composição desta pesquisa embasaram-se na análise de documentos, legislação e de periódicos. As fontes que compuseram esse estudo são amplas, principalmente os documentos que trataram da situação do ensino no período estudado. Alguns desses documentos estão alocados no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. O uso dos relatórios dos inspetores escolares contidos nos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo e das matérias nos periódicos justificam-se como fontes para a discussão deste objeto de estudo. Existe a necessidade da revisão no uso de fontes de pesquisa e de analisá-las com outros parâmetros, porque “não há trabalho que não tenha que utilizar de outra maneira os recursos conhecidos e, por exemplo, mudar o funcionamento de arquivos definidos, até agora para determinado uso”.³

Somente na cidade de São Paulo a população era por volta de 28 mil habitantes no ano de 1874, passou para cerca de 240 mil em 1900 e, atingiu o total de 477.992 em 1914.⁴ O crescimento da população justificou-se pelo amplo número de pessoas que se dirigiram para o novo centro comercial e industrial. Com a expansão e a importância na produção e

1 São vários os estudos sobre a imigração em São Paulo: Alves (2001); Colucci e Sanfilippo (2010); Fausto (1991); Ferlini e Fillipini (1992); Franzina (1979); Gonçalves (2014); Hall (2010); Hutter (1986); Lanna (2012); Matos (2013); Martins (2008); Stolcke (1986); entre outros.

2 CRUZ, H. de F. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

3 CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. 2. ed. Trad. Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.82.

4 PEREIRA, R. M. *Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

exportação de café, a cidade se tornou um polo de convergência aos interesses dos mais diversos, esboçou-se o quadro do que ocorria na cidade naquele momento.

A capital do estado de São Paulo acabou impondo-se como centro político-administrativo, passando progressivamente a exercer a primazia no campo econômico, estabelecendo ligações eficientes pela concentração de negócios, de capital financeiro, comercial e industrial. Esse crescimento e diversificação econômica foram acompanhados de uma progressiva expansão espacial e demográfica da cidade, impulsionada pelo complexo exportador cafeeiro, num período que se estendeu de 1870 até a década de 1920, quando, efetivamente, começou a esboçar os contornos de metrópole.⁵

Além disso, a cidade de São Paulo se inseriu em um contexto singular, transformou-se, “durante o século XX, na metrópole com o maior número de descendentes de italianos no mundo, caracterizando-se, no início de sua expansão, como a cidade industrial do Brasil, na qual a componente italiana era majoritária em todos os setores de trabalho”⁶. E, desta forma, as vagas nas escolas públicas eram criadas com vagar, enquanto a população estrangeira crescia e novas escolas subsidiadas pelo governo italiano eram abertas nos bairros operários⁷.

A frequência escolar e a alfabetização foram se tornando a cada dia mais necessárias. A divulgação da palavra impressa vai demandar seu conhecimento, porque foram criados “[...] novos espaços da vida urbana, a escrita, e a palavra impressa, estabeleceram novas articulações na vida cotidiana da cidade, [...] a escrita desce do pedestal e começa a invadir a vida cotidiana da cidade”⁸. Era necessário aos estrangeiros de qualquer etnia, um conhecimento mínimo do idioma falado no Brasil, para contribuir com o escoamento de sua

5 Idem, *ibidem*, p. 20.

6 BIONDI, L. “Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico”. In: CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, F. & FRANZINA, E. (Org.s) *História do trabalho e História da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2010. p. 24.

7 Alguns estudos tratam da temática da escolarização dos imigrantes italianos, nas regiões sul e sudeste do Brasil: CORRÊA, Rosa L. (2000); MIMESSE, Eliane (2013); LUCHESE, Terciane A. e KREUTZ, Lúcio (2011) e (2012); LUCHESE, Terciane A. (2011) e (2014); MASCHIO, Elaine C. F. (2014); QUADROS, Claudemir (2014).

8 CRUZ, H. de F. *São Paulo em papel e tinta.... op. cit.*, p. 48.

pequena produção agrícola ou industrial que estava localizada no entorno da capital, e para ajudá-los a inserirem-se no mercado de trabalho. A aprendizagem do idioma nacional tornava-se cada vez mais necessária ao morador estrangeiro.

As escolas elementares públicas paulistanas e privadas subsidiadas pelo governo italiano

A organização dos estabelecimentos de ensino públicos na cidade de São Paulo permanecia precária e difusa, mesmo no início do novo século, foi necessário um prenúncio com o aumento desmesurado da população da cidade para que novas medidas fossem debatidas e, paulatinamente, institucionalizadas. Somente os *Grupos Escolares* poderiam ser excluídos dos comentários sobre a omissão com o ensino primário.

Os diretores e inspetores utilizavam em seus discursos, como parâmetro de comparação os *Grupos Escolares*, que existiam na Capital e em algumas cidades do interior do Estado de São Paulo, desde o século XIX⁹. Os *Grupos* eram elogiados por apresentarem uma divisão clara nos horários, os professores tinham apenas uma turma e todos com o mesmo grau de adiantamento, além de receberem utensílios necessários ao ensino de todos os aprendizes, contavam ainda com a figura de um Diretor, que zelava pela magnitude do estabelecimento.

Em tempo, as escolas públicas estaduais na cidade paulistana nos anos iniciais do século XX, eram formadas por: *Escolas Isoladas* femininas, masculinas e mistas, que continham uma única sala de aula, agregavam alunos de idades e níveis de aprendizagens diferentes; *Escolas Reunidas* que uniam algumas escolas isoladas em um mesmo espaço físico e *Grupos Escolares* que contavam com vários professores e salas organizadas segundo a idade e a série, localizados em edifício único.

9 Cf. SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996 e SOUZA, R. F. de. *Alicerces da Pátria: escola primária e cultura escolar no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009.

O governo do Estado¹⁰, tinha a pretensão de unir as *Escolas Isoladas* em um mesmo espaço físico, passando a denominá-las de *Escolas Reunidas*, para após a efetivação desta reorganização, alçá-las à categoria dos *Grupos Escolares*.

Não sendo possível abolir completamente este typo de escola, elle vae sendo supprimido aos poucos, pelos grandes inconvenientes que apresentar, nas cidades e villas, conservando-se apenas nos bairros e districtos de paz mais afastados dos centros populosos. Onde haja um núcleo de escolas isoladas são ellas reunidas com feição de grupos escolares em miniatura e confiadas á direcção de um professor¹¹.

As *Escolas Isoladas* eram normalmente pauta dos debates dos inspetores escolares, em função da precariedade de seus espaços físicos destinados às crianças, era – na maioria das vezes – indevido, por ocupar um cômodo qualquer ou uma das salas de uma residência de família, neste caso comumente, a família do professor. A inexistência de móveis destinados especialmente às estas escolas era corriqueiro. Usavam-se bancos, caixotes de madeira, mesas improvisadas e cadeiras dos mais diversos tipos, muitas vezes cedidos pelos pais dos alunos. Uma pesquisa com escolas isoladas, femininas e masculinas, criadas em um núcleo colonial italiano, no final do século XIX nos arredores da capital paulistana, pode ilustrar este acontecimento¹².

Os três tipos de escolas elementares existentes na cidade formavam os alunos no curso primário, que tinha a duração de quatro anos nos *Grupos Escolares* e nas *Escolas Reunidas*. Nas *Escolas Isoladas* o curso tinha a duração de três anos, aceitava alunos entre os 5 e os 12 anos¹³. Apesar de a matrícula dos alunos – legalmente – devesse ocorrer somente quando a criança tivesse sete anos de idade. Essas três modalidades de escolas mantinham seu funcionamento em horário integral, das 11h às 16h.

10 Cf. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo Oscar Thompson, In: SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*: publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. Siqueira & C.,1909.

11 SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo...op cit*, p. 25.

12 MIMESSE, E. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2010.

13 Idem, ibidem.

Especificamente, com relação ao horário de funcionamento das escolas primárias, apesar de a cidade estar em pleno crescimento urbano, considera-se a hipótese da inexistência de iluminação pública suficiente nas ruas destes bairros. Ou mesmo a iluminação a lampião dentro das residências e dos edifícios em que abrigavam essas escolas, para que pudessem funcionar em horários alternativos ou em horários diferentes dos estabelecidos. Como foi verificado na documentação, o gasto com o querosene dos lampiões, usados nas escolas noturnas era cobrado dos cofres públicos em requerimentos enviados pelos professores ao Diretor Geral da Instrução Pública. No entanto, ainda tem-se outra hipótese, as escolas ocupavam espaços dentro das casas dos professores, o horário noturno seria o momento de descanso da família, inexistindo a possibilidade de abrigar no mesmo local a família e os alunos da escola.

Somente a partir do ano de partir do ano de 1909 passou a vigorar o desdobramento nos horários, apenas no caso dos *Grupos Escolares*. Visava-se, deste modo, a expansão na oferta de vagas, as seções masculinas funcionariam pela manhã das 8 às 12 e as femininas das “12 e meia às 4 e meia”¹⁴.

As vagas existentes nas escolas públicas não comportaram a chegada na cidade dos imigrantes, acompanhados de seus filhos em idade escolar. Uma das soluções encontradas pelas famílias imigrantes mais abastadas foi a procura por escolas particulares, que do mesmo modo não ofereciam vagas suficientes, o que deu margem à criação de escolas italianas elementares subsidiadas pelo governo italiano ou por iniciativa da coletividade.

Segundo as deliberações do *Congresso delle Società ed Altre Istituzioni Italiane nel Brasile*, a iniciativa de criação de uma escola poderia ser por obra de um:

[...] benemérito da instrução italiana e da sua difusão nesta terra, surja a Escola italiana na qual sera possivelmente anexa a um Colegio Interno, que sera complemento e aperfeiçoamento aos alunos que provieram de escolas de ensino popular, com cursos especiais para dedicarem-se ao comércio, a indústria, as artes, etc¹⁵

14 Cf. Relatório do Diretor Geral da Instrução Publicado Estado de São Paulo Oscar Thompson. SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo...op. cit.*, p. 55.

15 FANFULLA. *Il Brasile e gliitaliani*. Firenze: R. Bemporad & figlio, 1906, p. 822, *tradução nossa*.

A colônia italiana na cidade de São Paulo desferia críticas a possibilidade do desaparecimento da língua do país de origem, e demonstrava certa indignação com as famílias que enviavam seus filhos às escolas privadas brasileiras, sem levar em conta a existência de escolas italianas, como constatado nos editoriais do periódico *Avanti! giornale socialista quotidiano* do ano de 1908.

Foi com a expansão das ideias sobre a alfabetização na língua italiana, instituída como oficial após o processo de unificação política e territorial, que criou-se uma sociedade, dirigida especificamente a questão da aprendizagem dos peninsulares que vivessem fora da península itálica. Esta sociedade foi denominada *Società Dante Alighieri*, ela previa, principalmente, a criação de escolas italianas no exterior. Nesse momento, já existiam algumas escolas de caráter confessional, conduzidas por ordens religiosas italianas. Com a fundação desta *Società* no final do século XIX ocorreu uma grande expansão no número de escolas italianas nas várias localidades no exterior em que existiam colônias de peninsulares.

Com a criação da *Società*, “criou-se, o que nenhuma outra nação havia pensado em fazer - um sistema escolar estatal no exterior, sem onerar as colônias e, ainda com a possibilidade de opinar nos desígnios legais e na organização das escolas”¹⁶. A *Società* foi fundada em Roma no ano de 1889. No ano seguinte a sua fundação, foi organizado o *Primo Congresso della Società Dante Alighieri*. Nos dois artigos iniciais do programa apresentado para debate entre os participantes lia-se:

Art. 1) A *Società Dante Alighieri* propõe-se a tutelar e difundir a língua e a cultura italiana fora do Reino; Art. 2) Para alcançar seu fim, a *Società* institui e subsidia escolas, e encoraja com prêmios a frequência e o aproveitamento, coopera com a fundação de bibliotecas populares, difusão de livros e publicações, e promove conferências¹⁷

Ocorreu simultaneamente a criação da *Società Nazionale Dante Alighieri all'estero*, ainda em 1889. Com essa ação confirmou-se a inquietação, por parte do governo italiano, de

16 SALVETTI, P. *Immagine nazionale ed emigrazione nella Società “Dante Alighieri”*. Roma: Bonacci, 1995, p. 16, tradução nossa.

17 Idem, ibidem, p.13, tradução nossa.

os emigrados perderem seu vínculo com o país de origem. Alguns discursos proferidos durante o evento de criação dessa *Società Nazionale*, focaram as vantagens da emigração e da possibilidade da Itália plantar suas raízes pelos vários países do mundo, mas ao mesmo tempo, existia a preocupação de esses emigrados encantarem-se pelo novo país e esquecerem-se do país de origem.

A função das escolas italianas no exterior era a de enaltecer a educação nacional e o sentimento pátrio, utilizando-se “da Língua italiana como meio de manter forte o legado entre os emigrados e a mãe pátria”¹⁸. A grande maioria comunicava-se em seu idioma regional, não tendo conhecimento pleno da língua italiana instituída, porque essa era a língua falada em uma região específica ao noroeste da península¹⁹.

[...] se revela nesse caso o problema da tradição local, ao menos por enquanto se resguarda a classe culta, a Unificação da Itália é uma aquisição tanto de seu plano histórico quanto do cultural, independentemente do fato de que, queiram os pedagogos, o povo italiano fala e compreende ainda quase somente o dialeto. Não podemos deter-nos, neste propósito, dos observadores que nesta falta de atenção na situação real dos meninos frente a escola obrigatória. É notável considerar que Gabelli, funcionário do Ministério da Instrução Pública, e também autor de uma pesquisa estatística sobre o analfabetismo na Itália. [...] poucos vão além da compreensão da língua nacional e da escrita do próprio nome²⁰

Identificou-se nessa citação a dificuldade concreta, dentro do próprio país em difundir o novo idioma oficial. Reforçando a premissa de que os emigrados da península Itálica eram, em sua maioria, analfabetos. Esse analfabetismo era em relação ao novo idioma, dados de pesquisas mais atuais²¹, apontam para a existência de escolas masculinas e femininas nas mais variadas regiões da península, de modo que a população em geral era alfabetizada,

18 SALVETTI, P. “Le scuole italiane all’ estero”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. *Storia dell’emigrazione italiana: arrivi*. Vol. 2. Roma: Donzelli, 2002, p. 535 – 549.

19 CIVRA, M. *I programmi della scuola elementare dall’Unità d’Italia al 2000*. Torino: M. Valerio, 2002.

20 Idem, *ibidem*, p. 43, tradução nossa.

21 PISERI, M. (Org.). *L’alfabeto in Montagna*. Scuola e alfabetismo nell’area alpina tra età moderna e XIX secolo. Milano: F. Angeli, 2012.

nos idiomas regionais, e em alguns casos também dominavam a gramática da língua latina. É claro que as regiões mais populosas apresentavam uma maior taxa de alfabetização, quando comparadas as regiões agrícolas. Esses dados específicos acabam por contradizer o discurso propalado pelo governo italiano e reiterado por vários autores, de que a população emigrante era, em sua grande maioria, analfabeta.

As escolas italianas na cidade de São Paulo eram muitas²², essas escolas no ano de 1908 chegavam a 85. O que se pode depreender, até o momento, é que essas escolas seguiam o programa de ensino do governo da Itália, mantinham todo o ensino em língua italiana, exatamente por essas ações estarem vinculadas ao recebimento dos subsídios.

Algumas dessas escolas mantinham o ensino da língua portuguesa, segundo o programa escolar do governo paulista em vigência, além de oferecerem curso de instrução primária elementar, cursos noturnos, aulas de exercícios ginásticos, cursos preparatórios para o ingresso no superior, cursos de trabalhos manuais, de línguas, entre outros²³. Mas, existem hipóteses a serem aqui consideradas: em nenhuma dessas escolas identificou-se o ensino de História ou de Geografia do Brasil, apesar da obrigatoriedade no ensino dessas matérias desde a Lei de 1896; foi anotada na documentação a existência de aulas de língua portuguesa, mas por quem eram ministradas essas aulas se os professores eram de origem peninsular. No *Annuario do Ensino* do ano de 1907 o inspetor escolar, Miguel Carneiro Junior, escreveu em seu relatório a respeito desta Lei e seu descumprimento cotidiano.

A Lei n. 489 de 29 de Dezembro de 1896 torna obrigatorio o ensino da lingua nacional, bem como o da geographia e da historia do Brazil, nas escolas estrangeiras. Como porém, essa lei não esta regulamentada, o inspetor escolar só póde averiguar si nessas escolas é ou não feito tal ensino²⁴

Desde a Lei de 29 de dezembro de 1896, o ensino da Língua Nacional, da História e da Geografia do Brasil tornaram-se obrigatórios nos estabelecimentos particulares de instrução primária. Essa Lei visava principalmente as escolas estrangeiras, criadas e

22 Cf. SÃO PAULO. *Annuario do Ensino do Estado de São Paulo...*op. cit.

23 Idem, *ibidem*.

24 Id., *ibid.*, 1907, p. 396.

frequentadas pela população imigrante. Mas, o que era instituído legalmente nem sempre se cumpria prontamente.

Os alunos das escolas subsidiadas italianas paulistanas

Pode-se supor que os alunos das escolas italianas eram, em sua maioria filhos de peninsulares, ou mesmo estrangeiros, que na falta de vagas nas escolas públicas, matriculavam seus filhos nas escolas privadas. As escolas subsidiadas poderiam aceitar alunos de qualquer etnia, desde que tivessem domínio da língua utilizada para o ensino das matérias. Também, deve-se levar em conta, que o governo paulista tinha dados sobre o número de alunos estrangeiros matriculados nas escolas públicas e nas privadas subsidiadas²⁵.

Neste ponto deve-se considerar o contingente populacional da cidade de São Paulo na época, o grande número de famílias que saíram das fazendas de café - pelos mais diversos motivos, no interior do Estado e se dirigiram para a capital em busca de novas possibilidades de trabalho nas indústrias e no comércio.

[...] uma evolução marcante na última década do século XIX, impulsionada especialmente pela entrada de imigrantes estrangeiros que começaram a se dirigir à capital atraídos pelas oportunidades apresentadas por um mercado de mão de obra em expansão e pela expectativa de ascensão social. [...] A parcela estrangeira da população representou mais da metade do crescimento demográfico [...], indicando até mesmo um potencial forte de europeização no meio urbano, visto que compunha a maior parte da força de trabalho empregada na indústria, nas ocupações que exigiam certo grau de especialização e no setor de serviços, passando a influenciar hábitos e costumes²⁶.

Pode-se ponderar também que a superprodução da safra paulista de café, ocorrida entre os anos de 1906 e 1907, colaborou com o deslocamento da população do interior para a cidade. A demasiada produção extrapolou a demanda mundial no consumo do produto, inviabilizando a criação de novos cafezais, e em decorrência dispensou-se um bom número

25 Idem, ibidem, 1909.

26 PEREIRA, R. M. *Washington Luís na administração de São Paulo...op. cit.*, p.132.

dos trabalhadores contribuindo sobremaneira com a oferta de mão de obra. Além de a capital ser considerada, como um forte polo de atração de mão de obra, em decorrência da oferta diversificada de trabalho pelo desenvolvimento da área industrial²⁷. Entre os anos de 1900 e 1915, expandiu-se consideravelmente o número de cotonifícios, moinhos de farinha de trigo, fábricas de chapéus, calçados, marcenarias e cerâmicas.

Segundo os dados constantes nos *Annuarios do Ensino* existiam 6.537 alunos matriculados nas 85 escolas subsidiadas italianas no ano de 1908. Esses dados ainda excluem as crianças menores de 6 anos que frequentavam as aulas acompanhando seus irmãos mais velhos. Pôde-se notar também, na análise dos quadros estatísticos, que o número de meninos era o dobro do número de meninas matriculadas. Apesar de muitos deles permanecerem o tempo mínimo na escola, porque entravam no mercado no trabalho, “[...] em 1912, 60% dos trabalhadores da indústria têxtil de São Paulo eram italianos (aos quais é preciso acrescentar muitos dos seus filhos, nascidos brasileiros entre 1888 e 1901, que também eram muitos nos mesmos estabelecimentos. Entrava-se na fábrica já aos sete, oito anos).²⁸”

É interessante verificar a localização das escolas, nos bairros operários nos arredores da região central, como o Bom Retiro, Brás e Vila Mariana, esses bairros “foram surgindo no entorno de áreas alagadas e insalubres próximas às fábricas” e, algumas das vezes, eram cercados pelas linhas férreas²⁹. Outros bairros também fizeram parte deste grupo como o Pari, a Barra Funda, o Bexiga e o Cambuci. A população italiana predominante nos bairros da cidade era no Bexiga os provenientes da Calábria, no Bom Retiro os do Vêneto e no Brás os napolitanos³⁰. Esse mesmo autor descreveu o grande número de imigrantes que assumiram a função de engraxates e, outros tantos que trabalhavam com o comércio ambulante. E ainda,

[...] se transportarmos tudo isso para o âmbito mais específico do ambiente operário, podemos entender melhor o peso dos imigrantes italianos na caracterização dos bairros paulistanos como

27 Idem, ibidem.

28 BIONDI, L. “Imigração italiana e movimento operário em São Paulo...*op. cit.*, p. 26.

29 PEREIRA, R. M. *Washington Luís na administração de São Paulo...op. cit.*, p.21.

30 TRENTO, A. “Brasile”. In: BEVILACQUA, P., DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. *Storia dell’emigrazione italiana:arrivi*. Vol. 2. Roma: Donzelli, 2002, p. 3 - 23.

muitas “pequenas Itálias”, visto que, dependendo dos setores industriais, os trabalhadores italianos oscilavam entre 60% e 90% do total de empregados. Em resumo, bairro italiano em São Paulo era sinônimo de bairro popular e operário³¹

Mas, para adiante desses bairros existiam escolas italianas na região da Consolação, da rua de Santa Efigênia, da rua São Caetano, na Vila Buarque e na Ponte Grande (localidade próxima a ponte do rio Tietê que seguia em direção a Santana). Todas esses locais citados acima constam do *Mappa do Ensino primario privado do Município de São Paulo*, o qual relacionou as escolas subsidiadas pertencentes a Federação das Escolas Italianas de São Paulo³².

Na descrição abaixo, identifica-se como foram formados os bairros operários da capital.

De um lado do centro velho da capital, para além do vale do Anhangabaú, formaram-se os bairros residenciais finos, e de outro lado, nas baixadas úmidas e pantanosas próximas às várzeas do Rio Tamanduaté e ao pé da colina central, constituíram-se os primeiros bairros operários. Por essas áreas, passavam as estradas de ferro para permitir o deslocamento dos produtos. Os baixos preços dos terrenos atraíram fábricas e outros empreendimentos industriais ao longo das décadas de 1880 e 1890. Os cortiços consistiam na única alternativa de moradia proletária por sua localização próxima do serviço, geralmente em áreas sujeitas a alagamentos, onde os preços dos aluguéis eram mais baixos³³.

O problema social que perpassava essa população atingia-os pela extrema falta de higiene e, conseqüente, inexistência de saneamento básico, de modo a colaborar com a disseminação de epidemias e outras doenças. O ponto que mais afligia a ordem estabelecida da cidade, em processo de urbanização, era o perigo da contaminação da cidade, a partir dessa população. As enchentes nas várzeas dos rios propiciavam o contágio de doenças, fato que contribuía para as críticas aos moradores dessa região³⁴. Entretanto, apesar da existência de

31 BIONDI, L. “Imigração italiana e movimento operário em São Paulo...*op. cit.*, p. 26.

32 SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*..*op. cit.*,1907, p. 378.

33 PEREIRA, R. M. *Washington Luís na administração de São Paulo*...*op. cit.*, p. 135.

34 Idem, *Ibidem*.

questões de saneamento básico, coexistiam, neste ínterim trabalhadores imigrantes, que executavam serviços em prol da limpeza pública. Esse era o caso dos trabalhadores que retiravam a areia das margens do rio Tietê:

[...] trabalho típico de italianos consistia em tirar areia das margens do Tietê, lá pelas bandas da atual Ponte Grande. Os *renaioli* eram quase todos toscanos, de Viareggio, e suas casinhas brancas alinhavam-se ao longo do rio. Cada um deles possuía um barco e um curioso instrumento formado por uma caixa fixada na extremidade de uma longa vara. Percorriam lentamente as margens do rio até achar um banco de areia para depois iniciarem seu trabalho de drenagem manual³⁵.

A associação dos coletores de areia do rio Tietê, era destinado a abastecer o setor da construção civil. Os *renaioli* tinham seus próprios meios de produção, e criaram uma cooperativa para defender seus interesses, perante o município e os impostos por ele cobrados³⁶. Existiam muitos meninos que trabalhavam com os adultos na extração de areia, e conseqüentemente não poderiam frequentar a escola subsidiada italiana ou as escolas públicas paulistanas que funcionavam no período diurno.

O ensino da Língua portuguesa

Não se pode afirmar que as todas as escolas subsidiadas italianas ensinavam seus alunos no idioma local dos professores, em língua italiana ou em língua portuguesa. Presume-se que os idiomas locais estavam sendo suprimidos a cada dia, porque o subsídio do Governo Italiano a essas escolas – como já foi descrito anteriormente - estava vinculado a necessidade de se ensinar no idioma italiano.

Sendo assim, o ensino e a conseqüente aprendizagem da língua portuguesa decorriam de questões básicas de convívio, da necessidade do diálogo para a aquisição e comércio de bens e produtos. O foco para o governo italiano era o da difusão da língua, de

35 CENNI, F. *Italianos no Brasil: andiamo in' Merica*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 280.

36 BIONDI, L. "Imigração italiana e movimento operário em São Paulo...*op. cit.*

um país que havia a pouco se unificado e ainda manter o amor e os sentimentos saudosos da antiga pátria.

Mas, segundo os relatórios dos inspetores escolares, existentes nos *Annuarios do Ensino do Estado de São Paulo*, quando visitavam as escolas italianas na cidade de São Paulo, pregavam o necessário aprendizado da língua portuguesa como uma forma de tornar as crianças cidadãos brasileiros.

Segundo o texto de um dos inspetores escolares no *Annuario do Ensino* de 1907 a Lei da obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa ainda não estava regulamentada, impedindo a ação pontual dos inspetores. Deste modo, o inspetor escolar Leonidas de Toledo Ramos defendia a necessidade de se regulamentar essa Lei o mais breve possível, para garantir a implantação do ideal de nacionalização, porque nestas condições as quais esses estabelecimentos se encontravam: “o inspetor escolar só pôde averiguar si nessas escolas é ou não feito tal ensino. É claro que isso é insuficiente, o inspetor precisa conhecer si essas escolas estão nacionalizadas”. Apenas uma escola italiana da capital, havia recebido até então, alguns elogios do inspetor escolar por estar ensinando a língua portuguesa “conforme o programa vigente”.

Após uma inspeção feita no Instituto pelo inspetor escolar Leonidas de Toledo Ramos, ele reconheceu que o ensino da língua portuguesa era ensinado no Instituto, conforme o programa vigente no Estado de S. Paulo, o Governo concedeu ao Instituto *Dante Alighieri* um subsídio, deixando ao mesmo tempo ao prof. Basile um atestado oficial³⁷

Outro inspetor escolar, no *Annuario de Ensino*, teceu comentários similares aos já descritos por seu colega. Ele reiterou a periculosidade destas escolas italianas, porque ensinavam as crianças a amar outro país, e acusou que o baixo número de inspetores escolares, para efetuarem a fiscalização, era um dos motivos da perpetuação desta situação. O recurso encontrado por ele era de que o governo do Estado fizesse a doação de materiais para o ensino, como livros de História e de Geografia do Brasil, e deste modo, instituísse que essas escolas

37 FANFULLA. *Il Brasile e gli italiani...op. cit.*, p. 805, tradução nossa.

tivessem um professor brasileiro para o ensino de Língua Pátria, de História e Geografia do Brasil. Esse inspetor ainda cogitava a possibilidade de o governo encerrar as atividades das escolas italianas de ensino primário, que não cumprissem com essas determinações.

Só na Capital funcionam presentemente cerca de cem estabelecimentos dessa natureza, com matrícula superior a seis mil crianças. Resta saber si taes estabelecimentos, em que o portuguez não é língua official, podem offerecer ao Estado reaes vantagens como auxiliares do Governo na ministração do ensino³⁸

Sendo assim, o ensino correto da língua portuguesa era primordial nas escolas primárias públicas ou privadas. Pois, esse ensino contribuiria para a formação do cidadão brasileiro.

Considerações Finais

As crianças que viveram nos bairros operários da cidade de São Paulo, eram em sua maioria, alunas das escolas elementares italianas subsidiadas ou das escolas públicas. Somente no bairro operário do Brás, que contava com grande concentração de imigrantes peninsulares, existiam três *Grupos Escolares*, possivelmente para contrapor o grande número de escolas subsidiadas italianas nessa localidade.

As crianças que frequentaram essas escolas subsidiadas não tiveram uma frequência exemplar nas aulas, pela necessidade de ajudarem suas famílias nas tarefas diárias e, em alguns casos dependendo da idade, fazendo parte do mercado de trabalho. Nesse sentido, a aprendizagem da língua portuguesa existia oficialmente em todos os tipos de escolas primárias, mas nas escolas subsidiadas italianas não se pode afirmar que o aprendizado dessa matéria fosse concreto. Não se tem notícia de professores brasileiros que lecionaram nessas escolas no período estudado.

38 SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo...op. cit.*,p.43.

Pode-se supor que o ensino da língua portuguesa não tenha se concretizado na maioria das escolas de peninsulares, em contrapartida também não se pode crer que o ensino da língua italiana oficial tenha se sedimentado, quando os professores e os alunos tinham domínio de um determinado idioma regional. Sendo assim, pode-se afirmar que o ensino de um idioma ou de outro existiu, simultaneamente, apesar de extremamente fragmentado.

REVISTA ANGELUS NOVUS

O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais o nascimento da justiça juvenil

Maria Nilvane Zanella

Doutoranda em Educação (UEM)

Angela Mara de Barros Lara

Pós-Doutora em Educação (UFSC)

Resumo

O referido artigo aborda o nascimento da justiça juvenil e das políticas de atendimento do adolescente em conflito com a lei, a partir de um movimento que se iniciou nos Estados Unidos, expandiu-se para a Europa e chegou à América Latina no início do século XX. O estudo demonstra que na ampliação do movimento foi preponderante a organização do Congresso Internacional das Prisões (CIP), organizado pela Liga das Nações, antecessora da Organização das Nações Unidas (ONU), até a sua extinção e os eventos promovidos pela Associação Internacional de Magistrados da Juventude e da Família (IAYFJM). A análise evidencia que as discussões realizadas nos eventos organizados pela IAYFJM e no CIP fundamentaram a elaboração do Código de Menores Mello Mattos de 1927 que foi analisado detalhadamente no corpo do artigo.

Palavras-chave organismos internacionais, justiça juvenil, código de menores, adolescente em conflito com a lei.

Abstract

This article discusses the birth of juvenile justice and adolescent care policies in conflict with the law, from a movement that began in the United States, has expanded to Europe and arrived in Latin America in the early 20th century. The study demonstrates that in the expansion of the movement was the leading organization of the International Congress of prisons (CIP), organized by the League of Nations, predecessor of the United Nations (UN), until its extinction and the events promoted by the International Association of magistrates for youth and family (IAYFJM). The analysis shows that the discussions in events organized by IAYFJM and CIP in the elaboration of the bases of Mello Mattos Minors code of 1927 which was analyzed in detail in the body of the article.

Keywords international organizations, juvenile justice, minors code, adolescents in conflict with the law.

Introdução

A produção é fruto da dissertação de mestrado *A perspectiva da ONU sobre o menor, o infrator, o delinquente e o adolescente em conflito com a lei: as políticas de socioeducação*, defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) que analisa a influência da Organização das Nações Unidas e de seus organismos internacionais no estabelecimento de um sistema de justiça juvenil internacional. O referido sistema teve início nos Estados Unidos em 1899, foi divulgado na Europa e, expandiu-se para a América Latina no início do século XX, ao término da Primeira Guerra Mundial.

Para que a expansão do modelo adotado, que separava adultos de menores se concretizasse foi preponderante a atuação das organizações internacionais. Desde 1872, o Congresso Internacional das Prisões se reunia para discutir encaminhamentos sobre o tratamento que deveria ser dado aos presos adultos e, também, aos menores. O 8º Congresso realizado em 1910 decidiu que os menores deveriam se manter separados dos adultos, durante o cumprimento da pena. As discussões realizadas nos Congressos foram inseridas no Brasil, por Mello Mattos. Em 1927 foi promulgado o primeiro Código de Menores do Brasil. Mello Mattos veio a se tornar o primeiro juiz de menores da América Latina.

Os eventos internacionais e a construção de um sistema justiça juvenil

A privação de liberdade de crianças e adolescentes possui uma longa trajetória na história da humanidade. Até o século XVIII, as pessoas que praticavam delitos sofriam graves penas corporais. Cesare Beccaria foi o primeiro a defender em 1764 a racionalização das penas igualando o ato cometido por diferentes pessoas à punição recebida por esses crimes.¹

No século XIX, o direito penal conquistou autonomia normativa e científica, em relação aos demais ramos do direito, o que, contribuiu para produzir uma racionalização da

1 BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martin Claret, 2000 [1764].

pena e uma reflexão sobre as suas finalidades. Os Congressos Penitenciários Internacionais que iniciaram nesse século foram responsáveis pela reforma no sistema prisional e, conseqüentemente, influenciou na criação dos tribunais juvenis. O quadro 1 apresenta as datas e locais em que foram realizados os Congressos para tratar do tema.

QUADRO 1 – CONGRESSO INTERNACIONAL DAS PRISÕES²

ANO	LOCAL	EVENTO
1872	Londres	1º Congresso Internacional das Prisões
1878	Estocolmo	2º Congresso Internacional das Prisões
1885	Roma	3º Congresso Internacional das Prisões
1890	São Petesburgo	4º Congresso Internacional das Prisões
1895	Paris	5º Congresso Internacional das Prisões
1900	Bruxelas	6º Congresso Internacional das Prisões
1905	Budapeste	7º Congresso Internacional das Prisões
1910	Washington, EUA	8º Congresso Internacional das Prisões
1925	Londres	9º Congresso Internacional das Prisões
1930	Praga	10º Congresso Internacional das Prisões
1935	Berlim	11º Congresso Internacional das Prisões
1940	Roma	Abandonado devido a Segunda Guerra Mundial
1950	Haia	12º Congresso Internacional Penal e Penitenciário

Os Congressos listados no quadro tinham dentre os seus objetivos promover a reforma penal, separando adultos de menores. Na compreensão de parte dos participantes, os jovens delinquentes não deveriam ser submetidos ao mesmo procedimento penal aplicado aos adultos. A organização dos referidos Congressos foi assumida pela Liga das Nações, entidade, precursora da Organização das Unidades (ONU), depois da sua criação em 1918.

O Primeiro Congresso Internacional das Prisões foi realizado em Londres em 1872 e reuniu agentes penitenciários, reformadores sociais e especialistas que compunham 100 delegados de 22 países. O *Segundo Relatório Anual do Conselho de Administração e do Superintendente da Prisão do Estado* destacou a participação do Império do Brasil no evento.

Os ministros das repúblicas de língua espanhola, da América do Sul e do Norte, como também do Império do Brasil, tiveram um grande interesse por este movimento desde o início, e tem feito um

2 Elaborado pela pesquisadora.

grande esforço para promovê-lo em seus respectivos países. México, Brasil, República Argentina, Chile, Colômbia e outros países da América do Sul decidiram participar do congresso, e alguns deles já nomearam seus comissários.³

O relatório demonstra que em vários países da Europa e também nos Estados Unidos já existia, naquele contexto, reformatórios juvenis, com vistas à prevenção da criminalidade. O estudo apresenta uma distinção entre os reformatórios juvenis e as escolas oficinas. O primeiro destinado àqueles que já haviam sido condenados e o segundo se destinava a prevenir a delinquência. Na conclusão, o relatório informou:

Os estabelecimentos apropriados para jovens reclusos são, apesar das oposições a ele, o ponto principal dos sistemas penitenciários. Para reformar as massas criminais, é com a infância que devemos começar [...]; Esquecemo-nos, muitas vezes, de que estas crianças são insubordinadas e pervertidas e, que, em um período posterior, irão formar as gerações de transgressores adultos, cujos crimes perturbarão e aterrorizarão a sociedade.

Parece-me que há um grande grupo de reformatórios ou prisões juvenis para jovens e adultos que necessitam de reformas, pois estão muito antigas [...]. Uma instituição deste tipo, chamado de reformatório industrial, está agora em processo de construção em Elmira, Nova York. Esta

3 *The ministers of the Spanish-speaking republics of North and South America, as also of the Empire of Brazil, have taken a strong interest in this movement from the first, and have made active exertion to promote its success in their respective countries. Mexico, Brazil, the Argentine Republic, Chili, Colombia, and other South American states have decided to take part in the congress, and some of them have already named their commissioners* (CIP. Congresso Internacional sobre a Prevenção e Repressão do Crime. *Relatório preliminar do comissário nomeado pelo Presidente para representar os Estados Unidos no Congresso em cumprimento de uma resolução conjunta de 7 de março de 1871*. Washington: Government Printing Office, 1872, p. 9).

experiência é da mais alta importância para a ciência penitenciária, e o seu progresso será observado com um vivo interesse pelos amigos de reforma do sistema prisional neste e em outros países.⁴

Os Estados Unidos foram precursores no movimento que objetivava separar, definitivamente, os menores que cumpriam penas dos adultos. O seu primeiro Reformatório especificamente construído para esse fim data de 1825, mas o relatório subentende que isso já acontecia em alguns lugares, sendo que, algumas dessas instituições eram mantidas por parcerias entre administradores privados e o Estado, outras eram mantidas por benfeitores, instituições filantrópicas ou confessionais.

Ao término do Primeiro Congresso Internacional das Prisões, formou-se um Comitê Internacional das Prisões (CIP) que tinha, dentre os objetivos, recolher estatísticas penitenciárias, incentivar a reforma penal e convocar outras conferências internacionais.⁵ O Comitê passou a se reunir a cada cinco anos até 1950 quando foi extinto pela ONU por ter atuado ao lado do eixo alemão durante a Segunda Guerra Mundial. A partir de 1955 um novo Comitê foi formado e passou a se reunir a cada cinco anos sob o auspício da ONU com o nome de Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

No final do século XIX, um movimento de reformadores denominados Salvadores da Infância defendeu nos Estados Unidos a criação de tribunais de justiça para menores, como forma de manter a ordem e o controle social, por meio de um discurso humanitário e de piedade institucional. Para satisfazer esse discurso, as crianças deveriam ser resgatadas do

4 *Establishments appropriated to young prisoners are, beyond all contradiction, the leading point in every penitentiary system. To reform the criminal masses, it is with childhood that we must commence; [...]. We too often forget that it is these insubordinate and perverted children who, at a later period, will form the generations of adult transgressors whose crimes will disturb and terrify society.*

It seems to me that there is great need of a class of reformatories or juvenile prisons for boys and young men too old for the ordinary reformatory, [...]. An institution of this kind, called an industrial reformatory, is now in process of construction at Elmira, New York. This experiment of the highest importance to penitentiary science, and its progress will be watched with a lively interest by the friends of prison reform in this and other countries (Idem, p. 278).

5 UNODC. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. *International Penal and Penitentiary Commission (IPPC)*. Disponível em: <<http://www.unodc.org/unodc/en/crime-congress/ippc.html>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

cárcere e das prisões, criando-se, para tanto, instituições especiais, dignas, judiciais e penais para os menores. Atendendo ao sentimento de filantropia e bem-estar comum, oriundo, principalmente, dos Estados Unidos, ao invés de prisões, deveriam existir reformatórios também chamados de escolas industriais, escolas de formação, residências campestres etc. O objetivo, neste caso, era promover a institucionalização, sequestrando o conflito, de forma a evitar sua expansão.⁶

Os Salvadores da Infância se propunham a aliviar as misérias da vida urbana e a delinquência juvenil. Entretanto, com o passar dos anos percebeu-se “[...] que o sistema de tribunais para menores representava um triunfo do liberalismo progressista sobre as forças da reação e da ignorância”.⁷ O movimento ganhou uma maior repercussão quando Edward Hubert Julhiet⁸ decidiu torná-lo conhecido na França. Em 1906, o financista realizou uma palestra sobre a organização dos tribunais especiais para crianças e foi enviado em missão para estudar as reformas realizadas na Alemanha e Inglaterra. Quatro anos depois, a 8ª Conferência Internacional das Prisões realizada em Washington nos EUA reuniu delegados de 22 países e representantes de outros países que eram, oficialmente, membros para a aprovação da centralização do controle de todas as instituições penais, incluindo as cadeias locais e a inserção dos detentos em atividades laborais. Os conferencistas se preocuparam também com a metodologia mais adequada para o atendimento e o tratamento penal dos menores delinquentes.

A Conferência objetivava anular a distinção entre menores delinquentes, abandonados e maltratados, já que não era possível controlá-los e protegê-los, distintamente. A proteção se tornou, assim, o argumento necessário para o controle social e o relatório de

6 FRASSETO, Flávio. *Aulas do curso de mestrado em Políticas e Práticas em Adolescente em conflito com a lei*. São Paulo: Uniban, mar-abr. 2010.

7 “que el sistema de tribunales para menores representaba un triunfo del liberalismo progresista sobre las fuerzas de la reacción y la ignorancia” (PLATT, Antony M.. *Los “salvadores del niño”*: la invención de la delincuencia. México: Siglo Veintiuno, 1997. p. 16).

8 Engana-se quem pensa que Edward Hubert Julhiet (1870-1931) era magistrado. Engenheiro Civil de Minas, formado pela Escola Politécnica de Paris no ano de 1892, realizou missões de estudos financeiros na América do Sul, América Central, Espanha e EUA. Posterior, tornou-se responsável financeiro no Banco da União Parisiense, especializando-se no estudo de questões financeiras e contábeis.

conclusão da Conferência Internacional das Prisões, apresentando como primeira resolução: “I. Os jovens delinquentes não devem ser submetidos ao mesmo procedimento penal aplicado aos adultos”.⁹

Aderindo ao movimento internacional, a França apresentou, no início de 1910, um Projeto na Câmara dos Deputados de Paris. Edward Hubert Julhiet passou a ser considerado o idealizador do sistema de justiça juvenil, separado do sistema de justiça dos adultos, sendo, também, presidente da comissão organizadora do Primeiro Congresso Internacional dos Tribunais de Menores, realizado em Paris em 29, de Junho de 1911. Na ocasião, a Associação Francesa dos Juízes da Infância idealizou um segundo evento, que visava contribuir para que os juízes da área unissem forças diante do problema que os menores representavam.

Em 1912, a Lei de 22, de julho foi aprovada e criou um sistema que separou crianças que possuíam menos de 13 anos de idade daquelas que possuíam entre 13 e 18 anos. No caso das crianças que possuíam idade inferior a 13 anos de idade ficou estabelecidos que elas não ficariam vinculadas aos códigos penais e não seriam submetidas a julgamentos, mas a medidas educativas indicadas por um conselho consultivo civil e, as que tivessem idade entre 13 e 18 anos de idade seriam julgadas pelo novo sistema de tribunais por um advogado.

Por causa da I Guerra Mundial, o 2º Congresso Internacional dos Tribunais de Menores foi realizado apenas em 1928. Na ocasião, formou-se um comitê de juízes internacionais que tinham como objetivo organizar um Congresso que, posteriormente, fundou uma associação internacional dos juízes da infância.¹⁰ O evento ocorrido em Bruxelas, na Bélgica em 26, de julho de 1930 criou a Associação Internacional dos Juízes dos Tribunais

9 “I. *Young delinquents should not be subjected to the penal procedure now applied to adults*” (KELSO, J. J.. *Conclusions of the International Prison Congress held in Washington, Oct. 2-8, 1910*, p. 3. Disponível em <<https://archive.org/details/conclusionsofintookels>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

10 IAYFJM. Associação Internacional de Magistrados da Juventude e da Família. *About us: history*. Disponível em: <<http://www.aimjf.org/en/about/?about-history>>. Acesso em 9 jan. 2014.

de Menores,¹¹ atualmente, denominada Associação Internacional de Magistrados da Juventude e da Família (IAYFJM).

Desde a sua fundação, a Associação patrocinou diversas conferências internacionais, conforme demonstra o quadro 2. Na primeira nomeou como seu vice-presidente o primeiro juiz de menores do Brasil e da América Latina, José Candido de Albuquerque de Mello Mattos.¹²

QUADRO 2 – CONGRESSOS REALIZADOS PELA IAYFJM¹³

CONGRESSO	ANO E LOCAL	TEMA
1º	Bruxelas, Bélgica, 26-29/jul 1930	As crianças perante os tribunais; Perspectivas nacionais e internacionais sobre os tribunais de jovens contra a proteção da criança;
2º	Bruxelas, Bélgica, 15-17/jul 1935	Os efeitos da crise econômica e do desemprego na infância e na adolescência; Oportunidade de criação de uma força policial especializada em crianças; O cuidado com as crianças estrangeiras; Serviços de apoio para os tribunais das crianças;
3º	Liège, Bélgica, 17-20/jul 1950	As organizações com o objetivo de compreender os conflitos entre as crianças e a sociedade e entre as crianças e seu meio ambiente; Principais aspectos do problema das crianças mal adaptadas socialmente; Justiça Juvenil: Formação e especialização de juízes nos tribunais de menores e magistrados; a cooperação e os serviços de apoio do tribunal;
4º	Bruxelas, Bélgica, 16-19/jul 1954	Direito da criança: questões gerais; Intervenções justificadas e as relações entre pais e filhos;

11 Quanto à designação a Associação foi denominada em 1930 por Associação Internacional dos Juízes Desembargadores da Infância (AIJE), mas no dia 18 de julho de 1958, no 5º Congresso Mundial em Bruxelas, a Assembleia Geral mudou o nome e passou a ser conhecida como Associação Internacional de Magistrados da Juventude (DOJI). No 10º Congresso Mundial realizado em Montreal em 21 de julho de 1978, a Assembleia Geral adotou uma nova Constituição, passando a ser nominada como Associação Internacional de Magistrados da Juventude e da Família (IAYFJM). *Idem*.

12 MUSEU DA JUSTIÇA. *Código Mello Mattos, os primórdios da proteção à infância e à adolescência: caderno de exposições*. Rio de Janeiro: DGCON; DEGEM, 2012.

13 IAYFJM, *op. cit.*

		A criança e a sociedade; Proteção da Juventude;
5º	Bruxelas, Bélgica, 14-18/jul 1958	Ação social e educacional dos tribunais para jovens;
6º	Nápoles, Itália, 26-29/set 1962	Formação de um apoio para os juízes e magistrados de jovens;
7º	Paris, França, 18-23/jul 1966	Proteção judicial dos jovens no mundo;
8º	Bruxelas, Bélgica, Julho de 1970	O magistrado, a criança, a família, a comunidade;
9º	Oxford, Inglaterra, julho de 1974	A justiça juvenil em um mundo em mudança;
10º	Montreal, Canadá, 21/jul 1978	O Juiz e as pressões ambientais sobre a juventude e a família;
11º	Amsterdã, Países Baixos, agosto de 1982	Justiça para a juventude e a família em um contexto social;
12º	Rio de Janeiro, Brasil, 24-29/ago 1986	A criança separada de sua família;
13º	Turim, Itália, 16-21/set 1990	Novos tipos de famílias;
14º	Bremen, Alemanha, 28/ago-2/set 1994	Jovens infratores e suas famílias: as questões de direitos humanos
15º	Buenos Aires, Argentina, 02-06/nov 1998	Juventude e mudança social: novos desafios para a justiça, a política e a sociedade;
16º	Melbourne, Austrália, 26-31/out 2002	Forjando as ligações;
17º	Belfast, Irlanda do Norte, 27/ago-1/set 2006	Reunidos novamente;
18º	Hammamet, Tunísia 21-24/abr 2010	Unidos na diversidade: a justiça juvenil e a proteção da criança nos principais sistemas jurídicos;
19º	Foz do Iguaçu/Brasil 08-12/abr 2014	Justiça para crianças e adolescentes;

A referida Associação é, atualmente, uma Organização Não Governamental Internacional (OING) com status consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU) e, possui como meta estabelecer ligações entre os juízes de diferentes países, e também com

outras Organizações Internacionais, com interesse na área de proteção à criança, além de outras questões relacionadas à proteção da infância. A entidade é composta por associações nacionais e indivíduos de todas as partes do globo, que exercem funções como juízes da juventude e da família ou funções no âmbito dos serviços profissionais, diretamente, ligados à juventude e à justiça de família ou bem-estar.

Os congressos internacionais, organizados pela IAYFJM ocorrem a cada quatro anos e discutem questões do âmbito da competência dos Tribunais de Família e Juizados da Juventude. O último Congresso Mundial da IAYFJM foi realizado em abril de 2014, em Foz do Iguaçu, no Brasil. A partir do 4º Congresso, a IAYFJM adotou a discussão de temas de interesse mundial. Anteriormente, vários assuntos diferentes eram abordados, como pode ser visualizado no quadro. Ao que parece, em âmbito internacional, os ditos tribunais de menores foram vistos, naquele contexto e, ainda hoje, como uma resposta adequada para resgatar os conflitos sociais providos pelo embate socialismo e capitalismo, não apenas na Europa, mas, também, na América Latina, justificando, assim, a divulgação da solução encontrada.

A justiça juvenil no Brasil e o nascimento do direito penal do menor

A criação da nossa primeira legislação específica para o atendimento de menores no Brasil em 1927 seguiu um movimento internacional que iniciou nos Estados Unidos, expandiu-se para a Europa no final do século XIX e, para a América Latina nas primeiras décadas do século XX.

Até 1927, os menores em conflito com a lei, eram responsabilidade do juiz da Vara Criminal. O Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, promulgado pelo Decreto nº 847 de 11 de outubro 1890 não considerava criminosos os menores de nove anos de idade (Artigo 27, parágrafo 1º). Dos nove aos 14 anos, o critério era biopsicológico, ou seja, o juiz deveria decidir se no cometimento do ato o menor possuía ou não discernimento (Artigo 27, parágrafo 2º) e, caso o tivesse, seriam recolhidos aos estabelecimentos disciplinares industriais pelo tempo necessário, não podendo ultrapassar a idade de 17 anos (Artigo 30). Nos casos em que o

delinquente possuísse idade acima de 14 anos, os mesmos deveriam ser recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais onde permaneceriam, no máximo até 21 anos de idade (Artigo 399, parágrafo 2º). Era considerado atenuante se o infrator possuísse menos de 21 anos (Artigo 42, parágrafo II).¹⁴

Em 1921, a Lei nº 4.242 que fixou as despesas para o exercício daquele ano e autorizou o governo a organizar o serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinquente (Artigo 3º), estabelecendo a possibilidade da nomeação de um juiz de direito e funcionários necessários para o funcionamento de um juizado privativo de menores (Artigo 3º, Alínea d). A Lei também deu as diretrizes para a elaboração do Código Mello Matos (Artigo 3º, parágrafo 1º subsequentes)¹⁵ e evidenciou no Artigo 3º, parágrafo 16 que:

O menor de 14 annos, indigitado autor ou cúmplice de crime ou contravenção, não será submettido a processo penal de nenhuma especie; a autoridade competente tomará sómente as informações precisas, registrando-as, sobre o facto punivel e sua autoria, o estado physico, mental e moral do menor, e a sua situação social, moral e economica dos paes, ou tutor, ou pessoa sob cuja guarda viva (*sic!*).¹⁶

No ano de 1922, a Assistência e proteção à infância no Brasil foi amplamente discutida no I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, presidido pelo Dr. Moncorvo Filho.¹⁷ No ano seguinte, o Decreto nº 16.272, pautado na Lei nº 4.242/1921, criou as primeiras

14 BRASIL. *Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo_norma=DEC&data=18901011&link=s>. Acesso em: 3 jun. 2013.

15 BRASIL. *Lei 4.242 de 6 de janeiro de 1921*: fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/media/lei_4242_06_jan_1921.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013 .

16 *Idem*, p. 4.

17 Moncorvo Filho, médico higienista que se dedicou a causa da infância e fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância em 1891, afirmava que ao se descuidar da infância comprometia não apenas o país, mas sim a raça humana (MONCORVO FILHO, Arthur. *Histórico da proteção à infância no Brasil: 1500 a 1922*. Rio de Janeiro: Graphica, 1927. p. 230). Na perspectiva de Moncorvo os motivos econômicos e sociais eram ocasionais quando se tratava de criminalidade infanto-juvenil. Para ele, as causas patológicas como as perturbações mentais, decorrentes, muitas vezes, de fatores hereditários, tais como a sífilis e o alcoolismo dos

normas da Assistência Social visando à proteção dos menores abandonados e delinquentes. O artigo 1º da referida Lei estabelecia ser objeto dela: “O menor, de qualquer sexo, abandonado ou delinquente [...]”.¹⁸ O referido Decreto explicitava no artigo 102 que: “O Governo expedirá sob a fôrma de regulamento os actos complementares, ou decorrentes deste, necessarios ao serviço de assistencia e proteção aos menores abandonados e delinquentes” (sic!),¹⁹ por isso, em 1924, um novo Decreto foi expedido (Decreto nº 16.388) aprovando o regulamento do conselho de assistência e proteção dos menores.²⁰ Ao reorganizar a Justiça do Distrito Federal e incluir a figura do Juiz de Menores na administração da Justiça, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos se tornou o primeiro juiz de menores da América Latina.

Em 1926, o Decreto nº 5.083 instituiu o Código de Menores e estabeleceu no artigo 1º que “O Governo consolidará as leis de assistencia e protecção aos menores, adicionando-lhes os dispositivos [...]” (sic!),²¹ que daria a ela uma redação harmônica e adequada, decretada como Código de Menores. Em 1927, entrou em vigor o Decreto nº 17.943-A, que consolidava e dava base legal a toda e qualquer ação referente aos menores abandonados, delinquentes ou em situação de o ser. Importante notar que, seguindo as orientações internacionais, a partir de então, tornou-se desnecessário que crianças e adolescentes cometessem atos ilícitos para serem recolhidos em instituições.

pais, eram, indiscutivelmente, causas sobressalentes no desenvolvimento da tendência criminosa (FEITOSA, Juliana Biazze. *A internação do adolescente em conflito com a lei como “única alternativa”*: reedição do ideário higienista. 2011. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Maringá, 2011).

18 BRASIL. *Decreto 16.300 de 31 de dezembro de 1923*: Approva o regulamento do Departamento Nacional de Saude Publica, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16300impressao.htm>. Acesso em: 05/dez./2012.

19 *Idem*, p. 121.

20 BRASIL. *Decreto nº 16.388 de 27 de fevereiro de 1924*. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=28942&norma=44491>>. Acesso em 20 mai. 2013.

21 BRASIL. *Decreto nº 5.083 de 1º de dezembro de 1926*: institui o Código de Menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL5083impressao.htm>. Acesso em 3 jun. 2013.

O Código Mello Mattos e a letra da Lei

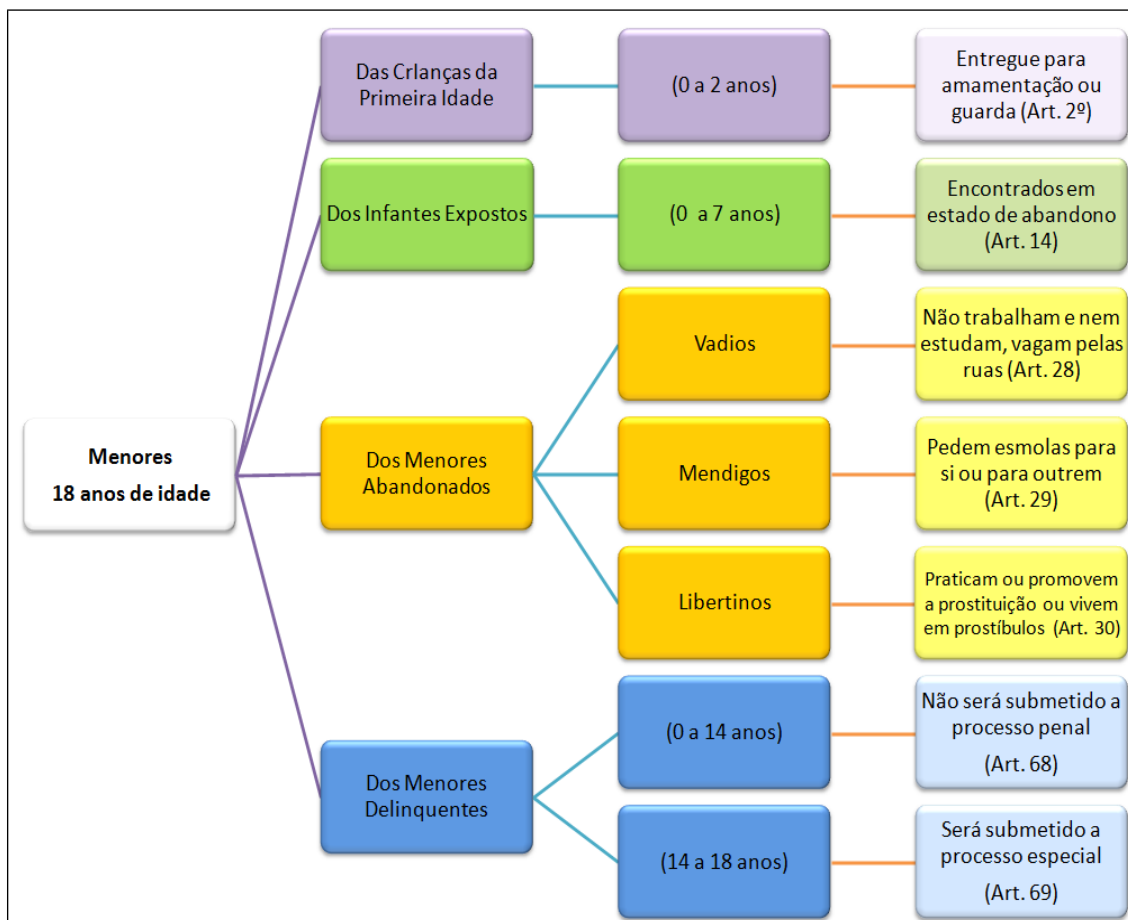
O Código Mello Mattos²² de 1927 era composto por 231 artigos divididos em duas partes, denominadas de Parte Geral e Parte Especial. A Parte Geral é composta de 11 capítulos e a Parte Especial dispunha de cinco capítulos. No Capítulo I da Parte Geral a Lei especifica o objeto do atendimento dizendo que: “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submettido pela autoridade competente ás medidas de assistencia e protecção contidas neste Código” (Artigo 1º).²³ Ou seja, era objeto da lei e das medidas de assistência e proteção social, as crianças e os adolescentes, que possuindo menos de 18 anos fosse abandonado ou delinquente.

A Lei estabelecia as várias condições financeiras, familiares e sociais que caracterizava crianças e adolescentes como menores, conforme demonstra a Figura 1.

22 José Cândido de Albuquerque Mello Mattos atuou como advogado criminal, promotor e na área do magistério. Na década de 1920, passou a elaborar projetos que culminaram, em 1923, com a criação do Juízo de Menores do Distrito Federal no Rio de Janeiro, do qual se tornou titular em fevereiro de 1924. Quando promulgado o Decreto nº 17.943-A era denominado Código de Menores, mas depois do falecimento de Mello Mattos passou-se a homenageá-lo com a denominação Código Mello Mattos.

23 BRASIL. *Código de Menores*: Mello Mattos. Decreto 17.943-A de 12 de outubro de 1927, p. 1. Disponível em: <http://ciespi.org.br/media/decre-to_17.943%20A_12_out_1927.pdf>. Acesso em 7 mai. 2012.

FIGURA 1 – O CÓDIGO DE 1927 E AS SUAS SUBDIVISÕES ETÁRIAS²⁴



A Figura apresenta as condições que as crianças eram consideradas menores, a separação dada em relação à idade ou à condição em que se encontravam. Nas situações mencionadas, os chamados menores passavam a ser objeto de “[...] vigilância da autoridade pública, com o fim de lhe proteger a vida e a saúde” (Artigo 2º).²⁵

No Capítulo II a Lei tratava das *crianças de primeira idade* e explicitava no artigo 2º, que era objeto de vigilância da autoridade pública, com vistas à proteção da vida, as crianças que possuíam menos de dois anos de idade e haviam sido entregues para serem criadas ou amamentadas fora da casa dos pais ou responsáveis. Eram denominadas *crianças expostas*

24 Elaborado pela pesquisadora com base no Código de Menores de 1927.

25 BRASIL. *Código de Menores, op. cit.*, p. 1.

àquelas que eram abandonadas em qualquer lugar, inclusive na Roda dos Expostos (Artigo 14, Capítulo III).²⁶

O Capítulo IV explicitava que eram *abandonados* os menores de 18 anos de idade: a) que não tinha moradia, nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos e não tivesse tutor ou pessoa sob cuja guarda vivesse; b) que se encontrasse sem habitação certa, nem meio de subsistência, devido à indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda; c) que tivesse os responsáveis reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para ele; d) que vivesse em companhia de responsável que fosse entregue a prática de atos contrários à moral e aos bons costumes; e) que se encontrasse em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem; f) que frequentasse lugares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andasse em má companhia; g) que, devido à crueldade, abuso de autoridade, negligência ou exploração dos responsáveis, fosse: vítima de maus tratos físicos ou castigos imoderados; privado habitualmente dos alimentos ou de cuidados indispensáveis à saúde; empregado em ocupações proibidas ou manifestamente contrárias à moral e aos bons costumes, ou que lhes pusesse em risco à vida ou à saúde; que fosse induzido ao roubo, mendicância ou libertinagem; h) que tivesse o responsável condenado por sentença irrecorrível: a mais de dois anos de prisão por qualquer crime; e, a qualquer pena como coautor, cúmplice, ou receptador de crime cometido por menor sob sua guarda, ou por crime contra estes (Artigo 26).

Os casos em que os menores eram encontrados vagando e apreendidos, a família tinha 30 dias para realizar uma reclamação. Quando isso não era feito o juiz, o declarava abandonado, enviando-o a uma das instituições de assistência (Artigo 56, Capítulo VI). Caso a família fosse buscá-lo, o mesmo deveria ser entregue após comprovado o vínculo, que o abandono foi causado por situações independente da vontade do reclamante, que o reclamante não se acha incurso em nenhum dos casos em que a lei determina a suspensão ou a

²⁶ *Idem*.

pedra do pátrio poder ou destituição da tutela, e que a educação do menor não será prejudicada com a volta ao poder do reclamante (Artigo 58, Capítulo VI).

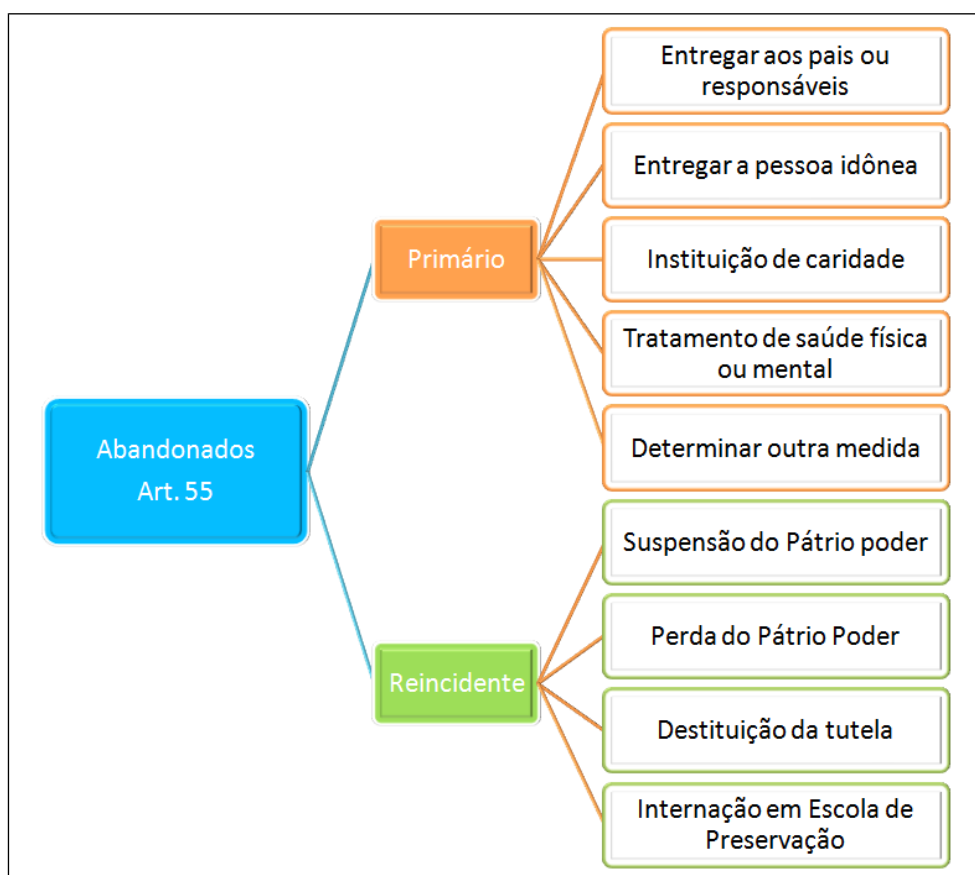
Ainda que vivesse com pais ou responsáveis eram considerados *vadios* os menores de 18 anos que não estudassem ou realizassem trabalho sério e útil, vagando habitualmente pelas ruas e vias públicas ou ainda, que houvesse deixado a casa dos pais ou responsáveis não tendo domicílio e fossem encontrados andando nas ruas sem que tivessem um meio de vida regular, ou sobrevivessem de atividades imorais ou proibidas (Artigo 28).

Os *mendigos* eram aqueles menores de idade que pedissem esmola para si ou para outros, ainda que fossem pais ou mães, ou que pedissem donativos sob o pretexto de venda ou de oferta de objetos (Artigo 29). Eram denominados *libertinos* os menores que habitualmente: a) estivesse na via pública perseguindo ou convidando companheiros ou transeuntes para a prática de atos obscenos; b) se entregassem à prostituição em seu próprio domicílio, vivesse em casa de prostituição, ou frequentasse casa de tolerância, para praticar atos obscenos; c) fossem encontrados em qualquer casa, ou lugar não destinado à prostituição, praticando atos obscenos com outra pessoa; d) vivesse da prostituição de outras pessoas (Artigo 30).

Como é possível de se observar o Capítulo IV tratou de diferenciar as atividades que qualificavam os tipos de menores abandonados existentes na sociedade brasileira em: vadios, mendigos e libertinos. O Capítulo V explicitou os motivos que poderia levar os responsáveis a perderem o pátrio poder ou a remoção da tutela e, o sexto Capítulo definia a que medidas seriam submetidos os menores abandonados.

O Capítulo VII trata dos menores delinquentes e segue uma orientação aproximada da lei francesa de 1912, diferenciando-se apenas na idade. Assim, o menor de 14 anos de idade considerado autor ou cúmplice de uma infração ou contravenção penal não era submetido a processo penal (Artigo 68). Os que tinham acima de 14 anos eram submetidos a um processo especial (Artigo 69). A Figura 2 apresenta o tipo de penalização aplicada quando houvesse violação da lei pelos abandonados.

FIGURA 2 – PENALIDADES APLICADAS AOS ABANDONADOS²⁷



O artigo 55 definia que os abandonados deveriam ser apreendidos em lugar conveniente ou mantidos sob a guarda da autoridade responsável. Dependendo da idade, instrução, profissão, saúde, abandono ou perversão do menor e a situação social, moral e econômica dos responsáveis a autoridade poderia adotar uma das seguintes decisões: a) entregá-lo aos responsáveis, sem condição alguma ou sob as condições que julgasse necessárias; b) entregá-lo a uma pessoa idônea, ou interná-lo em hospital, asilo, instituto de educação, oficina escola de preservação ou de reforma; c) ordenar as medidas convenientes aos que necessitem de tratamento especial, por sofrerem de qualquer doença física ou mental; d) decretar a suspensão ou a perda do pátrio poder ou a destituição da tutela; e) regular de

27 Elaborado pela pesquisadora.

maneira diferente das estabelecidas, se houvesse para isso motivo grave, e fosse do interesse do menor.

A Lei também estabelecia que os menores de 18 anos que fossem encontrados vadiando ou mendigando, deveriam ser apreendidos e apresentados à autoridade judicial, a qual poderia: reprimê-los e também, aos responsáveis entregando-os ou deixá-los aos cuidados de uma pessoa idônea, uma instituição de caridade ou de ensino público ou privado até completar 18 anos, quando a vadiagem ou mendicância não era uma situação habitual. Caso o contrário, a situação fosse verificada em mais de duas vezes, o menor deveria ser internado até completar 18 anos de idade em uma escola de preservação (Artigo 61).

Os menores de 14 anos de idade considerados autores ou cúmplices de uma infração ou contravenção penal recebiam as seguintes medidas: a) nos casos de problema de saúde mental ou física para tratamento; b) entregues aos responsáveis mediante as condições que o juiz julgasse adequadas; c) se, o menor fosse pervertido ou estivesse em o perigo de o ser, poderia ser enviado para asilo em uma casa de educação, escola de preservação ou confiado a uma pessoa idônea, não podendo ultrapassar 21 anos (Artigo 68).

Os maiores de 14 anos e menores de 18 anos, quando autor ou cúmplice de fato qualificado como crime ou contravenção era submetido a um processo especial, no qual a autoridade competente tomava informações sobre o seu estado físico, mental ou moral, e sobre a situação social, moral e econômica dos responsáveis. Caso tivesse algum problema de saúde física ou mental seria submetido a um tratamento apropriado; se não fosse abandonado, pervertido ou em perigo de o ser, e não precisasse de tratamento especial, a autoridade deveria enviá-lo a uma escola de reforma pelo prazo de um a cinco anos; se o menor fosse abandonado, pervertido, ou estivesse em perigo de o ser, a autoridade o internaria em uma escola de reforma, por todo o tempo necessário a sua educação, que poderia ser de no mínimo três anos, e de no máximo sete anos (Artigo 69).

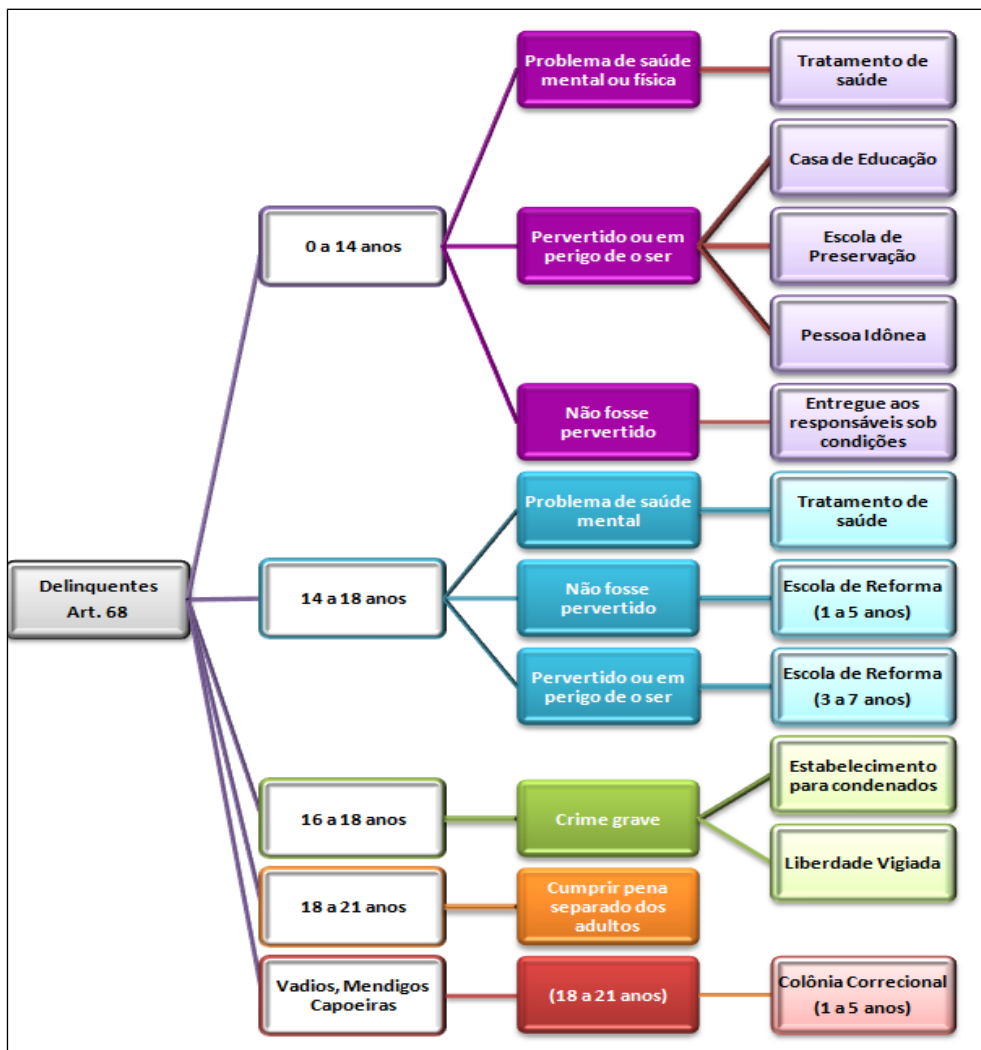
Havia ainda, três exceções: a) aqueles que possuíam entre 16 e 18 anos e fossem considerados perigosos, por terem imputado crime grave, seriam enviados a um estabelecimento para menores condenados ou a uma prisão comum, sendo mantidos separados dos adultos (Artigo 71); b) aqueles que possuíam entre 18 e 21 poderiam cumprir a

ZANELLA, Maria N. & LARA, Angela M. de (...) USP – Ano VI, n. 10, p. 105-128, 2015

medida em local para adultos, mas separados destes; e c) os vadios, mendigos, capoeiras, que tivessem mais de 18 anos e menos de 21 anos, deveriam ser recolhidos à Colônia Correccional, pelo prazo de um a cinco anos (Artigo 78).

Haveria possibilidade de que um menor fosse transferido da escola de reforma para a escola de preservação, se o diretor do estabelecimento julgasse adequado (Artigo 70). Quando o crime cometido pelo menor não revelasse má índole do infrator o juiz poderia advertir o menor e entregá-los aos responsáveis, ou dar-lhe outro destino sem conferir uma condenação (Artigo 72). A Figura 3 explicita o tipo de penalização aplicada quando houvesse violação da lei pelos delinquentes.

FIGURA 3 – MEDIDAS APLICADAS AOS DELINQUENTES²⁸



28 Elaborado pela pesquisadora.

Se fosse absolvido o juiz poderia: a) entregar o menor aos responsáveis sem determinar condições; b) entregá-lo aos responsáveis determinando condições como a aprendizagem de um ofício ou uma arte, a abstenção de bebidas alcoólicas, a frequência de uma escola, a garantia de bom comportamento, sob a pena de suspensão ou perda do pátrio poder ou destituição da tutela; c) entregá-lo a uma pessoa idônea ou instituto de educação; e d) determinar a liberdade vigiada (Artigo 72).

O juiz poderia renunciar a medida se houvesse se passado seis meses da condenação do menor entre 14 e 18 anos de idade (Artigo 83). A internação que não fosse executada em três anos, não poderia mais ser executada (Artigo 84). A Lei estabelecia que o menor de 18 anos não era denominado reincidente, mas se a mesma infração se repetisse o menor passava a ser considerado pervertido ou com tendência para o cometimento de delitos (Artigo 85). Em nenhuma hipótese o menor seria enviado à prisão comum (Artigo 86). O processo a que fosse submetido o menor era sempre secreto (Artigo 88), e punida com multa a publicação pela imprensa ou qualquer outro das informações que identificasse o menor.

O Capítulo VIII da Lei estabelecia as condições para o cumprimento da Liberdade Vigiada. Nessa medida o menor sob a responsabilidade dos pais, tutor ou guarda, ou aos cuidados de uma instituição e, sob a vigilância do juiz, devendo comparecer ao juizado sempre que determinado. O juiz poderia determinar também que o menor reparasse, indenizasse ou restituísse os danos causados, bem como pagasse os custos do processo, levando em conta as condições econômicas e profissionais do menor e do seu responsável legal. Esse tipo de medida não poderia exceder um ano. Caso violasse ou não cumprisse a determinação o menor poderia ficar detido por oito dias (Artigo 92). Convém evidenciar que no Estatuto da Criança e do Adolescente a Liberdade Vigiada foi dividida nas medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Se estivesse internado em escola de reforma o menor poderia obter Liberdade Vigiada, sob as seguintes condições: se possuísse 16 anos completos, houvesse cumprido um tempo determinado de internação, se não houvesse praticado outra infração, se fosse considerado regenerado, se possuísse meios de subsistência que o permitisse ganhar

honradamente a vida, se a família com a qual fosse residir fosse idônea (Artigo 99). A Liberdade Viglada poderia ser aplicada, entre outras situações, para os menores abandonados e, sempre que juiz julgasse necessário (Artigo 100).

O Capítulo IX estabelecia as condições de trabalho para os menores e proibia o trabalho de menores de 12 anos de idade. No Capítulo seguinte definia como seria realizada a vigilância sobre os menores e o Capítulo XI determinava penas e multas para aqueles que fossem permissivos, cometessem crimes, contravenções e violência física ou psicológica contra os menores.

A Parte Especial da Lei era composta por um cinco capítulos que tratava do Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinquentes que seria criado no Distrito Federal, que era localizado no Rio de Janeiro. Esse Juízo seria destinado à assistência, proteção, defesa, processo e julgamento dos menores abandonados e delinquentes, que tenham menos de 18 anos. O artigo 147 definia as competências do juiz de menores e o artigo 148 estabelecia que houvesse no referido Juízo, os seguintes profissionais: 1 curador que acumulará as funções de promotor, 1 médico-psiquiatra, 1 advogado, 1 escrivão, 4 escreventes juramentados, 10 comissários de vigilância, 4 oficiais de justiça, 1 porteiro e 1 servente.

O Capítulo II estabelecia os critérios para montagem e execução do Processo e o Capítulo III definia como deveria ser o Abrigo de Menores que receberia tanto os abandonados quanto delinquentes, que deveriam ser distribuídos em turmas, conforme o motivo do recolhimento, sua idade, grau de perversão e sexo (Artigo 190).

Durante o tempo que permanecesse no abrigo os menores deveriam se ocupar com: exercícios de leitura, escrita ou cálculo, lições diversas e desenho, em trabalhos manuais, ginástica e jogos desportivos (Artigo 191). Após o menor dar entrada no Abrigo será recolhido a um pavilhão de observação, com aposentos do isolamento, depois de inscrito na secretaria, fotografado, submetido à identificação, e examinado pelo médico e por um professor; e conservado em observação durante o tempo necessário (Artigo 192). A Lei estabelecia ainda, os profissionais que atuariam nos Abrigos e como seria a nomeação e a vinculação profissional deles. O anexo da Lei apresenta os valores de remuneração.

O Capítulo IV definia como seriam organizados os Institutos Disciplinares: a) uma escola de preservação para menores do sexo feminino de 7 a 18 anos e uma escola de preservação para menores do sexo masculino, denominada Escola Quinze de Novembro; b) uma escola de reforma para os menores do sexo masculino com idade entre 14 e 18 anos, julgados e internados. Os artigos seguintes do capítulo determinam o modo de funcionamento das referidas instituições. No Capítulo V criou no Distrito Federal o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores.

Conclusão

O estudo abordou o nascimento da justiça juvenil e das políticas de atendimento do adolescente em conflito com a lei, a partir de um movimento histórico e político que deu início sob a influência de organismos internacionais que conduziram a formação de um Sistema de Justiça Juvenil, não apenas na Europa, mas também na América Latina no início do século XX. A análise evidenciou que na ampliação do movimento foi preponderante a atuação de organizações ligadas ao atendimento de presos adultos e vinculadas à Liga das Nações, antecessora da ONU. A pesquisa apontou ainda, que as discussões realizadas nos eventos organizados por essas organizações fundamentaram a elaboração do Código de Menores Mello Mattos de 1927 que foi analisado detalhadamente no corpo do artigo.

O artigo utiliza fontes documentais primárias das discussões realizadas no Congresso Internacional das Prisões para demonstrar que o Código de Menores Mello Mattos foi, amplamente, influenciado pelas orientações internacionais. Para finalizar o texto analisa ainda, os artigos do Código de Menores de 1927, com vistas, a demonstrar quais eram as condições que tornavam crianças e menores pela força da Lei e, quais encaminhamentos eram dados para cada uma das condições mencionadas.

REVISTA ANGELUS NOVUS

Cartas das crianças
reflexões sobre a leitura nas décadas de 1930 e 1940

Patricia Tavares Raffaini

Pós-doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

Durante as décadas de 30 e 40 os escritores: Monteiro Lobato, no Brasil, e Laura Ingalls Wilder, nos Estados Unidos da América do Norte receberam de crianças leitoras centenas de cartas. Utilizando esse corpo documental esse artigo pretende realizar uma análise comparativa das práticas de leitura literária durante a infância nesses dois países, assim como também aborda alguns aspectos do papel social da infância e as peculiaridades do que era ser criança nesses dois contextos.

Palavras-chave: história da leitura, literatura infantojuvenil, epistolografia, infância, leitura na infância, Monteiro Lobato e Laura Ingalls Wilder

Abstract

In the decades of 30 and 40 the writers: Monteiro Lobato, in Brazil, and Laura Ingalls Wilder, in the United States of America, received hundreds of letters of its readers. By this documentation we can compare the practices of literary readings during the childhood in these two nations, as well as having important observations about what was to be a child in both countries.

Keywords reading history, children's literature, epistolography, childhood, readings in childhood, Monteiro Lobato and Laura Ingalls Wilder

Este artigo pretende analisar a correspondência enviada pelas crianças leitoras para os Escritores Monteiro Lobato e Laura Ingalls Wilder, durante as décadas de 1930 e 1940. Apesar do campo de História da Infância e da Juventude ter crescido nas últimas décadas, poucos são os trabalhos que analisam a documentação produzida pelas próprias crianças e jovens. Essa peculiaridade se deve principalmente ao fato de que documentos produzidos pelas crianças poucas vezes são preservados, e raramente aparecem nos arquivos consultados pelos historiadores. Embora as fontes sejam escassas quando encontradas nos revelam um conteúdo riquíssimo, nos levam a compreender como as crianças atuavam e pensavam o mundo, e no caso específico das cartas de leitores nos mostram suas práticas de leitura, suas predileções e considerações sobre as obras literárias. Para trabalhar com tão específico corpo documental recorremos a uma abordagem proveniente da antropologia, em especial a antropologia da criança, que vê a criança e o jovem como agentes sociais completos que atuam na vida social de maneira plena, mas de forma diferente. Nessa perspectiva “(...) a diferença entre as crianças e os adultos não é quantitativa, mas qualitativa: a criança não sabe menos, sabe outra coisa.”¹ Esse olhar infantil que consegue perceber o que os adultos já não veem mais ou nunca viram, está também presente na forma como Ginzburg aconselha ser o procedimento do historiador, ao abordar as implicações cognitivas do estranhamento. No amago da noção de estranhamento está uma forma de olhar a cultura como se não pertencesse a ela: “compreender menos, ser ingênuos, espantar-se, são reações que podem levar a enxergar mais, a apreender algo mais profundo(...)”² Trabalhar com os documentos produzidos pelas crianças faz com que possamos ver pelos olhos delas, no caso específico das fontes aqui analisadas apreender diferenças e similitudes entre os contextos brasileiros e norte-americanos de práticas de leitura e de forma mais ampla como era o convívio e participação social dessas crianças.

Por outro lado, as cartas de leitores são uma importante fonte documental possibilitando no campo da história da leitura elucidar como a leitura era feita, qual era a

1 COHN, Clarice. *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.33.

2 GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira. Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 29.

recepção de determinados autores e suas obras, além de aspectos sobre a distribuição e o comércio de livros. Além dessas informações, mais diretamente ligadas a recepção literária, ao trabalhar com as cartas temos também condições de perceber aspectos ligados ao cotidiano dos leitores, suas visões de mundo entre outros. No entanto, dossiês contendo cartas de leitores são raros e difíceis de serem encontrados em arquivos, como ressalta Robert Darnton, no estudo sobre Jean Ranson, um leitor do século XVIII. Nesse estudo Darnton analisa as cartas enviadas por Ranson a uma casa editorial suíça, a Sociéte Typographique de Neuchâtel, nas quais encomendava livros, comentava suas leituras e tecia considerações sobre alguns autores, dentre eles Jean-Jacques Rousseau. Ainda nesse ensaio Darnton utiliza as cartas enviadas a Rousseau por seus leitores, por ocasião da publicação da obra “La Nouvelle Héloïse”, para nos mostrar como as formas de leitura estavam em transformação durante a segunda metade do século XVIII, assim como também a relação entre os leitores e seus escritores preferidos. Para Darnton: “Seria um equívoco minimizar tais efusões como simples cartas de fãs – embora a própria idéia de um escritor recebendo correspondência de admiradores desconhecidos fosse uma novidade significativa – parte do novo culto do escritor, que Rousseau estava ajudando a criar.”³

Mais de um século depois, já na primeira metade do séc. XX, a troca de cartas entre escritores e seu público não era mais algo inédito. Apesar de ser uma prática frequente nem sempre os pesquisadores têm a sorte de encontrar dossiês que preservam uma grande quantidade de cartas enviadas pelos leitores aos escritores, mas quando são encontrados constituem um corpo documental valioso para a compreensão da recepção da leitura.

Esse artigo pretende analisar e comparar dois conjuntos de correspondências, que foram conservados pelos escritores Monteiro Lobato (1882-1948) e Laura Ingalls Wilder (1867-1957). Em ambos os casos os escritores receberam, durante as décadas de 30 e 40, centenas de cartas de seus leitores, em sua grande maioria crianças e jovens, que comentavam suas obras voltadas a infância. Esse corpo documental só conseguiu chegar até nós porque seus

3 DARNTON, Robert. O Grande massacre de gatos e outros e outros episódios da história cultural francesa. 4ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 237.

destinatários tiveram o cuidado de preservá-las, organizá-las e tomaram algumas precauções para que fossem conservadas.

Monteiro Lobato encarregou sua amiga Marina Andrada Procópio de Carvalho de cuidar das mais de trezentas cartas enviadas a ele por seu público infantil. Era maio de 1946 e o autor se mudava para Buenos Aires com a intenção de ficar por lá por um grande período. A correspondência que ele havia recebido de intelectuais, escritores e políticos, ficaria com Edgard Cavalheiro, assim como alguns livros e outros documentos. Acreditava tomar assim providências para que seu arquivo pessoal ficasse bem preservado.⁴ A coleção de cartas que ficou em posse de Marina com alguns outros documentos hoje faz parte do Dossiê Monteiro Lobato, do Arquivo Raul de Andrada e Silva preservado no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo. O arquivo de Laura Ingalls Wilder após a sua morte ficou com sua filha, a também escritora, Rose Wilder Lane. E estão preservados na Herbert Hoover Library, em West Branch, Iowa, assim como também na Laura Ingalls Wilder Home Association em Mansfield, Missouri.

A trajetória destes dois escritores é muito diferente, não só por terem vivido contextos históricos totalmente diferentes, mas também em virtude de sua própria produção. No entanto, alguns pontos de contato possibilitam um exame mais minucioso: ambos produziram uma vasta obra voltada para o público infantil, tiveram um enorme sucesso editorial ainda em vida, e a correspondência recebida por eles, durante os anos de 30 e 40, nos mostra a repercussão de sua produção literária assim como vários outros aspectos que possibilitam uma compreensão mais ampliada do que era ser criança nesses dois contextos, e qual era o papel da leitura e da literatura para a infância.

Traçar a biografia de Monteiro Lobato parece ser desnecessário. Como disse José Mindlin: “Não sei de nenhum autor brasileiro que tenha feito tanto parte da vida de tantos brasileiros, quanto Monteiro Lobato. Por seus livros infantis, pelas ideias que defendeu e pela obra que publicou para leitores adultos, por sua ação no jornalismo e no campo editorial,

4 RAFFAINI, Patrícia Tavares. Pequenos Poemas em Prosa. Vestígios da Leitura Ficcional na Infância, nas décadas de 30 e 40. 2008. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. FFLCH/USP, São Paulo, 2008. p. 55-57.

Lobato despertou em um público imenso (em termos brasileiros) o interesse pela leitura, e por problemas políticos e sociais.”⁵ No entanto, para que possamos comparar as trajetórias dos dois escritores talvez seja importante lembrar alguns pontos de sua vida. José Bento Monteiro Lobato nasceu em 18 de abril de 1882, em Taubaté, São Paulo, era neto de José Francisco Monteiro, Visconde de Tremembé. Estudou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde se formou em 1904. É desse período que datam suas primeiras contribuições para jornais e revistas. Em 1911, depois da morte do avô herda a fazenda São José do Buquira, grande em extensão de terra, mas com o solo já exaurido. A partir dessa experiência escreve os artigos “Uma velha praga” e “Urupês”, para o jornal “O Estado de S. Paulo”, que terão repercussão nacional. Apesar da tentativa de modernizar e tornar a fazenda mais produtiva depois de seis anos, em 1917, ele a vende. Inicia-se então o período no qual Lobato compra a “Revista do Brasil” e monta a Editora “Monteiro Lobato e Cia”, editando inúmeros autores e promovendo uma verdadeira revolução editorial no país, durante a década de 20. Suas iniciativas a partir de então o levam a ser adido comercial do Brasil em Nova Iorque, de onde volta em 1931 com a intenção de promover o desenvolvimento do país com a produção de ferro e petróleo, justamente por estas ideias será preso durante o Estado Novo. Paralelamente a toda essa atuação Lobato se firmou como um grande nome da literatura nacional e, no campo da literatura infantil, criou uma obra extensa que alcançou grande sucesso durante sua vida que perdura até os dias de hoje. Na carta escrita a Rangel, em 1943, temos a dimensão da importância que sua obra infantil tinha para o próprio autor: “Quando, ao escrever a história de Narizinho, lá naquele escritório da Rua Boa Vista, me caiu do bico da pena uma boneca de pano muito feia e muda, bem longe estava eu de supor que iria ser o germe da encantadora Rainha Mab do meu outono”.⁶

Laura Ingalls nasceu na cidade de Pepin, Wisconsin em 7 de fevereiro de 1867. Seus pais eram pequenos proprietários de terra e viviam na fronteira da ocupação norte-americana

5 AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Márcia; SACCHETA, Vladimir. Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia. São Paulo: Ed. SENAC, 1997. p. 9.

6 MONTEIRO LOBATO. A Barca de Gleyre. Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. P. 347.

em uma casa feita de troncos na grande floresta que provia seu sustento. Como parte do que foi chamado de movimento dos pioneiros a família de Laura migrou por vários estados, durante a sua infância, até se fixarem na cidade de De Smet, no território de Dakota. Ela mesma, depois de casada, migrou novamente para Mansfield, Minnesota, onde se estabeleceu definitivamente em uma propriedade rural intitulada Rocky Ridge Farm, onde permaneceu até sua morte. Apesar de ter trabalhado como professora dos quinze aos dezessete anos, depois de casada sua vida foi dedicada aos trabalhos em casa e no campo. Em 1911, ela publica seu primeiro artigo em uma revista dedicada a assuntos rurais, a “Missouri Ruralist”, nesse e em outros artigos Laura promovia as virtudes e os benefícios da vida rural, pois sua fazenda era considerada modelo na região. Aos sessenta e três anos escreve seu primeiro livro onde narra sua infância, na pequena cabana na grande floresta do Wisconsin. No início o que move sua escrita é a necessidade de documentar um tempo e uma forma de vida que já não existiam mais. Em 1932, a obra intitulada “Little House in the Big Woods” é publicada pela Harper & Brothers e rapidamente se torna um sucesso. É o primeiro de uma série de nove livros voltados ao público infantil que narram sua infância e juventude nos diversos lugares por onde viveu. O último livro publicado em vida foi “These Happy Golden Years” em 1943, quando Laura tinha setenta e seis anos. Mas até a sua morte em 1957, com noventa anos de idade, ela continuou recebendo inúmeras cartas de leitores todas as semanas, seus livros eram muito populares e haviam se tornado clássicos para as crianças norte-americanas.⁷

Como podemos ver a trajetória que esses dois autores percorreram foi imensamente diferente, essa distinção também é percebida em suas obras infantis. Lobato ao publicar “A Menina do Narizinho Arrebitado”, em 1920, era um autor conhecido além de proprietário da Editora Monteiro Lobato e Cia. A idéia de publicar para o público infanto-juvenil vinha de longa data, desde que seus filhos eram crianças, Lobato notava que existia uma ausência de histórias voltadas para a infância que tivessem as cores brasileiras e usassem a língua falada no país. As traduções portuguesas, em sua opinião, eram enfadonhas e carregavam um linguajar lusitano que muitas vezes impossibilitava a compreensão do texto por crianças brasileiras. Por

7 ANDERSON, William. *Laura's Album. A remembrance scrapbook of Laura Ingalls Wilder*. Nova Iorque: HarperCollins, 1998.

outro lado as publicações feitas no Brasil eram em sua grande maioria voltadas para a escolarização e deixavam muito claro suas intenções morais. Ainda segundo Lobato, o prazer que as crianças poderiam ter com a leitura não era levado em consideração pela maior parte dos escritores, para ele somente pelo prazer é que a criança poderia se tornar um leitor de fato. Desde o início, sua produção voltada a infância tinha como tônica dominante a fantasia, o humor, o deleite. Segundo ele: “a criança é um ser onde a imaginação predomina em absoluto(...) o meio de interessá-la é falar-lhe à imaginação”.⁸ Assim, Lobato, ao criar sua obra infantil e idealizar um local imaginário: o Sítio do Picapau Amarelo, almejava criar um local onde as crianças pudessem “viver”, como ele havia “vivido” nos livros que ele próprio lera na infância. Dessa forma sua escolha por escrever uma obra baseada na fantasia fazia parte de seu projeto de construção de um país de leitores. Nesse sentido também os protagonistas das histórias: Pedrinho, Narizinho e Emília, tem um papel preponderante, são crianças que possuem opinião própria, que pensam por si mesmas, muitas vezes chegando a ignorar e a desobedecer aos adultos. Parecem ser o que Lobato gostaria que seus leitores fossem: críticos, independentes.

O primeiro livro escrito por Laura Ingalls Wilder “Little House in the Big Woods” narra parte de sua infância em uma pequena cabana na grande floresta de Wisconsin. As histórias desse livro relatam como era a vida dos pioneiros norte-americanos por volta de 1870 e se tornaram imediatamente populares. A época da publicação desse livro, no início dos anos 30, os Estados Unidos da América do Norte passavam por uma de suas piores crises econômicas, os Anos de Depressão. Esse contexto, em certa medida, pode ter sido o responsável pelo enorme sucesso que os livros autobiográficos de Laura alcançaram, pois muitos americanos podem ter visto neles exemplos de como sobreviver com coragem em uma época de grandes dificuldades. No entanto, é também interessante notar que apesar da crise econômica a indústria editorial daquele país continuava em expansão, publicando títulos novos de autores desconhecidos. Assim como também, apesar da difícil situação econômica, as instituições culturais continuaram existindo e comprando novos livros para leitura, pois

8 MONTEIRO LOBATO. Conferências, artigos e crônicas. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1968. p. 250.

como veremos mais adiante durante esse período muitas crianças escreveram a Laura contando ter tido acesso aos seus livros por meio das bibliotecas públicas e das escolas. A partir do sucesso alcançado com seu primeiro livro Laura decide contar a história da infância de seu marido Almanzo Wilder passada em outra região norte-americana, o estado de Nova Iorque. Escreve assim “Farmer Boy” publicado em 1933 pela mesma editora, a HarperCollins, também esse livro foi muito bem recebido pelo público. Dois anos mais tarde, Laura publica “Little House on the Prairie” onde descreve a viagem empreendida por seus pais, ela e sua irmã para a região do Kansas, onde se estabeleceram em uma região totalmente isolada, que era chamada então de Território Indígena. Em seu livro Laura relata as tensões entre o povo indígena Osage e os colonos, que como sua família, se apropriavam de lotes de terras indígenas. De fato o governo norte-americano estava naquele momento negociando com o povo Osage a venda de suas terras, o que ocorreu em 1870. A descrição dos índios, da natureza da campina e de muitos episódios ali acontecidos encantaram de tal forma seus leitores que esse livro é um dos mais comentados pelas cartas.

Sua filha Rose Wilder Lane escrevia desde 1915 para jornais e revistas em São Francisco, e durante os anos vinte visitou inúmeros países como jornalista, escrevera também alguns romances seriados, dentre eles um intitulado “Free Land” para o “Saturday Evening Post”. Durante a década de 30, Rose morou em Rock Ridge Farm por alguns anos assim, mãe e filha trocavam informações e se consultavam aos escrever. Como Laura escrevia a mão em cadernos baratos, era Rose que os datilografava para o envio a editora, dessa forma provavelmente a experiência de Rose como escritora deve ter ajudado a mãe na construção de sua obra. Os livros seguintes de Laura relatam as aventuras e desventuras de sua família em duas outras regiões norte-americanas: em Minnessota e em Dakota do Sul, onde por fim sua família se estabeleceu. Ao escrever sua obra Laura Ingalls pretendia construir uma autobiografia, no entanto analisando sua biografia percebemos que ela fez escolhas, modificou alguns contextos e também subtraiu alguns trechos de sua vida. Mesmo assim podemos considerar que sua obra é construída a partir de fatos reais, situações que realmente aconteceram.

Comparando a produção de Lobato e de Laura percebemos então inúmeras diferenças e muitas semelhanças. Como vimos a obra de Lobato está fundamentada em um local imaginário onde a fantasia é plena, já na obra de Laura é a realidade que é a tônica, as descrições da natureza, das formas de subsistência, dos objetos usados no passado. Os personagens são fictícios no caso de Lobato e na obra de Laura são pessoas que realmente existiram. Mas podemos observar alguns pontos de aproximação entre as duas obras, como o fato de ambas serem seriadas. Tanto Lobato quanto Laura produziram obras seriadas, que motivavam a criança a querer saber o que iria acontecer nos volumes seguintes. Os protagonistas das histórias criadas por ambos os escritores são crianças ativas, independentes, e grande parte do que é descrito nos livros é segundo a perspectiva dessas personagens. Dessa forma os leitores se identificavam rapidamente com os personagens, possibilitando uma leitura intensa e prazerosa, como veremos descrito nas cartas. Assim também grande parte das duas narrativas envolvem situações rurais, um ambiente que muitas das crianças leitoras não partilhavam mais, pois já moravam em grandes cidades. A natureza, plantas e animais, os ritmos agrícolas, estão presentes e possibilitam o desenrolar de muitas aventuras. Também a materialidade do livro é um dado importante a ser analisado e nos revela como a recepção da obra é transformada pelas ilustrações e capas coloridas. Os ilustradores tanto em um caso quanto em outro dão vida aos personagens e as situações narradas criando uma visualidade que transforma a leitura.

No início do trabalho com as cartas imaginamos que as peculiaridades características das obras desses dois autores tão diversos resultariam em cartas totalmente distintas, assim como também o fato de seus remetentes serem crianças brasileiras e norte-americanas. No entanto ao compararmos as correspondências fomos percebendo que as semelhanças entre elas eram muito grandes, e poucas e pontuais eram as diferenças.

Uma primeira característica que aparece nas cartas enviadas para os autores é a informalidade no tratamento para com o autor. Para Lobato as cartas se iniciam com: “Querido Lobato”, ou “Caro mestre” ou ainda “Querido amigo”, existe mesmo um leitor em especial, Alariquinho, que escreve: “Ao amigo íntimo Monteiro Lobato”. O mesmo acontece

com Laura Ingalls, as cartas começam com: “Dear Laura” ou “Dearest Laura”. Tanto em um caso quanto no outro isso se dava porque, segundo as próprias crianças relatavam, elas leram tantas vezes seus livros que viam os autores como pessoas próximas, imaginavam serem amigas dos autores. No caso de Laura essa relação se tornava ainda mais próxima, pois os livros relatavam sua infância, assim são vários os leitores que imaginam a escritora como uma menina. Como vemos nesse trecho escrito por uma leitora, Joane: “I am putting your name Laura because we read so much about you that you seem like you are a young friend of mine.” Ou ainda a leitora Barbara: “I hope you don’t mind my calling you Laura, but I like to think of you as a little girl.” E ainda Doreen que escreve: “Mother says I shouldn’t have written ‘Dear Laura’ but I have read the books so often I feel that I know you as a little girl”, ou então: “It’s hard to call you Mrs Wilder. We like to call you Laura”.⁹ Dessa mesma forma os leitores se justificam quando escrevem a Lobato: “Querido Monteiro Lobato, Digo assim porque desde pequenininha habituei-me tanto a você, ‘tivemos’ tantas palestras juntos na minha imaginação, que não teria jeito de tratá-lo de outra maneira. Creio que somos íntimos.”¹⁰ Ao iniciarem as cartas tratando os autores pelo primeiro nome, os leitores estabeleciam um relacionamento mais afetivo, se colocavam de forma mais próxima de quem admiravam e com quem haviam compartilhado tantos bons momentos nas horas silenciosas de leitura. Como nos fala Ângela de Castro Gomes: “A escrita epistolar é uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento de vínculos entre indivíduos ou grupos (...)”.¹¹ Assim ao usarem fórmulas mais íntimas e pessoais as crianças, tanto brasileiras quanto norte-americanas, usavam o mesmo recurso para se aproximarem daqueles a quem admiravam.

Ao analisarmos a materialidade das cartas encontramos outro ponto em comum entre a correspondência recebida por ambos: algumas vezes os leitores se utilizavam de papéis

9 Todos os trechos de cartas enviadas para Laura Ingalls citados nesse artigo foram retirados da publicação: DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. Optei por citá-las em sua língua original, o inglês, pois a tradução perderia certamente o sabor dado pela escrita peculiar das crianças.

10 Carta de Sarita. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P2 doc 44.

11 GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2004. p. 19.

de carta específicos para crianças, em outras usavam papel pautado e faziam pequenos desenhos, nas margens e cabeçalhos. O uso de papéis de carta específicos para crianças nos mostra que a atividade epistolográfica não era algo restrito ao mundo dos adultos. Havia mesmo no mercado produtos específicos para esse gênero específico de escrita. Muitas crianças já usavam tinta ao escrever as cartas enquanto outras usavam lápis e se desculpavam por isso: “Peço-lhe muitas desculpas por não escrever-lhe a tinta. Não tenho muita prática e pode a letra sair borrada e feia”¹² Ou então: “Não faça conta da letra porque tenho ainda 6 anos.”¹³ Em uma época onde ainda não existiam canetas esferográficas, escrever a pena com o uso de mata-borrões deveria ser uma tarefa difícil e penosa para algumas crianças, e tinha como resultado a reescrita da carta inúmeras vezes. O pedido de desculpas por usarem papel pautado também aparece na correspondência norte-americana: “Please excuse my writing on lined-paper, but I fear my writing would be very unneat and go up and down if I didn’t”.¹⁴ Os leitores também se desculpam pelos erros de ortografia, como Blakeley: “PS: Please excuse bad writeing and spelling”.¹⁵ No caso das cartas enviadas a Lobato além dos pedidos de desculpas pelos erros ortográficos encontramos também inúmeras críticas as reformas ortográficas, como a da jovem Alice:

“Pena que eu não sei escrever como o senhor, porque tenho muita conta a ajustar (isso é mais ou menos sentido figurado!) com muita gente lá do alto, que me deixa meio maluca com leis de ensino, regras e reformas na acentuação e ortografia das palavras (gostaria muito de conhecer o Capanema, para pisar no seu calo predileto, desforando-me das mexidas que ele faz) e muita coisa mais.”¹⁶

12 Carta de Breno Maciel. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 1 doc. 46.

13 Carta de Osmar. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 2 P1 doc. 5.

14 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 39.

15 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 15.

16 Carta de Alice D. Von Trexler. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 4 P 2 doc. 36.

Alguns leitores também apóiam a opinião de Lobato sobre a acentuação excessiva de nossa língua, chegando mesmo a pedir desculpas por usarem a acentuação nas cartas ao escritor: “Eu espero, Dr. Lobato, que o senhor me perdoe esses acentos mas, se estão ai, é porque acostumei-me a eles.”¹⁷

Ângela Castro Gomes nos alerta para o fato de que: “Cartas são, assim, um tipo de escrita que tem fórmulas muito conhecidas, porque aprendidas, inclusive nas escolas, como datação, o tratamento, as despedidas, e a assinatura, além de um papel mais apropriado, um timbre, uma marca, um envelope, uma subscrição correta.”¹⁸ Essa característica fica evidente na correspondência analisada, como as crianças aprendiam a escrever as cartas na escola, elas seguiam esse modelo de forma consciente. Uma leitora de Laura se refere especificamente a isso em sua carta: “We have studying about social letters in language”¹⁹ Assim as cartas tanto de Laura quanto de Lobato seguem um mesmo padrão no que diz respeito a datação, a forma de tratamento, as despedidas e a assinatura. Como Laura Ingalls teve o cuidado de guardar as cartas recebidas em seus respectivos envelopes podemos observar este padrão na composição dos envelopes. Já no acervo de Lobato não encontramos muitos envelopes, mas um em especial nos revela que os leitores usavam as regras, mesmo quando o destinatário era imaginário, como vemos no envelope da carta de Maria Eugenia, de Mato Grosso, enviada a: “Exma Sra. D. Benta P. E. O. do Dr. Monteiro Lobato. ‘Cia Editora Nacional. São Paulo. Capital.”²⁰

Quando os leitores são ainda muito novos, os universos da fantasia e da realidade se misturam e por vezes eles fazem perguntas inusitadas sobre o autor e seus personagens. Alguns perguntam se a Laura autora é também a Laura das histórias, como se quisessem confirmar a autenticidade da biografia. “I think you must be the ‘Laura’ in the story.”²¹ Ou

17 Carta de Carlos Alceu C. Junqueira. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1p 3 doc 37.

18 GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2004. p. 20 .

19 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 85.

20 Carta e Envelope de Maria Eugenia de Melo Alvin Duarte. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 2 P 2 doc. 1.

21 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996.

então: “There is one thing I want to know. Is Laura supposed to be you, or are your book a story of your life?”²² No caso de Lobato é o contrário que ocorre, escrevem pedindo o endereço do Sítio do Picapau Amarelo ou então convidam Emília, Pedrinho e Narizinho para seu aniversário, como fez a leitora Cecília:

“Tendo lido todos os livros da sua Biblioteca de Narisinho arrebitado e admirando todos os personagens mas, não tendo o prazer de conhece-los venho por meio desta pedir-lhe a fineza de convida-los em meu nome para virem lanchar comigo no dia do meu aniversario natalicio que será no dia 22 de Novembro. O lanche terá inicio ás cinco horas.”²³

Ou então fazem pedidos inusitados como na carta do menino João Eduardo, de oito anos: “O que mais me impressionou foi o que o senhor escreveu sobre o pó mágico de pirlimpimpim. Pedia para em mandar um pouco desse pó.”²⁴

Algumas das cartas enviadas para Lobato e Laura foram escritas no ambiente escolar. Por elas percebemos que tanto as obras de um quanto de outro foram lidas pelos professores em sala de aula, e muitas vezes a iniciativa de escrever para o autor parte deles. Como a obra de Laura descrevia o passado não muito longínquo dos norte-americanos é de se imaginar que seus livros fossem muito usados no contexto escolar. As cartas se referem a isso:

“Our teacher has been reading to us the eight books that you wrote, beginning with ‘Little House in the Big Woods’. All of us like these books very much. We like them because it makes us forget that we are sixth graders in Longfellow School and makes us feels as if we were pioneers on the prairie. Some of us who didn’t like History before now like it a great deal.”²⁵

p. 60.

22 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 63.

23 Carta de Cecília de Barros Correia. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P2 doc. 1.

24 Carta de João Eduardo Berquó. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 2. doc. 13.

25 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 74.

Ou ainda: “The way you lived when you were a little girl is very much like the way our grandparents lived around here. So your story helps us to understand life around Plainfield many years ago.”²⁶

Vemos também essa prática de leitura feita pela professora em sala de aula no depoimento de Donna, aqui a menina de início não tem muita vontade de ficar escutando a professora, mas isso se transforma:

“Our teacher reads us a chapter everyday and we can’t wait til tomorrow to find out what happens. (...) I didn’t want to stay in and read because I wanted to stay outside and play with my friends, but when our teacher started reading the book I couldn’t believe that six people could have so much excitement.”²⁷

As cartas escritas pelos leitores de Lobato no ambiente escolar também elogiam suas obras e comentam o fato das professoras estarem lendo seus livros em sala de aula. Contudo notamos uma grande diferença entre essa correspondência e a enviada a Laura: os pedidos para doação de livros. Cerca de quinze cartas endereçadas a Lobato pelas crianças pedem doações de livros para as bibliotecas das escolas. Outras trinta e três cartas são escritas por clubes de leitura formados pelas classes principalmente das 3^a, 4^a e 5^a séries do Grupo Escolar, na sua maioria provenientes do estado de Minas Gerais, algumas o convidam para ser patrono, e quase todas pedem doações de livros e o envio de uma foto autografada. Pedidos esses que Lobato atende prontamente, enviando livros, fotos e solicitando que os leitores escrevam a ele comentando as obras recebidas.

Em nenhuma das cartas publicadas enviadas para Laura vemos o pedido de doação de livros. Talvez isso possa ser explicado por uma diferença cultural muito grande ao compararmos o desenvolvimento das bibliotecas públicas nos Estados Unidos da América do Norte e no Brasil. Em terras norte-americanas as bibliotecas públicas começaram a ser

26 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 104

27 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 99.

difundidas na segunda metade do século XIX, não sendo exclusivamente construídas pelo Estado. Na década final do século XIX e nas iniciais do século XX Andrew Carnegie doou cerca de 60 milhões de dólares para a construção de 1.689 bibliotecas em vários estados norte-americanos. Essas bibliotecas eram construídas com verba de Carnegie, mas as municipalidades se comprometiam a manter o prédio e o acervo, se caracterizavam por ter o acervo aberto que estimulava a curiosidade e a busca dos livros. Em 1919, havia cerca de 3.500 bibliotecas públicas nos Estados Unidos e quase a metade destas havia sido construída por Carnegie. Assim as crianças norte-americanas contavam com uma rede de bibliotecas públicas além das bibliotecas escolares, mesmo durante os difíceis anos da década de 30. Essa diferença cultural pode ser notada na correspondência, algumas crianças comentam ter se informado sobre a autora com o bibliotecário da seção infantil da biblioteca municipal: “Our children’s Librarian at Winfield, Kansas, told us you lived in Mansfield, Mo.”²⁸ E em outra carta: “Our childrens librarian told us that you were having a birthday this month so I am writing to wish you a very happy birthday.”²⁹ Como vemos as crianças norte-americanas não só frequentavam bibliotecas, como as bibliotecas tinham um bibliotecário específico para o acervo infantil.

O que existia no Brasil no mesmo período era um quadro muito diferente, durante as décadas de 30 e 40 existiam poucas bibliotecas públicas e somente nas grandes cidades e nelas o acervo que poderia interessar ao público infantil era diminuto. A primeira biblioteca pública exclusiva para crianças foi criada em 1936, na cidade de São Paulo, durante a gestão de Mário de Andrade a frente do Departamento de Cultura, e ficou sob a direção de Lenyra Fraccarolli. Todo o projeto da construção de uma rede de bibliotecas públicas para a cidade de São Paulo foi idealizado por Rubens Borba de Moraes, que havia também fundando o curso de Biblioteconomia no mesmo Departamento, utilizando o modelo norte-americano.³⁰ Não existindo a possibilidade de consulta e empréstimo em bibliotecas municipais o público

28 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 73.

29 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 21.

30 RAFFAINI, Patricia Tavares. Esculpindo a Cultura na forma Brasil. O Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Ed. Humanitas, 2001.

infantil deveria recorrer as bibliotecas escolares existentes, no entanto estas deveriam ter em sua maioria um acervo precário, como podemos notar por uma das cartas enviadas a Lobato em 1935, a do menino Mário Granato, residente em São Paulo:

“Neste Grupo Escolar ‘Marechal Deodoro’, existe uma biblioteca infantil, para uso dos alunos; mas, na última revolução, tendo sido o prédio ocupado pelos soldados, a nossa biblioteca quase desapareceu. Em nome, pois, do meu Grupo venho pedir ao Sr., o favor de nos dar uns livros seus, cuja leitura é por nós muito apreciada.”³¹

Mas, apesar da circulação de livros ficar prejudicada em nosso país pela inexistência de uma ampla rede de bibliotecas públicas, os leitores procuravam outras formas para poderem ler seus livros preferidos. As cartas de leitores enviadas para Lobato nos mostram uma prática cultural que possibilitava a circulação de sua obra: o empréstimo de livros entre amigos. Como na carta de Nice Viegas:

“Estando a conversar com um seu admirador, e sabendo ele que eu possuo toda a coleção adorada pelas crianças, pediu-me um dos livros emprestado; ao perguntar-lhe qual preferia, ele me respondeu:- Qualquer um, basta ser escrito por Monteiro Lobato”.³²

É interessante notar que essa prática de empréstimo também está presente nas cartas enviadas para Laura, revelando assim que mesmo em um país com muitas bibliotecas públicas essa era ainda uma das formas de circulação de livros:

“I am a girl of nine. I am writing you about your lovely books. I love them very much and was very happy when the new one was published. As soon as I have gotten one of your books I read it trough as slowly as I can such as one chapter every day but never can do that little because I enjoyed them very much. As soon as I have finished the book I always let Nancy, a friend of mine borrow it.”³³

31 Carta de Mario Granato. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx1 P1 doc. 24.

32 Carta de Nice Viegas. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx1 P2 doc. 25.

33 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 14.

O trecho acima também nos mostra uma das formas de leitura presentes nas cartas. A leitora, Blakeley, relata tentar ler o mais de devagar possível para que a leitura dure mais. Outra forma bastante presente é a releitura da mesma obra muitas vezes. Como nos conta Jane, uma menina de 14 anos, de Washington: “I feel like I know you well, because I have all your books, and have read them all many, many times.”³⁴ Ou ainda David, de Ohio: “My teacher has been reading your books to our Fourth Grade at De Veaux Scholl in Toledo Ohio. I have enjoyed them so much that I wish to own the set, so that I may read them over many times”³⁵

A releitura de livros prediletos também aparece no cotidiano dos leitores de Lobato. Aqui também o que motiva essa leitura intensiva não é a falta de livros, mas sim o quanto as crianças gostam e se divertem ao ler o mesmo livro, muitas e muitas vezes. A carta do jovem Gilson relembra como em criança relia inúmeras vezes o mesmo livro, mas sempre como se fosse a primeira vez: “Reli inúmeras vezes todos os livros. E cada vez (não sei como conseguia fazer isso) abstinha-me de toda a idéia preconcebida e entrava no volume com a mesma delicia da prelibação duma história de Monteiro Lobato – Tal qual da primeira vez”³⁶ Já a leitora Therezinha nos conta: “Andei relendo alguns dos seus livros e ainda gostei mais deles. É sempre assim – quanto mais se lê uma qualquer obra mais coisas interessantes lá se acha. ‘Reinações de Narizinho’ eu li umas cinco ou seis vezes”³⁷

Muitos leitores de Lobato afirmam ter lido suas obras enquanto estavam doentes. Parece que impossibilitados de saírem da cama os livros se tornavam bons companheiros. As vezes são os pais que lêem para as crianças: “Eu estava de cachumba e mamãe leu para mim todas as ‘Reinações’. Gostei muito”³⁸ Ou: “Também gosto de Reinações de Narizinho

34 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 14.

35 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 12.

36 Carta de Gilson Maurity Santos. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 4. P 1 doc. 53.

37 Carta de Therezinha Dantas. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 4 P 1 doc 9.

38 Carta de Maria Victoria. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 2 P 2 doc. 27.

quando li da primeira vez eu estava no hospital pois havia feito operação de apendicite.”³⁹ Da mesma forma vemos esse relato se repetir nas cartas enviadas para Laura, como na de Anita de 10 anos de idade: “The first book I heard about was read to me by my mother when I was ill in bed last winter. (...) While I was ill in bed I got a beautiful doll wich I named Laura after you”⁴⁰ Assim, também as crianças hospitalizadas entravam em contato com os livros de Laura, como vemos na carta enviada por Dorothy, de nove anos internada no Children’s Hospital de Farmington, Michigan:

“I have heard your stories and I have enjoyed them. I like the ‘Happy Golden Years’ best. I have heard three stories of Almanzo. The teacher is reading the ‘Farmer Boy’. We have school out here. Some children come to school on carts, some in wheelchairs, and some with crutches, and some walk. We have school like other boys and girls.”⁴¹

Muitos leitores de Laura Ingalls comentam trazer os livros da escola para lerem em casa, e vários deles informam estar poupando dinheiro para comprar um conjunto de suas obras, como vemos no relato de Sue, uma jovem de quinze anos que já pensa no uso futuro de seus livros:

“It is absolutely impossible to tell you how I have enjoyed the books that you wrote about the life of you and your dear family. You might be interesting in knowing that I am saving 50 ¢ out of my allowance each week for buying the entire series of Laura Ingalls Wilder Books. I want them to give my children and grandchildren as much enjoyment as they have given me.”⁴²

39 Carta de Nina Rosa. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 2 P 1 doc. 20.

40 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 62.

41 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 75.

42 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 132.

Ou então comprem os livros com o dinheiro que ganharam trabalhando, como Paul, um menino que mora em uma fazenda no Wisconsin: “I like them so well that I brought a series for myself. I earned the Money picking beans on hot August days”.⁴³

Pela leitura da correspondência temos também alguns indícios de práticas culturais comuns aos dois países como a leitura coletiva, feita pelos familiares em voz alta. Esse modo de leitura pressupõe como veremos no relato das cartas um espaço de sociabilidade: todos da família reunidos no quarto ou na sala. No caso norte-americano as leituras se dão em um período específico do ano: as longas noites de inverno. As cartas também revelam nos dois contextos um ambiente de afetividade, o prazer da leitura era também o prazer de se estar junto, de compartilhar a história. A jovem Dirce relembra esses momentos quando ainda não era alfabetizada e sua mãe lia para ela: “Desde pequenininha, quando nem ao menos soletrar sabia, já consistia para mim um prazer, quando a noite embevecida, ao lado de mamãe que lia em voz alta, as histórias do célebre Monteiro Lobato. Eu me deleitava com essas histórias(...)”⁴⁴

Assim também relata a leitora Jane:

“Each Christmas, when you have a new book out, my mother and Dad give me the book(...) Ever since we have gotten the books, Dad has read them out loud to us, winter evenings, because then the hole family can enjoy it, together.(...) My brother, sister and I have always love reading. Before we could read, mother and dad read to us every evening, so we could hardly wait to go to school, so we could read the books to ourselves(...) Thank you for all the family pleasure you have brought to us.”⁴⁵

Ao trabalhar com as cartas enviadas pelas crianças temos a possibilidade de vislumbrar em um mesmo documento inúmeras pistas sobre as formas de leitura e também

43 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 129.

44 Carta de Dirce Miranda. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 4 P 2 doc 28.

45 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 20.

sobre como os livros circulavam. No trecho acima, assim como em várias outras cartas, a leitora nos revela que os livros eram dados como presente de Natal, muitas crianças comentam não poder esperar até o Natal para o lançamento de mais um novo volume de histórias, e perguntam se os autores iriam lançar algum a tempo para o próximo final de ano. Esse também parece se um traço comum a ambos os países: a prática editorial de lançar um livro novo por ocasião das festas de final de ano. Alguns leitores os recebem como presentes de Papai Noel, como Antonieta: “Agora no Natal papae noel escreveu-me dizendo que ia trazer o livro Historia do mundo para crianças, mas eu achei no meu sapato outro livro. Elle não achou, eu quasi chorei. Mas no dia de Reis mamãe disse que compra para mim.”⁴⁶ Ou na carta de Amarílis que em resposta a Lobato diz: “O senhor na carta manda perguntar-me se eu queria que o senhor escrevesse uma nova história. Quero sim senhor. E quero também que o senhor mande o nome do livro para eu comprar para o Natal.”⁴⁷

Da mesma forma os leitores de Laura Ingalls também ficavam esperando por um novo livro por ocasião das festas de final de ano, como Anne: “My mother has read them all to me because I am Just seven years old. I would like it if you would write some more books. We want to hear about Almanzo and the sleight ride and your marrying Almanzo and other things. Please write one in time for next Christmas.”⁴⁸ Mary, de treze anos de idade, diz ter toda a coleção e não saber o que fazer se não tiver um livro novo seu no Natal: “I am the proud owner of all the ‘Laura and Marys’, as my sisters and I call them, but we all agree that there should be at least one more book to ‘marry her off’. You see, I usually get one of the set each Christmas, and I don’ t know what I should do if this Christmas came by without one”⁴⁹

46 Carta de Antonietta R. Silveira. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 1 doc. 3.

47 Carta de Amarílis Rocha de Cunto. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 2 P 1 doc 14.

48 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 19.

49 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 44.

A leitora Susan do quarto ano escreve dizendo já ter lido em sala de aula os livros: *Little House in the Big Woods*, *Little House on the Prairie* e *On the Banks of the Plum Creek* no entanto: “The only thing that I want for Christmas is the four books named, *Little House in the Big Woods*, *Little House on the Prairie*, and *On the Banks of the Plum Creek* and your picture.”⁵⁰ Alguns leitores escrevem relatando como foi receberem de presente seus livros, Rebecca começa a ler assim que ganha o livro e no dia seguinte já havia terminado:

“This Christmas I received your new book ‘*Little Town on the Prairie*’. I finished the day after Christmas, and have just finished it a 2nd time. It is very good. I have just finished telling my mother how the proposed paper shortage may cut out the publication of your books, and how we ought to get the rest of the books you have written. She looked as if the idea was good, and maybe...”⁵¹

Como vemos na carta acima, de 1942, a leitora comenta uma das consequências da segunda guerra em solo americano para convencer a mãe de que deveriam comprar os outros livros de Laura antes que racionamento de papel impossibilitasse novas edições. A guerra também aparece em outros documentos, como na carta de Dóris: “I have both brothers and sisters. Two of my brother’s are in the army now.”⁵² Os leitores de Lobato escrevem também sobre a segunda grande guerra, mas quase sempre se referem a ela ao comentarem a obra “*A Chave do Tamanho*”, onde o escritor coloca Emília diminuindo toda a humanidade com o objetivo de por um fim ao conflito armado. Um dos desenhos recebidos por Lobato de um leitor, e que está preservado na coleção do Instituto de Estudos Brasileiros, IEB/USP, versa também sobre o tema: mostra Hitler na cama tentando ‘derrubar’ pequenos aviões ingleses com um inseticida.

Os dois autores receberam de seus leitores inúmeros desenhos que estão preservados em seus respectivos acervos, em sua maioria eles retratavam cenas de seus livros, os

50 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 13.

51 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 17.

52 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 38.

personagens e os próprios escritores. Também encontramos junto às cartas muitas fotos dos leitores que acompanhavam um pedido freqüente: uma foto autografada de seu escritor favorito, pedido esse sempre atendido. Lobato chegou a encomendar dezenas de cópias de uma fotografia sua com o objetivo de enviá-las aos leitores. Laura também enviava fotos autografadas a seus leitores que escreviam agradecendo o presente.

Mas talvez um dos aspectos mais interessantes abordados na correspondência são os comentários a cerca das obras lidas. Aqui vemos como as diferenças na produção de Lobato e de Laura se refletem nas cartas enviadas pelos leitores. Assim os leitores de Laura comentam gostar ainda mais de suas obras por elas serem verídicas: “Your book ‘The Long Winter’ is one of the most interesting books I have ever read. I like an exciting book, and since those things have really happened it doubles the pleasure.”⁵³ Os leitores comentam não se interessarem pelo livro somente por ser uma autobiografia e ressaltam que a forma de narração torna o livro ainda mais real: “I have read all yours books and I like them very much. I took them home from school and my mother, Daddy and Brother read them. We like them so much that we all read them every winter. Daddy says we can live them all over again they are so real.”⁵⁴ Ou ainda: “I like it because it sounded as though it were real and Mary and Laura were right beside you.”⁵⁵ Já os leitores de Lobato dizem gostar de suas obras pela fantasia e imaginação que encontram, e muitos escrevem surpresos com sua criatividade, como Manuel Marques, que escreve de Moçambique: “É pouco possível compreender como V. Exa. tem tanta imaginação para alguns livros como o ‘Sacy’ as ‘Caçadas de Pedrinho, Viagem ao Céu, ‘As renações de Narisinho’, o Pó de Pirlimpimpim e muitos outros livros.”⁵⁶ Ou como escreve Leda de doze anos: “Como é que na sua cabeça cabe tanta coisa boa e engraçada?”⁵⁷

53 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 81.

54 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 106

55 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 64

56 Carta de Manuel Pedro O. Marques. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 1 doc. 4.

57 Carta de Leda A. R. Maciel. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 1 doc. 45.

Poderíamos imaginar que essa preferência dos leitores de Lobato, pela fantasia excluísse as obras que continham um conteúdo escolar como “Emília no País da Gramática”, “Aritmética da Emília”, “Geografia de Dona Benta” e “História do Mundo para Crianças”. No entanto, as cartas mostram que também essas obras eram queridas do público, em certa medida porque explicavam de maneira fácil e descontraída conteúdos escolares por vezes maçantes. Como explicita Wanda: “Já li 5 livros seus e gosto mais de lê-los porque sempre aprendo alguma coisa. O Sr. tem um modo simples de dizer as coisas difíceis que elas se tornam logo fáceis. Acho tanta graça da Emília que quando estou lendo dou boas risadas.”⁵⁸ Em algumas cartas os leitores comparam os livros didáticos de Lobato aos usados em sala de aula, como Fernando: “Tenho pelo senhor grande estima, porque suas histórias, bonitas e instrutivas, muito tem influenciado nos meus estudos. Fique o senhor sabendo que talvez eu tenha aprendido mais nos seus livros do que naqueles que usam no colégio.”⁵⁹

Ao escrever sua obra *Laura Ingalls* se baseou em fatos reais vivenciados por sua família durante sua jornada pelos vários estados norte-americanos por onde passaram. Essa característica, como já foi dito, fez com que sua obra fosse muito utilizada no contexto escolar, pois transmitia as crianças valores e crenças, assim como também descrevia de forma muito real as vivências de uma família no contexto da ocupação do oeste americano. Como a obra de Laura relata os diversos infortúnios que a família teve que enfrentar como: nuvens de gafanhotos, incêndios nas plantações, invernos rigorosos que duraram muito mais do que o esperado, as crianças eram levadas a refletir sobre como era árdua a tarefa de sobreviver naqueles tempos. Estes e outros dramas pessoais, como a cegueira que acometeu a irmã mais velha de Laura, são muito comentados pelas cartas. Como o oitavo e último livro da série publicado em vida pela autora, “*These Happy Golden Years*” termina com o relato do casamento de Laura, grande parte das cartas de seus leitores trazem inúmeras perguntas sobre o que aconteceu depois. Doreen por exemplo escreve:

58 Carta de Wanda Cortez. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 3 doc. 26.

59 Carta de Fernando César Mergulhão. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 2 P 2 doc. 33.

“If it is not asking too much I wish you would write to me and tell me what Mary did when she came home from school and about Carrie and Grace. Did Pa e Ma stay on the claim or did they move west? Most of all I want to know all about you, Laura. Did you stay in the house Almanzo built for you? And did you have any children, and all about your married life. We are very much interested.”⁶⁰

Muitas vezes as cartas são quase que exclusivamente uma lista de perguntas como a escrita por duas meninas Marlene e Juanita:

“We have been anxious to know about some of the things in the story you didn’t mention. If you have time would you answer some of our questions, please? How old were you when you first started writing your books? Did your father and mother live on the claim five years? How long were they on it after that? How long did you and Almanzo live in your little house in the woods? How many of yours sisters got married? Did you or your sisters have any children? How long did you keep those pretty horses, Prince and Lady? Did you ever teach school after you were married?(...) Did you travel any farther west after you were married?”⁶¹

A essas perguntas Laura respondia prontamente, como podemos verificar pelas notas feitas no verso do envelope desta carta, onde a autora escreveu algumas frases para ajudá-la a compor a carta resposta.

As cartas endereçadas a Lobato pouquíssimas vezes perguntam sobre sua vida pessoal, ou sobre sua família, somente em alguns momentos como por ocasião de sua prisão, ou de sua possível candidatura como deputado é que vemos alguns comentários nesse sentido. Na maior parte da correspondência o que encontramos são perguntas e sugestões sobre o Sítio do Picapau Amarelo e seus personagens. Alguns leitores chegam mesmo a apontar algumas incongruências na obra como o menino Márcio: “No livro A Chave do Tamanho o sr. diz que o burro Falante nasceu na fazenda do Coronel Teudorico mas em outro livro o sr. diz que o Burro veio do pais das Fabulas. Como me explica o fenômeno?”⁶²

60 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 107.

61 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 131.

62 Carta de Márcio Moreira Nascimento. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva.

Outros leitores dão idéias para novos livros, como Sarah, que aproveita também para criticar Viriato Correa:

“Estou estudando a Historia do Brasil e como acho muito cacete, peço por favor que o senhor escreva, um livro, sobre este assunto. Acho que o senhor não quer escrever porque Viriato Corrêa plagiou dos seus contos, escrevendo logo a Historia do Brasil. Mas por mim pode escrever porque certamente já o tinha imaginado e mesmo eu não gosto dos livros que Viriato Corrêa faz. Prefiro os seus.”⁶³

Vários leitores fazem como Eduardo que aproveita para comentar sobre os personagens e dar uma idéia para uma nova obra:

“O livro que eu mais gostei foi Reinações de narizinho. E sobre a minha opinião desejo que o Sr. continue com todos seus personagens, mas não aperfeiçoe mais a Emilia porque a bonequinha já chegou ao maximo. Não faça que esse Visconde morra e apareça um outro (como já fez em muitos). A ideia que eu lhe dou, é de escrever um livro fazendo a turma ir a “pré-historia” onde eles possam encontrar Dinossauros e outros animais de grande porte, e quero que o Sr. faça como diz no livro Espanto das Gentes as crianças fazerem um passeio pelo corpo-humano, e sugiro para esse passeio a barriga do coronel Teodorico por ser bem grande.”⁶⁴

Em muitas de suas obras infantis Lobato comenta outros livros levando assim os leitores a outras leituras. Em algumas cartas vemos que as crianças aceitavam esse convite e quando não encontravam a obra desejada, escreviam ao autor solicitando a tradução do livro sugerido, como Jeanette:

“Estou lendo “Historia do Mundo para as Crianças”. Esse livro está me interessando muito, mas o capitulo que mais gostei foi “Marco Pólo”, justamente quando “Emilia” disse que is pedir ao senhor

Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 2 doc. 47.

63 Carta de Sarah Viegas da Motta Lima. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 2 doc 23.

64 Carta de Eduardo da Silveira Teixeira Leite. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 2 doc. 4.

para traduzir o livro “Viagens de Marco Pólo”. Por isso escrevo-lhe renovando o pedido da “Emília”, isto é, que o sr. traduza o livro em que Marco Pólo conta as suas viagens.”⁶⁵

Outros conhecendo a atuação de Lobato como tradutor sugerem a ele obras interessantes a serem traduzidas, como David: “Eu sou um leitorsinho dos seus livros. Gostei imensamente deles; mas quero fazer-lhe um pedido: O senhor poderá traduzir ‘Swiss family Robinson’ e ‘Just David’? “Just David” é um livro muito bom de Eleanor... Potter.”⁶⁶

Mas na maior parte das cartas existe um pedido recorrente: o desejo de participar de uma das aventuras com a turma do Sítio. Talvez esse desejo fosse motivado pela própria obra de Lobato, já que na obra “Circo de Escavinhos” de 1929, e em “Caçadas de Pedrinho” de 1933 várias crianças visitam o Sítio. Em uma das cartas vemos referência a isso, quando Cléo, filha de Octalles Marcondes Ferreira aparece em “Caçadas de Pedrinho”:

“Não o importunarei com mais uma cacetada? Eis o caso: tanto tenho vivido entre os seus personagens que desejaria ‘viver’ num próximo livro onde a turma de D. Benta aparecesse. Assim uma cousa como aconteceu á Cleo. Ora, caso minha ideia pegue, e seria essa minha maior alegria, talvez lhe interessasse saber alguma cousa a meu respeito para poder transplantar-me para o sitio dos peraltas Tenho doze annos de idade, gosto muitíssimo de música, sou aluna do Conservatório Dramático e Musical, aonde frequento o oitavo anno.”⁶⁷

Às vezes os pedidos são categóricos como o de Bú:

“Veja se você pode me encaxar nos livros das 12 aventuras de Hercules. Tia Zézé me disse que você vai me por num livro, mas eu quero que você me ponha em todos. Não é só nos livros das 12 aventuras que eu quero entrar, mas em todos com a Emília, Marquesa de Rabicó. Como também estou disposto a ir em todas as aventuras do bando para sempre.”⁶⁸

65 Carta de Jeanette Saraiva de Toledo. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 2 P 2 doc. 30.

66 Carta de David Appleby. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 1 doc. 32.

67 Carta de Marila Gravenstein Borges. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 1 doc 2.

68 Carta de Bú. . Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros.

Mas o exemplo maior de como o contato de Lobato com seus leitores transformava sua escrita é a participação de uma leitora: Maria de Lourdes ou Rãzinha na obra “A Reforma da Natureza”. Nessa obra, Emília quando consegue ficar sozinha no Sítio escreve para a menina solicitando sua ajuda para reformar a natureza, a leitora atende ao pedido e as duas fazem as enormes transformações relatadas no livro. No acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, temos conservadas somente três cartas dessa leitora, no entanto parece que o número de cartas trocadas entre ela e Lobato pode ter sido bem maior. Nessas cartas temos uma interessante revelação: as alterações na natureza que a menina faz como personagem na obra “Reforma da Natureza” foram de fato sugeridas por ela nas cartas a Lobato, como as conhecidas torneiras da vaca Mocha.

Essa intensa participação dos leitores comentando a obra, dando idéias para livros futuros pode ter sido em parte resultado de pedidos feitos pelo próprio Lobato aos seus leitores, por meio de sua correspondência. Em uma das cartas enviadas por Lobato para seu leitor podemos perceber claramente essa intenção:

“Faço questão de receber outras cartas do amigo íntimo, dando-me idéias para os meus livros, mas cartas inteirinhas escritas por ele, sem que papai ou mamãe metam o bedelho ou consertem as idéias do amigo. Os amigos íntimos dizem tudo o que pensam e não pedem opinião a ninguém.”⁶⁹

As cartas enviadas pelas crianças leitoras aos escritores mostram que em parte suas diferenças são resultantes de peculiaridades encontradas nas respectivas obras. Por outro lado são muitas as semelhanças relatadas no que diz respeito às formas de leitura, ao prazer resultante dessa atividade. Ambos, Laura e Lobato, tinham um projeto muito claro ao escrever suas obras. Sobre isso Laura escreveu: “I wanted children now to understand what is behind the things they see, what it is that made America the way they know it.”⁷⁰ Assim Laura queria que as crianças tivessem por meio de suas histórias, acesso a como era a vida

IEB/ USP. Cx 2 P 1 doc. 34.

69 MONTEIRO LOBATO. Cartas Escolhidas. 10 tomo. São Paulo: Brasiliense, 1964. p. 273.

70 DEAR LAURA: Letters from children to Laura Ingalls Wilder. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. V.

cotidiana norte-americana no final do século XIX, que pudessem compreender que o modo de vida das décadas de 30, 40 e 50 era muito diferente do vivenciado por ela em sua infância. Contudo queria que tivessem acesso a essa perspectiva histórica de forma prazerosa e alegre, por meio de relatos emocionantes sem muitas lições de moral.

Já Lobato pretendia construir por meio de sua obra um país de leitores, como tantas vezes teve a oportunidade de expressar, acreditava que o país só se desenvolveria plenamente quando tivéssemos uma população crítica e ativa, que em sua percepção seria resultado de uma educação plena. Mas para transformar o país em um país de leitores era necessário criar uma obra infantil que estimulasse a leitura, e seria pelo prazer que ele pretendia transformar as crianças em leitores. Em 1926 Lobato escreve para Rangel: “Ando com ideias de entrar por esse caminho: livros para crianças. De escrever para marmanjos já me enjoiei. Bichos sem graça. Mas para as crianças, um livro é todo um mundo. Lembro-me de como vivi dentro do Robinson Crusoe do Laemmert. Ainda acabo fazendo livros onde nossas crianças possam morar.”⁷¹

Ao analisarmos as duas correspondências percebemos que tanto os leitores de Laura quanto os de Lobato comentam que ao lerem se sentem transportados para um outro local, para uma outra época, como nos conta Jaquelyn: “I like the stories Pa tells in the evening by the fireplace. It makes me feel like I was right there with them.”⁷² Ou: “All of us like the books very much. We like them because it makes us forget that we are sixth grades in Longfellow School and makes us feel as if we were pionners in the prairie”⁷³ Os leitores de Lobato também comentam se transportar para o livro ou então desejarem ficar para sempre por lá, como Cordélia: “(...) Acho que não há nada como o Sítio... Ele é a melhor cousa que já se imaginou no mundo. Acho que não existe nenhuma criança que não gostaria de morar lá. É mesmo o ‘suco dos sucos’ como dizem os ‘picapaus’”⁷⁴ Ou então como Myralda que

71 MONTEIRO LOBATO. *A Barca de Gleyre. Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 293.

72 DEAR LAURA: *Letters from children to Laura Ingalls Wilder*. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 64.

73 DEAR LAURA: *Letters from children to Laura Ingalls Wilder*. New York: HarperCollins Publishers, 1996. p. 74.

74 Carta de Cordélia Fontainha Seta. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto

gostaria de viver com a boneca falante: “Ah! Se eu pudesse morava com a Emília! Queria rir o dia inteirinho!”⁷⁵ Existem até mesmo leitores que não se contentam em morar no sítio mas que gostariam de se transformar em personagens, como Flávio que lamenta: “Que pena que a gente nasce gente e não Saci.”⁷⁶

Nas cartas aqui analisadas as crianças se mostram como seres sociais completos, exercem o papel de correspondente, pois já sabem utilizar a linguagem escrita e os modelos epistolográficos, mas ao mesmo tempo se permitem algumas “liberdades”, pois se desculpam pela letra, os borrões ou a escrita a lápis. Ao utilizarem formas pessoais de tratamento, não estão sendo ingênuas, mas sim utilizando um recurso para se tornarem próximas daqueles que admiram. A documentação também nos revela que as práticas de leitura eram similares nos dois países, muitas crianças relatam ler de forma intensiva, não por não terem acesso a outros livros, mas pelo prazer de reler uma obra querida. Assim também a prática de leitura coletiva, em família, é relatada pelas crianças daqui e de lá. Durante o período aqui analisado o acesso aos livros era difícil para a grande maioria das crianças brasileiras leitoras, em virtude principalmente do alto custo dos livros infantis e da inexistência de bibliotecas públicas com acervos voltados a infância. Apesar disso, as cartas nos mostram que ao ter acesso aos livros as crianças brasileiras realizavam a leitura de maneira análoga ao público norte-americano, que contava com uma rede de bibliotecas consolidada. A leitura para os leitores de ambos os países que se corresponderam com seus escritores favoritos era fonte de prazer, de divertimento e de deleite. Pelo que as cartas nos revelam tanto Lobato quanto Laura parecem ter alcançado o que pretendiam com sua produção literária.

de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 3 doc. 2.

75 Carta de Myralda Coragem. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 2 P 2 doc. 11.

76 Carta de Flávio Lange Morretes. Coleção Monteiro Lobato. Arquivo Raul de Andrada e Silva. Instituto de Estudos Brasileiros. IEB/ USP. Cx 1 P 2 doc. 31.

A FEBEM e a assistência social em Pernambuco no contexto da Ditadura

Humberto da Silva Miranda

Professor no Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Resumo

Este artigo objetiva historicizar o cotidiano das assistentes sociais na Fundação de Bem-Estar do Menor – FEBEM, em Recife, na década de 1970. A FEBEM era uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, que foi criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, quando o então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgava a lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, fazendo parte dessa política o sistema FUNABEM/FEBEM. Entre a fundação e implementação das FEBEMs, o papel das assistentes sociais se tornou de grande importância para a manutenção do seu projeto político, uma vez que fazia parte da atuação desses profissionais o atendimento direto das famílias, das crianças e os adolescentes assistidos pela instituição. A partir da análise dos relatórios de plantão, documento encontrado no acervo da Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco, foi possível analisar a ideia de assistência e assistencialismo, de política pública e mais notadamente o conceito de família e infância construídos pelas assistentes sociais, no decorrer dos plantões da FEBEM.

Palavras-chave assistência social, FEBEM, ditadura, Pernambuco.

Abstract

This article aims to historicize the daily lives of social workers in the Fundação Bem Estar do Menor - FEBEM in Recife, in the 1970s FEBEM was a state instance of the Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM, which was created in first year of the Civil-Military Dictatorship, when then-President Humberto de Alencar Castelo Branco passed the law that established a Política Nacional do Bem Estar do Menor - PNBEM as part of this policy the FUNABEM / FEBEM system. Between the foundation and implementation of FEBEMs, the role of social workers has become of great importance for the maintenance of his political project, since it was part of the performance of professional direct care of families, children and teens attended in the institution. From the analysis of the reports on call, document found at the Fundação de Serviços Socioeducativos collection, it was possible to examine the idea of assistance and welfare, public policy, and most notably the concept of family and childhood constructed by social workers during the shifts of FEBEM.

Keywords social assistance, FEBEM, dictatorship, Pernambuco.

Sob o olhar da assistente social de plantão

Dona Eugênia é uma senhora jovem. Trajava-se simplesmente. Solicitou-nos internamento para os filhos João e Jeso, que estão “soltos na rua”. Menores quebram telhas de vizinhos. Dormem na rua. Vivem com grupos de maloqueiros, chegando em casa com objetos roubados do Bompreço da Ceasa. O vigia do Ipeane já avisou a Dona Eugênia que qualquer dia dar-lhes uns tiros, pois eles estão roubando frutas daquela repartição. Dona Eugênia vive apenas do seu trabalho, que é muito incerto. Foi abandonada pelo marido há 7 anos. Seu marido mora em São Paulo com uma companheira. A entrevistada tem 7 filhos, mas devido à sua “situação” apenas 3 vivem em sua companhia. A filha de 18 anos tem um companheiro. A de 15 anos é empregada doméstica e, às vezes, ajuda-lhe financeiramente. O filho de 17 anos vive na casa de uma senhora na Várzea, e o de 9 anos mora com a tia materna Alzira em Brasilit. Essa irmã de Dona Eugênia é viúva, tem filhos e recebe pensão do marido.¹

A riqueza de detalhes do texto sinaliza como a plantonista registrava os casos, que serviam para análise e encaminhamentos. Os detalhes sobre a aparência da mãe e sua vestimenta, as observações sobre a rede social a que ela pertencia e como foi construída a organização familiar, o local onde moravam e/ou circulavam eram informações relevantes para o trabalho da assistente social. O caso de Dona Eugênia foi encerrado por desistência da própria mãe de internar seus filhos.

Os “Relatórios de Plantão” foram documentos produzidos pela Fundação de Bem Estar do Menor – FEBEM pelas assistentes sociais que atuavam no espaço para o atendimento dessas famílias, localizado na região central do Recife. Os relatórios de plantão são documentos que trazem informações sistematizadas sobre os casos de crianças e adolescentes a partir da visita realizada pela família à FEBEM. Através da leitura dos relatórios de plantões, foi encontrado o caso de uma mãe chamada Eugênia Maria da Silva, que procurou a FEBEM para internação de dois filhos, por motivo de “indisciplina, vadiagem e furto”.

1 PERNAMBUCO. FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. Relatório de Plantão. 1306. Eugênia Maria da Silva. Recife, 10 de julho de 1975. Acervo: Fundação de Atendimento Socioeducativo.

No decorrer da pesquisa, foi possível analisar 33 relatórios de plantão, que estão sob a guarda da FUNASE. No momento da pesquisa, esses documentos não estavam devidamente catalogados, encontrando-se em um depósito conhecido como *arquivo morto*, demonstrando que a instituição não planejou um projeto de preservação dos documentos históricos referentes às crianças e aos adolescentes atendidos no período da FEBEM.²

A FEBEM era uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, que foi criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, quando o então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgava a lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, fazendo parte dessa política o sistema FUNABEM/FEBEM. Anos depois, em junho de 1966, o então Governador de Pernambuco Paulo Guerra inaugurava a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM. Assim como em outros estados da Federação, a instituição passava a responder oficialmente, de acordo com a lei de criação, pelo atendimento a meninos e meninas que viviam em situação de “abandono”, de “desvalia” e/ou de “delinquentes”.³

Até a criação da FUNABEM, o modelo de assistência em vigor no Brasil era o Serviço de Assistência a Menores – SAM⁴, fundado no período do Estado Novo. De acordo com o Decreto/Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941, o SAM foi criado para “[...] sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares [...]”, além de promover as políticas referentes ao

2 Não encontrei registro de relatórios assinados por homens, o que demonstra uma forte característica deste campo profissional. Sobre a “feminização” da assistência social no Brasil ver: CISNE, Mirla. a “feminização” da assistência social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos>. Acesso em: 3 de novembro de 2013; e AMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

3 PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Lei N. 5810. Recife, 14 de junho de 1966.

4 Ainda não se foi construída uma História do SAM no Brasil e sua relação com Pernambuco. Aqui aponto a possibilidade de um trabalho sobre um tema ainda inexplorado. Sobre o SAM ver: RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

menores em todo território nacional.⁵

A FUNABEM, implantada em 1964 e extinta em 1990, passou mais de 20 anos procurando garantir a manutenção da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, a partir de medidas de disciplina e controle. De acordo com Passetti,

Em nome do bem, o Estado acaba realizando o bem-estar da própria burocracia, fazendo recair a ênfase no grau maior ou menor de corrupção. O que perpetua é a possibilidade — por vias mais ou menos obscuras — de realizar, primordialmente, o bem-estar da própria categoria, como em toda corporação.⁶

Quando a criança se torna “um caso”

Mas, para entender a FEBEM e proposta de assistência social é importante se debruçar sobre o Código de Menores, que até então representava a primeira legislação criada exclusivamente em relação às crianças e adolescentes na época. O Código foi promulgado em 1927 e reformulado em 1979; a partir de sua criação, meninos e meninas que viviam em estado de pobreza, abandono ou em conflito com lei, passavam a ser considerados *menores*, estabelecendo mecanismos de controle, coerção e punição para as crianças, adolescentes e os pais/responsáveis.

Os discursos construídos sobre os chamados *menores* e as políticas públicas elaboradas, buscavam arquitetar um projeto de defesa social, onde o Código de Menores representou a materialização do campo jurídico e serviu como base também para as políticas sociais. Segundo Brito, o Código foi elaborado a partir da perspectiva da criminologia fundada na Escola Positiva de Direito Penal, que historicamente enveredou para o campo social, na busca de defender a sociedade a partir do viés da prevenção.⁷

5 BRASIL. Decreto-Lei 3.799. Estabelece a criação do Serviço de Assistência a Menores – SAM. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1941.

6 PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999. p. 56.

7 BRITO, Eleonora. *Justiça e Gênero: uma história da Justiça de menores em Brasília (1960-1990)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

A historiografia contemporânea registra que é neste período que a “questão do menor” passa a ser percebida como uma “questão social”. A partir de uma documentação institucional e da leitura de diferentes periódicos, a historiadora traz a questão do menor como uma questão social, e busca se distanciar de uma leitura exclusivamente do campo da jurisprudência. De acordo com Frontana:

Sabe-se a respeito do *menor* que é parte integrante de um presente no qual o entendimento de sua condição na sociedade se revela um desafio permanente e complexo. Sabe-se também que não é propriamente uma figura recente ou um novo sujeito social, mas, antes, tem uma textura, volume e presença histórica ao longo de todo o período que se poderia denominar —Brasil moderno. [...] O *menor* constitui figura histórica e, como categoria social identificável, é capaz de revelar e estabelecer vínculos entre o passado e o presente.⁸

A “questão do menor” é um tema constante no pensamento brasileiro, e, ao buscar construir a sua tese, Frontana defende a ideia de que a construção do *menor* não pode ser entendida apenas a partir do viés jurídico, sendo necessário construir uma relação com outros setores da sociedade brasileira. Para ela, é na década de 1970 que o Estado passa a assumir o problema do *menor* como uma —questão social, através das políticas de intervenção nas famílias e de institucionalização, através do paradigma FUNABEM/FEBEM.

O sociólogo Edson Passetti afirma que, no século XX, o Estado assume o lugar da Igreja Católica como centro da caridade, procurando ofuscar, com sua racionalidade, uma experiência de milênios. A partir dessa perspectiva, este Estado se apoiou no sistema jurídico, materializado no Código de Menores de 1927, que por sua vez representou:

O instrumento jurídico balizador desta continuidade foi, em primeiro lugar, o Código de Menores de 1927, que procurava não só regulamentar o trabalho de crianças e adolescentes, mas também definir a

8 FRONTANA, Isabel. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 57

emergência do —menor perigoso como decorrente da situação de pobreza. O Código de Menores de 1979 reviu essa perspectiva a partir da concepção de situação irregular como origem do delinquente.⁹

Através dessa burocracia, a FUNABEM estabelecia um contrato com estados, buscando controlar as ações desenvolvidas nas unidades estaduais chamadas FEBEMs. De acordo com a matéria intitulada *De que um Estado precisa para atender o menor*, publicada pela *Revista Brasil Jovem*, periódico da própria FUNABEM, noticiava como foram pactuadas a burocracia para a execução dos projetos realizados nos estados:

Estabelecido o campo de atuação da Funabem, verificou a entidade a necessidade de criar uma infraestrutura, ao nível estadual, capaz de garantir o desenvolvimento de programas visando ao atendimento das necessidades básicas do *menor*: saúde, educação, recreação, amor e compreensão e segurança social. Para tanto, foram celebrados 72 convênios, desde 1966, com estados, territórios e Distrito Federal, proporcionando o Governo Federal assistência técnica e financeira direta no total de 18 milhões de cruzeiros, em todos os pontos do país. Para assegurar a expansão da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, os estados são convidados pela Funabem a seguir diversas etapas para concretizar a infraestrutura local destinada ao atendimento social dos *menores*.¹⁰

A FUNABEM buscava produzir um controle centralizador nos estados conveniados, estabelecendo convênios que disponibilizavam aportes financeiros e assessoria técnica. Mesmo com a tentativa de centralizar as ações os estados tinham certa autonomia, onde os trabalhadores e trabalhadoras que executavam o atendimento construíam suas ações baseadas nas orientações da FUNABEM. Essas orientações permeavam as práticas das assistentes sociais que realizavam o atendimento nos plantões da FEBEM, no Recife.

9 PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999. p. 25.

10 BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. Ano V, 4º trimestre. Rio de Janeiro: Funabem, 1971.

Conforme relatório analisado, a Dona Eugênia também procurou a FEBEM em busca de solução para o problema vivido por seus filhos. O Relatório de Plantão registrava que ela era cambista, morava no bairro do Curado e foi atendida pela Divisão de Assistência Social entre os anos de 1975 a 1978. Essas informações podem ser encontradas no Relatório de Plantão de número 4.095, datado de 10 de julho de 1975. Neste documento, foi registrada a primeira visita feita por Dona Eugênia e todo o desdobramento processado a partir da sua relação com a FEBEM.

Os relatórios de plantão produzidos pela FEBEM se apresentam como um fundo documental até então inexplorado pela historiografia. Segundo a historiadora Arlette Farge, “a descoberta desse arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte”. Nesses documentos, as crianças não falam. As assistentes escrevem sobre elas.¹¹ As informações sobre a pessoa entrevistada — as mães, os pais, os responsáveis —, são descritas com sutilezas de detalhes, oferecendo ao leitor uma oportunidade de conhecer como foi construída a atuação das assistentes sociais e suas concepções acerca de infância, família e sociedade.

A análise acerca desse fundo documental possibilita observar a importância do trabalho das assistentes sociais na FEBEM, uma vez que os registros sobre as famílias e as crianças foram construídos a partir de suas percepções acerca dos casos apresentados pelas pessoas no momento da entrevista. É importante ressaltar que, a partir dos relatórios analisados, verifica-se que, por meio das decisões dessas profissionais, as crianças e adolescentes eram, ou não, encaminhadas para o internamento.

Os assistentes sociais são profissionais graduados que atuam na execução direta das políticas públicas voltadas para a assistência nas áreas de saúde, educação, segurança, atendendo às demandas de iniciativas públicas e privadas. Segundo as pesquisas realizadas pelos pesquisadores Marialda Iamamoto e Raul Carvalho, o trabalho do serviço social surge como possibilidade de romper com a cultura caritativa, construída no Brasil colonial, como

11 FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

um campo de “formação técnica especializada para prestação de assistência”.¹²

É no momento da entrevista que a família procura o serviço da assistência social da FEBEM, e a criança ou o adolescente passa a ser tratado como mais um caso que deve ser atendido por esses operadores dessa assistência. No instante do preenchimento do relatório se estabelece o registro do menino ou da menina, que passa a ser atendido pela assistência pública, pela dinâmica de uma burocracia institucional produzida pelo grupo de técnicos da instituição.

De acordo com José Paulo Netto, em sua obra *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, mesmo com o surgimento das escolas de serviço social sendo construídas na década de 1940, foi no decorrer dos governos militares que os assistentes sociais se consolidaram enquanto categoria profissional. É neste período que se emerge o discurso da “questão social” presente nas práticas políticas do Estado ditatorial. Para Netto, o discurso da “questão social” permeou o desenvolvimento das instituições sociais, tendo os assistentes sociais a atribuição de legitimar a assistência como um campo profissional, rompendo com a lógica do assistencialismo caritativo.¹³

A própria criação do Ministério da Previdência e da Assistência Social, em 1974, sinaliza que a “questão social” se torna uma política institucional dos governos militares. É a partir da criação desse ministério que a FUNABEM/FEBEM deixa de pertencer ao Ministério da Justiça e do Interior, passando a pertencer ao Ministério da Previdência e da Assistência Social. O trabalho de Maria Luiza Mestriner, *O Estado entre a filantropia e a assistência social*, representa uma importante contribuição para o entendimento da assistência social no Brasil. De acordo com Mestriner, é na Ditadura Militar que:

12 IAMAMOTO, Marialda & CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2012.

13 NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

As práticas assistenciais ganham mais estrutura e racionalidade, desenvolvendo-se um aparato estatal que cresce e se burocratiza continuamente, durando todo período, desmembrando serviços, programas e projetos, seguindo a lógica da segmentação de necessidades, problemas e faixas etárias.¹⁴

É neste cenário que o Serviço Social ganha força na estrutura burocrática da administração pública, e o assistente social passa a ser reconhecido como um profissional que assume a atribuição de contribuir com os programas e projetos relacionados à assistência voltada para as populações mais vulneráveis, entre elas as crianças e os adolescentes. Desse modo, na esfera da administração pública, a partir dos governos militares os assistentes sociais passam a atuar no atendimento individual ou coletivo, nas instituições ou nas comunidades populares.

A crítica elaborada pelos acadêmicos sobre a atuação dos assistentes sociais consiste em afirmar que o processo de consolidação do campo profissional dos assistentes sociais foi marcado pela reprodução da tradição assistencialista. Conforme afirma Mestriner, no cenário dos governos militares, os profissionais reproduziram no cotidiano de trabalho as ideias de um “Estado assistencial”, reproduzindo a “filantropia de clientela e apadrinhamento”.¹⁵

Em Pernambuco, a Escola de Serviço Social foi criada em 1940, “como consequência da III Semana de ação Social, ocorrida nas dependências do Juizado de Menores, em 1939. Esse período é marcado pela atuação do primeiro juiz de menores do Recife, Rodolfo Aureliano. Desse modo, a criação da Escola de Serviço Social neste estado esteve atrelada ao campo da infância e ao sistema judiciário. Ao procurar entender o surgimento das escolas de serviço social no Brasil, Ana Cristina de Souza Vieira afirma que: “A maior parte das escolas foi criada por dioceses, grupos religiosos ou leigos ligados à Igreja Católica. A estreita vinculação do Serviço Social com a Igreja impregnou a nova profissão em surgimento e toda a sua formação”.¹⁶

¹⁴ MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2005.

¹⁵ Idem.

¹⁶ VIEIRA, Ana Cristina de Souza. *Serviço Social em Pernambuco: particularidades da formação e inserção*

Em Pernambuco não foi diferente, haja vista que Rodolfo Aureliano era um católico fervoroso. De acordo com Vieira, o juiz pertencia à Congregação Mariana, quando procurou reunir amigos da Igreja Católica, chegando a estabelecer relações com a União Católica Internacional de Serviço Social.¹⁷ Na década de 1960, a escola de serviço social foi incorporada às universidades. De acordo com Vieira:

Em fevereiro de 1965, a escola apresentou à Universidade do Recife um documento intitulado mercado de Trabalho para os assistentes sociais, contendo informações sobre a escola e a profissão. Apontava que a escola havia titulado 106 assistentes sociais, dos quais 90% exercia a profissão, inclusive acumulando cargos, pois havia grande demanda profissional.¹⁸

Na década de 1970, as assistentes sociais já possuíam um lugar demarcado na estrutura administrativa das instituições públicas que tinham em sua missão o atendimento aos setores da população que viviam em condições de pobreza ou abaixo da linha de pobreza. As assistentes formadas e as estagiárias faziam parte do quadro de profissionais que atuavam nas unidades de atendimento direto à população e nas unidades de internação da FEBEM em Pernambuco.

Analisando o discurso das assistentes sociais registrado nos relatórios de plantão, percebe-se que as suas práticas estavam fundamentadas no discurso institucional construído pela FUNABEM. A leitura desses relatórios permite observar que os conceitos sobre internamento utilizados nas publicações da FUNABEM eram reproduzidos pelas assistentes nos seus relatórios. Os encaminhamentos construídos nos diferentes casos respeitavam uma determinação institucional, desdobrando-se em uma padronização do atendimento. Os assistentes sociais, no espaço de atendimento à população, possuíam autonomia de

profissional dos anos de 1940 aos 1980. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. N. 95. São Paulo: Editora Cortez, 2008. P. 83

17 Idem.

18 Idem. p. 375

encaminhar ou encerrar.

A partir do relatório, um mapeamento acerca da vida da pessoa entrevistada era produzido. As informações registradas eram construídas a partir de um questionário que estabelecia a tipologia de problemas apresentados pela criança ou pela família, ou seja, era elaborada uma identificação pré-estabelecida pelo relatório, que visava classificar a criança como “vadia”, “indisciplinada” ou “abandonada”. No que se refere aos problemas apresentados pelas famílias, essas poderiam ser identificadas como incapazes de ter a guarda da criança por questão “moral, financeira ou mental”.

A leitura desses relatórios permite “mergulhar” no universo das assistentes sociais. Esses documentos são compostos por várias páginas, tornando-se dossiês sobre a vida das pessoas. Através de uma leitura atenta é possível observar que o foco do debate era a família, inclusive, na página inicial do documento fica evidente que o relatório é da pessoa que protocolou a solicitação, o adulto. A criança se tornava o caso, a partir da decisão da assistente social.

A estrutura do documento permitia primeiramente o registro da pessoa que procurava o serviço, ou seja, a mãe, o pai ou o responsável (no decorrer da entrevista não foi encontrado registro de crianças e/ou adolescentes atendidos pelos/as plantonistas). Posteriormente, era notificada a solicitação realizada, seguindo o “problema apresentado” pela família e pelo “menor”. Logo depois, o relatório buscava mapear “os aspectos sociais da família”.

O documento abaixo foi produzido na década de 1970, registrava os dados pessoais do entrevistado, identificando a solicitação (internamento e desligamento), o problema apresentado pela criança e pela família e os “aspectos da família do menor”, destacando a situação cível e financeira.

MOD. 41

Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FEBEM Div. de Serviço Social - Setor de As. e Or. ao Menor e a Família

RELATÓRIO DE PLANTÃO CASO N.º 4.095 DATA: 10/7/1975

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: Eugenia maria da silva 37 anos Primaria
(idade) (instrução)

Residência: R. Rute Moura 18 Benfém do Meio Recife PE
(n.º) (bairro) (cidade) (estado)

Ocupação: Cambleta Salário Cr\$ 6,00 /dia Outras rendas _____

Endereço do trabalho: IPFANE Curado
(n.º) (bairro) (cidade) (estado)

Grau de parent. com o menor: mãe Encaminhado ao serv. por: _____

2 - SOLICITAÇÃO

Internamento Reinternamento Desligamento

Outros: _____

3 - PROBLEMA APRESENTADO

MENOR		FAMILIA	
Indisciplina	<input checked="" type="checkbox"/> Rejeição	<input type="checkbox"/> Mendicância	<input type="checkbox"/> Incapac. física
Vadiagem	<input checked="" type="checkbox"/> Fuga	<input type="checkbox"/> Saúde	<input type="checkbox"/> Incapac. mental
Furto	<input checked="" type="checkbox"/> Prostituição	<input type="checkbox"/> Orfandade	<input type="checkbox"/> Incapac. moral
Abandono	<input type="checkbox"/> Delinquência	<input type="checkbox"/> Nec. Estudar	<input type="checkbox"/> Mendicância
Sem residência	<input type="checkbox"/> Homossexualismo		<input type="checkbox"/> Nec. Trabalhar
Outros			<input type="checkbox"/> Viuvez

4 - ASPECTOS SOCIAIS DA FAMÍLIA DO MENOR

Filiação: Pai: Antonio Vicente da silva 39 anos alfabetizado
(idade) (instrução)

Endereço: São Paulo
(n.º) (bairro) (cidade) (estado)

Mãe: Eugenia da silva 37 anos Primaria
(idade) (instrução)

Endereço: cidade
(n.º) (bairro) (cidade) (estado)

SITUAÇÃO CIVIL

Solteiro União legal C União relig. C Filhos n.º Dependentes

União legal C União ilegal I União relig. I Menores 14 Independentes

União legal I Viúvo Desquitado Maiores 14

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Ocupação: cambleta Salário mensal Cr\$ 6,00 /dia Outras rendas Cr\$ _____

Tempo trabalho _____ Se for desempregado, há quanto tempo? _____

Previdência Social: Ativo Benefício Auxílio reclusão

Auxílio doença aposentado pensão Carteira profissional _____

Casa própria Ceilada Por quem _____ Alugada Cr\$ 50,00

Financiada Cr\$ _____ Tempo _____ N.º. Compartimentos 1

PERNAMBUCO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM. Relatório de Plantão Caso n.º 4.095. Recife, 1972, p.1 Acervo: Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco.

Nesse documento, observa-se que a solicitação de Dona Eugênia se referia ao internamento de seus filhos. O relato mais sistematizado sobre a criança ou o adolescente deveria ser registrado na segunda lauda, localizada no verso da primeira página, que destinava espaço para o registro da composição da família, do encaminhamento e do desenvolvimento do caso.

No verso da primeira, registrava-se a composição familiar, destacando por ordem: o grau de parentesco, a idade, se possui registro civil, o sexo, o estado civil, o grau de instrução, a

profissão, a renda e o endereço. Também era notificado o encaminhamento dado aos casos e o seu desenvolvimento. Conforme se observa no documento seguinte:

5 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR DO MENOR (PAI, MÃE, IRMÃO, AGREGADOS)

NOME	Parente	Idade	RC	Sexo	E. C.	INSTR.	Profissão	Renda	Endereço
Leuzenia da Silva	mãe	37a	S	F	C	Prim	Camb	100 dia	estado
João Batista da Silva	filho	15a	S	M	-	Analf	-	-	"
Jesô da Silva	"	12a	S	M	-	Analf	-	-	"
Valdemir da Silva	"	7a	H	M	-	-	-	-	"

6 - ENCAMINHAMENTO

Estudo e Orientação Desligamento Juizado de Menores S. S. I.

Acautelamento Reinternamento Outros Rec. Comunid. Encerrados

Internamento Transferência Outros

7 - DESENVOLVIMENTO

O *Leuzenia* é uma senhora jovem *traficante* se simplesmente solicitou no internamento para o filho *Jesô* e *Jesô* que estão "saltos na rua". Menores quebram telhas dos vizinhos dormem na rua. Vivem com grupos de maloqueiros, chegando em casa com objetos roubados do Bompreço da CEASA. O vigia do IPEAHE já avisou a *Leuzenia* que qualquer dia dar-lhes um tiro, pois eles estão roubando furtos daquela repartição.

O *Leuzenia* vive apenas do seu trabalho, que é muito incerto. Foi abandonada pelo marido há pouco. Seu marido mora em São Paulo, com uma companheira. A entrevistada tem 2

Assistente Social
CRAS 4º R. nº. _____

PERNAMBUCO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM. Relatório de Plantão Caso nº 4.095. Recife, 1972, p.2 Acervo: Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco

Nessa parte do relatório, eram notificadas as justificativas apresentadas pelas famílias ao procurarem o serviço da FEBEM. As linhas em branco do relatório davam a “autonomia”

para o assistente social registrar o desenvolvimento da entrevista, que poderia se desdobrar no processo institucional. Foi percebido, durante as leituras de vários relatórios, que os assistentes adotavam uma metodologia padrão, iniciando seus relatos com as primeiras impressões do entrevistado, e logo após focavam o motivo da visita.

Na maioria dos relatórios analisados, encontram-se as impressões das assistentes sociais, o seu conceito de família e infância e sua decisão sobre o encaminhamento. As profissionais assumiam um lugar de poder no qual na relação entre entrevistador e entrevistado, a fala das famílias era construída e registrada a partir do interesse do assistente social. Os entrevistados, considerados pelas assistentes sociais como “clientes”, apresentavam argumentos que nem sempre estavam de acordo com a missão institucional da FEBEM, fazendo com que o caso fosse encerrado na primeira visita.

No “caso” dos meninos João e Jeso, filhos de Dona Eugênia Ferreira da Silva, a assistente social expediu o seguinte parecer favorável à internação dos seus filhos, a partir da seguinte justificativa:

Família desajustada por necessidade econômica, incapacidade física e ausência de autoridade por parte da chefe da família para educar e manter os filhos menores em estado de abandono em vias de marginalização. Pelo exposto somos favorável (sic) ao internamento.¹⁹

Analisando o discurso do parecer, observa-se a função da assistente social, que, ao encaminhar os meninos para internação da FEBEM, passa a construir uma ideia sobre a sua família, adjetivando-a como *desajustada*, construindo um discurso de poder. Desse modo, ela argumenta as justificativas para internação ressaltando que a “autoridade familiar” estava comprometida por passar por problemas econômicos e pela “incapacidade física” de Dona Eugênia de educar os filhos, pois “não vivia com o esposo”. Desse modo, os argumentos da assistente social estavam pautados na sua ideia de família, que por sua vez foi elaborada a partir da dicotomia *ajustada e desajustada*.

19 PERNAMBUCO. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. *Relatório de Plantão*. 1306. Eugênia Ferreira da Silva. Recife, 1972. Acervo: Fundação de Atendimento (Ano e mês da entrevista não informados).

A ideia de família ajustada estava atrelada à imagem da família nuclear burguesa, composta pelo pai (chefe e provedor da família), pela mãe e pelos filhos. Já a família desajustada não tinha “estrutura” para educar seus filhos, daí o argumento do internamento, pela falta de “autoridade”, o que permite afirmar que a assistente tinha um discurso funcionalista, permeado pela lógica tradicional/conservadora de família, amplamente reproduzido por setores da sociedade da época. O discurso da internação das crianças ainda foi reforçado pelo argumento de que, uma vez desajustada, esta família estava em “vias de marginalização”.

Por sua vez, o discurso sobre o processo de “marginalização” das classes populares foi reproduzido por vários seguimentos sociais e legitimado pela própria instituição acadêmica. Nos anos de 1970 e 1980, vários estudos realizados na área das ciências sociais aplicadas (Serviço Social) defendiam a ideia da marginalidade como uma “patologia social”. O trabalho de Lygia Pereira Edmundo — intitulado *Instituição: escola da marginalidade?* —, representa um exemplo dessa abordagem, uma vez que afirma a questão da marginalidade do *menor* como um problema de ordem política e social e que a própria instituição FEBEM reproduz a prática da marginalização.²⁰

Na procura de construir uma intervenção direta na prática de atendimento, Edmundo defende que o Serviço Social deve ampliar o seu universo de ação, buscando também intervir no universo da família. Seguindo o argumento tradicional, a autora defende que a marginalização que afeta o cotidiano do “menor” é decorrente do processo de migração gerado pelo crescimento urbano-industrial, criando uma “significativa parcela de pobreza”.

Estudos contemporâneos questionam o argumento da marginalização. De acordo com antropóloga Alba Zaluar, em seu livro *A máquina da revolta*, no século XX vários setores da sociedade brasileira construíram o “mito da marginalidade”, que esteve intimamente relacionado à condição de pobre, ou seja, o mito de ser pobre era ser marginal, era estar às margens. Para Zaluar, esse mito fez construir uma “estigmatização das populações pobres”, reforçando ainda mais as “divisões, conflitos e tensões a esta categoria especialmente

20 EDMUNDO, Lygia Pereira. *Instituição: escola da marginalidade?* São Paulo: Cortez, 1987.

heterogênea dos pobres urbanos”.²¹

Desse modo, os argumentos da “marginalização” apresentados pela assistente social permitem afirmar que a sua atuação estava fundamentada numa ideia conservadora não só de família como do próprio conceito de pobreza. O discurso da marginalização foi reproduzido e materializado pelo Estado através de suas políticas públicas e pelas instituições, que fundamentaram e construíam os diagnósticos e ações, classificando os pobres urbanos como *marginais*. Zaluar ainda afirma que:

Ao sublinhar sua dependência em relação aos que dominam a sociedade, maneira de afirmar sua integração à sociedade, afasta-se no mesmo ato a possibilidade de que possuam formas autônomas de organização e pensamento.²²

A autora defende a ideia de que o “mito da marginalidade” foi elaborado pelos “poderes dominantes” para criar uma dependência dos pobres urbanos em relação aos grupos considerados estabelecidos e argumenta que tal mito deve ser desconstruído, uma vez que os “pobres são integrados em todos os níveis da sociedade brasileira” e que “embora marginalizados, não são marginais”.

Considerações finais

Conforme se observa, a atuação das assistentes sociais era estratégica na dinâmica de atendimento às famílias e aos meninos e às meninas que passaram pela FEBEM. É importante destacar que, no caso especificamente dos plantões, as assistentes sociais atuavam como a

21 ZALUAR, Alba. *A máquina da revolta: as organizações populares e a máquina da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

22 Idem, p.44

porta de entrada da população para a FEBEM. Muitos dos meninos e das meninas que passaram pelas unidades de internamento foram inicialmente atendidos pelas assistentes sociais.

Esses relatórios de plantão são documentos indiciários, que trazem micronarrativas sobre os casos atendidos pelas assistentes sociais.²³ Debruçar-se sobre este fundo documental remete aos escritos de Arlette Farge, que fala sobre a importância dos arquivos:

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história.²⁴

Esses relatórios de plantão permitem conhecer as práticas da institucionalização da assistência às crianças e às famílias pobres construídas pelos assistentes sociais que atuavam na FEBEM, em Pernambuco. Esses documentos são fontes para a escrita da história da assistência social às famílias, que procuravam a FEBEM com a finalidade de requerer um serviço do Estado na tentativa de resolver os problemas relacionados às crianças e aos adolescentes dos quais as famílias eram responsáveis.

Os relatórios registram as técnicas, as estratégias, os mecanismos de controle que as assistentes exerciam sobre o público atendido no decorrer dos plantões. São documentos que descortinam os discursos construídos sobre as crianças e as famílias, que muitas vezes eram “enquadrados” em classificações produzidas pelas assistentes sociais.

Ler os relatórios de plantão permite perceber o momento que a criança se tornava um caso. Ao preencher o documento, a assistente social poderia encaminhar a criança ou o adolescente para a FEBEM ou, dependendo da circunstância, para outros setores da assistência social. De acordo com Foucault, a produção das descrições individuais e dos relatos

23 Sobre a documentação indiciária ver: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

24 FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 17

R E V I S T A A N G E L U S N O V U S

biográficos, também representam mecanismos de disciplina e de controle. Registram-se os traços, as medidas, os desvios, tornando a criança ou o adolescente em um “caso”.²⁵

25 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 34. Ed. Petrópolis: 2007.

Nem toda juventude é uma banda numa propaganda de refrigerantes

leituras sobre a juventude teresinense na década de 1970¹

Paulo Ricardo Muniz Silva

Mestre em História do Brasil - Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Instituto Federal do Piauí (IFPI); Faculdade do Médio Parnaíba (FAMEP)

Resumo

A categoria juventude vem crescentemente entrando no campo do historiador como objeto de pesquisa nos últimos anos. O trabalho se apropria de discursos cristalizados sobre os jovens teresinenses no período. Supõe-se que tais discursos – especialmente aqueles veiculados através da grande imprensa – favoreceram tanto a conformação de imagens sociais sobre aqueles jovens quanto a fermentação de arranjos identitários. Aqui toma-se como sujeitos de análise os *hippies* em Teresina durante os anos 1970.

Palavras-chave : Discurso, juventude, hippies, Teresina.

Abstract

The youth category is increasingly entering the historian of the field as a research subject in recent years. The work appropriates crystallized discourses on the Teresina youth in the period. It is assumed that such discourse - especially those served by mainstream media - both favored conformation of social images about those young and fermentation of identity arrangements. Here is taken as analysis of subjects hippies in Teresina during the 1970's.

Keywords : Discourse, youth, hippies, Teresina.

1 Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado Cajuína e Coca-Cola: identidades e estéticas juvenis em Teresina nas décadas de 1970 e 1980, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, financiada pela Capes e orientada pelo Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco.

Nós éramos cabeludos, nós tomávamos banho, nós éramos acadêmicos de faculdade, o pessoal da classe média era cabeludo por opção, ninguém era hippie, ninguém vivia pedindo nada. Quem não trabalhava o pai ajudava. Nesse tempo ninguém usava drogas, mas se pensava porque éramos cabeludos. Tinha um ou outro caso isolado. O meio social que nós vivíamos também... Nós éramos respeitados na cidade como intelectuais que a gente era.

Marcos Igreja²

A sobreposição de discursos foi um dos recursos utilizados por Michel Foucault para indagar sobre as condições de existência da loucura na Idade Clássica³. Com este recurso o autor analisou os discursos construídos sobre a Loucura ao longo do tempo, os quais chegariam ao ponto de objetivá-la como uma categoria histórico-discursiva. E é no interior dessa referência conceitual que a pesquisa aqui desenvolvida se propõe a guiar-se. Ancorando-me no método da sobreposição de discursos, tentarei analisar o que era dito sobre o jovem teresinense na década de 1970, a fim de captar como o jovem era visto, e como ele mesmo se via na cidade de Teresina, no período recortado. Nas prescrições de várias instituições sociais, como a Igreja, a polícia, bem como no interior da família, o “jovem” teresinense era representado de formas diversas e muitas vezes contraditórias.

Os discursos produzidos sobre os jovens em estudo juntam-se àqueles que chamarei de auto-discurso, os quais nada mais são do que um *discurso de si*, discurso sobre si mesmo⁴. Os sujeitos em estudo se apropriavam desses discursos? De que forma? Vestiam-se com as representações que muitas vezes lhes eram impostas através dos meios de comunicação? Ou

2 IGREJA, Marcos. Depoimento concedido a Gezenilde Francisco dos Santos. Teresina, 06 fev. 2003. In: SANTOS, Gezenilde Francisco. Contestadores: revolucionários e libertários em Teresina nas décadas de 60 e 70. 2003. 244 p. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí.

3 FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. 7 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva S. A., Vozes, 1999.

4 Para uma leitura sobre esta temática, ver: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

mais que isso, usavam-nas e deformavam-nas, apropriando-se de diversas formas desses discursos?

Há muito tempo o discurso vem ocupando lugar de destaque em reflexões no âmbito da filosofia, da linguística, da História, bem como dentro do próprio campo, que se pretende autônomo, da “análise de discursos”. Sem me estender na análise teórica dos discursos, parto da compreensão de que os discursos se organizam e se “desorganizam”, mas buscando nova organização e coerência interna para justificar “certezas” constituídas historicamente. Portanto, quem diz o faz a partir de um lugar, para um determinado grupo e sua construção discursiva vem carregada de intenções.

Ao analisar a historicidade do discurso, observa-se a sua acomodação às diversas situações para se estabelecer como ato impositivo, ato de verdade e, quase sempre, ato de força. Daí decorre uma luta pela sua posse, pois, quem se apodera do discurso se apodera do poder e instaura relações assimétricas entre quem profere (detentor de uma “verdade”) e quem ouve (aquele que receberia e aceitaria o que fora dito). É nesse âmbito, que se podem observar, a partir da análise de fontes consultadas, muitas referências em notícias sobre discursos os mais variados sobre a juventude. Em alguns momentos forjada como perdida e alienada, baderneira; em outros engajada, politizada, consciente, e como se esses carregassem em si uma “missão”: modificadores e responsáveis pelo futuro do mundo! E esses discursos formados por vários representantes da sociedade (padres, médicos, políticos, pais, entre outros) são construídos com essa intenção, com essa intencionalidade de verdade, ou de imprimir regimes de verdades.

Michel Foucault, em *A ordem do discurso*⁵, parece levar-nos a crer que estamos submetidos a uma cela ou a uma teia invisível em que nossos movimentos são, sem percebermos, limitados. Trata-se de um texto sobre os mecanismos de controle e de poderes dissimulados na sociedade em que o discurso torna-se um dos métodos preferidos e eficazes de efetivação desse controle.

5 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Colège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

Ao longo do século XX vários foram os discursos construídos sobre a juventude, uma vez que ela tornou-se categoria largamente estudada dentro das ciências humanas e sociais, com espaço para discussões tanto acadêmicas quanto políticas, um exemplo disso são as discussões sobre as políticas públicas para a juventude, tendo a imprensa e a grande mídia lugar de destaque nessas discussões. A mídia, seja televisiva seja escrita, nos dias atuais ou em jornais e revistas dos anos 1970, davam grande destaque à juventude no que toca ao seu comportamento, usos e costumes. A preocupação relativa ao desenvolvimento desta temática dentro da historiografia brasileira tem sido cada vez mais recorrente, devido aos desdobramentos dos estudos sobre a infância, adolescência e juventude como categorias históricas.

[...] no catálogo da ANPUH de 1995, contendo a produção histórica do Brasil relativa às dissertações de mestrado e doutorado defendidas entre 1985 e 1994 junto aos 19 Programas de Pós-Graduação em História, encontramos apenas dois trabalhos sobre juventude. Esta realidade começa a mudar a partir do XXII Simpósio Nacional de História em 2003, quando às discussões sobre infância e juventude são levadas a cabo juntamente, mas as perspectivas de interlocução entre as categorias são ampliadas e atualizadas a partir do XXIV Simpósio, em 2007, sob coordenação das professoras Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Sílvia Fávero Arend. Em 2009, as coordenadoras buscaram abranger ainda mais as possibilidades de intervenção do Simpósio tendo em vista a centralidade que infância, adolescência e juventude apresentam no Brasil e no mundo. Assim, o Simpósio passa a se chamar: Infância, Adolescência e Juventude no Brasil: História e Historiografia.⁶

As discussões sobre juventude giram em torno de dois pontos consensuais, que seriam justamente o critério etário e o sócio-cultural. Groppo⁷ ao trabalhar a juventude como uma categoria social, afirma que as faixas etárias, reconhecidas nas sociedades modernas, sofreram várias alterações no decorrer dos dois últimos séculos.

6 REIS, Antero Maximiliano Dias dos. Juventudes no Brasil ditatorial (1964-1985): aspectos de situação e condição. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 03-04.

7 GROPPPO, Luis Antonio. Juventude: Ensaio sobre sociologia e história das mulheres modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

As atuais pesquisas sobre juventude, que levam em consideração esse objeto a partir do seu viés sócio-histórico, não deixaram a questão etária de lado, mas a utilizam como ponto de partida, e não ponto de chegada, isto é, a partir de um recorte etário complementa-se com análise do componente sócio-histórico e cultural, pois, como definiu Castro⁸, “ao falarmos de juventude estamos falando de pessoas, coletividades e significados em disputa”, ou ainda Marcelo Ridenti⁹, que nos diz que juventude “envolve vários grupos e classes sociais entre as faixas etárias da adolescência e os primeiros anos da maturidade, mas sem limites precisos de idade”. É o viés sociológico utilizando-se de termos da biologia, visando até mesmo uma melhor definição de juventude, uma vez que para alguns, essa categoria seja demasiadamente generalista.

Santana, em artigo apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História, realizado em 2011 em São Paulo, apresentou artigo intitulado “A categoria Juventude na pesquisa história: notas metodológicas” nos traz uma grande contribuição no que diz respeito aos diversos vieses em que a juventude é estudada nas diversas áreas do conhecimento. Entre as áreas de humanidades, passando pelas ciências médicas à psicologia, psicanálise, pedagogia e sociologia, essas áreas abordam a juventude a partir de um ponto específico. Santana coloca que:

As humanidades reconhecem alguns termos como designativos do período de transição entre a infância e a idade adulta. No âmbito das ciências médicas é comum o uso do termo *puberdade*, que se refere às transformações biológicas no corpo do indivíduo. O termo *adolescência* é associado com frequência ao âmbito da psicologia, psicanálise e pedagogia, tendo como referencial as mudanças na personalidade, mente ou comportamento do indivíduo. A sociologia, por sua vez, faz uso do termo *juventude* para designar as funções sociais assumidas pelos indivíduos na sociedade.¹⁰

8 CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude: Reflexões para o debate. 2006, p. 01. Disponível em: <http://www.pt.org.br/site/upload_secretarias/17-0-2006_013-51-54_texto_elisa_guarana_de_castro.doc>. Acesso em: 06/01/2007.

9 RIDENTI, Marcelo. Juventude. IN: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; MEDEIROS, Sabrina Evangelista e VIANNA, Alexander Martins. Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: Idéias, Instituições e Personagens. Rio de Janeiro: Tempo/FAPERJ/Mauad, 2000, p. 266.

10 SANTANA, Márcio Santos de. A categoria juventude na pesquisa histórica: notas metodológicas. Anais do

Assim como Santana fez em seu trabalho, esta pesquisa não visa discutir conceitos de juventude, muito menos propor-se a conceituá-la, mas, antes de tudo, busca fugir do anacronismo, abismo vão em que os historiadores estão sempre à beira. Para tanto se buscará analisar a juventude em Teresina na década de 70 do século XX com os significados que a mesma tinha na época em estudo, pois, como diz Santana, “a adoção de tal operação analítica permite contornar o problema da multiplicidade de significados, assim como reduzir as possibilidades de anacronismo” (Ibid, p. 04). Vale ressaltar que para este primeiro momento desta pesquisa foi eleito, como sujeito histórico ao qual darei maior visibilidade, aquele que a literatura convencionou chamar de *hippie*, por acreditar que este seja um marco identitário para a juventude dos anos 1960 e 1970, não apenas em nível local, mas em todo o mundo. E no Piauí não foi diferente, afirmação que se sustenta pela extensa quantidade de notícias publicadas nos jornais de grande circulação na capital piauiense em que trazem a figura do *hippie* como protagonista em suas matérias.

No começo dos anos 1970, pululavam, no Brasil e no mundo, uma série de ideias e formatos de pensar a respeito de uma parcela da sociedade – os jovens – e suas formas de agir. Ser *jovem*, acima de tantas outras possíveis conceituações, era estar em um lugar etário-psicológico que não lhes permitia mais ter relevadas as atitudes, ao mesmo tempo em que não lhes possibilitava ações pertinentes ao mundo adulto. O que seria, afinal, ser jovem? Para algumas visões da época, diante da insegurança que o futuro poderia causar – especialmente em termos de independência econômica e de *status* social – ser jovem era sentir medo do porvir:

Daí porque a efervescência no meio da juventude, em busca de transformações: o medo está apavorando. Medo de não ter emprego, medo de não se libertar economicamente da família. Medo de não representar alguma coisa. E por conta do medo é que à medida que a juventude vai terminando o curso superior o seu radicalismo é cada vez menor.¹¹

XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 03. Grifo do autor.

11 O MERCADO da juventude. Jornal do Piauí, Teresina, p. 10, 13 fev. 1971.

Embora tal visão se contraponha a outros olhares do período, como os presentes em Heloísa Buarque de Holanda, Zuenir Ventura, Alfredo Sirkis e outros autores, cujas memórias dão forma ao período, essa matéria dá visibilidade à maneira como, em grande parte, a juventude teresinense se enxergava e era enxergada. Exemplificadoras desse argumento é matéria publicada no Jornal do Piauí, em outubro de 1970, que se intitula “Os ideais da juventude”. Nesta matéria, de 10 de outubro de 1970, comenta-se que jovens de uns trinta a cinquenta anos antes (por volta dos anos 20 e 30 do século XX) escolhiam entre seus modelos santos, homens das ciências ou das armas; mas de acordo com uma pesquisa realizada na época, intitulada *Jovens na Europa*, mostrou-se que jovens entre treze e dezessete anos de idade tinham outros modelos a que seguiam, como é o caso de uma jovem italiana, que dizia que:

Quanto a voz gostaria de me parecer com Rita Pavone; quanto a altura, com Christine Kessler, quanto à beleza e bôca, com Virna Lisi, quanto aos cabelos com Brigitte Bardot; quanto ao espírito e humos com Franchi e Engrácia, quanto à riqueza, com o xá da Pérsia.¹²

A matéria continua dizendo que essa seria uma resposta fútil, “com pouquíssimas indicações de amadurecimento, em que si dê importância à inteligência, por exemplo”¹³. Finaliza dizendo que se a mesma pesquisa fosse realizada com “jovens mais velhos”, com idade compreendida entre dezoito e vinte e dois anos, daria um resultado diferente. “Esse resultado, sem dúvida, também iria referir-se a uma ‘devoção social’ – que é o sinal positivo dos tempos que vivemos – mas com interesses mais profundos”¹⁴.

Seja qual for a atuação em que ela esteja engajada, a juventude sempre foi um ideal a se perseguir. A busca pela fonte da eterna juventude não foi deixada de lado. E nada de esperar pelo elixir da longa vida a ser fabricado por alquimistas – o material a ser utilizado é algo bem mais palpável, bem mais próximo do nosso dia-a-dia: os cosméticos. Pelo menos era

12 OS IDEAIS da juventude. Jornal do Piauí, Teresina, p. 06, 10 out. 1970.

13 Ibid.

14 OS IDEAIS da juventude. Jornal do Piauí, Teresina, p. 06, 10 out. 1970.

essa a visão corrente sobre a ideia, o que se confirma quando, no *Jornal do Piauí* de 18 de novembro de 1970, publica-se matéria intitulada “Juventude eterna”¹⁵, dizendo que “a preocupação com a conservação da juventude parece fútil, mas pensando bem não é: que adianta viver cem anos, com todos os achaques e dificuldades da idade? O bom é viver 80, nas condições físicas, digamos, dos 35...”¹⁶, já que, como diz também na própria matéria, “enquanto os sábios não descobrem um meio de eliminar a velhice, de eternizar a juventude (e olhem que os progressos nesse sentido são muitos!) o negócio é se contentar com a possibilidade de retardar a juventude”¹⁷. Seja ela física, seja ela “de espírito”, a juventude sempre atraiu a todos, e ditados populares como “bom era antigamente” nos faz remeter que no passado, quando éramos mais jovens do que somos, as coisas sempre eram melhores.

Quando abordadas discussões sobre os usos do corpo e da sexualidade, é possível pensar que, desde a década de 1960, uma série de elementos, como a minissaia e as pílulas anticoncepcionais, podem ser considerados como novos dispositivos sexuais¹⁸. Nesse sentido, passam a ser uma preocupação de instituições, tais qual a família e a Igreja, a efervescência de doenças venéreas, entre os jovens de diferentes extratos sociais:

Já houve tempo em que a incidência das doenças venéreas era grande nas prostitutas. Mas como os tempos mudaram e elas vão mais facilmente a médicos (por não terem preconceitos), além de cuidados que evitem a contaminação, a sífilis e a gonorréia estão em fase de expansão entre os jovens.

O Dr. Paulo Belfort diz que a grande repressão em termos de sexo, antes do advento da pílula, foi trocado por uma liberdade intensa, mas a desinformação sobre a vida sexual continua dando margem a subprodutos como a gestão em jovens, aumento do aborto criminoso e a própria propagação das doenças venéreas.¹⁹

15 JUVENTUDE eterna. *Jornal do Piauí*. Teresina, 18 nov. 1970, p. 03.

16 Ibid.

17 Ibid.

18 CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

19 DOENÇAS venéreas têm altos índices entre os jovens universitários. *O Estado*, Teresina, p. 03, 22 set. 1972.

Do sexo reprimido ao sexo revelado, cada vez mais recorrente seria tal questão nos discursos a respeito dos jovens. Nesse sentido, o casamento, mais outras vezes, viria aos noticiários: uma discussão sobre o matrimônio após se noticiar um casamento “hippie” que se realizou na Bahia, na igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, ao som de música ao estilo do *iê iê iê*. Fora um casamento de certo modo um pouco diferente do tradicional, uma vez que “os noivos (ele, baterista de um conjunto) foram vestidos a caráter: o nubente de roupa azul, sem gola, camisa amarela e lenço colorido no pescoço; a nubente, sempre um pouco mais sóbria, de véu e grinalda, para conclusões óbvias”²⁰. O padre que realizou a cerimônia “declarou que não havia nada de mais no espetáculo: tudo estava muito correto, não existindo, a propósito, nenhuma proibição da Igreja”²¹. Contudo, a matéria critica o acontecimento com tom de preocupação de que a “moda pegue”, concluindo que “o que hoje estava parecendo estranho, amanhã (santo Deus!) será a rotina nas naves sagradas...”²². A matéria finaliza mais uma vez apontando a degradação do casamento, quando afirma que:

Em matéria de casamento, o mundo está ficando cada dia que passa mais aperfeiçoado, tanto que, não faz muito tempo, noticiou a imprensa, inclusive com flagrantes fotográficos, um casamento “nudista”, com os noivos, os familiares e os padrinhos dos nubentes “convenientemente” nus, como é dos estilos dos adeptos da seita da desaparecida Luz del Fuego²³

Os jovens *hippies*, que impunham a si formas alternativas de viver, apropriaram-se dessa cerimônia e a ressignificaram a partir de suas preferências de vestir e mesmo de ouvir, como no caso das músicas do estilo *iê iê iê* serem a trilha sonora do casamento e causaram repugnância e apreensão dos defensores da cerimônia da forma tradicional. Outro caso aconteceu na Inglaterra, de um casal que não escapou às críticas ácidas do mesmo jornal na mesma matéria, quando noticiou as “fotografias, anteriormente proibidas, do repugnante

20 DEGRADAÇÃO do casamento. Jornal do Piauí. Teresina, 17 jun. 1970, p. 05.

21 Ibid.

22 Ibid.

23 Ibid.

casal de ex-‘Beatles’ John Lennon – Yoko Ono, voltaram a uma galeria de ‘artes’ de Londres, para que todos apreciassem as peripécias da noite de núpcias desse par avergonhado”²⁴. Era uma afronta à moral e aos bons costumes, defendidos pela Igreja Católica, apoiada pela sociedade civil e pela Ditadura Militar, daí podemos concluir a “perseguição” que o jovem casal de hippie passou nas páginas do jornal. Os hippies que serão, a partir dos fins dos anos 1960, protagonistas de grande parte das matérias publicadas em jornais de todo Brasil abordando seus hábitos de viver, que variam do nomadismo ao uso de tóxico.

Os discursos sobre a juventude que serão conformados no Piauí, e no nosso caso principalmente em Teresina, terão, também, não o “movimento *hippie*”, mas sim os hippies, enquanto pessoas individuais, como protagonistas de alguns deles. O uso de drogas, as músicas, o cabelo grande (no caso dos homens) e o uso da mini-saia e/ou o não uso do sutiã (no caso das mulheres) foram temas que muitas vezes estavam ligados aos *hippies*.

Dentre os mais variados discursos que se buscaram construir sobre hippies, em jornais de Teresina, consta uma matéria de junho de 1971, publicada no Jornal do Piauí, intitulado “Hippie! O que é isso?”²⁵. Mesmo o autor da matéria afirmando no início de seu texto não saber o significado da palavra, arrisca-se a definir o que ele chama de “hippismo”, ao declarar nas linhas do jornal que

O hippismo, essa “filosofia” que aí estamos a suportar, constituída de gente maluca, preguiçosa e viciada, não pode deixar nada a desejar na nossa juventude senão o desejo errante seduzindo jovens indefesas que se contagiam sob o efeito de drogas, bem como rapazolas sem formação que às vezes são jogados nas valas dos toxicômanos ou dos homossexuais.²⁶

O jovem *hippie* era visto por uma parte da sociedade de então, de acordo com análise de tais fontes, como pregador de uma filosofia que só tendia à degradação do homem de bem, da família e da moral. Mais uma vez, se imprimia nas páginas de um meio de comunicação um discurso tendencioso que visava construir uma imagem muitas vezes nefasta do *hippie* como

24 DEGRADAÇÃO do casamento. Jornal do Piauí. Teresina, 17 jun. 1970, p. 05.

25 HIPPIE! O que é isso? Jornal do Piauí. Teresina, 09 jun. 1971, p. 08.

26 Ibid.

um sujeito sem responsabilidades (o que seria ter responsabilidade?), que vivia fora dos limites da lei, e que tinham, no uso dos tóxicos e alucinógenos, formas “imorais” e “ilegais” de buscar viver a vida, de pensar o mundo e a sociedade.

Ainda na mesma matéria, o autor se mostra preocupado com o legado que os hippies poderiam deixar à sociedade, uma vez que:

Se andar sujo, despenteado, ocioso e apresentando trajes idiotas fôr por fôrça de uma filosofia que dizem pregar amor, está o nosso mundo condenado ao caos; É muito certa a afirmativa: “quem não trabalha dá trabalho aos outros”. E essa gente que nada faz, que nada diz, que deixará de real na vida prática?²⁷

Havia nos jornais, e em vários outros meios de comunicação, uma disputa que se fazia em várias frentes na formulação de discursos, imagens e representações sobre os jovens hippies. Essa disputa discursiva era reflexo da sociedade da época, onde, de um lado, vivíamos uma Ditadura Civil-Militar que se dizia defensora da moral, dos bons costumes e da religião em defesa da sociedade (uma sociedade autoritária, preconceituosa), e de outro os movimentos juvenis explodiam sob várias formas, seja internamente, seja ao redor do mundo. Fossem em barricadas dos jovens de Nanterre, em Paris, ou fossem nos festivais de música que se realizavam no Brasil, os jovens estavam tomando para si o protagonismo do protesto, seja ele político, seja ele comportamental.

Buscando contrapor a ideia que se difundia sobre os jovens hippies, uma matéria do jornal O Dia, de 18/19 de julho de 1971, trazia um texto copiado de um cartaz colado na Califórnia (EUA) onde fazia uma analogia à aparência e práticas *hippie* com a de Jesus, o Cristo. Modo de vestir, atitudes e ideais que fizeram de Jesus Cristo figura respeitada, admirada e cultuada por cristãos (e entre os que apoiavam a Ditadura e discursos anti-comunistas estava a Igreja Católica), agora fazem-no parecer um sujeito procurado pelas autoridades, cabível de repulsa e um perigo à sociedade. No cartaz, colado numa rua da cidade de São Francisco, Califórnia, encontra-se os dizeres:

27 HIPPIE! O que é isso? Jornal do Piauí. Teresina, 09 jun. 1971, p. 08.

Procurado pela Polícia: Jesus Cristo, aliás o Messias, célebre Chefe de um Movimento de Libertação Clandestino. Procurado pelos seguintes crimes: exercício ilegal da Medicina, fabricação e distribuição de viveres sem patente. Vias de fato contra os Vendilhões do Templo. Associação com criminosos conhecidos, revolucionários e prostitutas. Tem a pretensão de querer transformar os Homens em Filhos de Deus. Aspecto: Tipo “Hippie”, cabelos longos, barba, túnica, sandálias. Frequenta os bairros pobres. Não tem amigos ricos. Tomem cuidado. Esse homem é extremamente perigoso. Quer transformar os Homens e pretende liberá-los.²⁸

Como dito anteriormente, vivemos num teatro social, onde no palco se encontram atores que teatralizavam para a plateia, cuja função é convencê-los, cada um à sua maneira e usando de todos os artifícios que julgarem necessários, que estão certos naquilo que dizem. Sabem o poder que o discurso vencedor tem de transformar o que defendem em verdade. A posse do discurso vencedor é buscada a todo custo, uma vez que significa poder.

Não raro também é encontrar, nos mesmos meios de comunicação que divulgavam matérias de repúdio ao “hippismo”, uma ou outra matéria que trazia um hippie como protagonista do texto. Oportunidade de democratizar as opiniões? Dar oportunidade para que a sociedade possa ter acesso aos dois modos de ver os jovens hippies? No fim, todos têm a mesma intenção: fazer do seu o discurso vencedor, mostrando muitas vezes mais do que “eu estou certo”, e sim “o outro está errado”, já que, a identidade está sempre relacionada à ideia de alteridade, ou seja, é necessário existir o outro e seus caracteres para definir por comparação e diferença com os caracteres pelos quais me identifico.²⁹

Ouvidos pelo jornal *O Dia*, três sujeitos que se diziam hippies e que vinham de Belém do Pará a caminho da cidade de Fortaleza, deram seus pontos de vista sobre a sociedade atual, numa matéria provocativa intitulada *Hippies transitam por Teresina e dizem que cansaram de hipocrisia*.³⁰ Marcelo Sousa, paulista, 18 anos e Antônio Nunes, baiano, 20 anos,

28 JESUS um hippie. Jornal O Dia. Teresina, 18/19 jul. 1971.

29 SILVA, Tomaz (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

30 HIPPIES transitam por Teresina e dizem que cansaram de hipocrisia. Jornal O Dia. Teresina, 24/25 out. 1971.

são os companheiros de João Batista, que tornou-se o porta-voz do grupo. A conversa deu-se em frente à Estação Ferroviária de Teresina, quando os mesmos dividiam um mesmo prato no almoço. João Batista declarou “que estava cansado de tanta hipocrisia e da sociedade de consumo, razão pela qual resolveu tornar-se hippie e percorrer o Brasil, que já conhece de Norte a Sul”³¹. Os hippies que vinham de Belém tinham passado antes por Manaus. Lá foram hospedados por várias tribos de índios civilizados. João Batista é taxativo ao dizer que “são mais hospitaleiros [os índios] do que o pessoal da cidade”³². A matéria trazia ainda a palavra do hippie João Batista dando seu ponto de vista sobre o *hippismo*, mostrando que dentro desse grupo, que alguns querem taxar de homogêneo, existem variações do modo de ver e viver a filosofia do “faça amor, não faça guerra”. O jornal traz a seguinte passagem:

Para João Batista não existem hippies toxicômanos no Brasil, mas apenas grupos isolados de viciados que se infiltram nas comunidades. Ele não gosta de drogas e é a favor da filosofia “Faça o Amor”, mas “com trabalho” – disse sorrindo. “Malandro – acrescentou – não dá ponto esse negócio de sociedade. Tudo é consumo. Chega de tanta hipocrisia e preconceitos. Prefiro viver desligado de tudo, na mais completa liberdade.”³³

O *hippie* que se desenha nas linhas do jornal apresenta-se bem diferente daquele questionado e criticado anteriormente, onde o adjetivo “vagabundo” parecia vir implícito ao nome hippie. João apresenta outra visão sobre o *hippie* e o *hippismo*, uma vez que à questão do uso de tóxicos ele é bem criterioso ao dizer que estes “viciados” não faziam parte do grupo, não estavam pela filosofia à qual acreditavam, mas seriam uma espécie de intrusos. Provavelmente, para ele, seria por causa desses “grupos isolados”, que o hippie trazia em sua alcunha a fama de drogado e vagabundo. O trabalho é outro fator que se apresenta novo na fala de João. Nosso protagonista na conversa não se mostra, como muitas vezes faziam-se pensar, avesso ao trabalho. Embora critique essa “sociedade de consumo” em que vivermos,

³¹ Ibid.

³² HIPPIES transitam por Teresina e dizem que cansaram de hipocrisia. Jornal O Dia. Teresina, 24/25 out. 1971.

³³ Ibid.

cheia de hipocrisia e preconceitos, prima pelo trabalho, mas provavelmente não aquele trabalho também criticado por Marx, que teria como objetivo a mais-valia e o lucro para aqueles que exploram a mão de obra do trabalhador. Defende uma espécie de trabalho para subsistência. A matéria finaliza dizendo que “João Batista gosta de trabalhar e aonde chega vende produtos de couro por ele confeccionado, ‘para não pedir esmolas a ninguém’”.³⁴

Foi apresentada uma nova visão do *hippismo*. Uma nova imagem daquele ser, antes conceituado como vagabundo, drogado, fora, por um próprio hippie, desconstruída, e no seu lugar, proferiu-se um discurso que vinha na contramão dos discursos anteriormente mencionados, visando a construção de uma nova visão sobre os jovens hippies. Um hippie que condena o uso de drogas e que valoriza o trabalho? Era uma nova ideia, uma nova imagem que passava a disputar com as outras que existiam sobre esse ser por vezes “místico”.

Na mesma mão de João, nosso hippie que dizia estar cansado da hipocrisia da sociedade de consumo, é paradigmática a declaração de Thereza, uma garota hippie que taxava a capital do Piauí de careta. O ano? 1972! O porquê da declaração? Thereza, uma paulista de 18 anos, e mais duas amigas, uma da Bahia e outra do Paraná, haviam sido expulsas da cidade.

Teresina é uma cidade quadrada, careta. Não propriamente a cidade. Refiro-me às autoridades repressoras. Não é que fomos ameaçadas de prisão e expulsar da capital do Piauí? essa não! Percorremos os grandes centros urbanos do Brasil e nunca nos aconteceu quaisquer conflitos junto à polícia. Fomos expulsas da cidade. A autoridade detentora nos deu o prazo de 24 horas para a gente sumir de Teresina. Motivo? Maconha? Droga? Não sei o porquê. Teresina, uma cidade careta.³⁵

Essas foram as primeiras palavras à reportagem do jornal O Estado de 10 de agosto de 1972, que taxava Thereza de ter como profissão a “anti-profissão: Hippie”³⁶. Curtir o Brasil sem lenço e sem documento era o objetivo das três garotas que se encontravam em Teresina. Contudo, a aparência das garotas era já um fator que chamava a atenção, uma vez que

³⁴ Ibid.

³⁵ HIPPIE diz que teresinense é quadrado. Jornal O Estado. 10 ago. 1972, p. 07.

³⁶ Ibid.

“enquanto a hippie Thereza conversava, forma um grupo de mocinha que conversam entre si, admirados da cabelos em caracóis da forasteira, principalmente da mini-blusa sem soutien”³⁷. Indagadas do porque da expulsão da cidade, Thereza, que assim como João, se coloca como a porta-voz do grupo diz que o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) havia prescrito que o grupo se separasse no Piauí, temendo, segundo a *hippie*, pela influência que as mesmas poderiam ter sobre a juventude local.

O DOPS entrou em nossa curtição! Temos instruções de nos separar no Piauí. que jeito? Agora cada uma vai curtir a sua. Depois, a gente se encontra no tempo e no espaço. Legal? Tudo isso porque, ontem à noite, a turma parou o trânsito da Praça Pedro II. A autoridade achou que a gente podia contaminar “a juventude do Piauí”. Tem nada não!³⁸

Nas palavras da garota *hippie*, se confirma o esforço pela *preservação da juventude local* pelo ato de se evitar a corrupção que os *hippies* poderiam trazer aos jovens do Piauí. *Contaminar* foi a palavra usada por Thereza, como que se essa escolha de vida fosse vista como uma patologia que se deveria evitar. Na fala da garota, observamos mais uma vez o embate entre os discursos. As autoridades repressoras, na figura do DOPS, representariam a Teresina “quadrada” do título e “careta” da fala de Thereza, que termina a entrevista enfatizando sua visão da cidade pela qual acaba de passar, provinciana e preconceituosa, mas que possuía uma turma também ligada nos ideais e na filosofia pregada pelo grupo, embora de forma pessimista, Thereza acha que ainda esteja longe o estágio da juventude à qual almeja, sendo uma juventude preparada para o mundo que se delinea mais à frente:

Viu como eu sou olhada [referência ao grupo de garotas que a olhava]? Mesmo assim tem uma turma legal em Teresina. Tem essa não, careta! Os coroaos estão errados e a juventude está despreparada para assumir as responsabilidades futuras. Tou na minha bicho! Nada mais.³⁹

37 Ibid.

38 Ibid.

39 HIPPIE diz que teresinense é quadrado. Jornal O Estado. 10 ago. 1972, p. 07.

As notícias que traziam jovens *hippies* como protagonistas eram muitas e variavam quanto ao tema que abordavam. Pode-se supor que vários dos textos jornalísticos que traziam essas pessoas em suas linhas tinham como intuito o de se produzir um discurso sobre os mesmo. Esse discurso muitas vezes era construído sem se dar ouvidos aos *hippies* diretamente ligados às notícias. Uma espécie de medo se formulava no imaginário social⁴⁰ a partir do que era ouvido ou, na maioria das vezes, lido sobre os *hippies* ou o *hippismo*, já que, uma das prescrições às “famílias de bem” é que evitassem o contato com essas pessoas, como indica Frederico Osanan Amorim Lima, quando aponta que:

Aproveitando a grande ‘onda moralizadora’ do governo, famílias conservadoras denunciavam a presença dos hippies na cidade [Teresina] e se pronunciavam contrárias às mudanças comportamentais de uma parcela significativa da juventude teresinense⁴¹.

Corroborando a afirmação acima, Paulo Henrique Vilhena Filho nos traz uma visão da cidade de Teresina em relação à possibilidade da juventude local estar sendo tocada pela filosofia *hippie*, uma vez que esses sujeitos eram vistos, na maioria, como “subversivos” e questionadores do regime então em voga no Brasil:

Em 1972, a cidade de Teresina estava sufocada. Estudantes não podiam andar nas praças públicas. Cabelos longos eram um ícone de subversão. Questionar o sistema e o regime era proibido. Alguns colaboradores desse regime denunciavam os “subversivos” aos órgãos de repressão, numa histeria nacional que ocorreu também no Rio de Janeiro, em Recife, São Paulo, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre e em todas as grandes cidades brasileiras.⁴²

40 Para uma discussão sobre a questão do “imaginário social”, ver: BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: LEACH, Edmund et alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985.

41 LIMA, Frederico Osanan Amorim. *Curto-circuitos na sociedade disciplinar: Super-8 e contestação juvenil em Teresina (1972-1985)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2007, p. 32.

42 VILHENA FILHO, Paulo Henrique Gonçalves de. *A experiência alternativa d’O Estado Interessante no contexto da década de 70*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999, p. 50.

Esse contato nem sempre era possível ser evitado, dando-se de alguma forma, e a praça aparece, nas linhas dos jornais, sendo um dos locais por excelência onde esse contato se dava. Assim como Sudário⁴³ viu a praça como um local preferido por estudantes para que a sociedade ouvisse a voz dos seus protestos nos movimentos estudantis em Teresina de fins dos anos 1970 e durante a década de 1980 (época de estudo que a autora analisa o Movimento Estudantil local), a mesma praça, no caso a Praça Pedro II, localizada no centro de Teresina, configurar-se-á como um espaço, na concepção desenvolvida por Certeau (1994)⁴⁴, onde desenvolviam-se os contatos entre os sujeitos *hippies* e os jovens piauienses.

O jornal *O Estado*, traz uma matéria de dezembro de 1972, onde estampava em seu título que alguns hippies iriam levar moças de Teresina, embora no decorrer das linhas os rapazes envolvidos na história neguem a afirmação e o próprio redator em nenhum momento volta a usar a palavra “levar” e sim afirmava que as moças iriam fugir com os hippies que estavam de passagem por Teresina. Aliás, esse é outro ponto passível de discussão sobre o que se diziam dos jovens hippies e dos jovens teresinenses: os *hippies*, aqueles seres amedrontadores, sempre eram sujeitos de fora do Piauí e que poderiam desvirtuar a juventude local, casta, inocente, à qual era dever das autoridades, e da família, expulsar esses “estrangeiros” da cidade⁴⁵, tornando-a segura e tranquila para que a juventude local pudesse desenvolver-se sem maiores problemas.

Voltando à matéria do jornal *O Estado*, o texto dizia que quatro garotas piauienses iriam fugir com quatro hippies, sendo dois argentinos e dois brasileiros, uma vez que:

Levadas pelo desejo de aventura, quatro moças de Teresina só deixaram de acompanhar dois hippies argentinos, um mineiro e um amazonense porque a polícia foi alertada e ontem os prendeu, no momento em que as jovens e eles se encontravam para iniciar uma viagem “de curtição” pelo Brasil

43 SUDÁRIO, Ana Rosa. Falas, Imagens, Escritos e Risos: uma história e memória do Movimento Estudantil Universitário em Teresina (1979-1984). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2008, p. 108.

44 Para uma discussão sobre “lugar” e “espaço”, ver CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

45 BAUMAN, Zigmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

afora. As quatro moças pertencem, todas, à alta sociedade de Teresina, mas apenas duas foram encontradas pelos policiais, sendo encaminhadas ao Juizado de Menores.⁴⁶

O desejo de aventura, segundo a matéria, teria sido o que impulsionou as jovens teresinenses, todas elas pertencentes à elite da sociedade, como salienta o texto, a seguirem os forasteiros que estavam de passagem pela cidade, uma vez que os jornais, como dito anteriormente, pareciam imprimir aos seus leitores a idéia de que não havia *hippies* piauienses, todos eram de fora e estavam de passagem. A esse desejo de aventura somar-se-ia o desejo de “curtir” pelo Brasil a fora. Dar significação ao termo “curtir” seria tarefa de tentar colocar-se dos dois lados na tentativa de definir o sentido. Curtir poderia ser ao mesmo tempo viver (ou tentar viver) fora das leis da sociedade de consumo, tentar por em prática a filosofia do “faça amor, não faça guerra”, mas por outro lado poderia também ter o sentido de viver de forma alienada da realidade, da ordem e da moral, fora dos padrões impostos pela sociedade, prescrita “desde que o mundo é mundo” e que viver tentando estar aparte dela seria uma transgressão inadmissível. O alerta sobre a fuga fora dado por um advogado de Teresina que seria primo de uma das garotas.

Sabendo que o encontro seria na Praça Pedro II, uma guarnição da rádio-patrolha compareceu ao local, confirmou as suspeitas e prendeu os quatro. Os *hippies* afirmam que estavam de passagem por Teresina e negam que sejam aliciadores de menores (as moças têm entre 13 e 15 anos).⁴⁷

O jornal se posta como porta-voz dos *hippies* que negam tais acusações, contudo não traz as declarações dos diretamente envolvidos. O que diziam esses sujeitos que se vestiam diferente, que pensavam de modo diferente e buscavam agir de forma diferente na maioria das vezes era desacreditada devido a ligação que se faziam crer entre a filosofia pregada pelos *hippies* e uso de tóxicos. O discurso que os seguidores do *hippismo* seriam toxicólogos era apregoadado em vários jornais que traziam em suas matérias referência a prisões de *hippies* por

46 HIPPIES iam levar moças de Teresina. Jornal O Estado. Teresina, 27 out. 1972, p. 08.

47 HIPPIES iam levar moças de Teresina. Jornal O Estado. Teresina, 27 out. 1972, p. 08.

porte de drogas. A palavra “droga” também foi motivo de discussão nas páginas de jornal. Como as palavras mudam de sentido ao longo do tempo, a palavra “droga” também passou a ganhar outros significados além de medicamento.

“Droga” foi por muito tempo uma palavra usada do mesmo modo que “medicamento”, mas nestes últimos anos tem sido considerada de maneira muito desfavorável. Surgiram os viciados, os abusadores de drogas, os “dopados”, os intoxicados. Apareceram e se fundiram as drogas nocivas, os alucinógenos e outras. Passamos a distinguir as boas e as más drogas. E apareceu a confusão, a expressão “drogado” fêz sua entrada”.⁴⁸

A palavra “drogado”, que antes tinha significado único e cristalino, passou a designar àquele que fazia uso de drogas nocivas, tóxicos. “Adquiriu conotações de perigoso, reações secundárias, tráfico ilícito, narcóticos, crimes, *hippies*, revolta da *juventude* – e muitas outras coisas”⁴⁹. Explicitamente a matéria apresenta tanto o *hippie* quanto jovens “revoltados” como usuários de drogas ou, na mesma mão da ideia defendida, busca-se construir um discurso de que a droga (agora sinônimo de tóxico) poderia ocasionar condutas desvirtuantes. A palavra passa a ser usada em sentido pejorativo, tanto que, como traz ainda a matéria em suas linhas finais, “até como insulto já tem sido usada: ‘Que droga de homem!’ ‘Que droga de escola!’”.⁵⁰

Levantava-se nos jornais a bandeira anti-droga, mal esse que estava levando a juventude mundial à perdição, em matérias que abordavam tanto o que era cada droga como seus efeitos. A maconha, nos anos 1970, dividia o protagonismo dos tóxicos entre os jovens com a LSD. Em “Dúvidas sobre a maconha”⁵¹, o *Jornal do Piauí* trazia uma matéria que iniciava com o depoimento de jovens que usavam drogas. Um primeiro garoto que, incentivado a usar maconha havia passado a trabalhar para o tráfico, e outro que após usar LSD jogou-se da janela de sua casa, no sexto andar de um prédio.

48 NÃO FALE de droga, fale de medicamento. Jornal O Estado. Teresina, 28 jan. 1973, p. 06.

49 Ibid.

50 Ibid.

51 DÚVIDAS sobre a maconha. Jornal do Piauí. Teresina, 09 set.1971, p. 03.

ESTAS E MUITAS OUTRAS tragédias constam do livro “Explosão da Juventude”. Ídolos da música popular como Brian Jones, Jimi Hendrix, Janis Joplin e Jim Morrison morreram, por coincidência aos 27 anos – todos destruídos pelas drogas. Começaram pela maconha. Por isso, o mundo mobiliza-se para enfrentar o repto assustador.⁵²

Em “Campeia a Maconha”⁵³, o mesmo jornal, traz a alerta em suas páginas mostrando que o número de jovens que vêm usando a maconha tem crescido dentro da cidade, cabendo, nas palavras do jornal, não apenas a campana da polícia, mas a vigilância devia começar ainda no lar. O jornal ainda traz alerta para os locais onde pode se encontrar os viciados, “lugares ermos da cidade, notadamente nas áreas da estrada da Socopo, da BR-316, rumo a Demerval Lobão, e outros pontos assim, onde casais são reunidos para o uso da desgraça branca”⁵⁴. A matéria finaliza mostrando a indignação que o Jornal exprime frente a esse problema que vem crescendo na sociedade teresinense com o uso por “jovens desapercibidos da terrível droga que é a maconha”:

O JORNAL DO PIAUÍ, que não tem desejo de participar de campanhas como registro policial, apontamento de toxicômanos e outros de caráter prejudicial à sociedade, vai, daqui por diante, se colocar em vigília diante do último problema, ficando de alerta para dar ajuda total às autoridades.⁵⁵

Este poderia ser um assunto isolado, deixando um problema que poderia ser visto como particular nas mãos apenas dos que estão diretamente ligados a eles, não fosse uma dupla visão: a de que o problema dos tóxicos pode afetar a qualquer um, visto que são mais variados possíveis os locais onde se encontram a droga, como também o uso desses tóxicos por pessoas da mídia, sendo, em grande parte dos noticiados, artistas.

As mortes recentes de ídolos da música popular norte-americana, em virtude do consumo de drogas, põe em relevo mais uma vez a gravidade deste problema. A fama dessas vítimas que se tornaram

52 Ibid.

53 CAMPEIA a maconha. Jornal do Piauí. Teresina, 09 out. 1970, p. 05.

54 Ibid.

55 Ibid.

mundialmente conhecidos através do disco e da televisão obrigou a que se pensasse nos milhares de anônimos que perecem anualmente sob o efeito de alucinógenos.⁵⁶

O problema das drogas estando atingindo principalmente os jovens resultou em vários discursos de autoridades com a finalidade de criar programas que visasse o fim do acesso ou pelo menos a diminuição ou dificuldade para que “os mais jovens caiam no triste vício dos tóxicos”, como salientou o Ministro da Saúde do Brasil, Prof. Rocha Lagoa, ao lançar uma campanha que visava não apenas prender o viciado, mas também impedir a circulação da droga. Essa campanha, em nível nacional contava ainda com a colaboração do jogador de futebol Pelé e do cantor Roberto Carlos.

Na França, o Secretário de Estado para a Juventude e Desporto propôs a pena de morte para os traficantes dessas drogas ilícitas, uma vez que o uso destas traz não apenas mal à vida em particular da pessoa, mas de todo o país⁵⁷. O Departamento de Estado Americano declarou que foram detidos numerosos jovens de seu país, no exterior, por estarem implicados em atividades ligadas com drogas proibidas. O desejo, para que se diminua o acesso de jovens, tidos nas matérias analisadas como os usuários dessas drogas, uma vez que não se fazia referências a pessoas adultas usando das mesmas, é que “além da vigilância do Departamento de Polícia, é imprescindível que se faça na imprensa, nas escolas, no rádio e televisão, corajosa e inteligente ação de propaganda, explicando os perigos que se escondem no uso dos tóxicos”.⁵⁸

O discurso veiculado à mídia sobre a ligação drogas-*hippie* ganhou destaque mais uma vez no jornal *O Estado*, no ano de 1973 quando o mesmo noticiou a prisão de dois jovens hippies na cidade de Floriano (PI), por portarem maconha. O que mais chama a atenção na matéria não é apenas a prisão dos “maconheiros”, como são chamados os jovens na matéria, mas o tratamento a eles dispensados após a prisão:

56 LUTA contra os tóxicos. Jornal do Piauí. Teresina, 17 nov. 1970, p. 03.

57 SALVE-SE a juventude. Jornal do Piauí. Teresina, 20 out. 1970, p. 05.

58 Ibid.

Conduzindo 1 quilo e 400 gramas de maconha, que adquiriram em Imperatriz, no Maranhão, os HIPPIES Leonan Ayon Ranulph Quintiliano, de 19 anos de idade, natural do Rio Grande do Sul, e Rodolph Calenda Di Tavani, de 22 anos, natural do Rio de Janeiro, foram presos pela polícia de Floriano e transferidos para Teresina. Aqui, foram entregues à DOPS para terem suas cabeças raspadas, tratamento que o delegado Astrogildo Sampaio reserva aos maconheiros.⁵⁹

Cabia então ao Departamento de Ordem Política e Social, que fora criado para manter o controle do cidadão e vigiar as manifestações políticas na ditadura pós-64 instaurado pelos militares no Brasil, a função de tomar conta dos detidos e aplicar-lhes as punições que se achavam devidas. Além do fato da “punição” aos hippies com o corte dos cabelos, chama a atenção para o fato de naquele momento, no instante em que estavam sendo detidos e que seriam punidos pela polícia, os dois jovens tomam uma atitude até o momento ainda não vista nas matérias referentes a hippies: os dois se dizem arrependidos de vida que vinham levando e garantem querer voltar à vida que tinham antes de decidirem tornar-se *hippies*: “Randolph, o mais velho, disse que cursava o terceiro ano de engenharia, deixando os estudos para percorrer o mundo, mas declarou-se arrependido e disse que pretende voltar à faculdade. Seu companheiro também manifestou arrependimento pelo modo de vida que vinha levando”.⁶⁰

59 HIPPIES presos com maconha em Floriano. Jornal O Estado. Teresina, 31 mai. 1973, p. 01. Acervo pessoal de Paulo Ricardo Muniz Silva.

60 SALVE-SE a juventude. Jornal do Piauí. Teresina, 20 out. 1970, p. 05.



Imagem ori: Hippies presos em Floriano-PI e levados ao DOPS

É no esforço de opor-se a essa maneira de se portar de alguns jovens, e diante do medo de que se espalhem cada vez mais práticas desviantes como as acima descritas, que discursos oriundos da própria juventude teresinense foram produzidos, buscando afastar para longe de si ideais de uma “falsa juventude”.

O jovem é um irrequieto. É um pensante. É um apaixonado pelas coisas da vida. É um idealista. É um líder. A juventude mora no coração das coisas da alma e do mundo. Ser jovem é participar da vida dos moços. É comungar com suas idéias. É idealizar. É produzir.

[...]

Somos jovens. Somos brasileiros. E confiamos na juventude do nosso país. Mas repelimos inexoravelmente os falsos jovens, os propaladores de falsos ideais, das filosofias vazias. Queremos e cremos na conscientização jovem deste país imenso!⁶¹

A postura física e as vestimentas dos jovens também se apresentam, nesse momento histórico, como importantes elementos de captura social. Em outubro de 1972, o jornal teresinense *O Estado* noticia que estudantes do Grupo Escolar Governador Arlindo Nogueira teriam sido suspensas por não usarem *soutien*. A medida, tomada como absurda pelas alunas, era contraposta pelo motivo do calor causado por essa vestimenta, bem como por considerarem o *soutien* um artefato “cafona”⁶². Antes disso, nesse caso em relação aos homens, no dia 24 de agosto de 1971, o *Jornal do Piauí* tratava do assunto referente aos cabeludos. Em nota transcrita de “O Jornal”, do Rio de Janeiro, focalizava a discussão sobre o uso dos cabelos longos e o acesso desses sujeitos às escolas. A matéria fazia referência à proibição do acesso a uma escola estadual do Rio de Janeiro por sujeitos que usassem cabelos longos e/ou fossem barbudos. Fundamentados num discurso que baseava-se tanto na higienização e civilidade que estaria apregoada aos não-cabeludos, quanto à questão do protesto comportamental que vinha no bojo do uso dos cabelos grandes. O diretor da escola “proibiu a entrada de alunos cabeludos e barbudos, alegando que com seu aspecto poderiam afetar a disciplina escolar”⁶³. Mais uma vez, visando a não influência (maléfica, danosa) desses sujeitos, que pela descrição física poderiam se encaixar na fisionomia descritiva referente aos hippies buscava-se cortar uma possível ligação entre os cabeludos e o restante do aluno, num tom de que a “juventude de bem” deveria ser preservada, uma vez que “a extravagância, a aberração da conduta normal, é sinal de mau gosto, de deteriorização das marcas da civilidade”⁶⁴. O texto traz a ideia ainda de que a inclinação para o “exótico”, expresso em cabeleiras, barbas e bigodes traz em si a sugestão da contestação. Uma contestação, um protesto que, na mão do político-partidário,

61 A JUVENTUDE na comunidade. *Jornal do Piauí*, Teresina, p. 06, 07 abr. 1971.

62 COLÉGIO não quer alunas sem “soutien”. *O Estado*, Teresina, p. 01, 30 ago. 1972.

63 CABELUDOS. *Jornal do Piauí*. Teresina, 24 ago. 1971, p. 07.

64 CABELUDOS. *Jornal do Piauí*. Teresina, 24 ago. 1971, p. 07.

ataca pela frente do comportamento, tão a gosto de sujeitos como os cabeludos. Em nome de uma ordem decente e higiênica, tranquilizam-se pais e professores sugerindo a obrigação de que, pelo menos nos estabelecimento de ensino oficial, seja aderido “o corte de cabelo à moda dos alunos de colégios militares”, cabendo a transgressão dessa ordem a possibilidade de ficar marginalizado dos estabelecimentos de ensino.

Quando da realização de dois shows em Teresina no ano de 1972, o “rei da juventude”, Roberto Carlos, quando indagado sobre a questão do uso dos cabelos grandes, afirmou ser esse um assunto muito pessoal. Sobre um boato, que se mencionou na matéria do jornal *O Estado*, de 07 de dezembro de 1972 de que, a partir do dia 1º (de janeiro de 1973), estaria sendo proibido o uso de cabelos compridos pelos homens, Roberto Carlos disse não ser verdade, e que nem mesmo com pedidos cortaria sua cabeleira. Roberto Carlos disse que “o cabelo é um negocio muito pessoal e mesmo se recebesse pedido para cortá-lo, não o faria porque às vezes ocorrer que ‘um negócio pessoal é muito mais importante que um pedido de uma pessoa querida’”⁶⁵.

O que vemos agora é a formulação de um novo discurso sobre o mesmo tema: o cabelo, ou o seu uso, em maior tamanho por homens. O que antes era descrito como uma forma anti-higiênica, de protesto ou mesmo anti-civilizado, passa, nas palavras de uma personalidade pública, com acesso livre entre os jovens brasileiros, a ganhar outra conotação: a questão tanto estética quanto de prazer pessoal, denotando um vínculo identitário com tal elemento. Roberto Carlos diz: o cabelo é meu! Gosto dele assim e nada nem ninguém faria cortá-lo. Contudo, a ele é permitido essa contraposição aos valores sociais tradicionais, enquanto que, nas ruas das cidades grandes ou pequenas, sejam os grandes centros como o Rio de Janeiro, seja longe demais das capitais, como Teresina, o cabeludo torna-se *persona non grata* dentro da sociedade, como aquele que agride a moral ou a ordem social e torna-se uma má influência a outros jovens.

65 ROBERTO CARLOS contra a proibição de cabelos longos. Jornal O Estado. Teresina, 07 dez. 1972, p. 07.



Imagem 02: Capa do disco “Roberto Carlos”, de 1972.

O Roberto Carlos que aparece na capa de seu *long play* de 1972 não é muito diferente do jovem cabeludo preso em Florianópolis e que iria ter sua cabeleira raspada pelo DOPS em Teresina. O que os tornam tão diferentes para que a mesma “premissa social e policial” não seja aplicada ao rei do *iê iê iê*? Ao rei da juventude? Ambos transpõem a “ordem normal” da sociedade, contudo essa pseudo-lei atinge apenas em escala micro, isto é, sujeitos a quem pouco é dada o direito da fala, de expor seus ideais. À sua imagem são colados adjetivos, como de *hippies*, e práticas como a de usuários de tóxicos.

Essa prática também foi trazida a primeiro plano no jornal *O Dia*, dois anos antes, quando em 1971 comentava-se sobre a *Ascensão sem queda de cabelos*⁶⁶, onde abordava não apenas o uso do cabelo comprido pelos homens, como também o corte curto em mulheres. Ele traz à tona a questão da sexualidade. Havia alguma inclinação social com a escolha do corte (ou não corte) do cabelo? Estaria havendo uma *feminização* do homem ou uma *masculinização* da mulher?

Um rapaz que use cabelos longos tem problemas de ordem sexual? A maioria dos psicólogos norte-americanos que se debruçam sobre o problema acha que não. Em diferentes épocas da História, os homens quase sempre usaram vastas cabeleiras. Os cabeludos de hoje, com suas barbas e melenas, as

66 ASCENSÃO sem queda de cabelos. Jornal O Dia, Teresina, 04/05 jul. 1971.

môças de cabelos curtos ou longos, estão na verdade desfraldando bandeiras que anunciam grandes modificações sociais para o futuro.⁶⁷

Com a ideia de que a linguagem dos cabelos seria uma forma de comunicação, de fala da época, a matéria mostrava um discurso diferente sobre o uso dos cabelos longos. “Os jovens de 1971 estão de cabelos compridos não como símbolo de feminização, mas um protesto de grupo contra o *Establishment*.”⁶⁸ Isso aparece claramente no fato de que encontramos tais estilos mais predominantemente em grupos como os hippies, adolescentes ou universitários”.⁶⁹

Hippies, adolescentes e universitários seriam, segundo a matéria, os grupos por excelência onde se encontraria esse protesto por meio do corpo, mais especificamente por meio do cabelo comprido. Entretanto, a questão do tamanho do cabelo variaria dependendo de diversos fatores, como por exemplo, o tempo e/ou mesmo a cultura em que os sujeitos estejam inseridos. O cabelo grande estaria representando subversão à ordem, civilizatória ou higiênica, nos anos 1960, 1970 e 1980 no Brasil, uma vez que inseridos numa conjuntura específica de uma ditadura para além de seu caráter militar, mas que tinha amplo respaldo, em seu início, da sociedade civil e da igreja, que haviam absorvido os discursos que davam sentido pejorativo ao cabeludo, como de feminização do homem, ou mesmo caindo sobre ele alcunhas como maconheiro, vagabundo, ou *hippie*. Contudo,

Verificamos que na maioria das culturas o corte dos cabelos geralmente simboliza outros acontecimentos que nada têm a ver com identificação sexual. Uma conotação cultural constante do corte dos cabelos diz respeito aos costumes de luto de certos grupos sociais, em que o viúvo assim

67 Idem.

68 Designa uma elite social, econômica e política que exerce forte controle sobre o conjunto da sociedade, funcionando como base dos poderes estabelecidos. O termo se estende às instituições controladas pelas classes dominantes, que decidem ou cujos interesses influem fortemente sobre decisões políticas, econômicas, culturais, etc., e que portanto controlam, no seu próprio interesse e segundo suas próprias concepções, as principais organizações públicas e privadas de um país, em detrimento da maioria dos eleitores, consumidores, pequenos acionistas, etc.

69 ASCENSÃO sem queda de cabelos. Jornal O Dia, Teresina, 04/05 jul. 1971.

simboliza a morte de sua esposa. E o costume de cortar os cabelos como sinal de luto se aplica indiscriminadamente a homens e mulheres. Mas o problema do corte dos cabelos tem outra relevância além das culturas primitivas e exóticas. Nos Estados Unidos, antes da Primeira Guerra Mundial, os homens usavam longas costeletas e bigodes. A moda dos cabelos curtos é um fenômeno associado com o “corte militar” em voga durante a Guerra, estilo que foi, depois do conflito, transferido à população civil. E os cabelos curtos surgiram também para as mulheres “emancipadas” na década de 1920, junto com as saias curtas.⁷⁰

O comprimento dos cabelos também pode ser visto como produto de uma evolução relacionada com o que se chamou “conflito de gerações”, isto é, o aumento da distancia cultural entre as gerações em consequência das rápidas mudanças sociais que se vinham ocorrendo em todo mundo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, época em que é tida como a do surgimento da juventude, ou quando este grupo ganha espaços quando o capitalismo passa a olhá-los como potenciais consumidores, passando a produzir um verdadeiro mercado para a juventude.⁷¹ Cabelos longos e barbas entre os rapazes, jeans ou roupas simples entre as garotas refletem atitudes sociais e são símbolos de identificação social. A partir da década de 1950, viveu-se um momento de expressiva ascensão jovem que tem início nos Estados Unidos, principalmente, entre a classe média e alta, período em que “a cultura juvenil tornou-se dominante nas economias de mercado desenvolvidas”⁷².

Na análise de matérias de alguns jornais em circulação em Teresina na década de 1970 podemos ver que houve a tentativa de ser colar algumas características a uma parcela da juventude teresinense da época à qual demos maior ênfase: os *hippies*. Jovens que muitas vezes saíam de suas casas, de seus estados natais, do seio de suas famílias, para andar pelo Brasil, e algumas vezes a América Latina, em busca de uma nova forma de viver devido a uma nova forma de olhar a vida, a sociedade e o mundo em geral, isto é, seguir a filosofia do hippismo.

70 ASCENSÃO sem queda de cabelos. Jornal O Dia, Teresina, 04/05 jul. 1971.

71 Na coletânea intitulada História dos Jovens (LEVI; SCHIMITTI, 1996), os autores argumentam que não foi propriamente a juventude como uma noção socialmente conhecida que “nasceu” na modernidade, mas uma determinada noção de juventude resultante da experiência juvenil burguesa.

72 HOBBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991). 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 320.

A liberdade sexual, o trabalho, as relações entre as pessoas eram temas comuns do cotidiano desses sujeitos.

Contudo, esses sujeitos eram vistos como *persona non grata* na cidade pelas instâncias normatizadoras, uma vez que à sua imagem foram coladas algumas características com as quais o Estado, a Igreja e a Família não queriam que os seus jovens fossem afetados. O hippie como sujeito e o uso do cabelo grande como prática foram marcantes no período e alvo das críticas, análises e prescrições sociais das instituições antes mencionadas. Como Edwar de Alencar Castelo Branco⁷³ ratifica, “o cerco aos cabeludos, aparentemente banal, marcou decisivamente a vida das pessoas na virada dos anos sessenta para os anos setenta”.

O jovem nos era mostrado nos jornais, a partir de vários discursos formados sobre eles, como sujeitos que mereciam uma atenção especial. Esta atenção se justifica pelo crescente número de jovens *hippies* na cidade de Teresina, mesmo que estivessem apenas de passagem pela capital. A intenção era minar o contato dos nossos jovens com esses “subversivos”, normalmente vistos como sujos, vagabundos e drogados.

Por outro lado havia a construção, por parte dos jovens, de discursos que remetiam a eles mesmos. Se as instituições normatizadoras buscavam qualificar o jovem, ou melhor, determinar suas práticas, em busca de uma boa conduta social, os jovens que aparecem nas matérias dos jornais tinham uma visão distinta das que eram popularizadas nas páginas dos jornais. Buscavam assim, quando a estes eram dadas oportunidades de ter espaços nesses meios de comunicação, para além da construção de uma identidade, mas esquivar-se desses discursos muitas vezes preconceituosos. Os hippies iam muito mais além de “cabeludos”, “sujos”, “vagabundos sem trabalho”, como diziam aquelas instituições. Eram sujeitos que traziam no pensamento e no corpo a filosofia da qual acreditavam.

Podemos concluir que, entre as décadas de 1960 a 1970, houve um processo de *captura social* por meio de instituições como a família, a Igreja e o Estado na formulação de discursos que visavam à construção de imagens estabilizadas, representações, identidades juvenis, ao tempo em que se observa, concomitantemente, uma tentativa de *fuga identitária*,

73 CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005, p. 91.

uma vez que o jovem se contrapõe a esses valores sociais tradicionais e forjando-se a si mesmo, sobre sua própria perspectiva.⁷⁴

Estes jovens tinham Teresina para além de seu lar. Usavam-na e deformavam-na de acordo com seus interesses. A cidade era vivida e praticada em vários ambientes. Alguns bares destacaram-se entre os anos 1970 e 1980 como espaços de atração de uma parcela da juventude teresinense, como disse Edmar Oliveira, “os bares são as únicas coisas boas que se tem por aqui. Deixe escorrer a última gota de cerveja pra nós dois, do rum pro Durval, e da Coca-Cola pra abstinência do Galvão”⁷⁵.

As falas presentes nessa pesquisa, ao somarem-se aos discursos forjados nas páginas dos jornais, fossem os de grande circulação, fossem os que se convencionaram chamar “jornais alternativos”, evidenciaram (e evidenciam) os constantes debates em torno de práticas juvenis teresinenses nas décadas de 1970 e 1980, marcados, por um lado, por uma forte busca de captura social pelos mais diversos setores, como a Igreja, o Estado ou família, acompanhado, em contrapartida, por diversas táticas de *fuga* dessa captura, ocorrendo muitas vezes a partir das micrologias do cotidiano, de práticas ordinárias, forjadas no interior de gestos que visavam a não conformação com quaisquer normas identitárias que se buscavam vincular à juventude, no caso a teresinense.

74 Sobre captura social e fuga identitária, ver CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.

75 OLIVEIRA, Edmar. Meu Amigo Paulo. O Estado. In: Suplemento Dominical Estado Interessante. Teresina, 26 de Março de 1972, nº1, p.05.

**“Ninguém manda nestas crianças?”
a educação escolar em foco na revista *Realidade*¹ (1966-1970)**

Sílvia Maria Fávero Arend

Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Juliana Bender Ribeiro

Graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Resumo

A revista *Realidade*, publicada pela Editora Abril, entre os anos de 1966 e 1976, destacou-se dentre os periódicos mensais publicados no Brasil no período. Neste artigo centramos a análise nas reportagens relacionadas à educação infantil publicadas na revista *Realidade* entre os anos de 1966 e 1970, as quais difundiam as abordagens inovadoras do campo pedagógico vigentes nos Estados Unidos e da Europa. Almejava-se a modernização da educação escolar brasileira através de questionamentos das diretrizes do ensino tradicional.

Palavras-chave história, imprensa, infância, educação escolar, Revista *Realidade*.

Abstract

The magazine *Realidade*, published by Editora Abril, between the years 1966 and 1976, stood out from the monthly periodicals published in Brazil in the period. In this article we focus on analyzing the reports related to child education in *Realidade* magazine published between the years 1966 and 1970, which diffused innovative approaches to teaching field existing in the United States and Europe. The magazine longed to modernization of Brazilian school education through questioning the guidelines of traditional teaching.

Keywords history, press, childhood, schooling, *Realidade* Magazine.

1 Este artigo é parte de uma investigação mais ampla denominada “Um país impresso entre culturas políticas e sociabilidades – revistas semanais, projetos sociais e memória histórica no Brasil (1964-1990)”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Edital Universal 014/2011.

Introdução

Educação sexual no ensino escolar primário, parto, pílula anticoncepcional e as práticas sexuais durante o período da juventude foram temas bastante frequentes nas reportagens da revista *Realidade*, motivo pelo qual ela foi considerada “transgressora” no momento em que apareceu no mercado editorial brasileiro. Publicada pela Editora Abril Cultural entre os anos de 1966 e 1976 mensalmente, a revista apresentava as seguintes características quanto à sua apresentação: extensas reportagens; em cada edição o sumário das produções dividido em seções que variavam de mês para mês; cartas esporádicas do próprio diretor da Editora Abril, Victor Civita, aos leitores e leitoras; cartas dos leitores e leitoras ao diretor (presentes em todas as edições); e propagandas variadas.

As reportagens principais, em grande maioria, eram escritas tendo em vista a perspectiva da narrativa literária. Aderiu-se aos travessões, ao detalhamento das personagens envolvidas e a um roteiro bem estruturado, com começo, meio e fim – assim como nos contos. As grandes imagens (fotografias e/ou desenhos) eram importantes elementos de elucidação da linguagem escrita. Estas imagens chegavam a ocupar páginas inteiras e traduziam, à maneira da revista, o que estava sendo publicado.

O impresso, portanto, inovou os padrões de escrita, bem como os assuntos debatidos e a “arquitetura” visual das reportagens. Por outro lado, figurou como uma revista que precisava, constantemente, lidar com apreensões de exemplares a pedido do Juizado de Menores por considerá-los “imorais”, “impróprios” e “eróticos”, ao passo que negociava e mantinha sua produção ao realizar amplas reportagens sobre a vida e carreira dos presidentes eleitos naqueles anos. Exaltava-se a simbologia destes importantes personagens políticos enquanto diversas matérias, sorrateiramente, manifestavam e debatiam as controvérsias dos governos, a falta de comprometimento com a educação no país na época e a escassa liberdade individual quanto às manifestações no campo da sexualidade de crianças, jovens e adultos.

Todavia encontrar exemplares físicos deste periódico foi bastante difícil. Além da revista não estar disponível no formato digital, os exemplares existentes para compra se

concentram em poucas cidades, tal como, São Paulo, em especial nos grandes sebos. As coleções também não costumam estar completas; a maioria dos vendedores possuem edições aleatórias, dificultando análises de forma sequencial, assim como a formação de volumes (ao todo foram publicados onze destes) com os doze números (foi lançada uma edição por mês exceto no primeiro e último ano de existência da revista).

Possivelmente em função da dificuldade de aquisição deste impresso, poucos estudos foram produzidos tendo a revista *Realidade* como fonte documental principal. Faro² e Ferreira³ podem ser citados como os raros nomes que se enquadram neste cenário e são utilizados neste artigo como bases fundantes no que concerne à discussão do processo de produção editorial e da manipulação/formulação das reportagens do referido impresso.

Este artigo analisará como a revista *Realidade* posicionou-se frente a temas referentes à educação infantil no Brasil entre os anos de 1966 e 1970 relacionando-os ao contexto político autoritário que prevalecia no país naquele momento. É importante lembrar que desde 1964 a população brasileira estava sob a égide de um regime ditatorial capitaneado por generais do Exército. A produção de discursos sobre a infância pelo Estado brasileiro, neste viés, foi pautada em grande parte na supressão das liberdades individuais e na contenção dos considerados menores de idade pobres, vistos como “problemas sociais”. Estas medidas iam de encontro às propostas veiculadas na revista *Realidade*, influenciadas por correntes pedagógicas provindas dos Estados Unidos e da Europa que favoreciam a autonomia e a liberdade de crianças e jovens.

Para a confecção deste artigo foram utilizadas 45 edições de *Realidade* publicadas entre os anos de 1966 e 1970. As reportagens da seção “Educação” e que tematizavam o ensino escolar de meninos e meninas de 0 a 15 anos foram selecionadas.

No começo do século XX a produção de um discurso no campo da Pedagogia tomou vulto no Brasil. Contava-se com a adaptabilidade infantil, ou seja, com a vontade consciente

2 FARO, J. S. *Realidade 1966-1968: Tempo de reportagem na imprensa brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em <http://www.jsfaro.net/>Acesso em: 4 set. 2014.

3 FERREIRA, T. S. *Revista Realidade: Gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-1968)*. Niterói, 2013. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense.

de alunos e alunas em quererem aprender. Esta alteração no campo pedagógico não ocorreu apenas nas camadas sociais mais altas da sociedade brasileira. Pois, se o considerado “menor” necessitava de amparo social e se nele ainda fundia-se a imagem de criança pobre e carente, políticas públicas deveriam auxiliar esta nova ressignificação por meio de ferramentas educacionais.⁴ Abreu e Martinez alegam que programas voltados à democratização da escola pública e à difusão do ensino às crianças de classes subalternas efervesciam naquele período, porém foram redimensionados na década de 1960.⁵

Desde o início do século XX reivindicou-se no Brasil a criação de instituições educacionais gratuitas e obrigatórias, além da instituição de aparatos assistenciais coesos e eficientes no trato de crianças e adolescentes. O que se sucedeu durante a ditadura militar certamente não foi ao encontro destes clamores. Tornaram-se impossíveis e inviáveis estas propostas, prevalecendo a implantação de normativas repressivas.⁶

Segundo Oliveira, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi o fio condutor que abrangeu os elementos ideológicos e as diretrizes políticas e econômicas dos programas governamentais.⁷ Sob o binômio *segurança e desenvolvimento*, o governo militar preocupou-se, em primeira mão, com a ordem e a estabilidade do país através do combate ao comunismo e de quaisquer movimentos sociais que dele resultassem. Como fonte de legitimação do

4 O historiador Fernando Londoño afirma que até o século XIX, o conceito de menor era utilizado como sinônimo de criança, jovem ou adolescente. Posteriormente, este adquiriu a conotação de uma determinação etária no plano de responsabilidade sobre penalidades legais. O autor infere que foi a partir da década de 1920 que essa palavra no Brasil começou a ser identificada dentro de um referencial da criança perante a “situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil, jurídica e os direitos que lhes correspondem”. LONDOÑO, F. T. A Origem do Conceito *Menor*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992. p.129.

5 ABREU, M.; MARTINEZ, A. F. Olhares sobre a Criança no Brasil – Perspectivas Históricas. In: RIZZINI, Irene. *Olhares sobre a criança no Brasil – Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária USU, 1997. p. 19-39.

6 RIZZINI, I. Crianças e Menores: do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. In: PILLOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). *A Arte de Governar Crianças*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, Ed. Santa Úrsula, Anais Livraria e Editora, 1995. p.152.

7 OLIVEIRA, R. S. Ensaio sobre ditadura, democracia, liberdade e criminalidade no Brasil republicano. *Revista Históriae*, v.3, n.2, p.246-257, 2012. <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3160>> Acesso em: 4 abril. 2014.

sistema, necessária para sua aceitação na sociedade, a democracia tornou-se o bem maior de uma população que deveria sacrificar seus anseios e liberdades individuais em prol do bem-estar comum. Encontra-se aí, a principal justificativa para a “contenção dos considerados menores”: era preciso manter a ordem social.

A origem da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964, criada como substituta do antigo e considerado deficiente Serviço de Assistência ao Menor (SAM), exemplifica políticas sociais que defendiam a reintegração social de crianças e jovens consideradas infratoras por meio de métodos socioeducativos, mas que se sustentavam, de fato, em ações repressivas realizadas em grande parte por profissionais mal preparados. Eis o que afirma a historiadora Franciele Becher:

A criação de uma instituição centralizada de políticas assistenciais poderia ser uma forma valiosa de garantir a difusão dos valores do regime, garantindo seus objetivos, além de funcionar como uma forma de legitimá-lo entre a população frente ao grave problema social dos “menores”.⁸

A década de 1960 caracteriza-se por uma intensa propagação da imagem da infância, sobretudo a percebida como pobre, como um problema que não pertencia somente à família, mas a toda a sociedade brasileira. Mediante o surpreendente crescimento demográfico urbano, problemas como a falta de mão-de-obra especializada e a criminalidade entraram em cena. Os governos militares trataram à sua maneira de resolver tais questões: artifícios repressivos nos campos educacional e legal foram exemplos destas medidas.

Segundo Hilsdorf, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) recebeu apoio da agência estadunidense chamada *Agency for International Development* (USAID) durante os governos militares. Entre os anos de 1964 e 1968, doze acordos MEC-USAID foram estabelecidos com a finalidade de promover a produtividade e a eficiência no campo escolar.⁹

8 BECHER, F. Os “menores” e a FUNABEM: influências da ditadura civil militar brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)*, São Paulo, 2011. p.8.

9 HILSDORF, M. L. S. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Editora Pioneira/Thomson Learning, 2005. p.124.

Além dos próprios artifícios internos de regulação social, ações internacionais auxiliaram ainda mais as políticas educacionais do período.

Os princípios estabelecidos foram pautados no crescimento das grandes empresas de cunho capitalista,

De acordo com a política econômica de concentração de rendas, a **concentração** do sistema escolar. Essa orientação provocou a contenção do sistema público, ao passo que a formação de grandes aglomerados de escolas particulares, especialmente no ensino superior, eram incentivadas.¹⁰

A iniciativa privada, portanto, foi extremamente favorecida durante a ditadura militar. De acordo com a referida autora, frequentar escolas particulares era um dos símbolos do *status*, fora o fato das escolas públicas estarem se deteriorando em detrimento das forças dos “empresários de ensino”. Estes indivíduos detinham cargos no sistema de educação desde o nível federal ao municipal e transferiam os recursos das escolas públicas para as privadas. Estes desvios davam-se na forma de apoio governamental tais como: vantagem fiscal, bolsas de estudo distribuídas pelo governo e até mesmo a inibição de iniciativas governamentais para possibilitar um tipo de reserva de mercado.

Educação escolar infantil em foco na revista *Realidade*

Mediante a constatação de que a infância, em especial no que se refere às crianças pobres e urbanas, passou a ser percebida como possível problema de caráter social, a elaboração das edições da revista *Realidade* sofreu, ao longo de seus dez anos de existência, diversas modificações. Era preciso sobreviver à censura aos meios de comunicação e, neste cenário, adaptar-se ao exigido pelo mercado editorial.

¹⁰ *Idem.* p.125.

Segundo Faro, a lógica de produção das edições de *Realidade* apresentou dois momentos distintos: entre 1966 e 1968 e entre 1969 e 1976.¹¹ No primeiro momento a revista explicitou de forma mais contundente suas críticas às relações sociais vigentes, sobretudo, no âmbito da família no Brasil nos anos de 1960. Apesar de não se pretender revolucionária, questionou e debateu assuntos polêmicos, tais como, o divórcio, a pílula anticoncepcional e as atribuições das mulheres naquele período. No segundo, de 1969 a 1976, após o decreto do Ato Institucional número 5 em dezembro de 1968, *Realidade* tornou seus escritos mais superficiais e suas críticas mais camufladas. Faro sugere que este segundo momento descaracterizou o fazer jornalístico da revista. Para o referido autor, mediante as limitações de produção do discurso jornalístico, as possibilidades de permanecer com os mesmos padrões editoriais tornou-se bastante difícil.

Contudo, a proibição de vendas de determinadas exemplares da revista não ocorreu apenas com a instituição do Ato Institucional número 5. Exemplo claro disso é a apreensão, em dezembro de 1966, da edição número 10 da revista *Realidade* – que circularia em janeiro do ano seguinte. Esta edição tratava única e exclusivamente de temas relativos às mulheres. Em janeiro de 1967, na edição de número 11, produzida como “substituta” da anterior, o diretor da Editora Abril, Victor Civita, explanou sobre o acontecido. Como título de “A apreensão de REALIDADE”, escreveu:

No penúltimo dia do ano passado, REALIDADE de janeiro foi apreendida em São Paulo, por decisão do juiz de Menores. Simultaneamente – e embora o juiz não tivesse qualquer jurisdição quanto aos exemplares destinados a outras comarcas – cerca da metade da tiragem da revista foi detida na gráfica onde é impressa. Finalmente, alguns dias depois, o juiz de Menores de Guanabara, também mandou apreender a revista. Nos dois casos, a alegação foi a mesma: tratava-se de uma edição “obscena” e “ofensiva à dignidade da mulher” (...). Desde o nosso primeiro número, em abril de 1966, manifestamos a opinião de que a única maneira de resolver problemas é enfrentá-los (...). A apreensão do número de janeiro constitui, assim, muito mais que uma simples ação punitiva contra qualquer vulgar publicação licenciosa. Significa, essencialmente, que qualquer juiz de Menores pode

11 FARO, *Op. cit.*, 1998. p.11.

impedir que uma revista circule em todo o país, apenas por não concordar com o seu ponto de vista. Significa que basta a simples opinião de uma autoridade administrativa para anular meses de trabalho e provocar vultosos prejuízos materiais. E significa, finalmente, que a liberdade da imprensa vê-se novamente em perigo, uma vez que este tipo de apreensão ameaça jornais e revistas que publicarem fatos, estatísticas e opiniões julgados inconvenientes a critério exclusivo de uma única pessoa.¹²

As palavras de Victor Civita, ao demonstrar clara indignação com a atitude tomada pelo Juiz de Menores, evidenciam que embora a censura aos meios de comunicação existisse, até certa medida ainda era admissível manifestar-se contra ações do poder público. Quando Victor Civita comenta que a liberdade de imprensa pode estar novamente em perigo, era forte a sua convicção de que se devia lutar pelos direitos outorgados ainda em 18 de agosto de 1821 por D. Pedro I³ – o direito à liberdade de imprensa.

Possivelmente este tipo de manifestação não teria sido possível após dezembro de 1968. As reportagens que tratavam da educação infantil se encontram em grande parte presentes entre os anos de 1967 e 1968. Após esse período, a revista *Realidade* apresentou um pequeno número de matérias sobre reformas no ensino e tampouco houve manifestações contrárias ao governo brasileiro em nível federal, estadual ou ainda municipal.

De acordo com Olga Brites, em se tratando do Brasil entre 1930 e 1950, “as revistas e os jornais não se limitavam a registrar imagens de infância preexistentes no social.¹⁴ Eles participavam do fazer social daquelas imagens, operando nos parâmetros de um grupo social e reforçando seus valores”. Assim sendo, esses periódicos, instituía e reafirmavam certos contornos da sociedade através da aceitação ou não do que era publicado, estabelecendo relações contínuas entre o leitor e suas produções.

Faro infere sobre as motivações que levaram a revista *Realidade* a produzir diversas matérias sobre os saberes escolares. O autor afirma:

12 REALIDADE, janeiro de 1967, n. II, p. 3-4.

13 SOARES, G. A. D. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, jun. 1989. p.21.

14 BRITES, O. Criações de Revista (1930-50). *Revista de Educação (USP)*, São Paulo, v. 26, p. 161-176, 2000.

O processo generalizado de revisão de valores que se dá na metade dos anos 60, atingiu em cheio a Pedagogia, e *Realidade* repercutiu em suas páginas as propostas que evidenciavam que também o ensino era parte integrante de uma nova relação do homem com o conhecimento, sua absorção e sua produção (...) as propostas pedagógicas do período, reflexos de uma época de contestação da autoridade, deslocavam o eixo do entendimento da instituição escolar, conferindo ao indivíduo outros papéis: autonomia, liberdade, consciência crítica, participação ativa no processo educacional, e vários outros itens programáticos daquilo que era a base da revisão que se processava no setor.¹⁵

A competitividade e a eficiência, valores fundamentais do sistema capitalista e norteadores das abordagens das instituições escolares na década de 1960 no Brasil, começaram a ser questionadas por modelos pedagógicos trazidos dos Estados Unidos e de países da Europa a fim de reorganizarem a relação das crianças com o ambiente escolar e com a própria noção de aprendizagem. A revista *Realidade* mostrou-se em favor destas novas propostas pedagógicas.

Em janeiro de 1967, a revista *Realidade* publicou sua primeira reportagem sobre educação de autoria do jornalista Hamilton Ribeiro, nomeada “Já Existe a Escola de Amanhã”. Nesta matéria jornalística traduziu-se a proposta educacional de ginásios experimentais mantidos pelo governo estadual de São Paulo.

Segundo a publicação, a meta de ensino dos ginásios era totalmente vocacional e voltada ao mercado de trabalho. Exemplo deste fato eram os testes de aptidão, aplicados por psicólogos e por docentes, que indicavam aos alunos e alunas quais profissões seriam adequadas às suas habilidades. Os alunos e alunas, contudo, tiravam a prova real na prática: cotidianamente simulavam estas atividades profissionais saindo da sala de aula para aprender; as aulas poderiam ser ministradas em qualquer ambiente da escola, tais como, o ginásio ou o pátio. Intentava-se que os professores/as dinamizassem as disciplinas e as tornassem mais interessantes a partir da relação direta entre o ambiente e o conteúdo. O jornalista Hamilton

15 FARO, *Op. cit.*, 1998. p.219.

Ribeiro afirmava:

A escola vocacional é diferente das outras em tudo. Não tem nota, nem exame, nem matérias isoladas. Nem tem aula, se a gente pensar naquela situação de um professor falando do alto da sua mesa para 40 alunos distantes. Seu objetivo não é apenas a escolaridade intelectual promovida pelos ginásios comuns. A meta é desenvolver a personalidade do aluno, ajudá-lo a descobrir o ramo de atividade para o qual tem aptidão e prepará-lo para enfrentar um mundo difícil e em permanente modificação.¹⁶

Ainda que voltada para atender os interesses das relações capitalistas de produção, esse modelo de escola superava as expectativas tradicionais da época. Dona Maria Nilde Mascellani, coordenadora do Serviço de Ensino Educacional, foi a profissional mais mencionada durante a reportagem sendo que foi com a seu depoimento que Hamilton Ribeiro encerrou a narrativa jornalística. Sem que suas palavras se sobrepusessem às da coordenadora, o jornalista apenas discorreu o que sua entrevistada mencionou, e o tom de crítica foi inevitável.

Dona Maria Nilde acha que São Paulo precisa resolver seus problemas de educação não só em quantidade de salas de aula, mas também em qualidade de ensino. Entende que renovação só é possível com o preparo de uma nova mentalidade no professor e uma modificação na estrutura do ensino. Em sua opinião, o ginásio vocacional fêz estas duas coisas e procurar preparar o estudante para uma situação ajustada à realidade de nossos tempos e de nosso país. A pedagogia moderna no vocacional busca eliminar as maiores falhas do ginásio comum, principalmente estas: 1- Ensino acadêmico e palavroso, sem contato com a realidade; 2 – falta de unidade entre as matérias; 3 – sistema de promoção que ignora as diferenças individuais e coloca todos os adolescentes numa mesma bitola de capacidade; 4 – a distância entre a escola e a família; 5 – educação com objetivo puramente intelectual, quando é necessário haver educação mais ampla, que envolva educação moral e cívica, religiosa, estética, física e de iniciação profissional.¹⁷

16 REALIDADE, fevereiro de 1967, n.11, p. 99.

17 REALIDADE, fevereiro de 1967, n.11, p.106.

As palavras do jornalista poderiam até estar disfarçadas por clamores externos a ele, porém não houve um ponto negativo sequer mencionado a respeito dos ginásios vocacionais. E as fotos reafirmavam o que os escritos estavam por consolidar: grandes imagens em preto e branco de crianças em diversas funções, atuando ativamente no espaço escolar. A primeira imagem, que ocupou quase uma página inteira, demonstrou ainda mais: uma professora sentada lado a lado com um aluno, apontando-lhe papéis, como quem ensina de maneira individualizada, sem sobrepor seu conhecimento no modelo de hierarquização tradicional.

A edição de julho de 1967 trouxe em sua capa a frase: “A nova pré-escola. Quem manda é a criança”. Abaixo do título, uma foto peculiar: uma criança montada em uma senhora, como quem supõe estar no comando. Das revistas pesquisadas, esta foi a única edição que trouxe como matéria de capa um tema relacionado à educação infantil. A matéria foi escrita pelos jornalistas Carlos Azevedo e Norma Freire e as robustas ilustrações ficaram por conta do fotógrafo Jorge Butsuem. “Tem o país o direito de gastar dinheiro público fazendo jardim de infância quando o seu problema é a alfabetização?”¹⁸ Esta é a pergunta central da reportagem sendo por meio dela que a narrativa se desenvolve, do começo ao fim.

De acordo com Rosemberg, foi entre as décadas de 1950 e 1960 que a preocupação com a pré-escola teve seu início no Brasil.¹⁹ Somente a partir da segunda metade dos anos de 1960, contudo, é que ações foram tomadas para atender as crianças entre 3 e 6 anos no que condiz à assistência educacional.

Paschoal e Machado apontam para uma questão importante referente ao valor das creches e escolas pré-primárias durante esse período: o avanço da industrialização e o aumento do número de mulheres da classe média no mercado de trabalho.²⁰ Em decorrência destes fatores, a necessidade de instituições que assistissem à criança no ambiente externo ao lar

18 REALIDADE, julho de 1967, n. 16, p. 130.

19 ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 141-163.

20 PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M.C.G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 9, n. 33, 2009. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/4023>> Acesso em: 4 set. 2014. p.84.

tornou-se indispensável. O poder público, então, começou a ser mais pressionado a prestar auxílio não só à classe média, mas igualmente aos trabalhadores com menor poder aquisitivo.

Os repórteres apresentaram dados estatísticos do analfabetismo, recorreram a entrevistas com psicólogos, professoras e diretoras; voltaram-se às análises freudianas e chegaram à seguinte conclusão: as crianças aprendem por meio de estímulos, o que significa que o aprendizado começava logo no nascimento e que nas condições consideradas corretas e através de incentivos dos pais, os infantes eram capazes de se desenvolver igualmente. E acrescentaram: “tudo isso varia muito de criança para criança, mas em geral aos três anos se pode dizer que ela esgotou as experiências no meio familiar. Ela precisa de mais”.²¹

Ao entrevistarem a professora Zenita Guenther, o questionamento recaiu sobre o fato de muitos meninos e meninas, ao ingressarem aos 7 anos no ensino primário, não estarem plenamente maduros para o processo, o que poderia resultar em reprovações e dificultar ainda mais a aprendizagem.

Heloísa Marinho, outra professora entrevistada, recorreu às palavras de exigência frente à educação pública:

Que o governo federal dê pelo menos meio para construção de barracões e fornecimento de merenda a milhares de crianças (...). Reivindico também do governo estadual que ao menos respeite suas professoras, rejeitadas pelo ensino público e perdidas na mercantilização das pré-escolas particulares.²²

Ao fim da matéria, Azevedo e Freire voltaram à questão principal, ou seja, o país naquele momento histórico tinha o direito de gastar dinheiro público com as crianças menores. A resposta da revista *Realidade* foi a seguinte: “o país não tem apenas o direito, mas a obrigação”.²³ Em resumo, a matéria era um apelo da revista ao considerado descaso governamental diante da educação escolar das crianças brasileiras que possuíam entre 3 e 6

21 REALIDADE, julho de 1967, n. 15, p. 130.

22 REALIDADE, julho de 1967, n. 15, p. 136.

23 REALIDADE, julho de 1967, n. 15, p. 138.

anos.

No ano de 1967, no mês de agosto, *Realidade* redirecionou seu foco de atuação. Ao invés de centrar-se no ambiente escolar de forma generalizada, optou por debater sobre uma área específica do conhecimento – a Matemática. A escolha deste tema não foi aleatória, pelo contrário, pois um acontecimento único e atípico estava vindo do exterior para marcar presença nas salas de aula brasileiras: o Movimento da Matemática Moderna (MMM).

A disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética pela supremacia bélica provocou (mesmo que indiretamente) uma renovação do ensino técnico. Entre estas modificações nas grades curriculares dos cursos tínhamos a diminuição de matérias do campo das Ciências Humanas e do aumento daquelas relacionadas à área de exatas. O ensino da área da matemática se enquadrava neste contexto.

Para dar corpo e exatidão ao texto, a jornalista Norma Freire, responsável pela produção da reportagem em *Realidade*, optou por traçar a história da matemática e demonstrar a sua importância milenar. Ademais, constatou que o método de ensino clássico não satisfazia mais as escolas daquele momento e que era preciso “superar a herança de ensino anacrônico de Matemática que se vem constatando de 50 anos para cá”.²⁴

As fotos nas páginas do impresso mensal ilustravam várias crianças brincando com formas geométricas no chão de uma sala de aula: retângulos, círculos, quadrados e triângulos. Objetivava-se demonstrar a importância da utilização de novas linguagens no trato à matemática. Não bastaria lápis e papel, contas destituídas de um contexto próprio. Seria preciso ir além: motivar crianças e adolescentes a aprenderem a Matemática conscientes da utilização cotidiana que esta área do saber proporcionaria em suas vidas. Apesar de muito antiga, sua reinvenção não relativizaria os resultados, mas os métodos de ensino – através da simplificação e da atualização de conceitos e práticas.

Em novembro de 1968, leitores e leitoras da revista *Realidade* depararam-se com o seguinte diálogo entre uma orientadora educacional, Dona Cinira, e os alunos do sexto ano do Ginásio Estadual Pluricurricular da Lapa, localidade do Estado de São Paulo.

²⁴ REALIDADE, agosto de 1967, n. 17, p. 62.

A pergunta seguinte de Dona Cinira, na intenção de seguir o método de fazer os alunos falarem primeiro, foi:

- Muito bem. E que transformações vocês notaram no corpo de vocês ultimamente?

As respostas, no começo, são um pouco hesitantes:

- A gente fica malicioso...

- Que mais?

- Começa a nascer pelo...

- Onde?

Dona Cinira diz que faz questão de todos ficarem à vontade, e por isso insiste sempre. Até que coloca:

- E será que não é possível a gente conversar naturalmente sobre isso?

E os alunos, em geral, respondem:

- Ah..., mas a gente não sabe falar..., a gente só sabe falar do jeito da gente...²⁵

Boa parte do público da época talvez estivesse espantada com a matéria: que tipo de escola é essa que fala com crianças a respeito das mudanças corporais ocorridas durante a puberdade? No mínimo, um absurdo. Na atualidade talvez o espanto fosse substituído por certa naturalidade e, quem sabe, um interesse positivo em ler a reportagem. As respostas dos alunos e alunas também não escapariam a essas mudanças socioculturais, a não ser pela última fala: “ah..., mas a gente não sabe falar..., a gente só sabe falar do jeito da gente...”.

É esse “jeito da gente” que evoca o reconhecimento de si mesmo enquanto

²⁵REALIDADE, novembro de 1968, nº 32, p. 181.

pertencente a um grupo social e distinto de quem se fala. Jeito que diferencia, mesmo sem se distanciar; jeito que se posiciona não na contramão do mundo adulto, mas indo em direção a ele; jeito que afirma seu lugar como quem diz às pessoas mais vividas: “somos crianças, porém temos voz, mesmo que ela seja diferente da sua em tonalidade e em forma de expressão”.

No ano de 1968, *Realidade* optou por explorar limites até então inéditos no que condiz à educação de crianças e adolescentes: o redator-chefe da revista, Paulo Patarra, viajou até a Inglaterra com o objetivo de conhecer *in loco* uma escola bastante inovadora: a *Summerhill*.

Conhecido como um intelectual bastante peculiar e dono de lógicas próprias e totalmente diferentes de ensinar, o educador escocês Alexander Sutherland Neill foi o fundador de Summerhill e, para ele, a liberdade era a chave do ensino escolar. Summerhill, foi a resposta efetiva dos 19 livros que haviam sido lançados por Neill até aquele momento, todos defendendo práticas libertárias e baseadas no desenvolvimento dos sentimentos das crianças sem a preocupação intelectual de memorização presente nas escolas consideradas tradicionais.

Patarra procurou evidenciar na sua reportagem a autonomia que os alunos e alunas possuíam na escola: as aulas só eram assistidas por aqueles que estivessem interessados. Assim, se um grupo de alunos e alunas resolvesse fazer outra atividade por conta própria, nada acontecia. Sem aborrecimentos por parte dos professores, punições ou broncas. O professor de História, Inglês e Biologia, John, foi entrevistado por Patarra e contou seus sentimentos em relação ao método de aprendizado. De acordo com o referido docente, os professores ganhavam menos do que em escolas comuns, porém a recompensa estava em lecionar para aqueles que queriam, de fato, aprender. Acrescentou: “nós ficamos viciados em sinceridade e interesse (...). Quem resolve aprender, não só vai a todas as aulas, como não dá folga para a gente: quer saber cada vez mais”.²⁶

As fotos, produzidas por Patarra, caminharam junto com a narrativa escrita: todas em preto e branco com crianças mostrando a língua, correndo livres pelo pátio, segurando paus de madeira. Uma imagem, em especial, pareceu se sobressair às demais: um aluno sentado na

²⁶ REALIDADE, janeiro de 1968, n. 22, p. 54.

sua carteira, na sala de aula, com um revólver em cima da mesa. Nenhuma atitude dos adultos levava à proibição.

Os/as aluno/as deveriam aprender quando estivessem preparados e decididos a isto. Segundo Neil, as perguntas viriam naturalmente assim como seus desejos por solucioná-las. Os/as professores/as estariam à disposição para auxiliar neste processo sem qualquer tipo de pressão. Aos docentes, portanto, caberia descobrir os limites da sua própria liberdade no seu tempo particular e aos discentes servir de amparo às crianças na incessante busca por respostas.

O educador escocês reforçou:

Os pais e as escolas matam a liberdade, a iniciativa e a capacidade de criar das crianças. Eles dizem aos jovens como viver, o que pensar, no que acreditar, impondo-lhes um sem-número de tabus. A essa gente só interessa o dever. Um dever que pede a um jovem de 18 anos matar em nome da pátria. Mas, se esse mesmo jovem quiser ter uma vida sexual aberta, todos os poderes estarão contra ele. A sociedade dá licença para matar, não dá licença para viver.²⁷

No ano seguinte, 1969, nenhuma reportagem sobre educação infantil foi publicada na revista *Realidade*. Somente no mês de abril de 1970 o “silêncio” foi quebrado. A matéria, produzida por José Carlos Marão, fotografada por Cláudia Andujar e nomeada de “Uma aventura, a professorinha”, distanciou-se da busca por novos modelos educacionais em prol de certa “modernização” do ensino. A reportagem focou na caracterização da profissão de professor/a como um reduto de mulheres, assim como na dificuldade que muitos discentes e docentes enfrentavam para conseguir chegar às precárias escolas do litoral Sul de São Paulo.

Segundo o jornalista José Carlos Marão, uma professora havia sido escolhida para simbolizar todos aqueles que lecionavam em condições problemáticas. Esta professora chamava-se Jurema. E não foi ao acaso que a escolha recaiu sobre uma mulher e, menos ainda, a intenção quanto ao título: “professorinha”. Fischer explica que múltiplos são os meios de

27 REALIDADE, janeiro de 1968, n. 22, p. 52.

comunicação que apresentaram essa figura da professorinha: uma mulher meiga, boazinha e ingênua.²⁸ A autora cita programas de televisão e *cartoons* que optaram por uma, dentre duas possibilidades, de representar o docente: ou a figura de desespero ou a da mulher paciente, “bonitinha” e feliz.

A profissão de professor foi constantemente ligada à representação social do feminino, pois desde o século XIX os cursos de magistério e Pedagogia passaram a ser considerados por uma parcela da população como menos rigorosos que os demais. “Assim, a professora mulher acaba tendo como atributo o afeto e sendo discriminada como desprovida de inteligência. Por isso, a profissão nas mulheres decorreria dos seus ‘dons maternais’ e não da sua capacidade de inteligência”.²⁹

O jornalista José Carlos Marão pareceu reforçar estereótipos: apenas um professor do sexo masculino foi entrevistado e, frequentemente, a matéria mencionava a palavra “professoras” para representar os homens e as mulheres que lecionavam naquela região. Outro aspecto interessante a ser analisado é o termo “semi-heróis” que Marão constantemente se serviu para criar a imagética do professor que segundo o jornalista:

Nas suas escolas fazem a própria comida (quando há comida), dormem em esteiras no chão e, para a reunião mensal, viajam a pé, de bicicleta, em canoinha de remo, enterrando os pés até os joelhos nos atoleiros das ilhas, ou às vezes pagando até um terço do salário pelo aluguel de um barco a motor.³⁰

Assim, foram representadas as condições proporcionadas a professores e professoras destas localidades de difícil acesso que lecionavam em escolas com estruturas físicas

28 FISCHER, B. T. D. Ser Professor Hoje: Percursos e Percalços. *Revista de Ciências Humanas*, Frederico Westphalen, v.13, n.21, p. 11-20, 2012. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/663>> Acesso em: 4 abril. 2014. p.13.

29 RABELO, A. O. O Gênero e a profissão docente: impactos na memória das normalistas. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v.6, p. 58-67, jun. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/issue/view/224>> Acesso em: 4 set. 2014. p.69.

30 REALIDADE, abril de 1970, n. 49, p. 19-20.

degradantes: semi-heróis tão apaixonados pela sua profissão que mantinham o bom humor mesmo diante das dificuldades. Pessoas que não blasfemavam, mas aceitavam o que lhes era oferecido. Em nenhum momento o jornalista inferiu de maneira crítica acerca do ambiente escolar ou das condições de trabalho; seus comentários permaneceram na superfície do tema.

Na única passagem direta referida ao governo de São Paulo, a revista *Realidade* isentou-o, explicitamente, de qualquer culpabilidade. O jornalista afirmava o seguinte: “é praticamente impossível construir ali, em virtude de transporte difícil. Além disso, muitas vezes as escolas têm de mudar de lugar, pois as populações de pescadores são mais ou menos nômades (...). A culpa não é de ninguém, nem do Estado. É da natureza”.³¹ A responsabilidade pelo ensino de crianças, de acordo com a reportagem, deveria seguir o curso frente às suas exigências físicas do meio ambiente; afinal, o que poderia o governo fazer mediante as intempéries da natureza?

É evidente que o caráter considerado inovador da revista, presente na maioria das reportagens citadas anteriormente, teve de ser reformulado. Com a instituição do Ato Institucional número 5 tornou-se mais difícil fazer críticas às ações do governo. E a resposta da revista *Realidade* foi clara: as reportagens abordavam os temas de forma mais superficial. A matéria jornalística sobre as escolas do litoral paulista foi exemplo desse fato.

Por mais que o Estado tenha sido desvinculado da responsabilidade pelas condições daquelas escolas e que a capa tenha relacionado docentes às condição de heróis e heroínas que mantinham o semblante cotidianamente alegre, o jornalista José Carlos Marão foi crítico em revelar a falta de estrutura e o caráter precário das escolas, assim como a difícil mobilidade tanto de docentes quanto de discentes. Mostrou-se, ainda que de forma camuflada, a distância concreta entre o plano governamental de oferecer educação pública à população pobre e o estado desanimador das escolas e seus frequentadores. Em suma, a apresentação considerada “transgressora” da revista *Realidade* não deixava de existir, mas era preciso se adequar ao cenário político do país naquele momento.

³¹ REALIDADE, abril de 1970, n. 49, p. 22.

Considerações finais

O Brasil no século XX foi palco de intensas transformações políticas, caracterizadas por diretrizes nacionalistas e, por conseguinte, na construção discursiva que aludia a uma população saudável mentalmente e fisicamente, bem como disposta a contribuir com sua mão-de-obra para a construção de um país moderno e eficaz. Os projetos governamentais voltados às crianças, engajados nesta lógica de disciplinarização de corpos e mentes, propuseram medidas ditas assistenciais e delegaram aos considerados “menores” responsabilidades legais.

Pôde-se perceber que as reportagens de *Realidade* até 1968, período anterior ao decreto do Ato Institucional número 5, indicaram novas perspectivas no plano da educação infantil, as quais destacaram explicitamente abordagens pedagógicas estrangeiras por meio de discursos que as conferiram legitimidade e eficiência nas instituições escolares. Via-se uma potencial abertura à modernização do ensino – já que o país ansiava por crescimento industrial, porém que se chocava com o sistema político vigente baseado no autoritarismo e nos procedimentos tradicionais de ensino.

De acordo com as reportagens de *Realidade*, tornou-se claro seu posicionamento sobre a falta de competência governamental, naquele momento, em proporcionar ensino de qualidade e eficiente a maior parte das crianças.

Nos anos seguintes ao Ato Institucional número 5, o impresso pouco discutiu sobre educação, tampouco a respeito de novas propostas educacionais. Em 1970, as críticas ao governo foram silenciadas. As reivindicações por melhorias no plano educacional desde o ensino pré-primário ao secundário, portanto, foram deixadas de lado.

Restou à revista produzir textos descritivos e pouco argumentativos. As palavras não passavam da superfície do assunto abordado; os textos perderam, em parte, o caráter direcionador e crítico. Sobraram as letras bem colocadas, as frases bem escritas, porém rasas de interpretação. Não por menos, *Realidade* precisou se readequar à rigidez do governo, bem como à censura aos meios de comunicação; apesar de carente quanto à identidade que um dia

mantivera – e que, de certa forma, esperneava por mudanças – conseguiu manter-se até fins da década de 1970 sustentada não mais pela “transgressão editorial”, mas talvez pela expectativa do porvir.

Cabe, aqui por fim, ressaltar a importância de se estudar as crianças e de oportunizar a interpretação das representações sociais dadas ao mundo infantil, assim como dar vazão às próprias falas destas personagens. De acordo com Nascimento, mais recentes do que as crianças enquanto objeto de estudo pelas Ciências Sociais e Humanas, é a relação entre sociedade, infância e escola.³² Desta forma, o presente artigo pretendeu contribuir com esta relação ao passo que dialoga com eventos passados diante de uma perspectiva de infância balizada na contemporaneidade: o da multiplicidade de infâncias.

32 NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. de. A Construção social do conceito de infância: Algumas interlocuções históricas e sociológicas. *Revista Olhar do Professor*. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gepeis/wp-content/uploads/2011/08/infancias.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2014. p.2.

Vovô Joãozinho de chupeta
correspondência de Guimarães Rosa para Vera Ooó e novas visões sobre a
criança no século XX¹

Camila Rodrigues

Pós-doutoranda em História pela FFLCH/USP

Resumo

Entre setembro de 1966 e novembro de 1967, o escritor João Guimarães Rosa, no papel de Vovô Joãozinho, enviou cartões postais às suas netinhas mais novas, Beatriz Helena e Vera Lucia Tess (Ooó), que moravam com a família em São Paulo, convidando-as para passar uma temporada com os avós no Rio de Janeiro. Esta correspondência foi publicada em 2003, no livro *Ooó do vovô – Correspondência de João Guimarães Rosa, vovô Joãozinho, com Vera e Beatriz Helena Tess* e é sobre ela que tratamos neste artigo. Em nossa análise procuramos tomar aquele material como fonte histórica, já que nele encontramos interessantes registros de expressões de adultos e crianças na linguagem e no tempo. Além disso, o contato com aquele documento nos possibilitou um diálogo interdisciplinar com a linguística, a psicologia, a antropologia, a sociologia, entre outros, e também nos levou a inquirir outros materiais a ele relacionados, como imagens, entrevistas e literatura. Teoricamente sustentada no ideário filosófico a respeito dos infantes desenvolvido no século XX, especialmente expresso nas colocações de Walter Benjamin, esta interpretação pretende contribuir para exemplificar como aquele século inaugurou uma forma de olhar para a criança como ente participante e engendrador de sua própria cultura e história.

Palavras-chave Infância, memória, história, Guimarães Rosa, Ooó do Vovô.

Abstract

Between September 1966 and November 1967, João Guimarães Rosa, in the role of Vovô Joãozinho, sent postcards to their youngest granddaughters, Beatriz Helena and Vera Lucia Tess (Ooó), who lived with their family in São Paulo, inviting them to spend time with their grandparents in Rio de Janeiro. This correspondence was published in 2003 in the book “*Ooó do vovô – Correspondência de João Guimarães Rosa, vovô Joãozinho, com Vera e Beatriz Helena Tess*”. This article deals with this correspondence. In our analysis we try to take that material as a historical source, since it found interesting records of adult

1 Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida para a confecção da tese RODRIGUES, Camila. Escrevendo a lápis de cor: Infância e história na escritura de Guimarães Rosa e parte dele foi debatida no I Encontro do Grupo de Trabalho História da Infância e Juventude da Associação Nacional de História - Seção São Paulo, em 08 de abril de 2014.

and children expressions in the language and time. In addition, contact with that document enabled us to an interdisciplinary dialogue with linguistics, psychology, anthropology, sociology and also took us to ask other materials related to it, such as images, interviews and literature. Theoretically sustained in the philosophical ideas about the child that was developed in the twentieth century, especially by Walter Benjamin, this interpretation aims to contribute to exemplify how that century inaugurated a way of looking at the child as someone else who can participate and breed their own culture and history.

Keywords childhood, memory, history, Guimarães Rosa, Ooó do Vovó.

1. Os postais do Vovô Joãozinho e a escrita da história

“É interessante observar como a história, seja de um indivíduo, seja de uma sociedade, pode ser conhecida melhor por meio do estudo dos sentimentos que ela oculta do que por aquilo que ela ostenta.”

Willi Bolle – Grandesertão.br.

Na década de 1960, depois de ter participado de momentos importantes da História do Brasil – como a Revolução de 1932 –, e do mundo – como a Segunda Grande Guerra –, e de ter escrito a sua obra mais reconhecida – *Grande Sertão: Veredas* –, o escritor João Guimarães Rosa vivia sua maturidade trabalhando como diplomata no Rio de Janeiro, ao lado de sua segunda esposa Aracy Guimarães Rosa. Também nesta época Rosa viveu a experiência de ser avô, fosse dos netos biológicos, e também dos netos de sua esposa, que ele acabou adotando. Dentre os perflhados estavam as netinhas mais novas – Beatriz Helena e Vera Lucia Tess –, que moravam em São Paulo com a família. Para amenizar a saudade das meninas, o vovô Joãozinho enviava-lhes cartões postais, convidando-as a passar um período no Rio. Em 2003, os 17 postais (15 enviados às meninas e 2 à mãe Beatriz) e também mais 18 bilhetes e registros sobre Vera Tess – foram publicados no livro *Ooó do vovô: correspondência de João Guimarães Rosa, o vovô Joãozinho, com Vera e Beatriz Helena Tess, de setembro de 1966 a novembro de 1967*². Este material já foi tema de alguns poucos artigos científicos na área

2 ROSA, João Guimarães. *Ooó do vovô: correspondência de João de Guimarães Rosa, o vovô Joãozinho, com Vera e Beatriz Helena Tess, de setembro de 1966 a novembro de 1967*. São Paulo Edusp; Imprensa Oficial ; Belo Horizonte : Editora PUC/Minas, 2003. Por questões relativas à proteção dos direitos autorais dos herdeiros de João Guimarães Rosa, não inserimos aqui as imagens do livro *Ooó do vovô*, pois não obtivemos autorização para a divulgação junto aos responsáveis pelo conteúdo, entretanto sugerimos a consulta de algumas delas na tese RODRIGUES, Camila. *Escrevendo a lápis de cor: Infância e história na escritura de Guimarães Rosa*. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo 2014.

de letras, seja ressaltando a sensibilidade de “poeta ingênuo” de Rosa³, ou mesmo destacando alguma influência da comunicação com uma menina de tão poucos anos para a escrita literária rosiana⁴.

Considerando que desde pelo menos a última década do século XX, os documentos de caráter mais subjetivo como cartas, diários, memórias etc. vêm ganhando força nos estudos historiográficos, esse tipo de registro oferece muitos caminhos para acessar diversas formas de relação entre a experiência do indivíduo e a história pública, já que assinalam constantemente que, na experiência individual, múltiplas temporalidades são experimentadas, colocando em xeque a ideia de unidade estável e permanente do sujeito moderno.⁵

No caso da correspondência entre o Vovô Joãozinho e as netas de pouca idade a quebra da linearidade é posta claramente pelo uso de diversas linguagens acrescidas ao discurso verbal. Lembrando que antes da publicação do livro em 2003, a primeira aparição desses postais ocorreu em 24 de agosto de 1998, durante a sessão de abertura do *I Seminário Internacional Guimarães Rosa*, realizado na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais e no posfácio da edição da correspondência, o Pe. Geraldo Magela Teixeira, então reitor daquela universidade, sublinha que:

A faceta lúdica e bem-humorada das experimentações criativas com que o escritor construiu o contato carinhoso com a neta encantou todos [...]. Os cartões projetados no telão do teatro da PUC Minas exibiram, em primeira mão, aos leitores e pesquisadores da obra de Guimarães Rosa, uma faceta da sua intimidade familiar talvez desconhecida da maioria do seu fiel público. Às imagens que a

3 AZEVEDO, Sílvia Maria. “Brincando de ser criança”. In: *Revista Cultura Crítica*. v.7, p. 46-49, 2008.

4 SOBRINHO, João Batista Santiago. “Marcas da Ooó”. *Caligrama*. Belo Horizonte, no. 9, p. 281-294, 2004.

5 GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo”. In: GOMES, Ângela de Castro (org) *Escrita de si, Escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 13.

obra do escritor e os depoimentos sobre ele criaram somou-se esta outra, carinhosa, espontânea e original.⁶

Porque ela é tão peculiar e abre possibilidades de reflexões históricas, neste artigo propomos uma análise da surpreendente correspondência entre o Vovô Joãozinho e a netinha de pouca idade, procurando destacar alguns questionamentos concernentes à história cultural e à história da criança.⁷

Uma correspondência no limite entre o verbal e o não-verbal

“... mas não acho as palavras.”

João Guimarães Rosa – Tutaméia

É muito difícil para um adulto escrever para crianças, assim como se fazer bem compreender por elas, já que a cultura infantil é distinta da do adulto, sendo suas noções de mundo, de tempo, valores e repertórios outros e tão diversificados que não cabem na cristalização da escrita. No caso da correspondência que Guimarães Rosa manteve com as netas, a situação ainda ganha diferenciadas tonalidades, uma vez que não estamos falando de um adulto qualquer, mas um escritor habituado aos jogos de linguagem, além do fato de que também as crianças destinatárias viverem um momento especial da vida: eram meninas pequenas, que ainda mal haviam entrado plenamente no mundo da palavra, inclusive da palavra falada. Ao tratar desse material estamos, portanto, tentando destacar uma tentativa de contato entre os dois polos extremos da relação humana com a linguagem.

6 TEIXEIRA, Geraldo Magela. “Posfácio”. In: ROSA, João Guimarães. *Ooó do vovô: correspondência de João Guimarães Rosa, o vovô Joãozinho, com Vera e Beatriz Helena Tess, de setembro de 1966 a novembro de 1967*. São Paulo Edusp; Imprensa oficial do Estado de São Paulo; Belo Horizonte : editora PUC/ Minas, 2003, p. 69.

7 Uma análise mais ampla deste livro está em RODRIGUES, Camila. *Escrevendo a lápis de cor: Infância e história na escritura de Guimarães Rosa*. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo 2014, p. 80-116.

Inicialmente o interesse de Rosa pelas crianças estaria sustentado nas peculiaridades de seu dialeto. Para definir as crianças em relação à linguagem, gostaríamos de evitar pensá-las como *letradas* ou *iletradas*, *analfabetas* ou *pré-letradas*, não só porque estes termos carregam uma miríade de juízos de valor que questionamos⁸, mas especialmente porque nenhum deles dá conta de expressar a situação da infantil. As crianças, especialmente as pequenas, vivem um momento mais especial, no limiar da palavra escrita ou falada, exatamente onde as duas formas culturais se tocam e se transformam a partir do contato de uma com a outra, então para nomear este período, pedimos licença para empregar um termo novo: elas seriam “aletradas”⁹. Na língua portuguesa, o prefixo ‘a’ não indica apenas negação, mas pode propor outros sentidos, como o de afastamento¹⁰. Então, se pensamos em “aletrada”, procuramos destacar que a situação da criança em relação ao conflito entre letrados e iletrados é diferente, pois embora ela também esteja inserida nele, consegue vivê-lo a partir de outra ordem, como que afastada, pois o vive no pleno estado do transe, ou citando um conto do próprio Rosa, diríamos que as crianças estariam na *terceira margem do rio*¹¹ que separa a cultura letrada da não letrada; e abordar este questionamento, talvez, tenha sido o próprio “projeto mágico” desenvolvido pela literatura rosiana¹².

Assim sendo, nosso autor, saudoso do contato com as netas infantis, começou tomando uma decisão apropriada às suas destinatárias crianças: querendo convidá-las a ir ao Rio, escolheu enviar-lhes cartões-postais. Desde que surgiram nos oitocentos, os postais são uma espécie de missiva específica para convidar à viagem, apresentando sempre uma

8 Cf. HAVELOCK, Erick. *A Revolução da escrita na Grécia Antiga e suas consequências culturais*. Trad. Ordep José Serra. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 12.

9 Ao propormos este termo, partimos da palavra “aletria”, que foi usada por Rosa no título de um prefácio, indicando um indeferimento do mundo letrado. Cf. ROSA, João Guimarães. *Tutaméia: terceiras estórias*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 03-12.

10 MARTOS, Cloder Rivas e MESQUITA, Roberto Melo. *Gramática pedagógica*. 18ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1991, p. 90.

11 ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. 11ª. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 27-32.

12 Cf. SEVCENKO, Nicolau. “Com quantos mitos se faz a realidade?” (Pref. IN: Prefácio à edição brasileira). IN: BRUNEL, Pierre (org). *Dicionário de mitos literários*. Trad. Carlos Sussekind, Jorge Laclette, Maria Thereza Rezende Costa e Vera Whately. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1998, p. XXI-XXV.

ilustração na capa, e a mensagem do verso ficava ao gosto do remetente. Com esta configuração, o postal acabou por estabelecer “um padrão de correspondência condensada cuja função era a de transmitir uma mensagem escrita breve e simplificada”¹³. Então, neste tipo de carta, o conteúdo que costumava ser mais importante não era o escrito, que poderia ser até dispensável, pois pelo menos a metade do que ali está contido estaria a cargo das imagens, possibilitando que até mesmo as crianças não alfabetizadas pudessem compreender sozinhas alguma parte da carta que lhes foi enviada. Nos postais enviados por Rosa, as imagens foram cuidadosamente selecionadas¹⁴, trazendo elementos de um repertório que o adulto facilmente identifica como caro aos pequenos: desenhos, crianças, bichos, bailarinas etc. Um verdadeiro carrossel de ilustrações coloridas e atraentes que objetivavam despertar uma percepção diferenciada nas netinhas, pois vale lembrar que já na década de 1940 Merleau-Ponty refletia sobre as diferenças entre adulto e criança no que se refere ao campo das percepções, em colocações como: “sabe-se que a constância da grandeza aparente dos objetos para distâncias variáveis, ou a de sua cor para iluminações diferentes, são mais perfeitas na criança do que nos adultos”¹⁵.

Mas, apesar de todo este cuidado plástico, de forma até paradoxal, o maior tesouro contido naqueles cartões não são as belas figuras, e sim os conteúdos dos versos dos postais, onde Guimarães Rosa se reconhecia como o Vovô Joãozinho e, para continuar correspondendo ao primeiro objetivo de um cartão-postal, convida as netinhas a viajar, fazendo um uso fascinante de diversas linguagens caras aos infantes: cores, canções, desenhos, promessas de contar histórias etc. Para além de, efetivamente, convidarem as meninas para um passeio no Rio, acabavam propondo – às destinatárias e também ao remetente – uma outra viagem, muito mais complexa e curiosa: aquela estabelecida pelo contato entre a linguagem da

13 SCHAPOCHNIK, Nelson. “Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade”. In: SEVCENKO, Nicolau . (Org.). *História da vida privada no Brasil v.3*. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 427.

14 Cf. LACOSTE, Jean. ‘Cartes postales: une méthode pour l’exil’. LAVELLE, Patricia. *Cahiers de L’Herve – Walter Benjamin*. Paris, 2013, p. 114-5.

15 MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro da Moura. 2ª. ed. - São Paulo :Martins Fontes, 1999, p. 34.

criança e a do adulto. Nesta correspondência, “o maior escritor brasileiro do século XX sente-se atraído pelo mundo infantil, põe de lado seus inúmeros afazeres, e com elas conversa, quase monologa, e desenha com uma constância comovedora”.¹⁶ Depois de comentarmos melhor o conteúdo do livro, voltaremos à questão: em qual medida, realmente, o Vovô monologa ou dialoga com as meninas nesta correspondência? Por hora vamos guardá-la e falar mais da publicação.

Se, habitualmente, os cartões-postais seguem abertos, podendo ser lidos por qualquer pessoa que tomasse contato com eles¹⁷, no caso dos enviados por Vovô Joãozinho às netas em São Paulo, não era isso que acontecia, pois todos os maravilhosos postais seguiam protegidos por envelopes, confirmando seu caráter de extrema pessoalidade: aqueles afagos e carinhos tinham destinatárias específicas e somente elas – ou os intermediários que os lessem – poderiam acessar seu conteúdo. Ainda que na publicação dos cartões apenas um envelope apareça – o que era destinado a “Senhorita Vera Tess”¹⁸ –, em setembro de 2011 mantivemos uma conversa com Vera e então pudemos consultar os cartões originais – que foram todos publicados no livro – e também os envelopes nos quais eles foram postados, e neles, destacaram-se, nos sobrescritos, as diferentes formas carinhosas que o Vovô usava para chamá-la, em diversos idiomas: mademoiselle, senhorita, señorita, miss e senhorinha, dando uma amostra do imenso carinho que a ela destinava.

16 CANDIDO, Antônio & MINDLIN, José. “Prefácio”. In: ROSA, João Guimarães. *Ooó do vovô: correspondência de João de Guimarães Rosa, o vovô Joãozinho, com Vera e Beatriz Helena Tess, de setembro de 1966 a novembro de 1967*. São Paulo Edusp; Imprensa oficial do Estado de São Paulo; Belo Horizonte: Editora PUC/Minas. 2003, p.13.

17 SCHAPOCHNIK, Nelson. “Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade”. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da vida privada no Brasil v.3*. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 428.

18 ROSA, João Guimarães. *Ooó do vovô: correspondência de João de Guimarães Rosa, o vovô Joãozinho, com Vera e Beatriz Helena Tess, de setembro de 1966 a novembro de 1967*. São Paulo Edusp; Imprensa Oficial; Belo Horizonte: Editora PUC/Minas, 2003, p. 71.

Ooó: a netinha favorita

“Porque você é uma menina com uma flor e tem uma voz que não sai, eu lhe prometo amor eterno...”

Vinícius de Moraes – Para uma menina com uma flor

Todo aquele cuidado com a forma de chamar Vera Tess indica uma mudança que acabou ocorrendo naquela correspondência: inicialmente os postais eram destinados às duas netas biológicas de D. Aracy – as meninas do Vovô Joãozinho –, mas com o tempo um favoritismo pela mais jovem – Ooó – se acentuou e isso pode se dever a uma maior afinidade entre eles, como foi destacado pela mãe das meninas, a senhora Beatriz Tess, em depoimento oral concedido em setembro de 2011:

Ele [Guimarães Rosa] praticamente, desde bebê, se apaixonou por ela, quer dizer que era assim uma coisa assim fora do normal (...). Devido ao problema de ele ser tão afetivo [com a Vera], a minha sogra puxava ela pra ficar com eles. Ele gostava das crianças, gostava de todos eles, todos os irmãos. (...) mas mais distante; agora com ela não, com ela era uma coisa presente mesmo. E aí quando ela foi interagindo mais, claro que ele foi se apegando mais, não é? Daí, quando ela vinha pra São Paulo pra (sic) ficar com a gente, ele mandava esses cartõezinhos morrendo de saudade¹⁹.

Além desta declarada predileção pessoal, e também porque João Guimarães Rosa foi um escritor, cogitamos que a escolha de Ooó como principal destinatária dos cartões também pode ser atribuída a uma situação peculiar em relação à linguagem que a menina vivia naqueles meados da década de 1960, como a própria Vera explica no prefácio do volume:

Caçula, eu não ia ainda para a escola, o que me permitia passar mais tempo no Rio. Os cartões, escritos entre 1966 e 1967, quando eu tinha entre 3 e 4 anos de idade, eram como vovô Joãozinho me

19 TESS, Beatriz. *Depoimento concedido a Camila Rodrigues*. São Paulo. 23 Set.2011. São Paulo. 23 Set.2011. (Informação verbal).

convidava para mais uma temporada no Rio. Demorei para falar (por pura preguiça, diziam), limitava-me a apontar para os objetos que eu queria pegar, chamando-os de ‘ooó’²⁰. Daí meu avô carinhosamente chamar-me de ‘ooó do vovô’.²¹

No acervo pessoal do escritor João Guimarães Rosa, dentre outros tipos de manuscritos e além das cadernetas, constata-se que o autor fazia uso regular de *Cadernos de Estudos*²², que eram sempre escolares e alguns estão disponíveis em seu fundo arquivístico no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Nos cadernos de Rosa encontramos registros de uma série de trechos que o autor teria pensado ou ouvido e em seguida anotado em breves citações que quase sempre eram iniciadas como a sigla “M%”, indicando um desejo de se apropriar de alguma parte das expressões ao redor para alimentar sua criação. Nos cadernos é possível encontrar várias menções diretas a Ooó²³, como quando ele não só coloca a definição etimológica da palavra *infante* em inglês – o que não fala –, como a associa diretamente a Verinha:

"Infante = (Etm. ‘Non-speaking’)
m% - Ooó = A Infanta"²⁴

20 Se Ooó é a fala pré-verbal da criança Vera Tess, mudando a acentuação, segundo Nilce Sant’Anna Martins, Ooó constitui uma onomatopeia não dicionarizada inventada por Rosa, que aparece no livro *Corpo de Baile* (1956), correspondendo ao mugido de vacas. MARTINS, Nilce Sant’Anna. *O Léxico de Guimarães Rosa*. 2ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2001, p. 360.

21 TESS, Vera. “Meu avô Joãozinho”. In: *Ooó do vovô: correspondência de João Guimarães Rosa, o vovô Joãozinho, com Vera e Beatriz Helena Tess, de setembro de 1966 a novembro de 1967*. São Paulo Edusp; Imprensa oficial; Belo Horizonte : editora PUC/ Minas, 2003, p. 11.

22 Cf. RODRIGUES, Camila. “Poemas para ouvir: Uma interpretação dos Cadernos de estudos para a obra de Guimarães Rosa”. In: *Revista Manuscrita*, 2013-4, no. 25, p. 95-105.

23 Cf. Idem. *Escrevendo a lápis de cor: Infância e história na escritura de Guimarães Rosa*. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo 2014, p. 134-159 e 167-180.

24 ROSA, João Guimarães. *Caderno de estudos para a obra II*. Arq. JGR-IEB/USP – Série Cadernos e Cadernetas. JGR-CADERNO-II, p. 52.

Segundo relatos da própria Vera já adulta, à época em que ela apresentava estas dificuldades de começar a falar, todos se preocuparam com a possibilidade dela ter alguma deficiência física, por isso o Vovô Joãozinho a levou a passar em consulta com o seu amigo e médico foniatra Pedro Bloch, o qual constatou logo que, fisicamente, a menina não apresentava nenhum problema, e então sugeriu que sua dificuldade em adentrar o domínio da palavra falada teria origem comportamental ou emocional. Após cuidadosa anamnese o clínico ficou sabendo mais sobre a vida cotidiana da menina e sugeriu que o bloqueio acontecia porque, como ela era caçula e tinha quatro irmãos mais velhos sempre ao seu redor, a garota logo percebeu que bastava apenas apontar para aquilo que desejava e, magicamente, algum deles lhe traria aquilo que ela queria, ou seja, a palavra não lhe era necessária.

Como a criança só entra no campo da palavra por necessidade de se comunicar melhor e conseguir fazer com que os seus desejos se tornem realidade, desde cedo a palavra adquire caráter encantatório para o ser humano, pois já nos primeiros anos de vida, se percebe o poder das palavras em se transmutar em palavras mágicas – que seriam termos que determinam o centro das primeiras palavras utilizadas pelo infante e que já lhe permitem reconhecer sua função no comando dos discursos:

A criança maneja incessantemente a linguagem mágica. ‘A criança chama a mãe, a ama, o pai, a pessoa aparece. Quando ela pede comida, é como se formulasse uma encantação mágica’ [...]. Ao crescer, ela não é coagida a modificar esse hábito, pois as palavras lhe asseguram sempre o domínio das coisas.²⁵

Durante a primeira infância de Vera, usar palavras para falar não era mesmo imperativo, pois a comunicação não verbal, através de outras formas de linguagem menos lineares, se operava bem com seus irmãos que, apesar de maiores, também ainda eram crianças

25 MALINOWSKI, B. *The Language of magic and Gardening (Coral Gardens and Their Magic)*. 2a. ed., Londres, George Allen & Unwin, 1966 apud TODOROV, 1980, p. 242, APUD. TODOROV, Tzvetan. *Os Gêneros do discurso*. Trad. Elisa Angotti Rossovitch, São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 242.

e portanto ainda mais sintonizadas a uma vivência do mundo sem a utilização de palavras²⁶ e mais próximos a uma situação constantemente intermediária entre realidade e não realidade, no qual se edifica a subjetivação infantil²⁷, e tudo pode ser percebido como mágico. Se "nomear algo significa convocar, criar realidade da coisa, ou antes, reconhecer essa realidade. Trata-se do valor mágico da palavra, do poder da palavra, da palavra eficaz"²⁸, Verinha se demorou mais na vivência pura das coisas antes de 'criá-las pela palavra', peculiaridade que, certamente deve ter interessado bastante o vovô Joãozinho, aquele que escreveu em um de seus *Cadernos*: "M% = O desejo de comunicar-se, às vezes (EM GERAL) não é cortês: é bárbaro".²⁹

Em seu estudo sobre o que chamou de "folclore infantil" na cidade de São Paulo por volta da década de 1960, Florestan Fernandes (2004) também destacou que muito do material cultural recolhido com as crianças ou relatado por seus pais naquela pesquisa – cantigas; jogos; parlendas; pegadas; trava-línguas; provérbios; etc. – evidenciava a sobrevivência de algumas "fórmulas empregadas com intuítos mágicos, no passado",³⁰ e ainda que as limitações daquela investigação não tivesse lhe permitido explorar tal questão na época, era interessante perceber que o modo tal "como as crianças compreendem (os fenômenos) é modelado de acordo com as 'explicações' fornecidas pelos adultos, que procuram manter ou suscitar convicções coerentes com as tradições".³¹

Abordando mais diretamente o conteúdo dos cartões destacamos as formas utilizadas pelo Vovô Joãozinho para se comunicar com a menina que, por muito tempo, dispensou o uso da palavra: ele não tem pudores em manifestar em forma de desenhos nos versos dos

26 Cf. DAVIS, Flora. *A Comunicação não-verbal*. Trad. Antonio Dimas. São Paulo: Summus, 1979, p. 141.

27 Cf. WINNICOTT, D.W. *O Brincar e a realidade*. Trad. José Otávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

28 MENESES, Adélia Bezerra de. "Vermelho, Verde e Amarelo: tudo era uma vez". In: *Cores de Rosa – Ensaio sobre Guimarães Rosa*. Cotia: Ateliê Editorial, 2010, p.233.

29 ROSA, João Guimarães. *Caderno de estudos para a obra 17*. Arq. JGR-IEB/USP – Série Cadernos e Cadernetas. JGR-CADERNO-17, p. 56.

30 FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*.^{3ª} Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 333.

31 *Ibidem*, p. 336.

cartões, seu afeto e saudades. Em uma dessas mensagens, Vovô Joãozinho desenha³² Ooó diversas vezes, inclusive como selo e também imbricada nas letras de Ooó, e a si próprio de chupeta,³³ mostrando que essa correspondência cumpria o papel de ser o “o lugar físico e afetivo” onde os correspondentes distantes poderiam se encontrar³⁴: enquanto Verinha é selo e aparece quase sempre em plena atividade infantil: brincando com bola, voando, dirigindo o fon-fon, entre outras; o Vovô Joãozinho a acompanha nas brincadeiras de bola, na ciranda com outra mulher chamada Susi – provavelmente uma funcionária da casa pois está usando uma roupa que parece ser um uniforme – em uma proposta de compartilhamento e diversão, quase irrecusável à criança, uma vez que “onde quer que esteja, ela interage ativamente com os adultos e as outras crianças, com o mundo”³⁵. Também neste postal, vemos um desenho mais detalhado do Vovô Joãozinho usando óculos e gravata borboleta, que é figurino característico de Guimarães Rosa, porém nesta representação ele tem uma pequena Verinha em seu ombro, próxima ao ouvido, como se fosse uma espécie de ‘grilo infante’, portadora de mensagens sonoras do mundo dos pequenos, já que “as coisas que não têm nome são mais pronunciadas por crianças”³⁶, e isso pode ser responsável pelo inicialmente estranho aparecimento da chupeta – símbolo legítimo da primeira infância – que ele leva na boca e que pode indicar uma vivência mesma com crianças pequenas, que sempre colocam as chupetas na boca dos adultos, ou mesmo que o contato com a menina modificava de alguma forma o modo de estar no mundo daquele Vovô, que não deixa de ser quem é, mas já acrescenta a sua imagem um elemento infantil . Ainda neste postal, quando a menina é desenhada escorregando entre as

32 Cf. RODRIGUES, Camila. *Escrevendo a lápis de cor: Infância e história na escritura de Guimarães Rosa*. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo 2014, p. 85.

33 ROSA, João Guimarães *Ooó do vovô: correspondência de João de Guimarães Rosa, o vovô Joãozinho, com Vera e Beatriz Helena Tess, de setembro de 1966 a novembro de 1967*. São Paulo Edusp; Imprensa oficial do Estado de São Paulo; Belo Horizonte : Editora PUC/Minas, 2003³, p. 46-7.

34 GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo”. In: GOMES, Angela de Castro (org.) *Escrita de si, Escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.20.

35 COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009, p. 28.

36 BARROS, Manoel de. “O Livro das Ignoranças”. In. *Poesia completa de Manoel de Barros*. São Paulo: Leya, 2010, p. 297-324.

letras de seu apelido Ooó, Guimarães Rosa está, também, problematizando uma condição da criança em relação a cultura letrada: tudo para ela serve para brincar, inclusive as letras, então, ainda que de forma privada, ao usar esta forma de “arte do intermediária”³⁷ que é o desenho para se comunicar com a neta, representa seu corpo brincando entre as letras, e assim também faz referência ao processo de formação de uma das mais importantes tecnologias desenvolvidas pela cultura humana, que é o alfabeto³⁸, aquele que surgiu justamente quando o que antes era desenho, virou letra³⁹.

Atentando para o fato de que este postal foi escrito em 02 de dezembro de 1966, parece conveniente associá-lo a outra carta, escrita por Guimarães Rosa em 16 de dezembro daquele mesmo ano, e destinada ao seu amigo, o cônsul William Agel de Mello:

Ooó chegou. Mostrei a ela os retratos (de Você)⁴⁰ e ela o identificou, presta. Aliás, já havia contado, ao Pai, em São Paulo, comprida estória a respeito do “Boço” do fon-fon, e do Zoo, com o “boi-bobo” e o “pipipi bobo” que bicou o Vovô. Ela agora fala tudo.
Os retratos, ótimos. Agradecemos, e: parabéns.”⁴¹

Neste trecho da carta, Ooó é citada quando o avô apresenta grande contentamento por sua chegada em sua convivência no Rio e relembra o amigo do dia em que os três tinham estados juntos⁴² e, na mensagem, o Vovô Joãozinho também transcreve corruptelas usadas na comunicação com Ooó, como “Boço”, no lugar de ‘moço’. Em certo momento desta citação,

37 ANDRADE, Mario de. “Do desenho”. In: *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. 2ª. Ed, São Paulo: Martins, 1975. p. 69-77, 71-2.

38 HAVELOCK, Erick. *A Revolução da escrita na Grécia Antiga e suas consequências culturais*. Trad. Ordep José Serra. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996a, p. 11-44.

39 LATZ, Lia. *Aventura da escrita: a história do desenho que virou letra*. Ilus. Moal. 2ª. Ed. São Paulo: Moderna, 2002.

40 Parênteses originais do autor.

41 ROSA, João Guimarães. *Cartas a William Agel de Mello*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003, p.24.

42 Em nota da publicação de sua correspondência com Guimarães Rosa, William Agel de Mello explica que um dia tinha estado no jardim zoológico com o escritor e a neta. ROSA, João Guimarães. *Cartas a William Agel de Mello*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003 p. 71.

Rosa ainda destaca que aquela dificuldade inicial da menina ao falar, sobre a qual já tratamos aqui, naquele momento estava superada, afinal ela “agora fala tudo”.

Voltando a tratar da correspondência com Ooó, nota-se que nela o mais comum é que Vovô Joãozinho desenhe para se fazer compreender pela pequena, por isso cabe-nos lembrar de que quando um adulto desenha para uma criança, ele tenta uma aproximação maior do mundo da infância, ainda que para isso seja preciso que ele use um “repertório codificado como infantil”⁴³, e que é bem diferente da forma como a criança percebe o mundo; de qualquer forma, o simples ato de desenhar já toca a perspectiva da criança, pois o desenho proporciona uma entrada em um estado sensível que é “ao mesmo tempo uma transitoriedade e uma sabedoria. O desenho fala, chega mesmo a ser uma caligrafia”⁴⁴. Por sua característica transitória, a produção gráfica expressa melhores impressões provisórias e moventes, tão caras aos que não estão comprometidos com a perspectiva cristalizada da cultura escrita, como as crianças pequenas. Este conflito também aparece destacado em um dos postais, onde encontramos a transcrição de mensagens, ou como Rosa quis chamar, “ditados exatos”, de Vera para a irmã Beatriz Helena que estava em São Paulo, então o Vovô escreve assim:

(Ditado exato):/Queída Biatiz Eêna,/ minha Irmãzinha./Catão bonito, com caçoinho,/ dois caçoinhos. Pa você./Mamãe queída. Papai queído./ Imãozinhos queídos./Vovô fica tiste, e vovó, titia./ Chora. O mar tá peando. (?)/(Peando pa lá: toma banho.)/Agora, eu quéo crever: sabo-/netinho dela, queído.) Bonita,/ Você. Bonequinha. Boneca. Boni/tinha. Tou no (R)ío. O João-/zinho, Vovô, Vovó, Titita. Jesus./Cá-sás da Banha.../Cartão seu bonito. (O) b (r)igada./Juana (empegada)./Dois-Nenén, beijinhos./Beijinhos Mamãe queída./É. Edu bonito./Irmãozinhos./Vovó Ima./P(r)onto!/a Vera/bichinho, jacaré,cobrinha, bolinha, mãe da cobrinha pequenininha/ (Pela cópia fiel, com lembranças, o vovô Joãozinho – secretário de Vera?).⁴⁵

43 MÈRIDIEU, Florence. *O desenho infantil*. Trad. Álvaro Lorencini, Sandra Nitri. 11ª.Ed. São Paulo: Cultrix,2006, p.15.

44 ANDRADE, Mario de. “Do desenho”. In: *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. 2ª. Ed,São Paulo: Martins, 1975. p.71-2.

45 ROSA, João Guimarães *Ooó do vovô: correspondência de João de Guimarães Rosa, o vovô Joãozinho, com*

Se Rosa confessa que, em sua infância, foi alimentado pela audição constante das “narrativas multicoloridas dos velhos: mitos e lendas”⁴⁶, e que a única diferença entre ele e as outras crianças era que ele, ao invés de contá-las depois, como pede a tradição oral, as escrevia, então talvez o autor já estivesse habituado a transcrição de expressões verbais. Mas aqui, já não se trata apenas de uma adaptação de linguagem falada para escrita, afinal, na época da correspondência com as netinhas pequenas, ele já era adulto, então com que legitimidade ele poderia expressar os pensamentos de Vera? Ainda que fique claro que, embora a comunicação do desejo de afagar até se materialize, nas cartas ditadas pelas crianças aos adultos letrados, aquilo que está na cabeça dos pequenos, em suas “cem linguagens”⁴⁷, nunca poderia caber por completo nas palavras escritas.

Para romper as distâncias, impossibilidades e proibições, às quais os pequenos estão sempre submetidos, é comum que tentem expressar sua voz (ainda em construção) nas linguagens mais livres e adequadas também a eles: desenhos, beijos, silêncios etc. Em relação a esse postal, no qual Vera exercita a comunicação com a irmã pela via transcrição do avô, também Joãozinho experimenta aproximar-se da perspectiva peculiar da pequena neta, transformando as elocuições que ela conseguiu proferir (e ele compreender) em claras palavras escritas. Porém, como se soubesse do previsível fracasso desta empreitada, é também permitido a ela que expresse, por si mesma, sua própria ‘voz’, através de produções gráficas infantis, e desta forma Vera ‘comenta’ com a irmã as novidades que percebeu no Rio de Janeiro, desenhando coisas muito simples: a bolinha, a cobrinha, a bala, o bichinho, o jacaré etc... Tudo grafado de forma bastante rudimentar, muito próximas aos rabiscos, que por

Vera e Beatriz Helena Tess, de setembro de 1966 a novembro de 1967. São Paulo Edusp; Imprensa oficial do Estado de São Paulo; Belo Horizonte: Editora PUC/Minas, 2003a, p.38.

46 LORENZ, Günter. “Diálogo com Guimarães Rosa”. In: COUTINHO, Eduardo (org). *Guimarães Rosa*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p.69-70 (Série Fortuna Crítica).

47 Cf. EDWARDS, Carolyn; FORMAN, George & GANDINI, Lella. *As Cem Linguagens da Criança - A abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância*. Trad. Dayse Batista, Porto Alegre: Artmed, 1999.

fugirem da lógica narrativa, tornam-se quase que ilegíveis⁴⁸, então o Vovô é obrigado a escrever uma legenda explicando o que “significa” cada um daqueles riscos, embora para a criança “a questão do sentido ou não sentido apresentam um interesse mínimo”⁴⁹.

Sublinhando os diálogos possíveis entre as duas crianças, intermediado por um adulto que o transforma em palavras escritas, postais como este são momentos que abrem questionamentos ricos, pois podem funcionar como tentativa de comunicação entre a lógica adulta e a infantil; e este, em específico, por trazer na capa a imagem de dois cachorrinhos entre as flores e no verso a mensagem apresentada acima, terminando com a pergunta: tendo transcrito tudo com tamanha exatidão a mensagem da netinha, seria o vovô o secretário da Vera? Aqui fica claro que a possibilidade mesma de expressão da linguagem dos pequenos, estabelecida pela mediação da palavra escrita dos adultos, é colocada em tensão.

Se os postais pressupõem sempre a ideia de um distanciamento entre avô e neta a ser superado; no volume também foram publicadas algumas cartas, transcrições de enunciações, alguns bilhetes e desenhos, que se expressam como registros de momentos de proximidade entre os aparentados. Um exemplo destes é quando encontramos as versões desenhadas de duas variantes da história tradicional *Como a jovem teve que escolher entre três pretendentes*⁵⁰, cuja origem se perde no tempo; mas na cultura ibérica ficou conhecida através da cantiga *Teresinha de Jesus*. No Brasil, esta se tornou tema de rodas e brincadeiras cantadas, na qual a história é encenada pelas crianças pequenas, ajudando-as a interagir e a falar⁵¹. É que para os infantes brincantes, não há diferença definida entre cantar e gracejar, já que, segundo depoimento de uma criança, para elas a *Cantiga de Roda*: “É uma música, uma dança, não é uma brincadeira, mas aí a gente faz uma brincadeira”⁵². Na primeira versão da cantiga citada,

48 MÈRIDIEU, Florence. *O desenho infantil*. Trad. Álvaro Lorencini, Sandra Nitrini. 11ª.Ed. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 23.

49 MÈRIDIEU, Florence. *O desenho infantil*. Trad. Álvaro Lorencini, Sandra Nitrini. 11ª.Ed. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 16-7.

50 *CONTOS do Vampiro*. Trad. Luiz Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1986, p. 37-40.

51 FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.40.

52 JARDIM, Claudia Santos. *Brincar: um campo de subjetivação na infância*. São Paulo: Annablume;

mais jocosa, temos: “*Teresinha de Jesus/- Abre a porta!/ Vê quem é/- É um homem pequenino.../Que tem mêdo(sic) de moé!*”. Na segunda versão temos desenho de uma Teresinha cavaleira, que cai do cavalo e é acudida por três *cavaleiros* (não três *cavalheiros*, como na canção popular): “*Teresinha de Jesus/ Deu um pulo, foi ao chão/ Acudiram três cavaleiros, todos três chapéu na mão*”⁵³.

Naqueles desenhos simples, todos traçados a lápis grafite e coloridos com o lápis de duas pontas (azul/vermelha) – que eram propriamente os instrumentos de trabalho do vovô escritor/diplomata, que repentinamente se transformavam em brinquedo e utensílio para jogos de ficcionalizar⁵⁴–, temos representadas duas variações da cantiga de roda *Teresinha de Jesus*. Comparando ambas as versões, as semelhanças entre as duas variantes se mantêm pelo ritmo da melodia – como é caro às expressões em linguagem não verbal – e as diferenças se operam nos modos de linguagem verbal: no caso da primeira variação, temos uma narrativa curta, onde *Teresinha de Jesus* aparece como uma criança – não necessariamente Vera–, para quem alguém pede que abra a porta para ver quem está chamando, então a menina abre e diz que é um “homem pequenino que tem medo de moé”, que é uma transcrição de uma corruptela da palavra mulher que, quando escrita, provoca gracioso estranhamento⁵⁵. Esta mesma versão da cantiga popular aparece no já citado levantamento de registros das práticas culturais infantis em São Paulo – que é a cidade onde Verinha morava –, com uma diferença tênue relativa às formas elocutivas: se Rosa escreve “medo de moé”, no arrolamento de Florestan Fernandes a locução escrita aparece como “muié”⁵⁶. Já na segunda variante, temos a versão tradicional da menina que caiu e a “acudiram três cavalheiros, todos os três chapéu na

Fortaleza: Secult, 2002, p.31.

53 ROSA, João Guimarães *Oó do vovô: correspondência de João de Guimarães Rosa, o vovô Joãozinho, com Vera e Beatriz Helena Tess, de setembro de 1966 a novembro de 1967*. São Paulo Edusp; Imprensa oficial do Estado de São Paulo; Belo Horizonte: Editora PUC/Minas, 2003^a, p. 25.

54 MÈRIDIEU, Florence. *O desenho infantil*. Trad. Álvaro Lorencini, Sandra Nitri. 11^a.Ed. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 8-9.

55 Cf. GINZBURG, Carlo. “*Estranhamento: pré história de um procedimento literário*”. In: *Olhos de Madeira: Nove reflexões sobre a distância*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 15-41.

56 FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 3^a. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.45.

mão”, sendo que nesta parte, no entanto, o Vovô Joãozinho desenha uma *Teresinha de Jesus* semelhante às caracterizações de Vera em outros cartões, mas aqui ela é uma cavaleira, assim como seus salvadores, também são “três cavaleiros”. Essa brincadeira com as palavras cavalheiros e cavaleiros, que lembra certo estranhamento infantil em relação à linguagem usada pelos adultos, se opera na fala e na escrita, mas é na escrita que ela fica mais sutil, visto ocorrer a partir da ausência ou presença de uma única letra – h – modificadora de todo o sentido da mensagem.

O estranhamento causado pelo contato entre a linguagem do adulto e a da criança pequena que encontramos com frequência na correspondência em questão, já havia sido registrado décadas antes na *Crônica berlinense*⁵⁷ – um dos esboços preliminares a versão definitiva das memórias de infância⁵⁸ que Walter Benjamin dedicou a seu filho da década de 1930 – texto no qual temos acesso a uma narrativa onde o adulto experimenta uma “volta ao tempo e recupera em certo sentido a maneira de ver da criança, a sensibilidade e os valores dela”⁵⁹, e tantas vezes isso aparece através o conflito entre as linguagens do adulto e da criança, como quando escreve: “há um som que, graças às décadas que nem passou pelos meus lábios nem chegou aos meus ouvidos, preservou o insondável mistério que as palavras da língua dos adultos possuem para as crianças (...) essas palavras existem na fronteira entre duas regiões linguísticas, das crianças e dos adultos”.⁶⁰

Por outro lado, nos bilhetes escritos pelo Vovô Joãozinho a Ooó que foram publicados no livro, também temos alguns registros da visão peculiar que a criança vai

57 BENJAMIN, Walter. “A Berlin Chronicle.” In: *One-way Street and another writings*. Trad. Edmund Jephcott e Kingsley Shorter. London: Verso, 1992.

58 “Infância berlinense: 1900”. In: *Rua de mão única e Infância berlinense 1900*. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 69-116. (Filô/Benjamin)

59 BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: Representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 13.

60 BENJAMIN, Walter. Tradução nossa. “There is one sound that, thanks to the the decades in which it neither passed my lips nor reached my ears, has preserved the unfathomable mystery that certain words from the language of adults posses for children. (...) These words that exist on the frontier between two linguistic regions, of children and of adults” BENJAMIN, Walter. “A Berlin Chronicle”. In: *One-way Street and another writings*. Trad. Edmund Jephcott e Kingsley Shorter. London: Verso, 1992, p. 322-3.

percebendo das coisas, como por exemplo, do choque de linguagem entre crianças (como Ooó) e adultos, (como o avô): “*Vera (Ooó)/24.XII.66/ _É ‘atinho’. Océ fala (‘ratinho’) é porque você creceu...*”⁶¹ Em outros momentos dos bilhetes, Vera fala ao Vovô usando duas linguagens, uma mais utilizada pelo adulto (ditado), outra à criança (rabiscos), que nos mostram outro depoimento da menina em relação ao conflito cultural adulto/criança. O texto ditado por Vera a um adulto que escreve preservando a expressão da criança é o seguinte:

Carta da Vera:”<<Vovô queído, abraço vovô queído. Tou com saudade de você. Não vou no Ío não. Você vem aqui. Beijo vovó Aci. Abaço nas Amigas Monica, Angélica, Fátima, Patrícia, Adriana. Beijo vovô queído. Vera Úcia. (em 17 de agosto de 1967).⁶²

Acompanhando a mensagem em questão, ao invés de imagens caminhando para o figurativo, temos garatujas de Verinha, e nelas não vemos mais os instrumentos de trabalho de Rosa – como lápis de duas pontas – transformados em brinquedo infantil, pois a gravura multicolorida nos oferece outro tipo de informação, afinal, “para a criança, a cor não se reduz a uma simples impressão, mas a afeta em todos os sentidos: ela a aspira, respira, escuta, sorve degusta”⁶³, e assim, “por sua simples manifestação, a cor certifica, torna autêntica a existência da ficção (...) ao desdobrar-se ela tem poder para convocar a totalidade dos mundos sobre os quais ela pode colocar-se ou de onde, talvez, ela provém”⁶⁴. Então, se a cor é expressão representativa mais importante para a criança, porque ela legitima o ‘faz de conta’, a

61 ROSA, João Guimarães *Ooó do vovô: correspondência de João de Guimarães Rosa, o vovô Joãozinho, com Vera e Beatriz Helena Tess, de setembro de 1966 a novembro de 1967*. São Paulo Edusp; Imprensa oficial do Estado de São Paulo; Belo Horizonte: Editora PUC/Minas, 2003a, p. 35.

62 ROSA, João Guimarães *Ooó do vovô: correspondência de João de Guimarães Rosa, o vovô Joãozinho, com Vera e Beatriz Helena Tess, de setembro de 1966 a novembro de 1967*. São Paulo Edusp; Imprensa oficial do Estado de São Paulo; Belo Horizonte: Editora PUC/Minas, 2003, p.53.

63 SCHERÉR, René. *Infantis: Charles Fourier e a infância para além das crianças*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Educação:Experiência e sentido), p. III.

64 *Ibidem*, p. 112.

ficcionalização, era essa a proposta de Ooó ao Vovô.

A partir destes bilhetes, podemos voltar àquela colocação de Candido e Mindlin que deixamos em aberto, quando eles sugeriram que o Vovô Joãozinho “quase monologa” nesta correspondência. Questionamos esta colocação porque as ‘falas’ de Vera também são registradas várias vezes, mas acabam quase que não sendo muito percebidas pelo olhar adulto, talvez porque misturem diversos pontos de vista, e não obedecem a uma lógica narrativa linear⁶⁵. Novamente é o fonoatira Pedro Bloch quem vem em nosso auxílio e nos ajuda a pensar a questão por outra perspectiva, especialmente quando afirma que as expressões infantis possuem “características tão próprias, tão originais, tão suas, que os referenciais do adulto não conseguem fixar com facilidade. Essa originalidade faz com que o diálogo de adulto e criança mixe tantas vezes⁶⁶”. Na correspondência em questão, Vovô Joãozinho experimentou ultrapassar essa dificuldade de contato entre os níveis culturais pelo uso de múltiplas linguagens que poderiam despertar a percepção de crianças pequenas, mas como será que aquele contato, expresso nos cartões postais, ficou registrado nas memórias de Vera Tess?

Uma memória do afeto

“... tudo ignorava da sua infância; mas recordava-a demais.”

João Guimarães Rosa – Tutaméia

Além do texto que escreveu para o prefácio do livro da sua correspondência com Vovô Joãozinho, em 2011 Vera Tess voltou a falar do significado de ter vivido aquela

65 Como já foi dito, não podemos divulgar aqui as imagens do livro e lamentamos que isso acabe significando mais um impedimento à expressão infantil de Ooó. De qualquer forma, ao abordarmos a existência desse material e sublinhar as questões que ele desperta pode servir como contribuição para a história das relações entre crianças e adultos, e apontamos que um exemplo da ‘fala’ rabiscada de Ooó pode ser conferido em RODRIGUES, Camila. *Escrevendo a lápis de cor: Infância e história na escritura de Guimarães Rosa*. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo 2014, p. 100.

66 BLOCH, Pedro. *Criança é isso aí*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1980, p. 11-2.

experiência tão especial com seu avô. No emocionado depoimento oral de cerca de duas horas, Vera forneceu muitos elementos expressivos importantes para se pensar a questão da memória da infância, sua narrativa e história. Em um dos trechos mais significativos, todo recortado de pausas silenciosas carregadas de emoção, Vera nos fala sobre o Vovô Joãozinho e das lembranças que lhe restavam do tempo que viveu ao seu lado:

Ele foi o único avô que eu conheci, que eu tive, porque meus dois biológicos eu não conheci; enfim, a referência de avô, de afeto é total dele. Ele faleceu e eu tinha quatro anos e pouquinho, então eu tenho uma memória... muito... tenho uma memória do afeto, tenho uma memória muito... assim, na verdade quando eu vejo, quando eu leio, toda vez que eu releio estes cartões aí, é uma coisa que tem um sentimento muito gostoso, muito... é como se eu voltasse a ser criança mesmo [...]. É mais do que se emocionar, me toca, tem uma... Enfim, é um aconchego digamos, uma sensação muito boa de estar próxima, de ficar mexendo, lendo e tal... e ai, muito uma coisa infantil, de bonitinho, de avô, disso eu tenho um sentimento forte.⁶⁷

Ainda que a imagem do Vovô Joãozinho mantida na memória de Vera Tess receba destaque, até pela exclusividade dele no papel de avô, devido ao contato entre eles ter acontecido quando ela ainda era muito pequena, a retentiva que ele deixou é fortemente afetiva e revisitar os postais despertam novamente traços daquela percepção infantil. Na emoção de Vera ao mexer e comentar os postais que recebeu do avô que viajava o mundo, é observável que, na percepção dela, aquelas ilustrações, escritos e desenhos, continuam intensamente “habitados” pelo seu afetivo avô⁶⁸, e isso acaba despertando uma revivência dos modos de sentir e de pensar daquela menina de nem quatro anos que ela foi. Isso se torna altamente significativo se considerarmos que a criança, na primeira infância, ainda não possui

67 TESS, Vera Lucia. *Depoimento concedido a Camila Rodrigues*. São Paulo. 23 Set.2011. São Paulo. 23 Set.2011. (Informação verbal).

68 Cf. BENJAMIN, Wallter. “Infância berlinense:1900”. In: *Rua de mão única e Infância berlinense 1900*. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 96.

a compreensão completa do tempo segmentado⁶⁹ e por isso ela percebe o mundo como um fluxo contínuo até que, com sua entrada na linguagem verbal, acontece um alargamento da sua percepção temporal e é como se estivessem sendo criados ‘novos tempos’⁷⁰.

Segundo o professor de psicologia da Universidade de Toulouse, Guy Tonella, em seus primeiros anos de vida, porque vive nessa indeterminação temporal, o ser humano não constrói relações diretas entre “os eventos externos e sua experiência interna”⁷¹, e quando adulto, as reminiscências que pode guardar daquele tempo “não podem ser relacionados à qualquer lembrança precisa porque pertencem ainda e exclusivamente ao sistema de relações não verbal, não consciente, não simbolizado”⁷², podendo emergir como só sentimento.

Mas se a reminiscência infantil não fornece elementos suficientes para que a própria Vera narre a história de sua relação com Rosa, ela ainda pode ser contada a partir de outras narrativas que preencheram suas memórias de meninice por toda a sua vida, ou nas suas próprias palavras:

Talvez o maior impacto, o que me mexe e me toca, a importância maior foi ter tido um avô gostosinho como ele foi, então depois de ver essas coisas, as que mamãe conta... a vovó conta... todas as historinhas super carinhosas: que ele me punha pra dormir, me contava história (...) essas coisas são de um afeto, de um carinho assim que é uma delícia ouvir, saber, bem coisa de afeto mesmo. Isso ultrapassa de muito o ser neta do Guimarães Rosa; primeiro me vem como é ser neta do Vovô Joãozinho. Primeiro porque, criança, eu nem sabia que ele era escritor, né, até nessa idade nem sabia⁷³.

69 PIAGET, Jean. *A noção do tempo na criança*. São Paulo: Record, 2002.

70 Cf., entre outros, FRANÇOIS, Frédéric. ‘O que nos indica a linguagem da criança: Algumas considerações sobre a linguagem’. In: DEL RÉ, Alessandra (org). *Aquisição da linguagem*. São Paulo: Contexto, 2006.

71 TONELLA, Guy. “As propriedades reguladoras das relações interpessoais”. In: *Revista Latino-americana de Psicologia Corporal*, ano 1, no. 2, out. 2014, p.08.

72 Ibidem, p.09.

73 TESS, Vera Lucia. *Depoimento concedido a Camila Rodrigues*. São Paulo. 23 Set.2011.São Paulo. 23 Set.2011. (Informação verbal).

Ainda que as reminiscências que ela julga serem as mais importantes sobre aquela época são as que trazem maior carga afetiva, e aquela história foi preservada pelas narrativas de outros sobre sua vivência, Vera também narra tênues lembranças do dia da morte do avô, em novembro de 1967:

De lembranças maiores, assim, eu tenho de quando ele morreu, que eu estava lá,[foi] na minha frente, mas eu tenho menos [lembrança] não dele na minha frente me chamando, mas depois a confusão no apartamento, porque ai eu chamei minha [a]vó e veio um monte de gente, ai ele ficou com o fardão no quarto [...] isso eu lembro, cenários, aquela confusão, isso tem uma coisa mais clara, mas de momentos com ele, assim, não ...”⁷⁴

Interessante observar o movimento da memória de Vera sobre aquele dia final, pois ali não aparece mais a imagem do avô carinhoso – como se esta tivesse protegida pelo manto afetivo e se consolidado como recordação –, mas as lembranças que ela traz daquele momento são factuais, remetem ao cenário, à confusão no apartamento. Isso acontece porque o passado em si é sempre silencioso, “a ele se referem em concorrência, a memória e história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança”⁷⁵, assim só é possível acessá-lo de forma fragmentada, pelos registros deixados – como no caso os postais – ou pela narrativa.

74 TESS, Vera Lucia. *Depoimento concedido a Camila Rodrigues*. São Paulo. 23 Set.2011. São Paulo. 23 Set.2011. (Informação verbal).

75 SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.9.

Considerações finais: Vovô Joãozinho de chupeta

“Só amor em linhas gerais infunde simpatia a história, sobre cujo fim vogam inexatidões, convindo se componham; o amor e seu milhão de significados.”

João Guimarães Rosa – Tutaméia

No que tange à história do pensamento sobre a criança, se para o mundo ocidental até o século XIX, o infante foi pensado apenas como “uma parte do grande corpo coletivo”⁷⁶. A partir da entrada do século XX, paulatinamente, vimos emergir discursos nos quais a criança começa a ser tratada como um ser que tem desejos, que possui uma posição própria diante do mundo e da vida. Olhar para a criança desta forma permite que se perceba quão diferente sua cultura é da do adulto, e com isso ela também pode começar a ser vista como um ser socialmente participante e engendrador de culturas infantis⁷⁷ que, quando em contato com a cultura adulta, contrastam com as percepções convencionais pois, em sua intensa criatividade, são estranhas a convenção civilizada e denunciam a perplexidade da vida e a insensatez das coisas, sensibilizando, assim, a percepção para outras formas de estar no mundo.

Todo esse caldo cultural é perceptível nas condensadas imagens da correspondência entre o Vovô Joãozinho e Ooó, onde vislumbramos não apenas as diferenças culturais entre avô e neta, mas também as tentativas, por ambas as partes, de estabelecer diálogo, contribuindo, assim, para a história da criança no século XX⁷⁸. O próprio envio de imagens em fragmentados postais a uma criança, já marca uma quebra na linearidade do discurso e o registro de uma tentativa de falar sobre viagens, que supomos ser não apenas no espaço, mas no contato entre as linguagens verbal adulto e não verbal da criança.

76 GÉLIS, Jacques. “A individuação da criança”. In: ARIÈS, P; CHARTIER, R. *História da vida privada, 3 – Da renascença ao século das luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 306.

77 COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009, p.28 a 35.

78 FREITAS, Marcos César de & KUHLMANN, Moysés (org). *Os intelectuais e a história da infância*. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 7.

Se tantas vezes a tentativa de diálogo entre adulto e criança acaba se concretizando através do humor, já que as expressões da criança soam engraçadas aos adultos; no século XXI também podemos observar a questão também pelo outro lado, pois já estão sendo desenvolvidos estudos sobre como as crianças produzem intencionalmente expressões cômicas para compartilhar a diversão entre elas próprias e também com os adultos.⁷⁹

Essas discussões sobre os contatos culturais entre adultos e crianças, em suas várias tonalidades, aparecem em destaque na correspondência analisada e podem estar sintetizado no carinhoso, simbólico e engraçado desenho do Vovô Joãozinho de chupeta naqueles postais.

79 DEL RÉ, A; et al. “Diversão partilhada, humor e ironia”. In DEL RÉ, Alessandra; MENDONÇA, Luciane P.M.C (org). *Explorando o discurso da criança*. São Paulo:Contexto, 2014, p.36.

No olho do redemoinho, tudo muda ao nosso redor a infância nas canções do rock nacional da década de 1980

Elisangela da Silva Machieski

Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Scheyla Tizatto dos Santos

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo

Um redemoinho de imagens, sons e movimentos compõe a década de 1980. Iniciava-se o processo de redemocratização, um novo Código de Menores, também, marcou o período. Nascia, em 1985, o Movimento Nacional de Menino e Meninas de Rua e a nova Constituição em 1988. Neste contexto está centrado o recorte temporal deste trabalho, a década de 1980. Período em que o Brasil vivenciou experiências que mudaram profundamente a ordem política, econômica e social, que servem como moldura para pensar os desdobramentos musicais da década. O cotidiano dos anos 80 fora registrado na produção musical, o que nos leva a estabelecer um debate sobre a utilização da temática “infância” nas músicas, consumidas pelos jovens no Brasil, essencialmente as do gênero rock, pela característica poética que assume. Assim, essa proposta parte da ideia de que as composições que sublinharam o rock nacional brasileiro, durante o período de reabertura política, fizeram uso de imagens da infância, geralmente associada à pobreza, de forma alegórica para evocar um passado recente. Para compor nossa hipótese trabalhamos com as canções “Milagres” (1985), “Barão Vermelho”, “Teerã” (1986), “Paralamas do Sucesso” e “A canção do senhor da guerra” (1983), “Legião Urbana”. A partir de uma análise dos parâmetros internos da linguagem e dos parâmetros externos das canções, que se aproximam pelos aspectos melódicos e por seu contexto histórico, buscamos abarcar esta dimensão analítica das produções, alinhando uma perspectiva teórica e metodológica da História do Tempo Presente em diálogo com a Música e a História da Infância.

Palavras-chave história, infância, música, juventude.

Abstract

Un remolino de imágenes, sonidos y movimientos componen la década de 1980. Con el proceso de democratización comenzado, un nuevo Código de Menores hizo huella en el período. Nació, en 1985, el Movimiento Nacional de Menino e Meninas de Rua y, en 1988, la nueva Constitución. En este contexto se centra el marco temporal de ese estudio, período en el que Brasil vivió experiencias que cambiaron profundamente la vida política, económica y social y que sirve como marco para pensar acerca de los

acontecimientos musicales de la década. La vida cotidiana de los años 80 fueran registrados en la producción musical, lo que nos lleva a establecer un debate sobre el uso del tema "Infancia" en la música, consumida por los jóvenes, principalmente del género rock, por la función poética que toma. Así, tuvimos esta propuesta, a partir de la idea de que las composiciones que hacían parte del rock nacional de Brasil, durante el período de reapertura política, hicieron uso de las imágenes de la infancia, por lo general, asociadas a la pobreza, para evocar el pasado reciente. Para componer nuestra hipótesis, trabajamos con las canciones "Milagres" (1985), "Barão Vermelho", "Teerã" (1986), "Paralamas do Sucesso", y "A canção do senhor da guerra" (1983), "Legião Urbana". A partir de un análisis de los parámetros internos de lenguaje y los parámetros externos de las canciones, que se acercan a los aspectos melódicos y por su contexto histórico, buscamos incluir esta dimensión analítica de la producción, acercándonos a una perspectiva teórica y metodológica de la Historia del Tiempo Presente en el diálogo con la música y la Historia de la Infancia.

Keywords historia, música, infancia, juventud.

Introdução: o cinema, a rua e a música

Era uma noite fria da década de 1980, na cidade de São Paulo, Pixote era levado da delegacia para a FEBEM¹ em um camburão. Um menino franzino, com apenas 10 anos de idade, chegava à instituição “correcional”, a frase na parede, se soubesse Pixote ler, avisava: “Respeite a Ordem”. Mesmo não sabendo ler, Pixote acabou entendendo o recado de um dos funcionários responsáveis pela disciplina “Aqui ninguém apanha de bobeira”. Foram noites de pouco sono, dias de alimentação insuficiente e muita violência. Depois de conhecer a realidade da instituição, Pixote ganhava as ruas, local onde “aprimorou” a criminalidade. O final do filme², um tanto lúdico, mostra o menino Pixote caminhando na estrada férrea, equilibrando-se na corda bamba da vida.

Assim como Pixote, protagonista do filme de Hector Babenco, existiram tantos outros meninos e meninas que circulavam pelas ruas na década de 1980. Esse período assinalado pela redemocratização brasileira foi marcado pela efervescência dos movimentos sociais. Entre o verão de 1984 e o outono de 1985 as ruas do país, principalmente das grandes capitais, foram tomadas por enormes movimentações populares. A população associada a partidos de oposição ao regime reuniam multidões, era o “Movimento Diretas Já”, que, iniciado em 1983, ganhava força. Associada a estas grandes manifestações surgiram vários movimentos sociais de base, oriundos de diversos matizes, entrava em pauta a discussão dos direitos políticos, civis e sociais, o que incluía a luta pelos direitos das crianças e adolescentes.

Inúmeras foram às disputas, travadas no campo social, ao que se refere à questão da infância no país. O contexto da década de 1980 foi marcado por importantes e decisivas conquistas, e, também, pelo surgimento de grupos e entidades em prol da infância brasileira. E essas ações acabaram por culminar na formulação da constituição e posteriormente no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

1 Fundação Estadual de Educação do Menor.

2 PIXOTE, a lei do mais fraco. Direção de Hector Babenco. Roteiro de Hector Babenco e Jorge Duran. Brasil. Produzido por Embrafilme e HB Filmes. Dist. Embrafilme, 1980. 1 fita (120 min); colorido: VHS.

Toda essa movimentação em prol da infância, na década de 1980, se fazia presente na discussão midiática, principalmente na mídia impressa. Em um texto³, publicado nos anais de XXVII Simpósio Nacional de História, Silvia Arend afirmou ter coletado aproximadamente 1600 matérias referentes ao tema da infância, na década de 1980 e 1990, no Jornal Folha de São Paulo. Como metodologia, a historiadora utilizou a página virtual do jornal e pesquisou com as seguintes palavras-chave: Criança; Menor; Garota/o; Menina/o; Infantil; Infância; Juventude; Família; Planejamento familiar; Aborto; Escola; Aluno; Filho; Brincar; Brinquedo; Sarampo; e Desnutrição.

Não diferente dessa infinidade de publicações nos jornais, a década de 1980 foi marcada por inúmeras publicações de relatórios. Cifras e mais cifras, publicações da UNICEF⁴, sobre crianças abandonadas na América Latina, apresentavam, mesmo que com oscilação números compreendidos entre 15 e 40 milhões, durante a década de 1980. Por sua vez, as informações nacionais ficaram por conta da FUNABEM⁵, que publicou, em 1985, uma estimativa que existia, no Brasil, 7 milhões de “menores abandonados”⁶.

Assim, o contexto da infância pobre e abandonada não foi refletida apenas nos jornais ou relatórios, ela ganhou a tela dos cinemas, como mostrou a abertura desse artigo, e não parou por aí. A temática tomou o campo da produção musical e tocou nas vitrolas e nos ouvidos de boa parcela da juventude que vivenciou o período do embalado rock brasileiro dos anos 1980.

Para dar sequência na escrita, cabe ressaltar que a proposta desse artigo parte da ideia de que as composições que sublinharam o rock nacional brasileiro, durante o período de reabertura política, fizeram uso de imagens da infância, geralmente associada à pobreza, de forma alegórica para evocar um passado recente. Para compor nossa hipótese trabalhamos

3 Ver: AREND, S. M. F. “Infâncias e redemocratização: uma visão a partir da Imprensa (Brasil - 1980 – 1990)”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal, RN. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal, 2013.

4 O Fundo das Nações Unidas para a Infância.

5 Fundação Nacional do Bem-Estar do menor.

6 Informações e estimativas retiradas de: ROSEMBERG, F. “Crianças e adolescentes em situação de rua: do discurso à realidade”. In: FRY, P. (Org.). Ciências sociais hoje: pluralismo, espaço social e pesquisa. São Paulo: ANPOCS, 1995. p. 230-244.

com as canções: Milagres (1985) do grupo Barão Vermelho, Teerã (1986), do grupo Paralamas do Sucesso e O senhor da guerra (1983), da banda Legião Urbana. A partir de uma análise dos parâmetros internos da linguagem e dos parâmetros externos das canções, que se aproximam pelos aspectos melódicos e por seu contexto histórico, buscamos abarcar esta dimensão analítica das produções, alinhando uma perspectiva teórica e metodológica da História do Tempo Presente em diálogo com a Música e a História da Infância. Assim percorremos um trajeto em meio ao contexto da década de 1980, tendo como pauta a infância, sua legislação e os movimentos sociais em prol desta.

Infância em pauta: legislação e movimentos sociais da década de 1980

A década de 1980 fora marcada por um processo lento e gradual para a (re)abertura política, quando em janeiro de 1985 era eleito, através de eleições indiretas, pelo Congresso Nacional, o novo presidente do Brasil: Tancredo Neves. Porém, Tancredo foi internado dias antes da posse, assumindo, então, seu vice José Sarney. No mês seguinte, com a morte do presidente, Sarney ocupou, oficialmente, o cargo da presidência.

Ao que se refere à legislação infanto-juvenil estava vigente desde outubro de 1979, o segundo Código de Menores. Instaurado sob o decreto lei nº 6.697, o novo código tinha por base a teoria da situação irregular, na qual os/as menores crianças e adolescentes fora da norma, ou seja, em situação de abandono e/ou de rua, carência, vitimização e de infração penal eram vistos e tratados como sendo uma “patologia social”. Por isso, pode ser percebido como um instrumento jurídico que visava regularizar da situação do/a menor. O código dispõe sob caráter de assistência, proteção e vigilância aos/as menores que até dezoito anos se encontrassem em situação irregular, assim como também os com faixa etária entre dezoito e vinte e um anos, em casos expressos em leis.

Diferente do Código de Menores de 1927, o Código de 1979 apresentava no seu primeiro artigo que as medidas de caráter preventivo aplicavam-se a todos os sujeitos com idade inferior a dezoito anos, independente de sua situação. Aqui, pode-se pensar o termo situação de duas maneiras distintas, mas que acabam por se entrelaçar: a situação irregular, a

diferença entre ser a criança ou ser menor, que por sua vez estabelece relação direta com a outra situação, a situação econômica. Ou seja, o Código continuava a segregar a infância pobre da infância não pobre, separava o menor da criança.

Em seu artigo 2º, o Código de Menores de 1979, considerava o/a menor em situação irregular quando:

I privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III em perigo moral, devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI autor de infração penal.⁷

Pode-se perceber, por meio do fragmento acima, que o Código de Menores era permeado por valores morais e com um tom policialesco destinava ao “menor”, ao contrário da situação de vítima, o papel de réu, na qual através de suas atitudes, assim como as de sua família, o Juizado de Menores, na figura do juiz, decidiria qual o melhor destino para o “menor”.

O Código de Menores foi alvo de duras críticas na década de 1980, fator que desencadeou no surgimento de vários movimentos em prol da descaracterização do menor. Como exemplo desta mobilização podemos citar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR – fundado em 1985, este agregava educadores/as, militantes de diversas áreas que somados aos meninos e meninas em situação de rua buscavam pelos direitos da criança e do adolescente. A MNMMR defendia a ideia da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, diferente de outras ideias, circulantes nos primeiros anos da década de

7 BRASIL. Lei N.6.697, de 10 de outubro de 1979. Capítulo I. Artigo 2º.

1980, que concebiam as crianças e os adolescentes como objetos de proteção social de controle, disciplinamento e repressão social⁸.

A preocupação com a situação em que se encontravam as crianças e adolescentes do Brasil, neste período, mobilizou a criação da Pastoral do Menor. Segundo Ângela Pinheiro, as atividades iniciaram-se na Arquidiocese de São Paulo, em 1978, espalhando-se por inúmeras dioceses do país, principalmente nos primeiros anos da década de 1980. Além da Pastoral, a Igreja Católica elegeu o menor como temática para a Campanha da Fraternidade de 1987.

Ambos os movimentos, a Pastoral do Menor e MNMMR, associados a outros movimentos foram responsáveis pelo Fórum Permanente das Entidades não governamentais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, FPDCA. A partir desta movimentação a concepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos foi divulgada em âmbito nacional. De acordo com Ângela Pinheiro o movimento caminhou de duas maneiras. Primeiramente, através de redes com estruturas que foram capazes de levar as ideias para os mais diversos espaços do território nacional. Segundo, a produção de material informativo e educativo ressaltando a importância da Assembleia Nacional Constituinte⁹.

Em outubro de 1988, a Constituição Federal era promulgada. Enfim, as crianças recebiam a concepção de sujeitos de direito. Com um capítulo dedicado especificamente para a criança e o adolescente, a Constituição rompia com a ideia da situação irregular e universalizou o direito para todas as crianças e adolescentes. Vejamos os principais direitos garantidos através do artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.¹⁰

8 PINHEIRO, A. Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 2005. p.169.

9 Idem, p.176.

10 BRASIL. Constituição Federal, 05 de outubro de 1988. Artigo 227.

O amplo leque de direitos assegurados à criança e adolescente estava sob a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Contudo, outro fator merece destaque: a distância, o abismo existente entre a legislação e a realidade continuava.

Esse abismo existente entre a realidade e as leis fez com que os movimentos sociais em prol da infância continuassem atuantes. Como afirmado anteriormente, a temática da infância circulou por vários “ares”: mídia, legislação, cinema, literatura. Mas foi por meio da música que chegou ao público jovem. O rock nacional brasileiro era feito e ouvido por jovens e conseguiu estabelecer uma maneira de comunicar, com pitadas fortes de humor e rebeldia, uma nova percepção da realidade que os cercava. A experiência do cotidiano vivido, do cenário que os cercava, a sensação de descontentamento e insatisfação foram apresentadas nas músicas num linguajar de (e para) jovens. Assim, a temática da infância, principalmente a pobre, ganhava os palcos do rock nacional brasileiro na década de 1980.

As vozes da canção: música e infância na década perdida?

Os sons do passado e as paisagens sonoras¹¹ que emergem na produção musical brasileira, a elaboração das memórias sonoras em ambiente nacional, colocam o Brasil em destaque como produtor de música em escala internacional¹². Neste cenário, se delineia uma cultura de produção musical como uma “tradição inventada”¹³ que permeia ouvidos, corações

11 Paisagem sonora é um termo elaborado por Murray Schafer que significa o ambiente sonoro. Essa noção será abordada ao longo deste trabalho. No livro *Afinação do Mundo* Schafer define que o ambiente sonoro “pode referir-se a ambientes reais ou a construções abstratas, como composições musicais e montagens de fitas, em particular quando consideradas como um ambiente”. SCHAFER, R. M. *A afinção do mundo*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p.366.

12 Para Marcos Napolitano, o Brasil representa “uma das grandes usinas sonoras do planeta”, e, por isso, é um lugar privilegiado para ouvir e pensar a música.

13 Para Hobsbawm, existem tradições inventadas construídas e institucionalizadas, com ritos e símbolos bem definidos, cuja marca é o forte propósito de impor certos valores e a tentativa de criar laço com um suposto passado histórico utopicamente estanque, sem inovações, como se isso fosse possível. Esse “tipo” de tradição ainda lança mão de elementos antigos em cenários contemporâneos. Por outro lado, existem as tradições desenvolvidas em grupos fechados e ainda aquelas surgidas de maneira informal, bem com aquelas chamadas por Hobsbawm de genuínas, o tipo de tradição com velhos hábitos ainda conservados. É necessário estabelecer as possíveis diferenciações entre tradição, costume e convenções ou rotina, a primeira de características invariáveis, de função simbólica e ritualista, enquanto as demais são variáveis e possuem funções técnicas, não ideológicas, assim, devemos considerar a invenção das tradições essencialmente um

e mentes em dimensões nacionais. Por esse fator, a música participou e segue como suporte do cotidiano dos brasileiros, salvaguardado as especificidades regionais, em pelo menos todo século XX, construindo trilhas sonoras e sinfonias que são repositórios de temáticas marcadas pelo tempo.

Segundo Marcos Napolitano, “a música brasileira, conseguiu, ao menos nos últimos quarenta anos, atingir um grau de reconhecimento cultural que encontra poucos paralelos no mundo ocidental”¹⁴. Para este historiador, o Brasil é uma das grandes indústrias sonoras do planeta. Este elemento identifica a diversidade das produções musicais em todo território nacional, assim como também, desenha os interesses da indústria da música e do entretenimento.

Canções são repositórios de memórias, imagens e histórias, são formas de acesso ao passado, ao imaginado, ao vivido, são representações do tempo e fontes para escrita historiográfica. Sendo escritas, sonoras, orais, visuais, ao pensar em fontes o tempo presente oferece ao historiador uma gama de possibilidades. As diversas maneiras de manusear uma fonte me remeteram a provocação da musicóloga Heloísa Valente, que convida os historiadores e demais pesquisadores da área de ciências humanas a pensar um “mundo que nos governa pelos ouvidos”¹⁵.

Portanto, a música pode ser entendida como suporte de uma mensagem sobre o seu tempo, e, sobretudo, sobre as permanências de um passado compartilhado pelo compositor e intérprete. Entender as composições como testemunha é atribuir-lhe mais uma possibilidade de análise no campo historiográfico, para Moraes, “... a canção e a música popular poderiam ser encaradas como uma rica fonte para compreender certas realidades da cultura popular e desvendar a história de setores da sociedade pouco lembrados pela historiografia”¹⁶.

processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. HOBSBAWM, E. A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.09.

¹⁴ NAPOLITANO, M., op. cit., p.07.

¹⁵ VALENTE, H. As vozes da canção na mídia: Via Lettera/Fapesp, 2003. p. 27.

¹⁶ MORAES, J. “Música e História: Canção popular e conhecimento histórico”. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.10. p.204.

Propondo um diálogo entre a música e a história da infância, especialmente neste artigo, o rock produzido no cenário brasileiro, compreendemos as canções aqui analisadas como mais uma das múltiplas vozes¹⁷ que se propaga em meio aos movimentos de contestação social da década de 1980. Assim, selecionamos três composições poético-musicais, de diferentes grupos, que fazem uso da temática infância, sobretudo, de uma infância pobre que vivia nas e das ruas, compondo e se misturando com a arquitetura do espaço urbano.

No ano de 1984 os músicos da banda juvenil¹⁸ “Barão Vermelho”, lançaram pela gravadora “Som Livre” o long-play intitulado “Maior Abandonado”, o seu terceiro disco, que marcou a ascensão do grupo no universo do rock brasileiro, nas mídias e nos catálogos de shows¹⁹. O disco de onze canções, entre elas, “Maior Abandonado”, “Por que a gente é assim?”, “Milagres” e “Bete Balanço”, apresenta composições em parcerias entre Cazuzza e Frejat, mas também de outros músicos que orbitavam o cenário rock brasileiro.

A canção abordada neste artigo, “Milagres”²⁰, foi selecionada pela temática poética da letra. Composta em parceria por Cazuzza, Denise Barroso e Frejat, inscreve a infância no cenário urbano marcado pela distinção social, fome, violência e de certa ironia sobre fé, como o próprio título sugere. A voz de Cazuzza e a sonoridade dançante da música compõem a moldura ao quadro que a mensagem propõe.

A melodia iniciada pelos acordes da guitarra, instrumento de identificação simbólica da juventude e da contestação, desde pelo menos os anos 1950, travam o diálogo entre as vozes dos demais instrumentos da canção, sobretudo à sonoridade do piano elétrico que é uma marca do gênero rock pós Rock’in’Rio, chave para a interpretação da própria trajetória do

17 ZUMTHOR, P. A letra e a voz. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.50.

18 A definição de juvenil para banda Barão Vermelho foi escolhida pela historiadora Aline Rochedo, na dissertação “Os filhos da revolução” A juventude urbana e o rock brasileiro dos anos 1980. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011. Para a autora, a categoria juvenil aparece relacionada com a identificação de grupo e de comportamento musical. Embora saibamos que as escutas, produções, performances e consumo musicais não são delimitados apenas pela juventude, a utilização de juvenil nos ajuda a pensar a formação e a identificação dos músicos que compõem a banda.

19 Idem, p.54.

20 BARROSO, CAZUZA, et al. Milagres. In: Barão Vermelho – Maior Abandonado. Rio de Janeiro: Som Livre, 1984. Lado A, canção 05.

grupo Barão Vermelho entre os anos de 1985 e 1987. A melodia da canção assume um caráter dançante que revela o tom de ironia presente na composição poética, por interpretar no mundo lírico, a cidade, os atores sociais e a vida cotidiana, como pode ser observado na letra:

Milagres
(Cazuza; Denise Barroso; Frejat)

Nossas armas estão na rua/É um milagre/Elas não matam ninguém/A fome está em toda parte/Mas a gente come/Levando a vida na arte/Todos choram/Mas só há alegria/Me perguntam/O que é que eu faço? E eu respondo: "Milagres, milagres"/As crianças brincam/Com a violência/Nesse cinema sem tela/Que passa na cidade/Que tempo mais vagabundo/Esse agora/Que escolheram pra gente viver/Todos choram/Mas só há alegria/Me perguntam/O que é que eu faço/E eu respondo: "Milagres, milagres".

O eu lírico da canção transmite a mensagem de um observador social, que fita a rua e a cidade com as lentes da arte. A vocalidade de Cazuza acompanhada pela bateria bem marcada, pelos teclados e entrecortada por uma pequena intervenção de guitarra, formam o conjunto das vozes instrumentais que elaboram uma paisagem sonora urbana, e remetem ao ambiente dançante. Esses elementos que compõem a canção e a mensagem que se pretende passar sobre o social, sobretudo, sobre a infância, constituíram temáticas pungentes no debate político do período.

A poética da canção constrói uma cartografia urbana e retrata por meio da antítese distinções sociais, violência, alegria, arte, ironia, temáticas caras ao rock brasileiro na década de 1980 e do próprio desenho do Brasil da redemocratização. É neste contexto que fazemos a leitura da “criança” inserida na terceira estrofe, e dos possíveis diálogos com as produções midiográficas, com os movimentos sociais e com a pauta legislativa sobre a infância.

Como já visto no Código de Menores de 1979, o seu tom policialesco atribuída ao “menor” a condição de réu, por relacionar, em grande medida o “menor” com restrições e infrações, além de separar o “menor” da criança. Assim, ao trazer para letra da canção a criança relacionada à violência na passagem “As crianças brincam com a violência”, os compositores se

relacionam com a ideia ambígua de infrator e vítima, uma vez que elaboram uma paisagem sonora e lírica que se abre para as duas interpretações.

Na composição de Cazuzza, Frejat e Barroso elas “brincam” com a violência, e este ato de diversão que é vocalizado pelo cantor aparece sublinhado pela melodia dançante, assim é possível elaborar algumas interpretações: a primeira delas é tom irônico utilizado ao contrapor palavras que soam como contraditórias, como seria possível brincar com a violência? Uma mistura entre o mundo infantil e o mundo adulto. Assim a música traz a tona, o cotidiano dessas crianças que tinham a violência como algo corriqueiro, que pelas ruas da cidade realizavam assaltos e cometiam agressões, como se aquilo fosse seu momento de brincadeira. Podemos pensar, também, na negação da vulnerabilidade da infância abandonada, pois brincar com a violência é diferente do ato de estar vulnerável a ela, a utilização da violência como uma maneira de diminuir a impetuosidade de viver nas ruas. Vale lembrar que a vulnerabilidade do “menor” era um debate corrente nas mídias impressas e audiovisuais do período, a exemplo do filme *Pixote* de Hector Babenco 1981, que abre este artigo e das legislações sobre a infância aqui abordadas.

O fator irônico desta canção, e do próprio conjunto do disco, chamou atenção da crítica no ano de seu lançamento. Em linhas gerais se questionou o lugar social que os músicos/compositores ocupavam e como perceberam ou expressaram, nesta canção, uma realidade social do Brasil. Tal questão nos leva a pensar sobre a relação entre o compositor e a sua obra e de como as lentes do artista sobre o mundo se apresentam no resultado final de seu trabalho. É importante ressaltar que estas lentes e escutas de um artista, compositor e músico são dimensões políticas, econômicas e sociais que se apresentam nas negociações entre o individual e o coletivo, e nesta perspectiva é possível tramar os fios das redes sociais nas quais estão envolvidos²¹. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Cazuzza responde:

No tempo em que escrevia estas canções, Cazuzza não acreditava que pudesse compor um rock como Brasil, escrito na terceira pessoa. “Como sou um privilegiado, achava que não podia falar dos menos

21 CERUTTI, S. “Processo e Experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII”. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998. p.181.

privilegiados. Isso era uma caretece. O artista pode tudo”. “Nunca fui pobre”, revela. E o Brasil de Cazuzza não é o mesmo do guardador de carros.²²

De todo modo, seu papel de “rebelde”, no centro de uma rede conservadora da capital carioca, não reverberou de uma forma mais incisiva para nos ajudar a pensar a história por meio de suas canções, sobretudo quando direcionamos o foco de nossa análise sobre a questão do “menor” em situação de risco. A própria voz “rebelde” do compositor se apresenta em defesa de uma distinção social e por que não dizer de classe? Segundo Rochedo, a verve de compositor de Cazuzza tendia mais para MPB, Bossa Nossa e depois o Rock’n’Roll²³, mas com o recurso da ironia, “Milagres” em seu conteúdo temático, propõe uma interpretação sobre o quadro social no qual a criança de rua se faz presente. A visibilidade da infância em flerte com a violência nos permite ler que o debate sobre a vulnerabilidade da criança extrapola as bancadas legislativas e midiográficas.

Diferente da canção “Milagres”, do grupo “Barão Vermelho”, a produção de “Paralamas do Sucesso” 1986, a canção “Teerã”²⁴, do disco intitulado *Selvagem?*²⁵, aborda a violência presente no cenário de guerra e inscreve a criança como sujeito ativo dessa paisagem, além de propor um paralelo com a condição da criança de rua no Brasil. A mensagem da canção se relaciona com o cotidiano social das metrópoles, com a escrita dos jornais, e das imagens da televisão e do cinema, sendo uma voz que alcança o público jovem do país. Portanto, podemos afirmar que a circulação dessa canção no cenário rock contribuiu para estabelecer o debate social na produção desse gênero. Para Rochedo, a banda “Paralamas do Sucesso” é a expressão da mudança nas temáticas do rock nacional, principalmente por trazer

22 Jornal do Brasil, 31 de dezembro de 1989.

23 ROCHEDO, A., op. cit., p. 54.

24 BARONE, RIBEIRO et al. Teerã. In: *Selvagem?*. Rio de Janeiro: EMI, 1986. Lado A, faixa 02. Na letra da canção a referência direta a Guerra Irã-Iraque, quando houve recrutamento de crianças para compor o exército. Há uma estimativa de 200 mil crianças alistadas e um total de 500 mil mortas. TABAK, J. As vozes de ex-crianças soldado: reflexões críticas sobre o programa de desarmamento, desmobilização e reintegração das Nações Unidas. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2009. p. 31.

25 PARALAMAS DO SUCESSO. *Selvagem?*. Rio de Janeiro: EMI, 1986.

no álbum “Selvagem?” um desencanto com a realidade e com o próprio projeto de redemocratização²⁶.

Durante quinze semanas consecutivas o disco “Selvagem?”, ficou entre os dez mais vendidos e mais pedidos nas rádios do Rio de Janeiro²⁷, suas canções passaram a constituir uma cartografia sonora do espaço urbano, e criaram laços de identificação entre emissor e receptor. Vale destacar que o gênero musical adotado pelo grupo era relativamente novo para as escutas urbanas no Brasil, e que passaram a ser utilizada para contar as histórias de surfistas e nas telenovelas. A inserção da canção nestes meios contribuiu para a propagação das inquietações sociais e com a exposição da criança às armas, à violência e à mendicância, elementos que foram largamente debatidos na imprensa, que na década de 1980 ganhavam força de lei, e por isso, passaram a fazer parte de uma discussão política do cotidiano. Assim, a iconografia da dor e a difusão da imagem da criança como um ser que precisa de proteção está presente na linguagem da canção, a qual entendemos como um suporte das inquietações dos músicos e compositores em sua temporalidade, como observamos na letra:

Teerã

(Herbert Viana/João Barone/Bi Ribeiro)

Por quanto tempo ainda vamos ver/ Fotografias pela manhã/ Imagens de dor/ Lições do passado/
Recentes demais pra esquecer/ E o futuro o que trará?/ Para as crianças em Teerã/ Brincar de soldado
por entre os escombros/ Os corpos deitados não fingem mais/ E as marcas de sangue no chão são
lembranças difíceis de apagar /Será que ainda existe razão pra viver/ Em Teerã Por quanto tempo
ainda vamos ter/ Nas noites frias e nas manhãs/ Imagens de dor/ Em rostos marcados/ Pequenos
demais pra se defender/E o futuro o que trará/ Se essas crianças vão sempre estar/ Pedindo trocado
pros vidros fechados/ Sentando no asfalto sem perceber/ Que as marcas de sangue no chão são
lembranças difíceis de apagar/Será que ainda existe razão pra viver/ Em Teerã

No aspecto melódico a canção é introduzida ao som de duas notas de bateria que dialoga com demais instrumentos de percussão. As vozes da guitarra e do baixo se mantêm ao longo da música conversando com o gênero “Ska”, que se expressa por meio de três notas ao

26 ROCHEDO, A., op. cit., p. 135.

27 Levantamento realizado no periódico Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1985.

longo da canção. A bateria, o baixo e a guitarra, mais os efeitos sonoros dos teclados, criam uma tensão em helicoidal na melodia, e quebra o continuum melódico sugerindo uma paisagem sonora de vertigem. Embora, o “Ska” também seja uma sonoridade que estimula os corpos à dança, o seu conteúdo poético expressa críticas à violência na sociedade em defesa da paz e da igualdade. A canção do grupo “Paralamas do Sucesso” estabelece um diálogo com a inspiração do gênero musical.

A iconografia da dor que se expressa na canção, e que foi apropriada pelas mídias para construir um cotidiano da guerra e da violência inscreve o debate internacional na pauta das preocupações sobre a infância no Brasil. Assim, ao inserirmos esta canção no contexto histórico brasileiro, conseguimos perceber que o campo de uma guerra civil se inscreve na nossa história urbana e paralelamente com Teerã se expressa pelo signo da intolerância. Ao questionar sobre o “futuro das crianças de Teerã” vulneráveis a violência e a intolerância, com manchas de sangue que se mistura com o concreto do espaço urbano, a canção permite compreender a realidade do mundo lírico presente na letra. Assim como, questionar como a infância aparece nas canções produzidas e consumidas por jovens brasileiros?

Diferente da ironia da canção “Milagres”, tanto na sua estrutura melódica interna, como na estrutura poética externa, “Teerã” sugere uma paisagem sonora da cidade, que em uma perspectiva sobre a infância demonstra um diálogo entre as leituras do jornal, e a vida que acontece no cotidiano da metrópole “ao lado de fora dos nossos retrovisores fechados”. A tensão melódica da repetição das notas, os efeitos sonoros que nos provocam vertigem nos sugerem o mal-estar do labirinto que relaciona cidade e escuta da sonografia urbana, assim, ao pensar a canção – letra e música – buscamos compreendê-la em duas perspectivas: chamar atenção para “Teerã” pode levar o ouvinte a pensar sobre suas crianças no semáforo e a de que os debates sobre a infância foram propagados na música brasileira elaborando paisagens sonoras e memórias musicais. “Teerã” é uma canção que faz uso e remete às paisagens sonoras da metrópole, que para Certeau é constituída por espaços em arquitetura dos sentidos e de espaços vividos de multidão em marcha, lócus da televisão, da indústria, do consumo, da

comunicação²⁸. Assim, a imagem das crianças no semáforo, e no retrovisor do carro dialoga com um olhar metropolitano sobre os espaços e sobre a infância, que pode ser lida em uma chave de interpretação de relações internacionais, mas como uma realidade das cidades brasileiras e da própria preocupação com a infância abandonada.

Narrada em terceira pessoa, a canção se constitui em crônica social ao trazer para o debate a vulnerabilidade da criança e da infância tanto no Brasil, como no Oriente Médio. A tônica pungente da discussão gira em torno da proteção da criança, e, portanto, construindo uma perspectiva sobre a infância vitimizada, seja no cenário de guerra, seja pelas ruas da cidade. Em “Teerã” as crianças são vítimas, a visão não é mais de “réu”, como presente no Código de Menores de 1979, e nem ambígua como na canção “Milagres”. Assim, “Teerã” é uma voz fonográfica e radiofônica do próprio Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e da Pastoral do Menor, vozes e debates que reverberam nos direitos adquiridos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

Para finalizar, “A Canção do Senhor da Guerra”²⁹, gravada em fita demo em 1983³⁰ ao som de uma melodia “Punk Rock” pela banda “Legião Urbana” explora de forma lírica uma paisagem sonora de guerra. A mensagem da canção narra o recrutamento, o cotidiano, e os interesses do capital gerado e gestado por um conflito bélico. Neste contexto inscreve a criança como protagonista da luta armada, ainda que de forma compulsória, e extrapola as noções de infância abordadas nas canções analisadas neste texto, como também a própria ideia da antítese réu/vítima presente no desenvolvimento das legislações sobre a infância da década de 1980. Nesta canção, a criança assume o papel de vítima do processo beligerante.

Na voz de Renato Russo, a canção representa tensão e inquietação da mensagem que se propõem, além de configurar como uma crítica à vulnerabilidade representada na antítese vida/morte, em nome do desenvolvimento do capital, motor dos conflitos bélico. A palavra cantada cria um ambiente musical entre três atores sociais, o “narrador”, “o jovem” e o

28 CERTEAU, M. A invenção do cotidiano I: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1998. p.173.

29 RUSSO, R. A canção do senhor da Guerra. In: Legião Urbana – Demo tape. Rio de Janeiro: Rádio Fluminense, 1983.

30 Demo para Rádio Fluminense 1983. Disponível em: <http://youtube.com/watch?v=OJDTzW8jGLk>. Acesso em: 10/08/2014.

“senhor da guerra”³¹ que completa o circuito da mensagem, e permite uma leitura do social como propõe a letra:

A Canção do Senhor da Guerra

(Renato Russo)

Existe alguém esperando por você/Que vai comprar a sua juventude/E convencê-lo a vencer/Mais uma guerra sem razão/Já são tantas as crianças com armas na mão/Mas explicam novamente que a guerra gera empregos/Aumenta a produção

Uma guerra sempre avança a tecnologia/Mesmo sendo guerra santa/Quente, morna ou fria/Pra que exportar comida?/Se as armas dão mais lucros na exportação Existe alguém que está contando com você/Pra lutar em seu lugar já que nessa guerra/ Não é ele quem vai morrer/ E quando longe de casa/Ferido e com frio o inimigo você espera/Ele estará com outros velhos/Inventando novos jogos de guerra

Que belíssimas cenas de destruição/Não teremos mais problemas/Com a superpopulação/ Veja que uniforme lindo fizemos pra você/E lembre-se sempre que Deus está/ Do lado de quem vai vencer

O senhor da guerra/Não gosta de crianças/O senhor da guerra/Não gosta de crianças/O senhor da guerra/Não gosta de crianças/O senhor da guerra/Não gosta de crianças/O senhor da guerra/Não gosta de crianças/O senhor da guerra/Não gosta de crianças.

A canção existe em seus aspectos poéticos e melódicos, sendo que a música em suas vozes instrumentais elabora o clima e a paisagem sonora da produção. Nesse sentido, cabe destacar a contribuição metodológica de José Geraldo Vinci de Moraes,

A música popular não deve ser compreendida apenas como texto, fato muito comum em alguns trabalhos historiográficos que se arriscam por essa área. As análises devem ultrapassar os limites restritos exclusivamente à poética inscrita na canção, no caso específico a poesia popular, pois, ainda que de maneira válida, estaria se realizando uma interpretação de texto, mas não da canção propriamente dita³².

31 SILVA, G. Elementos para uma análise semiótica da ideologia. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.64.

32 MORAES, J., op. cit., p. 2000.

Portanto, as características instrumentais são fundamentais para compreensão da natureza sonora desta canção de andamento ligeiro, introduzida com as notas de bateria, instrumento que contribui para tensão da mensagem. A guitarra bem marcada em distorção ajuda a colocar a angústia no conjunto letra e música. Esta tensão está em diálogo com ambientes de abrandamentos sonoros que nos remetem a voz poética do “Senhor da Guerra” na estratégia do convencimento da compra da juventude, e de ambientes de guerra, a exemplo das menções sonoras aos bombardeios aéreos e dos recursos melódicos da “marcha” que liga as estrofes.

Desta forma, “A Canção do Senhor da Guerra”, se diferencia das demais canções apresentadas por intensificar a mensagem poética com recursos melódicos que evocam uma sonografia e uma paisagem sonora de conflito armado, assim ao ouvir a canção o receptor será remetido às iconografias de guerra, tão explorada pelos suportes midiáticos, enquanto as outras canções abordadas recriaram ambientes dançantes. Assim, a criança inscrita nesta canção compõe ativamente o cenário da violência é ator e alvo de extermínio expressado no fraseamento poético “O senhor da guerra não gosta de criança”. Ao inimigo social presente na canção o Código de Menores não se aplica.

Composta durante a ditadura civil-militar, a letra da canção inclui elementos explícitos que são direcionados aos interesses do capital, a coisificação da humanidade e a negociação da juventude, portanto, é importante na análise desta canção pensar em sua temporalidade e de como elabora a temática da infância. Na passagem “já são tantas as crianças com armas nas mãos”, podemos relacionar a uma leitura de guerrilha urbana, que se mantém realidade de nosso tempo presente, mesmo com o conjunto de legislações que protegem a infância e a juventude. Assim, na canção, a criança participa de forma ativa na execução da violência, e para aferir um sentido poético e melódico a voz na canção cria o clima de ressentimento, e a ideia de proteção das crianças e adolescentes pode ser percebida na relação com a entoação, e não apenas no diálogo letra e música, para Tatit, “articular melodia e letra demonstra o valor da entoação, da palavra em relação às diferentes alturas no espaço melódico e que tem a sua base no desdobramento de elementos presentes na própria fala”³³

33 TATIT, L. A canção. São Paulo: Atual/EDUSP, 1986. p.67.

As três canções selecionadas e seus aspectos poéticos e melódicos foram compostas e divulgadas durante o regime civil-militar, demonstrando que a inserção da temática infância no cenário musical do rock nacional reverbera uma preocupação com os problemas sociais dos idos anos 1980. Esse diálogo entre as canções e o contexto no qual foram produzidas nos demonstram a experiência do cotidiano vivido, do cenário que os cercava, a sensação de descontentamento e insatisfação se faziam nas músicas do cenário do rock dos anos perdidos. E a infância que vivia nas e das ruas não poderia passar despercebida.

Considerações Finais

Das canções selecionadas, o elemento que vale ser destacado é a relação entre a violência, a infância e os aportes midiáticos que aparecem nas letras, tais como: o cinema, a fotografia, e a televisão, todos suportes envolvidos na trama da história narrada em cada canção. Estes indícios nos levam a finalização desta reflexão pois, ao sugerir os usos midiáticos da noção de infância e de sua vulnerabilidade mediante a violência que se colocava no centro do redemoinho da redemocratização, em paralelo com a elaboração do Código do Menor, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, da Pastoral do Menor e por fim, do Estatuto da Criança e do Adolescente, suas preocupações latentes, que foram difundidas nos periódicos dos anos de 1980, reverberam um diálogo entre as canções e o contexto em que foram produzidas, “canção alguma é uma ilha, mantida em regime de clausura, como se fosse possível cortar os fios que a ligam a outras canções e a mil e um discursos e referências sociais”³⁴.

E assim, longe dos estereótipos de juventude alienada e filhos de uma década perdida, o rock brasileiro, da década de 1980, foi marcado pelos debates da agenda nacional de redemocratização, e a temática da infância aparecendo nestas produções comprova que este gênero musical se utilizou dos recursos poéticos e melódicos para ocupar um lugar nas múltiplas vozes sociais que emergiam nesse período. As canções aqui abordadas, produzidas e

34 PARANHOS, A. “De quantos sentidos se compõe uma canção”. In: Anais do XVII Encontro Regional de História. O lugar da História. ANPUH-SP – UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de dezembro de 2004. p.02.

REVISTA ANGELUS NOVUS

consumidas pela juventude demonstram que a criança enquanto ator social e personagem de um quadro urbano, expostas à arma e à violência são protagonistas de uma pauta exclusiva na agenda de um país que se quer democrático.

Projetos políticos e políticas públicas para a infância pobre e abandonada na Bahia entre 1923 e 1942

Livia Gozzer Costa

Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Resumo

Esse artigo propõe uma discussão em torno dos projetos políticos e políticas públicas adotados pelos governos municipal, estadual, federal e pelo corpo civil direcionadas à infância pobre e abandonada da Bahia no período que compreende os anos de 1904 a 1942. Para tanto, acompanhamos os olhares direcionados a esse grupo social desde o período colonial até meados do século XX, buscando perceber a historicidade das transformações em torno do projeto de infância (baiana, em especial) pensado pela sociedade política e civil para satisfazer seus melhores interesses. O recorte temporal se justifica com base no intervalo da fundação de duas instituições voltadas à proteção da infância pobre e a abandonada da Bahia: a Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil (1923) e a Divisão de Amparo à Maternidade, Infância e Adolescência (1942).

Palavras-chave infância, projetos políticos, políticas públicas, Bahia.

Abstract

This paper proposes a discussion around political projects and public policies adopted by municipal, state and federal governments and the civil body directed to poor and abandoned children of Bahia in the period comprising the years 1904 to 1942. For this purpose we track the looks directed to this social group from the colonial period to the mid-twentieth century, seeking to realize the historicity of the changes around the childhood project (baiana, in particular) thought by political and civil society to satisfy their best interests. The secular clipping is justified based on the range of the foundation of two institutions directed to poor and abandoned children of Bahia: the Bahia League Against Infant Mortality (1923) and Assistance Division Maternity, Childhood and Adolescence (1942).

Keywords childhood, political project, public policies, Bahia.

Enquanto o século XVI, mais precisamente da transição do feudalismo para o capitalismo no Velho Mundo, serviu de marco referencial para Phillipe Ariès pontuar o surgimento da infância como grupo social distinto do adulto, nas terras outrora recém-descobertas de Santa Cruz o processo colonizador apenas se iniciava.¹

As crianças se encontravam no bojo das transformações socioeconômicas e culturais decorrentes das revoluções burguesas europeias. Anteriormente percebidos como adultos em miniatura, os pequenos conviviam diretamente com os serviços dos grandes, não possuíam tratamento diferenciado compatível com as suas idades e eram socializados em meio à comunidade, inexistindo neste caso uma sensação de pertencimento a uma única família. O sentimento moderno de infância redirecionou o olhar em torno da criança, estimulando a consolidação de uma estrutura familiar, promovendo a educação e redução do número de filhos por casal. Além destas transformações nucleares

[...] novas atitudes pioneiras eram incorporadas a critérios morais e políticos. Novas leis, sintomáticas de uma primeira determinação por parte do Estado moderno em proteger crianças pequenas serviam a médio prazo para intervir em questões demográficas, atendendo assim uma das prioridades das monarquias centralizadas. Em Portugal, no primeiro quartel do século XVII, por exemplo, aprimorava-se a legislação no sentido de recolher crianças nas ruas e dar melhores condições de vida aos enjeitados.²

Refletindo os objetivos da metrópole portuguesa, criou-se aqui no Brasil do século XVI as primeiras casas de recolhimento e as Santas Casas³ de Salvador e Rio de Janeiro, tendo

- 1 ARIÈS, Phillipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- 2 DEL PRIORE, Mary. “O papel branco, a infância e os Jesuítas na Colônia”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996, p. 11.
- 3 Sendo administrados por membros escolhidos e/ou eleitos a partir de qualificações pré-determinadas, como a pureza de sangue, boa reputação e idade conveniente, a irmandade da Misericórdia tinha por deveres a promoção de sete obras espirituais e corporais, a saber: 1 – dar de comer a quem tem fome; 2 – dar de beber a quem tem sede; 3 – vestir os nus; 4 – visitar os doentes e presos; 5 – dar abrigo aos viajantes; 6 – resgatar os cativos; 7 – enterrar os mortos. Ver BOXER, C.R. *O Império Colonial Português*. São Paulo:

na caridade o seu eixo norteador. Segundo Renato Venâncio, “a caridade, quando praticada, constituía, uma consequência da preocupação com a morte: por meio de obras misericordiosas, procurava-se exteriorizar a fé e conquistar a graça de Deus”.⁴ O fato da Igreja Católica ter criado uma áurea de temor sobre o pós-morte em seus fiéis acabou estimulando a prática de obras caritativas incorrendo no sustento de tais estabelecimentos. Russel-Wood apontou o costume daqueles que possuíam bens ou dívidas a receber de deixá-las à irmandade no intuito de satisfazer suas consciências pesadas, deixando claro que “a eternidade era uma preocupação constante” desses sujeitos.⁵

Ainda neste período não era possível estipular um subsídio fixo a ser fornecido pela Câmara Municipal⁶ para a prática da assistência aos pobres e necessitados da América Portuguesa. Mesmo diante do fato dos meninos encontrados em situação de abandono serem de responsabilidade das municipalidades, estas alegavam não possuir recursos para tal fim. “Havia de fato descaso, omissão, pouca disposição para com esse serviço que dava muito trabalho”.⁷ A caridade foi a forma pioneira de proteção aos necessitados desta colônia, inclusive no que tange a assistência às crianças abandonadas.

Companhia das Letras, 2002, p. 320.

- 4 VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999, p. 25.
- 5 RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 69.
- 6 Num aspecto geral, cabiam às Câmaras supervisionar a distribuição e o arrendamento das terras municipais e comunais, lançar e cobrar taxas municipais, fixar o preço de venda de muitos produtos e provisões, passar licenças aos vendedores ambulantes e verificar a qualidade das suas mercadorias, além de assegurar a construção de pontes e estradas, regulamentar feriados e policiar a cidade. Ver BOXER, *op. cit.*, p. 308.
- 7 MARCÍLIO, Maria Luiza. “A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950”. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 54.

Diante do crescente aumento no número de crianças abandonadas pelas ruas das cidades em expansão, as autoridades locais buscaram, se não solucionar o problema do abandono, ao menos escondê-lo dos olhares públicos. E assim surgiu a primeira Roda dos Expostos da Bahia, datada de 1726, em anexo à endividada⁸ Santa Casa de Misericórdia de Salvador. Contando inicialmente com um parco auxílio anual advindo da realeza portuguesa e lutando cotidianamente para extrair qualquer recurso da Câmara Municipal, um século depois, em 1828, o mecanismo de recolhimento de enjeitados foi colocado a serviço do Estado. Neste momento, caberia à Assembleia Legislativa provincial subsidiar o trabalho da Misericórdia, delineando o caráter filantrópico da assistência no Brasil em detrimento da caridade.⁹

Neste momento, identificamos as primeiras alianças entre caridade e governo, onde a caridade toma a iniciativa e o governo entra com a verba para a manutenção dos estabelecimentos criados. Logo, constatamos que as alianças/parcerias entre Estado e sociedade civil são antigas e atravessam a história.¹⁰

A partir do processo de estruturação do Estado imperial brasileiro a infância enquanto temática adquiriu uma nova roupagem, atendendo a uma preocupação com a formação do povo brasileiro.¹¹ As primeiras faculdades de Medicina e Direito no Brasil publicaram estudos voltados à compreensão da infância, fosse ela carente, abandonada ou

8 Sobre a situação financeira desta irmandade no século XVIII ver RUSSEL-WOOD, *op. cit.*

9 MARCÍLIO, *op. cit.*, p. 62.

10 CRUZ, Lílian Rodrigues da. *(Des)articulando as Políticas Públicas no campo da infância: implicações da abrigagem*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006, p. 35.

11 ABREU, Marta; MARTINEZ, Alessandra Frota. “Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas”. In: RIZZINI, Irene (org.) *Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1997, pp. 21-22.

criminosa,¹² levando em consideração as transformações socioeconômicas atravessadas pelo país.

Cidades como Salvador e o Rio de Janeiro experimentaram uma alteração no processo de urbanização a partir da segunda metade do século XIX,¹³ atraindo a população para os centros urbanos. O repentino crescimento demográfico aliado à limitada estrutura física destes espaços expõem os problemas sociais característicos do capitalismo em expansão, dentre outros, a pobreza, o desemprego e as desordens urbanas.

Essa conjuntura social colocou o Estado diante da “exigência de um *modus vivendi* normalizador do viver em cidades (...) intervindo no espaço urbano, ordenando a vida, normatizando a sociedade”.¹⁴ Nesse novo cenário, a infância pobre e abandonada deixava de ser um problema a ser solucionado somente com práticas filantrópicas ou caritativas para assumir uma dimensão revestida de um controle estatal sobre os setores populares. Para tanto, a crise da escravidão, de meados até fins do século XIX, contribuiria decisivamente para o adensamento da infância como problema social.

Aprovada em 1871, a Lei Rio Branco carregava em si muita expectativa, pois buscava ao mesmo tempo satisfazer os críticos da escravatura e salvaguardar os interesses dos escravagistas. Dentre outras características,¹⁵ ressaltamos as peculiaridades da lei no que tange a libertação das crianças recém-nascidas filhas de mães escravizadas, com a condição expressa do papel do senhor no “cuidado” com o ingênuo até os oito anos de idade. A partir daí, decidiria o senhor pelo uso dos serviços do menor até a idade de vinte e um anos ou entregá-lo ao

¹² No período que compreende os anos de 1836 e 1870, 81 teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro elegeram a criança enquanto temática, sendo que 31 destas debruçaram-se exclusivamente sobre a criança pobre. *Idem*, p. 21.

¹³ ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio De Janeiro: Rocco, 1993.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatthy. “Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, pp. 281-283.

¹⁵ Ver CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, pp. 113-114.

Estado em troca de uma indenização no valor de 600 mil réis em títulos de trinta anos a juros de 6 por cento.¹⁶ Ao fazerem cálculos simples, muitos senhores percebiam a conveniência financeira em permanecer com os pequenos, mas não deixaram de existir aqueles que preferiram garantir os títulos ofertados pelo governo brasileiro. Neste caso, ao receber as crianças, “o Governo poderia enviá-las para serem abrigadas em asilos ou instituições de caráter filantrópico e educativo”.¹⁷

Embora acusada de ter sido o maior golpe dos escravagistas a favor da manutenção da escravização dos ingênuos, o contexto de crise da escravidão posicionou a criança pobre no centro de um debate que dialogava com a formação do trabalhador livre, a questão da cidadania, civilização da nação, a criminalidade e outras “desordens” como a ociosidade e a vagabundagem num cenário de transformações no mundo do trabalho.¹⁸ A infância pobre e abandonada da transição dos séculos XIX e XX era um problema social preocupante aos olhos dos governantes, visto que trazia consigo toda uma carga de lembranças atreladas a um passado recente que deveria ceder lugar a uma memória ligada ao recolhimento, educação e proteção dos sujeitos vistos como os responsáveis pelo progresso do Brasil.

I.I. A Medicina, o Direito e a infância pobre e abandonada do Brasil.

O quadro histórico acima delineado foi a mola que impulsionou os médicos na seara da assistência à infância pobre e abandonada do Brasil. Acreditava-se que a negligência do governo no tocante à questão da infância acarretaria no agravamento dos problemas sociais e, conseqüentemente, o futuro da nação estaria ameaçado.

Uma releitura das correntes eugenista e higienista estimulou a medicina brasileira no processo de eleição da infância como problema socialmente perigoso à manutenção da

¹⁶ *Idem*, p. 114.

¹⁷ ABREU; MARTINEZ, *op. cit.*, p. 24.

¹⁸ Sobre as transformações nas concepções do mundo do trabalho no pós-abolição ver MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

estabilidade socioeconômica. A adaptação do pensamento europeu para viabilizar a aplicação do higienismo nas terras tropicais se deu a partir da eleição da doença em detrimento da degeneração racial como o problema do povo brasileiro. Assim sendo,

os médicos brasileiros, dispostos a não perder as esperanças em relação à reabilitação do brasileiro, elegeram como alvo a doença, ou seja, há uma possibilidade de reabilitação, na medida em que a doença simboliza a transitoriedade, ao contrário da degeneração racial, que significa condenação perpétua ao atraso.¹⁹

Ao apontar a doença como entrave ao desenvolvimento do povo brasileiro, a intelectualidade médica assumiu que os problemas sociais existentes no país eram transitórios, frutos do descaso mútuo da medicina, que até então não havia direcionado seu olhar para esse segmento, e do Estado, ausente na consolidação de políticas de tratamento e cura dos grupos doentes. Era a constatação de que não existia uma sintonia entre estas duas esferas: a medicina não intervia por falta de recursos financeiros e o Estado não atuava pela falta de conhecimento.

Diante das circunstâncias ilustradas, a medicina se apressou em promover modelos ideológicos e institucionais de assistência à infância no começo do século XX, liderados pela figura do médico higienista Dr. Arthur Moncorvo Filho. A criança pobre e abandonada foi eleita prioridade nas investidas dele e outros higienistas na medida em que percebiam serem os pequenos a força de trabalho futuramente submetida à disciplina das classes abastadas; desejo de preservar a nação e assentá-la na modernidade; promoção da identidade nacional e

¹⁹ SILVEIRA, Eder. *A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX*. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2005, p. 159.

brasilidade e, por fim, estabelecer uma nova consciência nacional a partir da infância²⁰ – que seria moldada, dentre outros, pelas determinações da medicina.

A fala do higienista Ferreira de Magalhães também ilustra outros motivos que levaram Moncorvo Filho a ver na infância pobre e abandonada o alvo de atuação da medicina em parceria com o governo.

O problema da criança é o máximo problema do Estado. Ao recolher uma criança de rua, não é ele quem se protege, são pessoas honestas que defendemos. [...] Quando tentamos chamar ou fazer voltar à saúde física ou moral seres decadentes e fracos, é a própria sociedade que defendemos contra injúria. [...] A proteção dos meninos infelizes é a proteção dos nossos filhos.²¹

Visando a solução desse emaranhado de futuros problemas que se engajou Moncorvo Filho e uma legião de médicos higienistas. Logo no início do século XX o médico criou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, na cidade do Rio de Janeiro e, em 1921, outras 17 instituições educativas e assistencialistas à infância já estavam espalhadas pelo território nacional. Dentre outros objetivos, Moncorvo Filho buscava inspecionar e regular as amas de leite (visto que a amamentação, apesar de importante para o bem-estar do bebê, poderia ser uma prática perigosa a depender da saúde da ama), estudar as condições de vida das crianças pobres e providenciar proteção contra abusos e negligências.

Este último ponto merece atenção especial uma vez que os pareceres médicos contemporâneos ao próprio Moncorvo Filho já alertavam para a influência do ambiente no comportamento da criança. Para Leonídio Ribeiro, médico higienista, era “na primeira

20 CAMARA, Sônia. “Sementeira do amanhã: o Primeiro Congresso brasileiro de proteção à infância e sua perspectiva educativa e regenerada da criança”. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/columbeo6/anais/arquivos/66SoniaCamara.pdf>>. Acesso em 22 set. 2016.

21 Fala extraída de WADSWORTH, James. “Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

infância, ou na puberdade, que se revelam as primeiras tendências para as atitudes antissociais, que se concretizam e se agravam progressivamente, sob a influência geral do ambiente”.²²

À instalação dos institutos de proteção à infância também objetivava seguir-se a fundação de hospitais para menores carentes (a doença havia sido escolhida no lugar da degeneração racial, portanto merecia atenção redobrada por parte da medicina), campanhas de vacinação e o estabelecimento da cooperação federal, estadual e municipal no apoio a todas as iniciativas que pudessem incentivar a proteção à infância a nível nacional.²³

As investidas de Moncorvo Filho, entretanto, esbarravam constantemente na falta de investimentos financeiros do poder público brasileiro. Além da apatia do governo federal no que tange o fornecimento de subsídios, ainda havia o total descompromisso em estabelecer um programa de governo direcionado à infância pobre e abandonada.

A Moncorvo Filho e seus seguidores restaram fundar, em 1919, o Departamento da Criança a fim de promover estudos científicos direcionados à maternidade e à infância brasileira. A intenção maior destes higienistas era fomentar a assistência de modo homogêneo nos quatro cantos do Brasil contando para isso com a catalogação das instituições oficiais e privadas de assistência à infância, coleta de dados estatísticos e demográficos, realização congressos (incluindo aqui o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância) e palestras pedagógicas com debates sobre os efeitos negativos do alcoolismo, tuberculose, sífilis e do abandono moral e material das crianças.

Apesar das iniciativas consolidadas por Moncorvo Filho, não podemos deixar escapar o eixo norteador de todos estes empreendimentos: a preocupação com o futuro da nação. Departamentos, Institutos, Museu da Criança... tais projetos passavam longe de uma preocupação desinteressada pela saúde e bem estar das mães e crianças pobres e abandonadas. Diante da incapacidade dos médicos higienistas em prestar assistência a grupos populares de uma nação de dimensões continentais sem contar com os recursos públicos, o Estado passou a

²² RIBEIRO, Leonídio *apud* CORREA, Mariza. *As ilusões da liberdade: A escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 239.

²³ WADSWORTH, *op. cit.*, p. 4.

ser cobrado mais diretamente pela crise social pela qual atravessava o país em meados da década de 1920.

Estamos falando de conflitos sociais que eclodiram nos maiores centros urbanos, especialmente São Paulo, onde o clamor político dos imigrantes pode ser sentido com mais veemência. Edson Passetti destacou a influência decisiva dos imigrantes italianos e espanhóis para a alteração do quadro social brasileiro,

chamando atenção para o descaso governamental ante os direitos dos homens e dos trabalhadores e, por conseguinte, das crianças no Brasil. [...] Num país com tradição escravocrata, as críticas à situação de vida das crianças (sem escola, com trabalho não regulamentado e regulamentos desrespeitados, habitando em condições desumanas) abriram frentes para reivindicações políticas de direitos e contestação às desigualdades.²⁴

Após reivindicações diversas, como greves gerais e publicações em jornais anarquistas sobre as condições precárias de vida não só dos imigrantes como da população trabalhadora brasileira, o governo federal sinalizou, pela primeira vez em 1920, favorável à criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Dentre outras atribuições, caberia a este órgão criar serviços especializados de saúde, como higiene infantil, endemias rurais, tuberculose e doenças venéreas. Para satisfazer os objetivos do nosso trabalho, interessa saber que dentro no DNSP foi criada uma inspetoria de Higiene Infantil²⁵ aprovada somente em 13 de dezembro de 1923, sob a vigência do decreto nº 16.300.

Neste documento de 1923, cujo fundamento primordial era aprovar o regulamento do DNSP, alguns artigos versaram sobre os serviços de higiene infantil não só no Distrito Federal como também nos outros estados, todos em acordo prévio com a União. O inciso 1º do artigo 317 informa acerca das demandas cuja responsabilidade recaía sobre a Inspetoria de Higiene Infantil: “cabera à mesma inspetoria promover iniciativas e orientar providências que

24 PASSETTI, Edson. “O Menor no Brasil Republicano”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo. Contexto, 2000, pp. 350-354.

25 BRASIL. *Lei nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920*. Disponível em <www.camara.gov.br>. Acesso em 22 set. 2016.

tanto no Distrito Federal quanto em outras regiões do país, atendam aos interesses da vida e da saúde das primeiras idades”.²⁶

Competiria também a este órgão fiscalizar, assistir, regulamentar, examinar, inspecionar, orientar, propagandear e direcionar todo e qualquer exercício em território nacional referente à higiene das crianças, notadamente da criança pobre, uma vez que os discursos médicos atribuíam às famílias pobres a negligência no tratamento de seus filhos, desde o pré-natal até a amamentação, alimentação e vestuário das crianças.

Embora a Bahia não tenha sido o destino dos imigrantes europeus, afinal de contas o perfil político-econômico deste estado declinou consideravelmente na transição para a República,²⁷ é sabido que as conquistas obtidas nos movimentos anarquistas, incluindo aqui a criação do DNSP, bem como a Inspetoria de Higiene Infantil, alcançaram esse Estado. Desde 12 de outubro de 1923 uma dessas inspetorias funcionava em território baiano, pretendendo prestar serviços oficiais regulamentados pelo decreto n° 16.300 em parceria a uma associação particular, fundada em junho daquele mesmo ano: a Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil (LBCMI).²⁸

A fundação da associação privada LBCMI, cuja presidência estava aos cuidados do Dr. Martagão Gesteira, aconteceu numa conjuntura de debates sobre a importância da infância pobre e abandonada no desenvolvimento da nação brasileira. Segundo seus idealizadores, para que o Brasil pudesse caminhar nos trilhos do progresso, seria fundamental eliminar uma das maiores preocupações dos médicos higienistas desse período: o alto índice de crianças mortas com menos de um ano de idade. Os dados estatísticos abaixo foram

²⁶ BRASIL. *Decreto n° 16.300, de 13 de dezembro de 1923*. Disponível em <www.camara.gov.br>. Acesso em 22 set. 2016.

²⁷ Para maior detalhamento dessa conjuntura de transição política e econômica na Bahia Republicana, ver LEITE, Rinaldo C. N. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. 2006. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

²⁸ APEB, Relatório do Serviço de Higiene Infantil da Bahia. Apresentado ao 4^o Congresso Americano da Criança pelo Dr. Martagão Gesteira, 1924, p.1.

decisivos para que essa instituição privada baiana se consolidasse no propósito de “luctar contra o obtuário infantil da Bahia”.²⁹

Tabela I. Natalidade e Mortalidade Infantil na Bahia entre 1904 e 1918.

Ano	Nascimentos	Falecimentos com menos de um ano
1904	2.337	975
1905	2.475	857
1906	2.519	1.005
1907	3.783	1.086
1908	2.976	1.093
1909	3.246	1.127
1910	3.298	1.195
1911	4.006	1.170
1912	3.873	1.137
1913	3.899	1.260
1914	3.828	1.240
1915	4.653	1.060
1916	4.489	1.005
1917	4.368	1.078
1918	3.817	1.140
Total	53.567	16.428

Dados do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Anexos do Relatório do Serviço de Higiene Infantil da Bahia. Apresentado ao 4^a Congresso Americano da Criança pelo Dr. Martagão Gesteira, 1924.

Martagão Gesteira apresentou essas estatísticas no intuito de alegar que, muito embora as entidades privadas exercessem uma função ímpar na sociedade baiana, sem o amparo oficial essa conjuntura dificilmente seria revertida. Mesmo diante da constatação de uma hecatombe infantil baiana, o renomado pediatra ainda assim não projetaria uma instituição nos moldes da LBCMI sem subsídios do governo, pois

[...] receava para a obra que viéssemos a fundar um destino análogo ao que ter (sic) entre nós, com raras exceções, as instituições phylantropicas que, desajudadas de qualquer amparo oficial, somente da iniciativa particular pretendem viver: medram por vezes, raramente prosperam, quase sempre se

²⁹ *Idem*, p.1.

mobilizam em obras falhas e incompletas, quando não perecem logo, ao esfriarem os entusiasmos do primeiro momento.³⁰

O discurso do médico deixou evidenciado que sem o auxílio do poder público dificilmente uma iniciativa filantrópica passaria dos empolgantes meses iniciais. Apesar de bastante pessimista, sua fala encontrou respaldo na trajetória assistencialista da infância baiana. Citemos, por exemplo, a instituição assistencialista cristã da cidade de Feira de Santana, o Asilo Nossa Senhora de Lourdes (ANSL). Fundado em 1879, logo que se viu diante da presença de centenas de famílias que batiam às portas da instituição cotidianamente, não tardou em solicitar do poder público um subsídio necessário à construção de um espaço próprio que pudesse abrigar um número maior de órfãos – consolidado apenas na década de 1930. Afora este pedido de grandes proporções, outros “menores” foram feitos à intendência municipal dessa cidade, como a doação de uma cota fixa presente nos Balancetes Anuais da Prefeitura de Feira de Santana.

As hesitações do Dr. Gesteira recuaram quando os serviços atribuídos pelo DNSP na Bahia foram confiados à sua pessoa somados a uma verba federal destinada à consolidação dos projetos da LBCMI. No relatório apresentado durante as convenções do 4º Congresso Americano da Criança, o pediatra sentiu-se envaidecido ao apontar o êxito do assistencialismo à infância pobre e abandonada da Bahia, uma vez que a liga por ele presidida já contava com 764 sócios em menos de um ano de funcionamento.

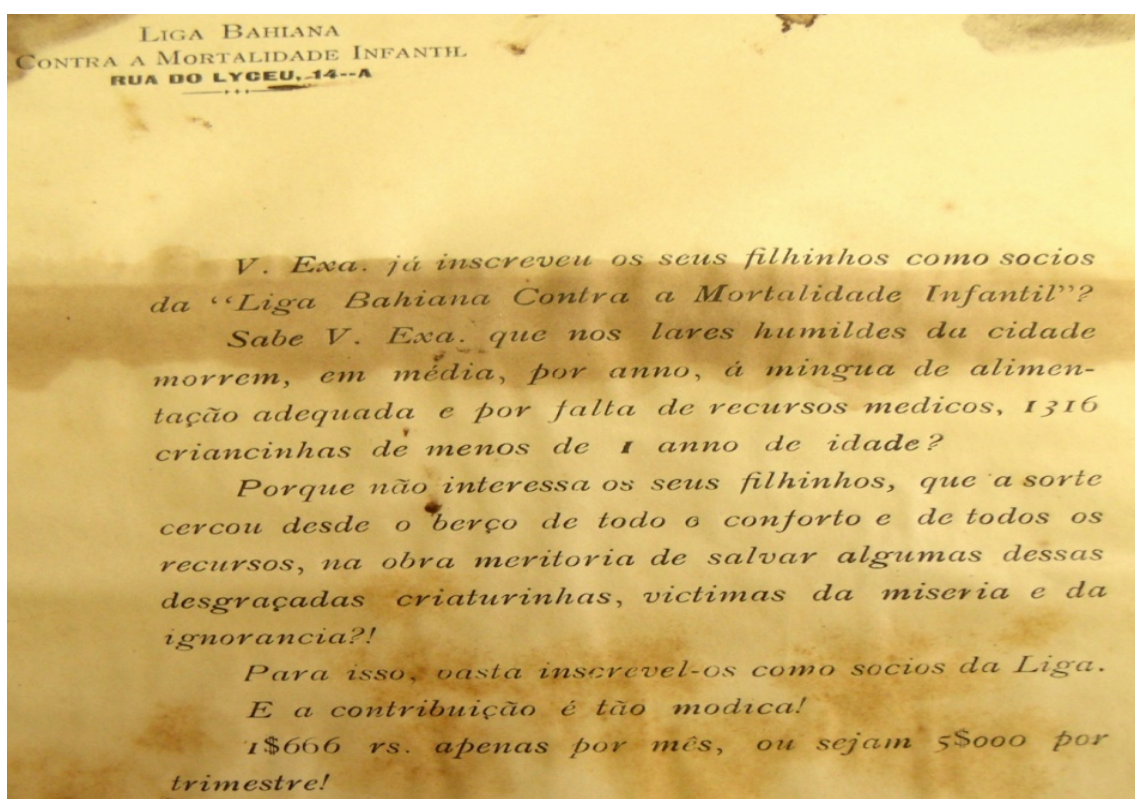
A LBCMI, em parceria com o DNSP, sessão Higiene Infantil, funcionaria da seguinte maneira: famílias abastadas da sociedade baiana inscrever-se-iam como sócios do projeto e doariam cerca de 1\$666 réis mensais para que inspeções regulares fossem feitas nas habitações mais humildes do estado afim de recuperar a saúde das crianças. Alegavam os médicos da Liga que 40% das mortes infantis com menos de um ano poderiam ser facilmente evitadas com o simples exercício de práticas higiênicas. Devido à falta de conhecimento dos métodos de puericultura por parte dessas famílias empobrecidas, bem como o estado de

³⁰ *Idem*, p.2.

abandono material em que viviam, as orientações necessárias à recuperação da saúde física dos denominados futuros cidadãos úteis à nação brasileira precisariam ser fornecidas individualmente, num processo longo de visitas domiciliares.

Para atrair mais sócios, a LBCMI veiculava cartazes e panfletos com conteúdos em diferentes formatos, mas todos gravitando em torno da mesma perspectiva da salvação dos pobres para beneficiamento futuro da nação.

Imagem 1. Panfleto para divulgação dos propósitos da LBCMI.



Fonte: APEB, Departamento de Saúde - Serviço de Higiene Infantil (Anexos), 1924.

Vejam os: a salvação das crianças pobres se efetivaria por meio da contribuição das famílias ricas, dotadas de sabedoria o suficiente para entender que a assistência à infância pobre e abandonada da Bahia era apenas um dos mecanismos que as classes abastadas possuíam para assegurar a estabilidade social e econômica da sua região. Ajudando as crianças pobres, doentes, frutos da ignorância, as crianças ricas estariam salvas.

Uma ficha coligida das documentações do Arquivo Público do Estado da Bahia deixa transparecer a atitude da Inspeção Infantil, bem como dos médicos e enfermeiros da LBCMI, em ultrapassar as diretrizes médicas no diagnóstico da suposta enfermidade da criança, lançando mão de anamneses sociais como recurso para identificar a genealogia dos males que acometiam determinada criança.

Imagem 2. Ficha padrão do DNSP para diagnóstico da higiene infantil.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA — Inspeção de Higiene Infantil

Ficha n. _____

Nome _____ Idade _____ Cór _____ Sexo _____

Residencia _____ T. Cat. 27.234

Habitação

Particular _____
 Colectiva _____
 Quantos adultos e crianças no quarto do lactente e nos outros _____

Quantas horas por dia _____
 Quanto ganha _____
 Aluguel da casa _____
 Numero de filhos vivos _____
 Mortos _____ Quando e como _____
 Abortos _____ Quando _____

Ha gestante? _____ Onde trabalha? _____
 Ventilação e insolação nos quartos das crianças e do lactente _____
 Outras condições _____
 Barracão? _____

Historia da familia

Nome do pae _____
 Naturalidade _____
 Idade _____ Profissão _____
 Onde trabalha _____

Quando ganha _____
 Nome da mãe _____
 Naturalidade _____
 Idade _____ Profissão _____
 Onde trabalha _____

Historia do lactente

Quando nasceu _____
 Onde _____
 Legitimo _____
 Condições do parto _____
 Assistido por _____
 Morte apparente _____ Ictericia _____
 Peso ao nascer _____
 Doenças posteriores _____

Alimentação até agora:

Serio? _____ Quanto tempo? _____
 Mamadeira? _____
 Mixta? _____
 Porque não amamenta? _____

Natureza e methodo da alimentação

Primeiros dentes em _____
 Ereção da cabeça _____
 Riso _____ Prehensão _____
 Marcha _____ Fontanelia _____

Estado actual

Data do exame _____
 Peso _____ Estatura _____
 Perimetro thoracico _____
 Intra dermo reacção _____
 Suspeita de syphilis _____
 Exame geral _____

Regimen e tratamento aconselhados

Medico _____
 Enfermeira _____

LIGA BAHIANA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Fonte: APEB, Departamento de Saúde - Serviço de Higiene Infantil (Anexos), 1924.

Dividido em cinco pequenos grupos, Habitação, História da Família, História do Lactente, Estado Atual e Regime e tratamento aconselhados, a ficha do DNSP ia além dos problemas ligados à saúde biológica da criança, alcançando as ligações dos pais e do ambiente geográfico para justificar os futuros danos morais da criança – afinal de contas, segundo os discursos analisados anteriormente, se havia um primeiro culpado da situação na qual se

encontrava a infância pobre e abandonada no Brasil, eram os pais dos pequenos que, por viverem ociosos e corrompidos pela sua ignorância, não dispensavam os cuidados necessários à salvação destas almas.

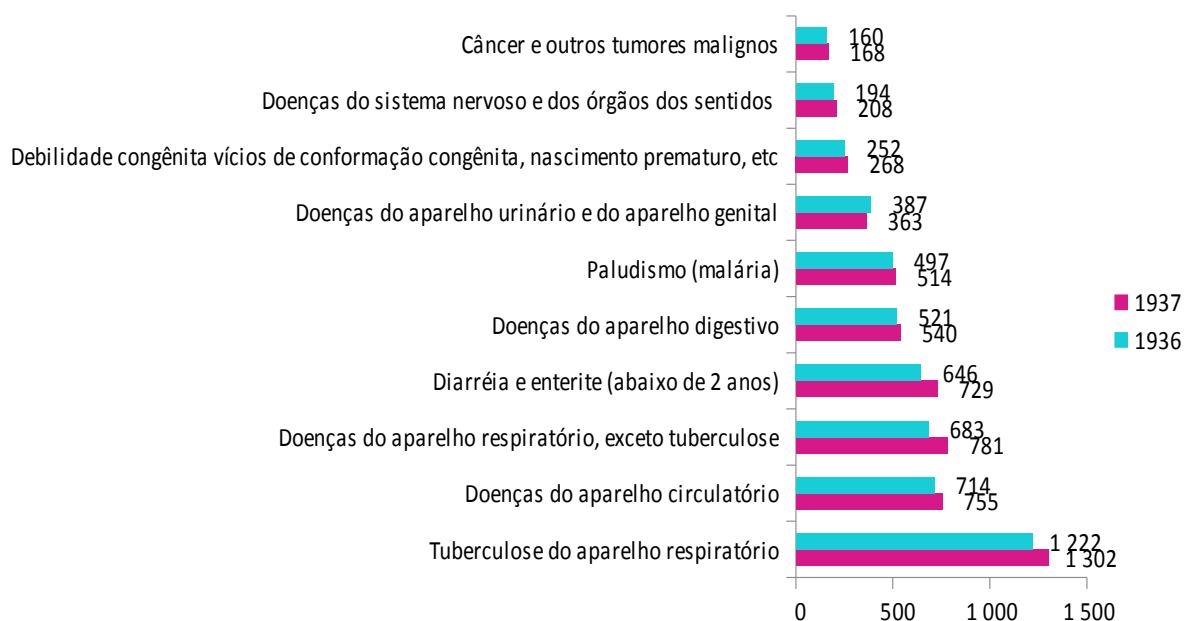
Apesar das palestras em congressos, fichas, cartazes e panfletos veiculados em favor da ação do DNSP e da Inspetoria de Higiene Infantil (IHI) na Bahia, esta funcionou muito precariamente até sua extinção, em 1934, devido ao não repasse de recursos públicos, tendo sido substituída pela Diretoria de Proteção à Maternidade e Infância, já sob os auspícios do governo varguista.³¹

As poucas documentações do IBGE referente à mortalidade infantil na Bahia não nos permitiram fazer um balanço quantitativo que apontasse para as limitações da LBCMI no combate à mortalidade infantil, principalmente no que diz respeito às doenças do aparelho digestivo – apontadas pelos médicos como evitáveis a partir da adoção de medidas básicas de higiene. No entanto, em meio a tantas outras fontes estatísticas, encontramos duas responsáveis pela descrição das causas de mortes e do número de óbitos da capital baiana nos anos de 1936 e 1937. Por mais que as crianças estivessem hipoteticamente incluídas nestes dados estatísticos do IBGE, seria necessário demonstrar isoladamente que as mortes infantis aumentavam e, além dessa constatação, para assombro dos médicos higienistas do início do século XX, que as doenças do aparelho digestivo e intestinal ainda eram responsáveis pelas mortes de crianças na capital baiana.

Vejamos no gráfico abaixo que o item correspondente a diarreia e enterite (inflamação na mucosa do intestino) distingue-se dos demais por identificar a faixa etária dos sujeitos mortos por tal moléstia. Aqui encontramos o elemento de destaque imprescindível às nossas conclusões.

³¹ BRASIL. *Decreto nº 24.278, de 22 de maio de 1934*. Disponível em <www.camara.gov.br>. Acesso em 22 set. 2016.

Gráfico 1. Causa de morte e número de óbitos em Salvador entre 1936 e 1937.



Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Situação demográfica: Movimento da população, movimento do registro civil. Óbitos registrados nos municípios das capitais dos estados, segundo os dados do serviço federal de bioestatística – 1936/1937.

A despeito do gráfico fazer alusão às mortes ocorridas na capital baiana não seria exagero apontar as desordens estomacais e intestinais, motivadas pela fome e desnutrição, como as principais responsáveis pela mortalidade infantil na Bahia num geral. Como vimos o Dr. Martagão Gesteira já havia informado nos idos de 1924 que a falta de uma alimentação adequada aliada à ausência de higiene e a irregularidade nas consultas médicas contribuía para a ocorrência de desordens estomacais, elevando o número de crianças que morriam com menos de um ano de idade.

Se por um lado não podemos afirmar precisamente quantas crianças com menos de dois de idade morreram vítimas das doenças do aparelho respiratório, os dados do IBGE apontaram com um número exato as crianças que morreram em decorrência da diarreia e enterite. Em 1936, 646 certidões de óbito atestaram os desequilíbrios digestivos como causa de morte de crianças com menos de dois anos de idade. Como não contamos com uma lacuna que compreende os anos de 1919 (ver tabela 1) e 1935, era de se esperar que o ano seguinte evidenciasse um decréscimo na mortalidade infantil – tendo em vista os projetos nacionais

direcionados ao amparo da infância pobre e abandonada. No entanto, fomos surpreendidos não somente com uma elevação direta no número de crianças mortas devido à diarreia e enterite (729 no ano de 1937) como também de forma indireta através do aumento do número de óbitos, com exceção das doenças do aparelho urinário e genital, em todas as demais causas de mortes notificadas nas estatísticas do IBGE.

Antes mesmo que o governo brasileiro inserisse a questão social nos problemas do Estado, fosse elaborando uma constituição que abarcasse os grupos socialmente abandonados (Constituição de 1934 e 1937) ou articulando a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), o Direito já demonstrava ter sido alvo da influência dos ditames higienistas veiculados pelo Dr. Moncorvo Filho.

Em 1923, o Decreto nº 16.272 aprovou o regulamento que versava sobre a “assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes”.³² Este foi um momento ímpar na História do Direito do Brasil, uma vez que era o pontapé inicial da presença da questão da infância abandonada como problema social do Estado no universo das leis, portarias, constituições e decretos em voga neste país.

Os cinco capítulos principais presentes no decreto de 1923 separavam os menores em cinco categorias pouco definidas: 1- os abandonados; 2 – os vadios; 3 – os mendigos; 4 – os libertinos; 5 – os delinquentes. Veremos que a pouca clareza na definição das categorias se dava pela complexidade da questão da infância abandonada no Brasil. Os abandonados eram assim definidos se pertencessem a uma das categorias que se seguem: desprovidos de habitação, meios de subsistência, situação de orfandade, maltratados fisicamente, vivessem em companhia de pessoas de costumes condenáveis ou ainda que fossem encontrados em estado de vadiagem, mendicidade ou libertinagem. Definições muito amplas para um único conceito. A princípio interessa-nos entender que nem todos os abandonados eram vadios, mendigos ou libertinos, mas que todos estes facilmente se encaixariam na definição de abandonados.

32 BRASIL. *Decreto nº 16.272 de 20 de dezembro de 1923*. Disponível em <www.senado.gov.br>. Acesso em 22 set. 2016.

Já os vadios, segundo o mesmo decreto, encontravam-se nessa situação ou por livre e espontânea vontade, dependendo somente da sua ação para regressarem aos seus lares, ou por estarem nas ruas sobrevivendo de maneira imoral – no cenário que vem sendo traçado neste estudo, qualquer forma de sustento que não estivesse pautada na lógica do trabalho formal, disciplinador e ordenador estaria fadado à imoralidade.

Os mendigos, por sua vez, eram aqueles que se utilizavam dos espaços urbanos para pedirem donativos para si e/ou outrem, podendo incluir pai ou mãe. Logo, por não possuírem os meios de subsistência necessários à sua sobrevivência, podemos incluí-los na categoria de abandonados juntamente com os vadios - que para além de viverem em companhia de pessoas de costumes tidos como reprováveis, eram eles mesmos os próprios condenados. Aqui também podemos inserir os libertinos, definidos enquanto promotores da desordem social através da prática sexual e de obscenidades.

Por fim, os delinquentes, autores ou cúmplices de crime qualificado ou contravenção, a depender de sua idade, seriam internados em asilos e institutos de reforma ou presos em colônias correcionais. Interessa aqui ressaltar a importância dos pais ou responsáveis na culpa pela situação de delinquência do menor. Caso fosse provada a imparcialidade dos progenitores, seriam eles próprios os regeneradores da criança condenada.

Das cinco categorias aqui descritas, apenas a “dos delinquentes” parece não se confundir com as demais, talvez por isso mesmo tenha recebido atenção especial em um capítulo exclusivo.³³ Todas as demais, vadios, libertinos e mendigos poderiam ser entendidos como abandonados de modo geral. O grande dilema do governo brasileiro ainda era buscar um fator externo como causa dos problemas do abandono das crianças pobres no país, no intuito de expurgar a culpabilidade do estado das questões sociais. Nesse sentido, o Decreto nº 16.272 buscou nas famílias pobres o respaldo que lhes faltava, assemelhando-se aos resultados obtidos pelos estudos higienistas e eugenistas do início do século XX.

33 Capítulo V, “dos menores delinquentes”, composto de 12 artigos. Ver em Decreto nº 16.272, *op. cit.*

Podemos constatar essa semelhança no artigo 41 do decreto em questão. Ao ser criado o cargo de juiz de menores, cuja função era assistir, proteger, defender, processar e julgar menores delinquentes, caberia a um corpo de profissionais a responsabilidade de amparar legalmente e medicinalmente esses menores em dificuldades. Sim, a medicina psiquiátrica estava presente neste momento e caberia ao médico responsável, dentre outras atribuições, “fazer às pessoas das famílias dos menores as visitas médicas necessárias para a investigação dos antecedentes hereditários e pessoas destes”.³⁴

Os saberes médico-higienistas veiculados desde a época de Leonídio Ribeiro e Moncorvo Filho ainda se faziam presentes no decreto aqui descrito. Os pais, responsáveis e tutores dos menores ainda eram vistos como os responsáveis pela construção de um ambiente hostil e altamente perigoso para a formação de tendências comportamentais degeneradas, incompatíveis com o ideal de nação projetado para o Brasil.

Quatro anos mais tarde, em 1927, o governo brasileiro consolidou o decreto de 1923, criando assim a Lei de Assistência aos Menores, também conhecido como Código Mello Mattos ou Código de Menores. Nesse novo conjunto de leis é perceptível a ampliação da questão do abandono para as crianças classificadas como de primeira idade, os infantes expostos (até os sete anos de idade) e os já conhecidos menores (quase sempre vistos, pejorativamente, como vadios e delinquentes).

Uma das características deste Código de 1927 foi a determinação da suspensão da Roda dos Expostos como mecanismo de recolhimento de crianças abandonadas. Aqui mais uma vez podemos perceber a influência da Medicina nos tratados de Direito em voga no Brasil. Foram os médicos higienistas, segundo Maria Marcílio, que

horrorizados com os altíssimos níveis de mortalidade reinantes dentro das casas de expostos [...] começaram uma forte campanha para a abolição da roda dos expostos. Vidas úteis estavam sendo perdidas para o Estado. Mas o movimento insere-se também na onda de melhoria da raça humana, levantada com base nas teorias evolucionistas, pelos eugenistas.³⁵

³⁴ Art. 41º, *idem*.

³⁵ MARCÍLIO, *op. cit.*, p. 68.

Buscando criar uma sintonia com os países já assentados na lógica da ordem e progresso, que já haviam condenado a roda dos expostos por considerarem-na contrária aos interesses do Estado, os grupos dominantes brasileiros também passam a condenar a roda pela sua ineficiência na promoção da vida e saúde das crianças que por ela passavam. Ao desejarem disponibilizar neste país um contingente de trabalhadores sadios e submissos, o saber médico entendeu que a melhoria do povo brasileiro se daria num longo processo, iniciando-se desde tenra idade nas crianças socialmente doentes.

Influenciadas pelas diretrizes médicas e jurídicas em voga no Brasil republicano, além é claro da importância atribuída aos conjuntos de leis internacionais que versavam sobre a assistência à infância pobre e abandonada como mola propulsora do progresso de uma nação, as Constituições Brasileiras de 1934 e 1937 foram inovadoras ao assegurarem, ao menos no plano ideológico, o amparo, o socorro, o estímulo e a proteção das mães, crianças e adolescentes pobres e abandonados do Brasil. Vejamos, a seguir, como o governo varguista promoveu o “avanço” na questão social em favor do desenvolvimento econômico da nação brasileira.

1.2 Getúlio Vargas e a infância como problema social do Estado.

A Constituição de 1891, a primeira da nossa era republicana, negava por todas as vias que a questão social estivesse atrelada aos problemas socioeconômicos da nação. Pelo contrário, seus idealizadores afirmavam que a situação de abandono na qual milhares de crianças se encontravam era fruto de problemas higiênicos e desvios morais – que seriam solucionados com a ação educacional e uma jornada de saúde coletiva.

Durante todo o período histórico que compreende essa primeira constituição até aquela promulgada em 1934, inúmeras articulações foram realizadas no intuito do Estado assumir a infância enquanto um problema social de sua alçada. A Medicina, o Direito e o desejo de assentar o Brasil no mesmo caminho dos países desenvolvidos contribuiu decisivamente para que o panorama fosse desenhado da maneira como apresentaremos a seguir.

Segundo o artigo 138:

Incube a União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) Assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) Estimular a educação eugênica;
- c) Amparar a maternidade e a infância;
- d) Socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) Proteger a juventude contra toda a exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) Adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a transmissão das doenças transmissíveis;
- g) Cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.³⁶

Observando atentamente a letra da lei percebemos que o cuidado com a infância pobre e desvalida perpassava pelo trato com a figura maternal. As futuras mães teriam uma atenção especial nas leis varguistas, afinal de contas o ventre seria a incubadora dos futuros trabalhadores do país, sujeitos responsáveis pelo equilíbrio da economia nacional. Por isso, o desejo de assegurar o controle sobre o futuro das crianças pobres brasileiras iniciar-se-ia ainda no útero das mães dessas criaturinhas, com médicos e enfermeiros orientando as mulheres nos exames pré-natais, indicando uma alimentação saudável e descanso antes do parto afim de não

³⁶ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de julho de 1934*. Disponível em <www.senado.gov.br>. Acesso em 22 set. 2016.

comprometer a saúde da criança. A imagem abaixo, apesar de não estar datada, ilustra o anseio em intervir na maternidade por parte das iniciativas particulares e públicas no século XX.

Imagem 3. Cartaz para divulgação dos cuidados com a maternidade.



Legenda da imagem: “Repousai quarenta dias antes do parto se quereis ter filhos fortes.” Fonte: APEB, Departamento de Saúde, sem data.

Proteger, adotar medidas legislativas, recolher das ruas, estimular a educação eugênica que livraria essas crianças desde tenra idade das doenças morais supostamente adquiridas em ambientes “condenáveis”, por fim, promover serviços que dessem conta de anular a influência negativa do abandono moral, físico e social na vida destas criaturinhas. Essas seriam as obrigações do governo tanto nas esferas municipais, estaduais e federais. Caso já existissem instituições privadas que direcionassem seu foco para o assistencialismo à infância abandonada ou outra categoria de desvalidos sociais (mendigos, psicopatas, morféticos, cegos e surdo-mudos, etc.), caberia ao governo auxiliar na manutenção destas obras com o fornecimento de subsídios que seriam advindos de uma das três esferas governamentais acima descritas.

Vejamos como se deu o processo de subvenção destas instituições caritativas, filantrópicas ou governamentais na Bahia durante os seis primeiros anos do governo Vargas – este, por sinal, é o único período dentro do recorte temporal proposto neste trabalho que nos permite realizar uma análise quantitativa dos dados estatísticos disponíveis no IBGE.

Tabela 2. Número de instituições, segundo sua natureza *.

	1931	1932	1934	1935	1936
Particular não subvencionada	2	3	4	9	8
Particular subvencionada	12	10	11	10	9
Municipal não subvencionada	1	1	2	2	2
Municipal subvencionada	0	0	0	0	0
Estadual não subvencionada	2	1	3	3	3
Estadual subvencionada	0	0	0	0	0
Federal	0	0	0	0	0

* Os dados referentes ao ano de 1933 não estão disponíveis para esta categoria. Fonte: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Asilos e Recolhimentos: Instituições segundo sua natureza, 1931-1936. Disponível em <www.ibge.com.br>. Acesso em 22 set. 2016.

Precisamos definir o conceito de subvenções. Neste caso, são auxílios financeiros concedidos ora por “órgãos federais, ora estaduais, ora municipais. Em alguns casos, procedem de dois dos governos ou dos três simultaneamente”.³⁷ A princípio, percebemos que a Bahia não possuía qualquer instituição de iniciativa Federal em nenhum período analisado. Isto não impediu, entretanto, que subvenções federais não tivessem sido distribuídas àquelas instituições. O mesmo se aplica às instituições Estaduais e Municipais subvencionadas: não foram contabilizados quaisquer estabelecimentos desta categoria sustentados a partir de financiamentos oriundos exclusivamente do poder público.

Se as iniciativas públicas de construir e manter uma instituição assistencialista com subsídios próprios não foram possíveis na Bahia, o mesmo não se pode afirmar em relação àquelas que eram criadas pela esfera privada mas financiadas pelo poder público e, vice-versa. É perceptível que as esferas governamentais da Bahia apoiavam as investidas caritativas/filantrópicas e observamos isto no tópico “particular subvencionada”: o projeto de construção

37 IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Asilos e Recolhimentos: Instituições segundo sua natureza, 1931-1936. Disponível em <www.ibge.com.br>. Acesso em 22 set. 2016.

da instituição ficaria a cargo dos filantropos ansiosos por status social enquanto que ao governo caberia os custos posteriores.

O maior interesse do poder público em apoiar as iniciativas privadas ao invés de erguer e sustentar exclusivamente as casas assistencialistas está evidente no item “municipal não subvencionada”: em todo o Estado da Bahia, até o ano de 1936, existiam apenas duas instituições deste tipo, enquanto que as “particulares subvencionadas” contam com nove delas. Uma observação mais e é possível constatar que com o passar dos anos, a sociedade civil engajava-se mais e mais na proposta de consolidar novos projetos e sustentar os antigos por sua própria conta, deixando entrever as limitações do governo baiano em assistir os grupos sociais desvalidos.

A quem serviam as instituições existentes na Bahia do período que compreende os anos de 1931 e 1936? Dentre todas as possibilidades de assistencialismo na sociedade baiana, os dados estatísticos demonstram que os esforços dispensados foram mais intensos quando direcionados a infância desvalida e desventurada da Bahia.

Tabela 3. Número de instituições, segundo os fins a que se destinam.

	1931	1932	1933	1934	1935	1936
Amparo aos psicopatas	1	0	0	1	1	1
Amparo aos morféticos	1	1	1	1	1	1
Amparo aos cegos e surdos	0	0	0	0	0	0
Amparo à mendicidade	3	3	3	5	6	5
Amparo às moças pobres	0	0	0	0	0	0
Amparo à infância	10	10	10	12	15	14
Regeneração Social	1	1	1	1	1	1
Inválidos da Pátria	0	0	0	0	0	0
Vida Contemplativa	1	0	0	0	0	0

Fonte: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Asilos e Recolhimentos: Instituições segundo sua natureza, 1931-1936. Disponível em <www.ibge.com.br>. Acesso em 22 set. 2016.

Começamos pelo ano de 1931: a Bahia contava com 17 instituições assistencialistas, subvencionadas ou não por verbas federais, estaduais ou municipais, privadas ou públicas segundo sua natureza. Deste total, 10 destinaram-se exclusivamente ao amparo à infância

abandonada, o que percentualmente corresponde a mais de 58% do total. Ampliando para o cenário nacional, a Bahia encontrava-se em 6º lugar em número de instituições direcionadas, especificamente, ao recolhimento de menores abandonados, ficando atrás do Distrito Federal (41 estabelecimentos), São Paulo (39), Minas Gerais (24), Pernambuco (16) e Rio Grande do Sul (15). Veremos mais adiante que a posição ocupada pela Bahia no tocante ao número de instituições era desproporcional ao seu contingente populacional, o que nos faz crer na situação alarmante situação de desamparo em que viviam os sujeitos pobres deste estado.

Igualmente nos chama atenção a demasiada preocupação dos civis e dos governantes em torno da questão da infância neste período na Bahia. O segundo grupo mais assistido eram os mendigos, com apenas 3 instituições. O movimento foi bastante homogêneo em todo o país: neste mesmo ano, num total de 386 instituições assistencialistas, 183 destinaram-se ao amparo à infância, totalizando 47% e se consolidando com o maior percentual dentre os demais grupos sociais assistidos – corroborando com o processo histórico discutido desde o início desse estudo.

A quantidade de instituições direcionadas à infância se manteve regular nos anos de 1932 e 1933, ocorrendo apenas um decréscimo no que tange o amparo a outros dois grupos sociais (psicopatas e vida contemplativa). Em 1934, a Bahia ganhou mais cinco instituições assistencialistas se comparado aos anos precedentes: duas direcionadas à infância, outras duas voltadas à mendicidade e os psicopatas voltaram a ter uma instituição que lhes amparasse. Dos 20 estabelecimentos existentes na Bahia deste período, 60% destinaram-se ao amparo das crianças. Este percentual encontrou-se bastante acima da média nacional, uma vez que das 518 instituições assistencialistas existentes no Brasil em 1934, 236 delas, ou seja, pouco mais de 45%, se dedicaram ao “acolhimento” de meninos e meninas.

Em 1935, outro aumento nos dados baianos foi verificado: mais três instituições são criadas no Estado a fim de recolher crianças pobres e abandonadas, ao passo que apenas uma foi direcionada aos mendigos. O percentual de assistência à infância na Bahia aumenta de 60%, no ano anterior, para pouco mais de 62%. Enquanto isso, a média nacional declina de 45% para 44% motivada pela perda de quatro instituições no Brasil se comparado ao ano anterior (de 518 para 514). Por fim, o ano de 1936 teve um pequeno declínio em relação ao

número de instituições destinadas à infância e psicopatas (um a menos para cada), o que não implicaria num decréscimo no número de indivíduos assistidos.

As dez instituições destinadas ao amparo da infância na Bahia, em 1931, recolhiam nada menos que 631 crianças. Em relação ao Brasil, a Bahia encontrava-se em 4º lugar no número de crianças internadas, apesar da 6ª posição referente ao número de instituições destinadas ao recolhimento dos pequenos. Em todo o país, ainda no mesmo período, existiam 24.512 mil pessoas internadas em estabelecimentos assistencialistas, sendo que a maior porcentagem ainda permanecia com a infância (9.912 crianças internadas, o que corresponde a mais de 40%).

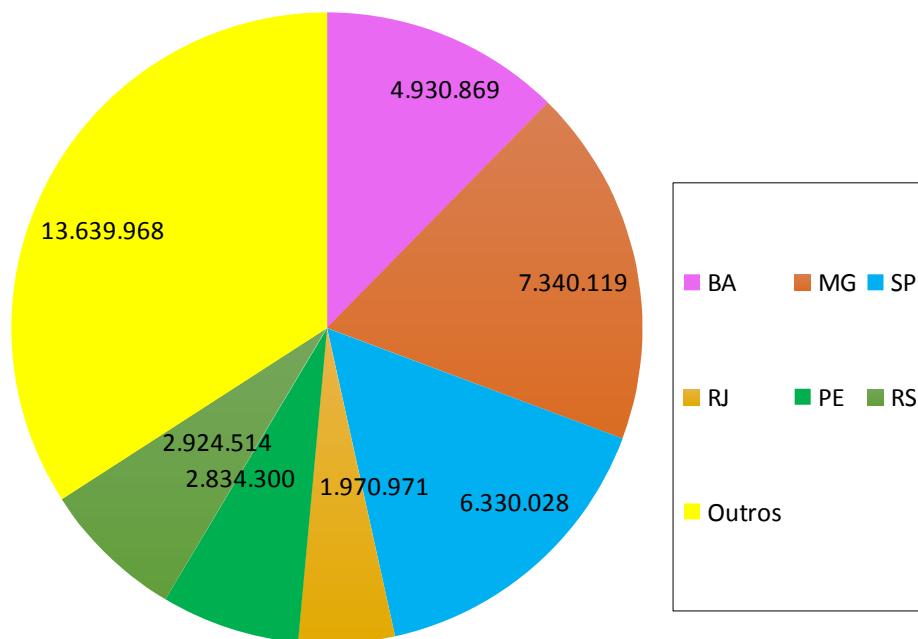
Os anos seguintes, 1932, 1933 e 1934 mantiveram-se estáveis, apesar das pequenas oscilações, mas o grande disparo quantitativo estaria reservado para os anos de 1935 e 1936. Infelizmente, as documentações analisadas não possuíam as estatísticas do ano de 1935 no que diz respeito ao número de pessoas internadas, porém sabemos pela tabela 2 que neste período havia três novas instituições de amparo a infância pobre e abandonada, o que certamente refletiu na significativa marca de 1.627 crianças recolhidas em 14 instituições no ano de 1936. Neste último ano, das 3.003 pessoas internadas, mais de 54% eram crianças, seguidas de longe pelo amparo aos mendigos (23%), psicopatas (17%), regeneração social (3%) e morféticos (1%).

Embora muito relevantes, os dados do IBGE não nos permitem enxergar, num primeiro instante, os limites da assistência à infância pobre e abandonada da Bahia - não só no período analisado nas tabelas anteriores, mas em todo o período que antecede a demarcação temporal aqui discutida - 1931 a 1936. A eficácia do projeto varguista em zelar pela saúde, desenvolvimento físico e mental das crianças recolhidas nas ruas baianas esbarrava, inicialmente, na desproporção quantitativa do número de habitantes deste estado e a quantidade de estabelecimentos públicos ou privados direcionados ao amparo à infância.

Vejam a seguir o gráfico que corresponde à média da população brasileira entre os 1931 a 1936. A escolha dos estados em destaque não se deu aleatoriamente: Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro eram, respectivamente, os estados mais populosos do Brasil neste período. Desejando não cansar o leitor em análises

exaustivas de dados populacionais anuais, optamos por extrair uma média equivalente à população dos estados mais populosos. O uso desta metodologia só foi possível devido à regularidade anual no crescimento/decrescimento populacional destas regiões.

Gráfico 2. Média populacional do Brasil por Estado entre 1931 e 1936.



Fonte: IBGE. *População brasileira por Estados, 1931 a 1936.*

A Bahia era o terceiro estado mais populoso do Brasil, com 4.930.869 milhões de habitantes, perdendo apenas para Minas Gerais e São Paulo. Até o senso de 1900, a Bahia rumava sempre à frente do estado paulista, quando esse a ultrapassou devido à migração de um contingente populacional que vinha de todo o país e mundo em busca dos atrativos econômicos ofertados naquelas terras. Mesmo decrescendo anualmente em seu percentual de habitantes, ainda assim a Bahia possuiu em média sempre um milhão de habitantes a mais que o quarto estado mais populoso, o Rio Grande do Sul (2.924.514 hab.).

Se os interesses em solucionar os problemas sociais de fato norteassem a elaboração de projetos assistencialistas públicos e privados, deveria existir uma correspondência entre o

montante populacional e as instituições de cada estado. Nesse caso, Minas Gerais, São Paulo e Bahia teriam mais estabelecimentos que Pernambuco, por exemplo, que possuía dois milhões de habitantes a menos que o estado baiano. A realidade, entretanto, não correspondeu às nossas estimativas. Em nenhum momento a Bahia ultrapassou Rio Grande do Sul e Pernambuco no que diz respeito ao número de instituições direcionadas ao amparo de crianças pobres e abandonadas. Com o Rio de Janeiro empatou durante os anos de 1931 a 1933, quando ambas possuíram 10 estabelecimentos voltados à infância. Nos anos subsequentes, 1934 a 1936, a Bahia abriu uma pequena vantagem que oscilava entre uma e três instituições a mais que o Estado carioca.³⁸

Tais disparidades deixam entrever o descompasso do amparo à infância abandonada baiana. Numa região notadamente marcada pela secular presença da mão de obra escravizada como força de trabalho, sofrida pelas experiências traumáticas de pré e pós-abolição,³⁹ não era de se estranhar que a situação de abandono de crianças noticiada aos montes pela imprensa soteropolitana⁴⁰ saltitasse semanalmente aos olhos dos leitores baianos. Afinal de contas, a Bahia se encontrava apenas na 6ª posição em instituições direcionadas à infância sendo ela mesma, teoricamente, a 3ª em demanda.

Não cabe neste trabalho elaborar uma análise conjuntural da efetivação do Estado Novo enquanto modelo político do Brasil. Tendo em vista que a historiografia nacional vem se debruçando há décadas sobre esta temática, interessa-nos somente analisar a Constituição Federal outorgada por Getúlio Vargas, em 1937 – que elegeu mais uma vez enquanto elemento salvador do “novo” Estado o “velho” problema da infância pobre e abandonada do Brasil.

Vejamos detalhadamente o artigo 127, que sintetizou as aspirações do governo brasileiro acerca da criança carente:

³⁸ *Idem.*

³⁹ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.

⁴⁰ Ver RODRIGUES, Andréa da Rocha. *A infância esquecida: Salvador 1900-1940*. Salvador: EDUFBA, 2003.

A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento.

O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave aos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral.

Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole.⁴¹

O governo brasileiro demonstrava que a estruturação de uma raça forte, bem aos sabores da ideologia eugenista veiculada no século XIX, perpassaria pela organização mental e corporal das crianças. Tal constatação pode ser melhor elucidada quando vemos que ao Estado interessaria assegurar o provimento das condições físicas (curando as doenças, higienizando os corpos e alimentando adequadamente) e morais (afastando as influências degeneradas, fossem elas de ordem hereditária ou sociais) das crianças.

Ao consolidar estes dois pilares o Estado brasileiro deveria ter à sua disposição habitantes sadios que estariam naturalmente aptos para promover um aumento demográfico. Evidentemente que o surto populacional esperado pelo governo Vargas deveria servir para o crescimento e consolidação da economia nacional (mais mão de obra disponível para o trabalho resultando em um incremento econômico); e distribuição homogênea da população pelos quatro cantos da nação – o Brasil, neste período, apesar de ser um país populoso, era muito mal povoado, visto que os habitantes estavam concentrados nas proximidades do litoral.

⁴¹ BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 22 set. 2016.

Caberia ao Estado assegurar de todas as formas o desenvolvimento harmônico da infância brasileira. As experiências fracassadas com o DNSP e, principalmente com o IHI (na Bahia em parceria com a LBCMI) deixaram transparecer que o sucesso do assistencialismo não lograria êxito sem o auxílio das iniciativas privadas - afinal de contas, o interesse público em “proteger” as crianças perpassava por esferas muito distantes da caridade e filantropia.

Percebendo que a influência privada seria capital para o sucesso da empreitada governamental, Vargas não tardou em assumir a deficiência do governo em “instalar uma rede eficiente de serviços de maternidade e amparo à infância, de útil e patriótica finalidade” em parceria com a iniciativa civil, pois “por mais que se faça, se não imprimirmos às nossas iniciativas o caráter de verdadeira campanha de cooperação nacional, veremos [...] os seus enormes benefícios retardados por longo tempo”.⁴²

Esta seria a conjuntura favorável para a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), cujo decreto-lei data de 1940.⁴³ Tendo por finalidade fixar as bases de proteção à maternidade, à infância e à adolescência do país como um todo, competiria ao DNCr estimular a criação de instituições estaduais, municipais ou privadas direcionadas aos grupos sociais por ela assistidos e cooperar financeiramente com as instituições privadas já existentes no Brasil.

Uma filial do DNCr seria fundada na Bahia em 1942 com a criação da Divisão de Amparo à Maternidade, Infância e Adolescência (DAMIA), cujas finalidades estavam em sintonia com as aspirações dos médicos eugenistas e higienistas, bem como dos juristas responsáveis pela elaboração dos códigos voltados às crianças pobres e abandonadas. Assim sendo, caberia à DAMIA:

- a) Realizar inquéritos e estudos relativos aos problemas da maternidade, infância e adolescência;

42 VARGAS, Getúlio. Discurso pronunciado no Palácio da Guanabara, em comemoração do Natal a 24 de dezembro de 1939, sob o título “O bem-estar e a saúde das mães e das crianças”. Disponível em <www.biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em 22 set. 2016.

43 BRASIL. *Decreto-lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940*. Disponível em <www.camara.gov.br>. Acesso em 22 set. 2016.

- b) Divulgar noções elementares de puericultura;

- c) Estimular, orientar e fiscalizar, em todo o Estado as organizações estaduais, municipais e particulares destinadas à proteção da maternidade, infância e adolescência, com as mesmas cooperando;

- d) Encarregar-se da manutenção e desenvolvimento dos serviços oficiais de higiene pré-natal e da criança e, ainda, de assistência à maternidade e à infância;

- e) Cuidar do problema da reeducação e reajustamento dos menores, mantendo instituições especializadas que atendam ao mesmo.

- f) Trabalhar em estreita cooperação com os seguintes órgãos:
 - I – Departamento Nacional da Criança, no sentido de uniformizar, no Estado, a orientação técnica federal da proteção à maternidade, infância e adolescência [...];

 - II – Departamento de Educação [...];

 - III – Juízo de Menores [...];

 - IV – Conselho de Assistência Social [...];⁴⁴

É nítida a ligação existente entre os itens acima descritos e os saberes médicos e jurídicos divulgados nos primeiros anos do Brasil republicano. As iniciativas de estudar a infância, de divulgar os resultados obtidos com as pesquisas no intuito de promover “melhorias” tanto no aspecto físico quando mental das crianças, assim como o interesse das esferas públicas em colaborar financeiramente com as instituições privadas direcionadas à

⁴⁴ APEB. Departamento de Saúde. Decreto-lei que cria no Departamento de Saúde a Divisão de Amparo à maternidade, infância e adolescência. 1941/1942. Caixa 4034, maço 28.

garantia de um assistencialismo ampliado, irrestrito às entidades ligadas ao estado ou município, fez com que as crianças baianas pobres e abandonadas, juntamente com a maternidade adquirissem uma maior visibilidade no transcorrer do século XX.

“Era uma vez...”
reflexões sobre a representação da infância em versões de Chapeuzinho Vermelho

Cláudia Gisele Masiero

Licenciada em História. Especialista em História Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo. Mestre em Processos e Manifestações Culturais

Cristina Ennes da Silva

Doutora em História. Professora no Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais - Universidade Feevale

Resumo

Este estudo tem como tema a representação da infância presente no conto de fadas Chapeuzinho Vermelho, escrito pelos Irmãos Grimm, no início do século XIX, bem como no filme de animação Deu a Louca na Chapeuzinho (2005). O objetivo é identificar e analisar a concepção de infância representada nesses produtos culturais de tempos e sociedades distintas, buscando compreender semelhanças e diferenças que apresentam, veiculadas, é claro, aos seus respectivos contextos de produção. O tratamento dado às fontes centrou-se na perspectiva de analisá-las sob um aspecto, ou seja, como a protagonista se relaciona com seus pais ou pessoas mais velhas, por meio da metodologia da Análise de Conteúdo. Também se tem por base o conceito de representação social. Dessa forma, reflete-se sobre a infância entendendo-a como uma construção social que pode apresentar transformações segundo tempo e lugar, até mesmo em uma mesma sociedade.

Palavras-chave concepções de infância, narrativas, contos de fadas, cinema.

Abstract

Este estudio tiene como tema la representación de la infancia presente en lo cuento de hadas Chapeuzinho Vermelho, escrito por los hermanos Grimm, a principios del siglo XIX, así como en la película de animación Deu a Louca na Chapeuzinho (2005). El objetivo es identificar y analizar la concepción de la infancia representado en estos productos culturales de tiempos y sociedades distintas, buscando entender las similitudes y diferencias que presentan, vinculando, por supuesto, a sus respectivos contextos de producción. El tratamiento dato a las fuentes se centró en la perspectiva de analizarla en un aspecto, esto es, como la protagonista se relaciona con sus padres o personas mayores a través de la metodología de análisis de contenido. También si tiene por base el concepto de

REVISTA ANGELUS NOVUS

representación social. De esa manera, reflejase sobre la infancia entendiéndola como una construcción social que pueden presentar transformaciones segundo el tiempo y lugar, incluso en la misma sociedad.

Keywords concepciones de la infancia, narraciones, cuentos de hadas, cinema.

Introdução

Era uma vez, em um tempo não muito distante, um mundo onde não havia o sentimento da particularidade infantil. Humanos, grandes ou pequenos, partilhavam das mesmas tarefas, formas de lazer e segredos. Tão logo as crianças adquiriam alguma independência, já participavam igualmente das atividades dos mais velhos.

Foi então que algo diferente aconteceu, a criança passou a ser vista de uma forma particular e a infância surgiu. Não foi igual em todo lugar nem ao mesmo tempo. Foi um longo processo! Um mundo novo foi imaginado para as crianças, no qual estariam protegidas da violência, da promiscuidade e do sofrimento. A infância foi pensada para ser um tempo de inocência e felicidade. A família cada vez mais voltada para a sua privacidade ajudou na construção dessa “infância” e a criança passou a ser o centro das suas atenções, em muitos casos. A escola se voltou para abrigá-la e a educá-la, fornecendo gradativamente o conhecimento para que se tornasse, aos poucos, preparada para a vida adulta em sociedade. Assim, o conceito de infância como se entende atualmente é bastante recente, é uma construção da modernidade. Construção essa que não se consolidou para todas as crianças e sofreu múltiplas influências, que contribuíram para que se transformasse continuamente.

O primeiro impulso para o estudo da história da infância como objeto central ou exclusivo se deu com Phillippe Ariès, na década de 1960. Porém, nas últimas décadas é que a infância vem se constituindo como tema emergente de pesquisa. Segundo Castro,¹ pesquisadores de todo o mundo e de diversas áreas têm se dedicado cada vez mais a ela. Trata-se de uma área relativamente recente e, por isso, é ainda também um campo vasto a ser explorado. Não é, contudo, simples de se estudá-lo, exigindo sensibilidade e atenção por parte do pesquisador. Mesmo a aparentemente simples tarefa de defini-la pode ser uma questão profundamente complexa. Larrosa² problematiza o entendimento que se tem da infância

1 CASTRO, M. G. B. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções. In: 16^o COLE, 2007, Campinas. *Anais do 16^o COLE*, 2007.p. 1

2 LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana. Danças, piruetas e*

fazendo pensar que não é o que já sabemos, tampouco o que ainda não sabemos, mas justamente “algo outro”. Desta forma, para o autor, a infância é um enigma.

Por essas razões e partindo dessas indagações, este estudo busca identificar e analisar a representação da infância no conto de fadas dos Irmãos Grimm, Chapeuzinho Vermelho, publicado no início do século XIX. Posteriormente, essa identificação e análise será realizada sobre o filme de animação que é uma releitura do conto referido, *Deu a Louca na Chapeuzinho*,³ lançado no início do século XXI. Com a intenção de contribuir para a continuação e o aprofundamento do estudo da história da infância, entende-se que estes podem ser indicativos do modo como se pensou a infância em cada contexto do qual são procedentes, ou seja, a concepção de infância imaginada.

A metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo. Por meio dela se dará o tratamento adequado às fontes de análise. Segundo Bardin,⁴ o maior interesse da Análise de Conteúdo, para além de suas funções heurísticas e verificativas, reside na proposta de alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas, procurando levar à interpretação mais sã e consciente. Ou seja, pensa-se que as várias fases pelas quais passa a análise permitem que o pesquisador realmente se debruce sob o objeto e mature as suas conclusões. As fases da análise de conteúdo, propostas por Bardin⁵ organizam-se em três pólos cronológicos: 1) a pré-análise, quando é delimitado o *corpus* de análise e os objetivos são traçados; 2) a exploração do material; e 3) o tratamento dos resultados, quando da inferência e da interpretação destes.

A técnica utilizada nesse estudo é a análise categorial, que “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”.⁶ Essas unidades podem ser tanto palavras, frases, como temas ou mesmo documentos em sua forma integral. As unidades de análise para a interpretação do conto são

mascaradas. Horizonte/MG: Autêntica, 2010, p. 183-198.

3 DEU A LOUCA NA CHAPEUZINHO. Direção: Todd Edwards, Tony Leech e Cory Edwards. Produção: Murice Kanbar - Kanbar Entertainment. 2005. DVD. 81min.

4 BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

5 Idem.

6 Idem, p. 153

as frases e, para interpretação do filme, as cenas, que remetem a uma categoria: a) a relação da personagem principal da narrativa com seus pais ou com as pessoas mais velhas.

Não se tem a pretensão de analisar o conto ou o filme em si, mas o modo como representam implícita ou explicitamente as concepções de infância. As obras referidas são, portanto, as fontes de análise.⁷ Desde já se reconhece que as conclusões obtidas por meio desta análise não representam a única ideia que se tinha da infância em cada período estudado; são um exemplo dentre uma multiplicidade de modos de ver a criança. A seleção dos produtos culturais que serão analisados se deu, também, a partir da perspectiva da existência dessas narrativas em dois espaços temporais diferentes, ou seja, nos séculos XIX e XXI. Isso permite que se possa refletir sobre as permanências e as alterações, contudo, não se trata de um estudo comparado. Parte-se do fato de que cada uma dessas épocas pensou a infância de uma forma particular.

E quando se fala em representação, é fundamental entender que, segundo Chartier,⁸ o conceito de representação social está ligado ao entendimento do modo como, em diferentes momentos históricos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Alexandre⁹ fala do conceito de representação social como uma modalidade particular, isso porque não é todo “conhecimento” que pode ser considerado representação social, mas somente aquele que faz parte da vida cotidiana das pessoas, por meio do senso comum, que é elaborado socialmente e que funciona no sentido de interpretar, pensar e agir sobre a realidade. A representação é, portanto, sempre um discurso que quer significar algo e há sempre quem representa e para quem se representa.

Quando a questão é a infância e suas representações é preciso pensar na relação de tensionamento entre o universo adulto e o infantil. Conforme Gouvea,¹⁰ o recurso às fontes

7 Segundo Pinsky (2011), fontes históricas são o material do qual se apropriam os historiadores por meio de abordagens específicas, métodos e técnicas variadas, para tecerem seus discursos históricos. É o olhar do historiador que transforma o documento em fonte.

8 CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002.

9 ALEXANDRE, Marcus. Representação social: uma genealogia do conceito. *Comum*, Rio de Janeiro, v.10, nº 23, p. 122 a 138, julho / dez, 2004.p.126

10 GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância: Periodização e fontes. In.

literárias pode tanto contribuir para uma história da infância, ao dar-nos acesso às representações do adulto sobre o mundo infantil, como também para a história da criança, fornecendo pistas sobre as diferentes expressões da cultura infantil. Já quando o Cinema serve de fonte para o estudo da história da infância, o referido autor salienta três pontos. Primeiro, é fundamental considerar o seu caráter memorialístico, em que a infância seria representada à luz do olhar adulto, que, por sua vez, não reconstrói a experiência, mas a ressignifica a partir do presente. Segundo, isso significa considerar a sua dimensão como produto característico da indústria cultural, o qual define condições próprias de produção, circulação e apropriação pelo público. Por último, aponta que no Cinema a imagem assume um significado diferenciado, que se articula no interior de uma narrativa que conjuga os signos verbais e não verbais.

2. Sobre as narrativas

Sabe-se que os contos de fadas, há milênios, “estão presentes na cultura de diversos povos: surgiram nos primórdios da tradição oral, passaram por manuscritos medievais – a maioria deles, anônimos – e chegaram a partir da invenção da prensa até a Literatura”.¹¹ O conto aqui analisado, *Chapeuzinho Vermelho*¹², data do início do século XIX. Na realidade, foi compilado e publicado nessa época pelos Irmãos Grimm. É uma das muitas versões existentes dessa história.

Jacob Ludwig Grimm e Wilhelm Carl Grimm, nasceram na região onde hoje é a Alemanha, na cidade de Hanau, formaram-se em Direito, mas se dedicaram realmente ao Magistério. Foram professores nas universidades de Göttingen e Berlim, também trabalharam em bibliotecas, além de se inclinarem aos estudos linguísticos, folclóricos e históricos, assim como à Literatura. Publicaram o primeiro volume de “Contos das crianças e do lar” em 1812,

SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares (Orgs). *Estudos da infância: Educação e práticas sociais*. 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.107

11 CANTON, Kátia. *Os contos de fada e a arte*. São Paulo: Prumo, 2009. p. 8

12 Neste estudo trabalhamos com a tradução de David Jardim Junior (2008).

originalmente em língua alemã, seguindo-se o segundo volume em 1815. Esta obra é o resultado de uma vasta pesquisa em manuscritos medievais e através de fontes orais sobre essas narrativas. Não era propriamente Literatura Infantil, pois Hans Christian Andersen é considerado o pai deste gênero, surgido na segunda metade do século XIX. Porém, a contribuição dos Irmãos Grimm é inegável, uma vez que ajudaram a dar os seus contornos. O objetivo era preservar o folclore alemão. Há nessa época, na Europa, uma descoberta da cultura popular, como coloca Burke,¹³ e o estudos dos irmãos Grimm fazem parte desse movimento mais amplo. Sabe-se que “foi no final do século XVIII e início do século XIX, quando a cultura popular tradicional estava justamente começando a desaparecer, que o “povo” (o folk) se converteu num tema de interesse para os intelectuais europeus”.¹⁴

O já referido conto narra a aventura de uma menina que, orientada pela mãe, vai fazer uma visita a sua avó adoentada, que mora na floresta. A menina sempre usa um capuz vermelho, ganhado da avó, motivo pela qual todos a chamam de Chapeuzinho Vermelho. A história inicia com a caracterização da personagem principal e segue com o diálogo entre a menina e a mãe, que lhe dá instruções de como deve agir durante o caminho e de como se portar. Mas eis que, no percurso, encontra um lobo que a distrai com o intuito de chegar antes à casa da Vovó para devorar as duas. É o que o animal faz: devora a avó e arma uma emboscada fazendo-se passar por ela para enganar Chapeuzinho. Ao chegar, a menina pressente que há algo de estranho, chama pela avó e como esta não responde, avança para o interior da casa. Vê sobre a cama a Vovó, que é na verdade o lobo disfarçado, e inicia um diálogo. Pergunta sobre as orelhas, os olhos e as mãos que julga serem muito grandes e estranhas, e, quando pergunta sobre a horrível boca, o lobo pula da cama e a engole. Depois de ter saciado o apetite, o lobo acaba dormindo. O seu ronco alto atrai um caçador que estava passando por perto, o qual pensa ser o ronco da Vovó e julga que ela deva estar passando mal e precisando de sua ajuda. Ao entrar na casa, reconhece o lobo, por quem já estava procurando há tempos, e com uma tesoura abre a barriga do bicho e salva ambas. A própria

13 BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500 – 1800*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

14 Idem, p.26

menina vai em busca de pedras bem grandes para colocar dentro da barriga do lobo, que depois disso foi costurada. Quando o lobo acorda, tenta caminhar, mas cai morto, para alegria dos três. Porém, este ainda não é o final. Chapeuzinho encontra outro lobo em mais uma de suas visitas à casa da Vovó. Porém, desta vez, não se deixa enganar e chega primeiro ao destino, relatando tudo. Juntas preparam uma armadilha para pegar o animal, que atraído ao telhado, acaba caindo em um caldeirão com água quente. A narrativa tem seis personagens: Chapeuzinho Vermelho, sua mãe, Vovó, o caçador e os dois lobos.

Se os contos não se destinavam ao universo infantil, primeiramente, o cinema também não. Merten¹⁵ escreve que, quando a sétima arte surgiu, no final do século XIX, o conceito de infância como idade específica já estava estabelecido, mas a nova mídia não se voltou inicialmente para a criança. O autor ainda acrescenta que os primeiros filmes visavam a uma plateia adulta e que nem mesmo Walt Disney inicialmente tinha consciência de estar produzindo para crianças, sendo que somente nos anos de 1940 é que a sua empresa passa a ser conceituada como uma produtora cultural para crianças. No começo dos anos 1980, ainda segundo Merten,¹⁶ a Disney ingressou na mais tenebrosa crise de sua história, e uma série sucessiva de desastres de bilheteria ameaçou levar à falência a sua produção cinematográfica. Porém, nos 1990, se recuperou e viveu uma década prodigiosa. Os filmes de sucesso foram “A Bela e a Fera” (1991), que já utilizava computação gráfica e “O Rei Leão”, que até hoje é considerado como uma de suas obras-primas. O sucesso da computação foi tão grande que, desde então, passou a ser ferramenta indispensável na animação. “Toy Story” (1995), por exemplo, na metade da referida década, já fora produzido totalmente em ambiente virtual.

Considerando as últimas décadas, é preciso dizer que os filmes de animação tiveram sua produção largamente aumentada. Para além dos Estúdios Disney, outras produtoras cinematográficas passaram a investir nesse gênero. É o caso da DreamWorks, que criou a divisão DreamWorks Animation, da Sony Pictures Animation, da Pixar Animation Studios (pertencente a Walt Disney) e da Blue Sky Studios, para citar as mais conhecidas. Obras

15 MERTEN, Luiz Carlos. Criança e cinema. In.: JACOBY, Sissa. *A criança e a produção cultural: Do brinquedo à literatura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

16 Idem.

MASIERO, Cláudia G. & SILVA, Cristina E. da (...) USP – Ano VI, n. 10, p. 307-328, 2015 cinematográficas como *Shrek* (2001), *A Era do Gelo* (2002), *Procurando Nemo* (2003), *Madagascar* (2005) e *Carros* (2006), possivelmente podem servir para ilustrar o sucesso que esse gênero conquistou ultimamente. Não se pode esquecer que o alcance dessas obras não abrange somente o público infantil.

O filme *Deu a Louca na Chapeuzinho* (2005), está inserido nesse contexto de produção e claramente se inspira no conto Chapeuzinho Vermelho, especificamente na versão dos Irmãos Grimm. Isso porque, a Vovó e Chapeuzinho sobrevivem e não morrem como na versão de Perrault, mas também acrescenta vários outros personagens, entre os quais o inspetor Pirueta, o delegado urso, o esquilo, o coelho e seu grupo de capangas. O caçador é substituído por um lenhador. Além disso, os personagens tradicionais ganham novas configurações. Na sinopse da obra, descrita na contracapa do DVD, tem-se o seguinte texto:

A bicharada está assustada depois que policiais do reino animal receberam denúncias de uma confusão na floresta. A bagunça envolve nada menos do que a Chapeuzinho Vermelho, o Lobo Mau e a Vovozinha. Nesta confusão, quem será que conta a verdade? E quem roubou as receitas de doces da Vovó? Se você desconfia de alguém, guarde a informação até o final do filme. Será uma grande surpresa.¹⁷

É assim anunciado, por meio do texto acima, que a obra será emocionante e que apresenta elementos novos em relação ao que já se conhece da história da Chapeuzinho Vermelho. Convida o expectador a auxiliar na solução do mistério que se apresenta e, de certo modo, ao retratar as personagens de maneira diferente, remete à ideia de novidade, ou seja, procura gerar expectativa.

O filme também é iniciado com a fala de um narrador, que se ausenta no desenrolar da história. Sua fala é importante para que se reflita sobre o propósito da obra, sendo assim, ele inicia dizendo:

17 Deu a Louca na Chapeuzinho. Op. cit.

Chapeuzinho Vermelho, você conhece a história, mas toda a história tem sempre mais do que contam. É como aquele velho ditado “Não julgue um livro pela capa, se você quiser saber a verdade, tem que virar as páginas”.¹⁸

Essa fala refere-se ao fato de que a narrativa se desenrola apresentando a versão do lobo, da Chapeuzinho e da Vovó, para o mesmo fato e agrega um elemento novo, que é o roubo de receitas de doces, cometido pelo Bandido Guloso. No longa-metragem, a Vovó é uma das doceiras mais famosas do lugar. Porém, a floresta está em crise. O chamado Bandido Guloso está roubando as receitas de todas as confeitarias e levando-as à falência. Esse fato deixa Chapeuzinho tão preocupada que ela resolve levar o livro de receitas para a casa de sua avó na montanha. Nessa jornada, ela encontra o lobo, que não é mau: é um repórter investigando o Bandido Guloso. Ele desconfia que Chapeuzinho e a Vovó sejam as ladras das receitas, a fim de eliminarem a concorrência. O lobo se dirige à casa da senhora e chega antes da menina. Neste momento, a Vovó já está trancada no armário, depois de um acidente em um pouso com paraquedas. O lobo coloca uma máscara da Vovó, material promocional da confeitaria que estava guardado na casa, e espera pela menina. Assim, a confusão está armada, contando ainda com a presença do lenhador, que na verdade é um ator treinando para um papel, mas que acaba caindo dentro da casa da Vovó, bem nesse momento. A polícia é chamada, e a narrativa segue com cada um contando a sua versão do ocorrido. Ao final, Chapeuzinho descobre que o bandido é o coelhinho, seu amigo e também entregador de bolinhos.¹⁹

3. As narrativas e a representação das concepções de infância

A categoria proposta para a análise das narrativas citadas acima diz respeito à maneira como a personagem principal de cada narrativa se relaciona com seus pais ou com pessoas mais velhas, ou seja, o interesse está em suas relações com o mundo adulto. Proposta

18 Deu a Louca na Chapeuzinho. Op. cit., 0:05s – 0:21s.

19 O filme tem uma continuação, chamado “Deu a Louca na Chapeuzinho 2”, que foi lançado em 2011.

essa que auxilia na percepção de como cada produto cultural representou tais relações e assim, procurou sinalizar, implícita ou explicitamente a maneira como as crianças devem se portar. Ou seja, como procuram direcionar o comportamento delas, uma vez que o comportamento de cada personagem quer significar algo. Entende-se aqui que isso esteja relacionado à concepção de infância que cada produto cultural traz em si, refletindo, de certo modo, o imaginário do seu contexto de produção. Além disso, por meio da análise dessas relações, apresenta-se uma perspectiva do que os adultos esperavam das crianças e esperavam de si, pois também se encontram representados. Sabe-se, como bem coloca Qvortrup,²⁰ que as mudanças de concepções de infância são presumivelmente mudanças de atitude em relação às crianças. Portanto, nas representações elencadas nesta categoria, também se pode refletir sobre as atitudes dos adultos para com as crianças.

A seguir, estão destacadas as frases do conto Chapeuzinho Vermelho, referentes a essa categoria. No quadro, também estão contidas informações quanto ao momento da narrativa de que cada frase foi retirada, facilitando a compreensão dos elementos analisados.

Quadro 1 – Chapeuzinho Vermelho e suas relações

Momento da narrativa	Frases
A mãe aconselhando Chapeuzinho a como se portar na casa da avó	- Chapeuzinho Vermelho, aqui estão um pedaço de bolo e uma garrafa de vinho, para levares para tua avó, que está adoentada e muito fraca. Isso lhe fará bem. Vai antes que o tempo fique muito quente. Anda direitinho, sem correr, e não saias do caminho, pois podes quebrar a garrafa, e sua avó ficará sem o vinho. Quando entrares em seu quarto, não te esqueças de dizer: “Bom dia” e não olhes em todos os cantos, antes disso.
Resposta de Chapeuzinho ao conselho da mãe	- Podes ficar sossegada, mamãezinha, que farei tudo direitinho – disse Chapeuzinho Vermelho.
O diálogo com o lobo	A avó da menina morava no limiar da floresta, a meia légua da aldeia e logo que Chapeuzinho entrou na floresta, um lobo a viu. A menina ignorava que perigosa criatura ele era, e não teve medo. - Bom dia, Chapeuzinho Vermelho – disse ele. - Bom dia, lobo. - Aonde vais tão cedo, Chapeuzinho Vermelho? - À casa de minha avó. - O que trazes nesse cesto?

20 QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a “infância como fenômeno social”. *Pro-Posições*. Campinas, v.22, n.1, p. (199-211), jan./abr. 2011. p.205

	<ul style="list-style-type: none"> - Bolo e vinho. Vovó anda doente e precisa se fortalecer. - Onde mora a sua avó, Chapeuzinho Vermelho? - A mais um quarto de légua daqui – respondeu Chapeuzinho Vermelho. – A sua casa fica perto de um grande carvalho e ao seu lado há muitas amendoeiras. Deves conhecê-las.
Conclusão da menina após a vitória sobre o lobo	Chapeuzinho Vermelho, muito alegre por ter escapado, prometia a si mesma: “De agora em diante, jamais me afastarei do caminho, desobedecendo minha mãe”.

Mediante os elementos destacados do conto considerando esta categoria, se vê uma Chapeuzinho amada pela família, que se relaciona bem com a mãe e a avó e que responde educadamente aos adultos que a cercam. Caracteriza-se pela obediência e certa submissão aos mais velhos, como se pode notar pela segunda e pela terceira frases destacadas, quando ela diz que fará “tudo direitinho” e que “jamais” se afastará “novamente do caminho”, para não desobedecer à sua mãe. Tais falas sugerem ainda uma relação de afeição e confiança entre mãe e filha e avó e neta. Nesse caso, a obediência se deve ao fato de que Chapeuzinho reconhece que a mãe estava com a razão. Uma vez que, a experiência traumática e potencialmente fatal, de ter sido engolida pelo lobo, faz com que os conselhos da mãe assumam um significado mais amplo e sejam absorvidos como verdade absoluta.

Por meio da primeira frase destacada, ou seja, quando a mãe aconselha a filha, vê-se representada a preocupação dos pais com a educação dos filhos. Essa questão se insere no contexto social do século XIX, quando os estudos sobre a infância e a família apontam para o fato de que os pais passaram a receber uma carga maior de orientação de médicos e outros profissionais para a criação dos filhos, segundo Heywood.²¹ Progressivamente, estes se consideraram cada vez mais responsáveis pela felicidade e a infelicidade dos filhos, como salienta Badinter.²² Porém, o fato de a menina ter sido designada pela mãe para ir sozinha à casa da avó, enfrentando a floresta, talvez demonstre justamente esse processo de construção do modelo moderno de infância, pois, embora a mãe tenha se preocupado em recomendar que a menina tivesse cuidado, se este já estivesse totalmente consolidado, possivelmente ela não permitiria que fosse sozinha. Por outro lado o que pode ser pensado é que a mãe parece

21 HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2004.p.97

22 BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.179

ter certeza da validade de seus conselhos, se a filha os seguisse corretamente, não correria perigo. É a representação da certeza de sua autoridade sobre a menina.

Ariès²³ afirma que o sentimento de infância emerge junto ao sentimento de família e que esta contribuiu para a construção da concepção de infância moderna. A organização da família nuclear, mais voltada para si e sua vida particular, confinando-se em um espaço mais limitado, fica evidente por meio das representações das relações familiares.

A relação com o lobo também pode ser analisada, uma vez que segundo Azevedo,²⁴ nessas histórias, as quais descendem da tradição oral, o lobo pode ser perspectivado como um ser adulto, com uma série de competências já desenvolvidas, ao contrário de suas vítimas, que são entendidas geralmente como juvenis. A menina é educada com o lobo e responde a todas as questões que ele faz. Quando Chapeuzinho não segue os conselhos da mãe, na narrativa, se desviando do caminho, parece que o faz mais por ingenuidade do que por intencionalidade, uma vez que é ludibriada por este animal. Mais uma vez, acredita nos mais velhos, pois ignora a perigosa criatura que ele é. Talvez por não perceber o perigo, não tenha se lembrado das orientações da mãe. Contudo, é a representação da inocência que caracteriza o infantil já neste período. Nota-se um tom de respeito diante dos adultos por meio da fala e dos pensamentos da personagem. Há, contudo, a preocupação do conto em enfatizar a importância de a criança ser obediente, pois representa que é com isso que se tem segurança. Os adultos é que possuem a verdade e a autoridade.

Do filme *Deu a Louca na Chapeuzinho*,²⁵ destacaram-se quatro elementos na categoria relação com os mais velhos, que correspondem aos Quadros 2, 3, 4 e 5. As informações nelas contidas dizem respeito à dimensão visual e verbal de cada cena, uma breve sinopse e o tempo em que esta transcorre na narrativa fílmica. Tal organização para a análise

23 ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

24 AZEVEDO, Fernando (Org.). *Infância, memória e imaginário: Ensaio sobre literatura infantil e juvenil*. Braga: Edição CIFPEC (Centro de Investigação em Formação de Profissionais de Educação da Criança – Universidade do Minho), 2010.

25 *Deu a Louca na Chapeuzinho*. Op. cit.

está embasada no estudo de Rose.²⁶ É preciso dizer que como o filme faz várias incursões a um fato ocorrido no passado, ou seja, o roubo das receitas, na visão de diferentes personagens, algumas vezes as cenas parecem não estar na sequência.

Quadro 2 – O mistério do roubo das receitas

	
<p>Sinopse: As personagens da história Chapeuzinho Vermelho, Vovó, lenhador e lobo estão detidas pela polícia, sendo interrogados na sala da casa da Vovó.</p>	
<p>Tempo: 3:18 – 3:33</p>	
Dimensão visual	Dimensão verbal
<p>O delegado e seu ajudante chegam na casa da Vovó, onde se encontram detidos a Chapeuzinho, a Vovó, o lobo e o lenhador, que haviam se envolvido em uma confusão. O delegado conversa com os prisioneiros e por fim, nesta cena, se dirige à menina.</p>	<p>Pelicano: - Seguinte, o grandão entrou quebrando tudo com o machado. O lobo queria almoçar a Chapeuzinho. Delegado: - Entendi! Focinheira no lobo! Lobo: - Peraí, eu posso explicar tudo! Delegado: - Explique tudo pro juiz! Delegado: - Não deveria estar na escola? Chapeuzinho: - Onde está meu advogado!</p>

Chapeuzinho Vermelho é representada visualmente na narrativa fílmica como uma menina, de feições meigas e de baixa estatura. Porém, com exceção do seu capuz vermelho, suas roupas – blusa básica e calça jeans boca de sino – já indicam que não será representada como uma “menininha”, como se verá a seguir.

26 ROSE, Diana. Análise de Imagens em Movimento. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 343 – 364.

No início da trama, é tida como uma criminoso, detida pela polícia junto aos outros personagens: o lobo, o lenhador e a Vovó, ou seja, como criança que é, não tem um lugar privilegiado, não é tratada de modo diferenciado. Inclusive está algemada como os demais.²⁷ Ela permanece calada enquanto ouve o delegado tirar conclusões “precipitadas” sobre o que ocorreu, ou seja, culpando o lobo pelo roubo das receitas. Mas, quando ele a observa e questiona se ela não deveria estar na escola, logo se defende respondendo com outro questionamento: “Onde está o meu advogado?”. Tal situação representa uma Chapeuzinho de rápido raciocínio e que não se intimida neste momento inicial. Por meio de sua fala, percebe-se que a menina se coloca em condição de igualdade com o delegado, que não só é mais velho, mas também é uma autoridade policial. Se a ela não é dado um tratamento especial, tampouco parece precisar. Seu semblante ajuda a expressar a ironia no tom de sua fala, e sua resposta sinaliza maturidade e que sabe se proteger sozinha. O fato de responder a pergunta fazendo outro questionamento, talvez, represente que a menina sabe que deveria estar na escola. Dessa forma, desvia atenção para esconder que não está fazendo o que deveria, ou seja, frequentar a escola.

Postman²⁸ chama a atenção para o fato de que as crianças desapareceram da mídia. Não que elas não têm sido vistas, mas o fato é que, quando são mostradas, são representadas como adultos em miniatura. Exatamente como ocorre com a representação de Chapeuzinho nesta narrativa fílmica, pois sua relação com os adultos na cena destacada não é de diferenciação, mas de igualdade com as outras personagens. Houve um tempo em que os infantes eram considerados como adultos em miniatura, quando a ideia de infância como época singular ainda não existia. Hoje, a exemplo de Chapeuzinho Vermelho, no filme *Deu a Louca na Chapeuzinho*, a criança também é representada, em muitos casos na mídia, como um mini-adulto, o que exige certa reflexão. Tem-se um paradoxo, porque a concepção de


27 Somente depois disso é que o Inspetor Pirueta vai dizer que ela é só uma menina, que não há necessidade de algemá-la durante o depoimento. Mas as algemas são retiradas também dos demais personagens ao deporem.

28 POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Tradução: Susana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro. Graphia, 1999.

infância protegida também vigora. A seguir, se verá que a avó tenta, em certos momentos, proteger a neta. Mas o fato é que, a representação da personagem, no filme, foi dotada de fala, olhar e atitudes, que a fazem parecer mais velha do que de fato é.

A mãe da menina está ausente nesta história, o que contribui para a ideia de independência da menina. A avó é a única pessoa da família com quem pode contar e esta fica distanciada neste primeiro momento.

Quadro 3 – O encontro com o coelho Boingo

	
<p>Sinopse: Chapeuzinho está pedalando pela floresta, fazendo entregas para a confeitaria da avó, quando o Coelho Boingo pula na cesta de sua bicicleta, e eles começam a conversar.</p>	
<p>Tempo: 6:56 – 7:40</p>	
Dimensão visual	Dimensão verbal
<p>O Coelho vê a menina pedalando e se dirige a ela, pulando de um barranco para dentro da cesta da bicicleta, e eles passam a conversar.</p>	<p>Coelho: - Chapéu... Que roupa bonita, está sempre de vermelho, deve ser alguma moda nova. Chapeuzinho: - E aí Boingo? Não está ajudando o homem dos bolinhos hoje? Coelho: - Ah, ele fechou a confeitaria. Alguém roubou todas as receitas de bolinho dele ontem à noite e eu perdi o emprego. Chapeuzinho: - Que pena Boingo, que coisa mais chata. Você ainda trabalha no bondinho? Coelho: - Sim, sim, ainda! Mas não é tão bom como fazer bolinhos o dia todo, isso eu garanto. Chapeuzinho: - Um pãozinho de cenoura melhoraria o seu astral? Coelho: - Oba, oba! Obrigado Chapeuzinho, sempre posso contar com você. Garotinha... Danada! Chapeuzinho: - É pode ser, mas ainda tenho muita coisa pra fazer!</p>


No Quadro 3, Chapeuzinho se encontra com o coelho Boingo. Os dois são amigos e a menina confia nele, pois acredita no que ele diz, ou seja, que havia perdido o emprego, e até oferece um pãozinho de cenoura para melhorar o astral. Sua representação nesta cena é de

uma menina querida, que dá atenção ao seu amigo. Esse é um dos únicos momentos da narrativa em que ela é representada como cortez e até amável.

Assim como no conto de fadas em que Chapeuzinho é enganada pelo lobo, na animação, a personagem o é pelo coelho. A diferença entre as situações é que na primeira narrativa citada a representação da menina está marcada pela ingenuidade e, na segunda, pela esperteza. O coelho enganou a todos, não somente à ela e no final da trama é ela quem primeiro descobre que ele é o bandido. A novidade do filme está nesta troca de vilão mas, está fundamentalmente, na complexidade da trama para a personagem não parecer tola ao ser enganada por ele. Neste caso, funciona como surpresa para os expectadores, que já conhecem a narrativa tradicional.

Outra questão que pode ser destacada desta cena se relaciona com à última frase dita por Chapeuzinho, “ainda tenho muita coisa pra fazer”. Nesta expressão também está contida a informação de que a menina trabalha fazendo entregas para a confeitaria da avó, mais uma forma de “adultizar” a personagem.

Quadro 4 – A decepção de Chapeuzinho com a Vovó

	
<p>Sinopse: Chapeuzinho fica decepcionada ao saber que sua avó escondia que era praticante de esportes radicais, e as duas se desentendem.</p>	
<p>Tempo: 50:42 – 51:40</p>	
Dimensão visual	Dimensão verbal
<p>Chapeuzinho Vermelho contempla tristemente os troféus e medalhas de sua avó, como esportista radical. Está decepcionada porque de nada sabia sobre tais atividades e sentiu-se enganada. As duas</p>	<p>Vovó: - Querida, não olhe assim pra sua avó! Chapeuzinho: - Ah, desculpe! Pensei que fosse a atleta radical. Policial: - Sinistro!</p>

<p>têm uma conversa difícil, que se inicia diante dos policiais, que saem aos poucos ao perceberem a situação. Ao final dessa sequência, a menina tira o capuz que lhe é tão característico.</p>	<p>[Ruído do policial saindo da sala] Vovó: - Não seja ridícula Chapeuzinho! Chapeuzinho: - Eu estou sendo ridícula? Você está levando “la vida loca”, arriscando a sua vida nessas coisas perigosas e eu tenho que ficar em casa e ser a sua entregadora feliz! Delegado: - Eu tenho que... Inspetor Pirueta: - Parar para o café! Delegado: - É, um café... [Ruído dos policiais conversando ao sair da sala.] Vovó: - Pensei que você fosse feliz. Chapeuzinho: - Poxa, vê se acorda! Eu nunca saí dessa floresta. Você não acha que eu quero mais do que isso para mim? Vovó: - É claro que você quer! Afinal, é uma Pucket. Chapeuzinho: - Eu não sei mais o que significa isso!</p>
--	---

A cena anterior, mostrada no Quadro 4, representa que há uma relação de afeição familiar, tanto que a avó chama carinhosamente a menina de “querida”, no início do diálogo, e lhe olha com ternura. Porém, há um desentendimento entre elas, pois, Chapeuzinho fica sabendo que sua avó não é o que ela imaginava que fosse, ou seja, sua postura não condiz com a representação usual de uma velhinha. Em vez disso, leva uma vida agitada e pratica esportes radicais. A Vovó permanece calma, mas a menina se irrita ao final desse diálogo, o que pode ser visto por suas palavras: “Poxa, vê se acorda!” e, também, por deixar transparecer que não sabe mais o que é pertencer à família. Mais uma vez, pode-se destacar o tom irônico da fala da menina e o enfrentamento à pessoa mais velha.

Chapeuzinho Vermelho se decepciona com a avó não somente porque ela mentiu, mas devido ao fato de esta ter a vida que ela mesma gostaria de ter, ou seja, uma vida com emoções. Quando a avó afirma que pensava que a neta era feliz, em sua resposta, deixa claro que queria mais para a sua vida, que se incomoda em “bancar a entregadora feliz”. O seu trabalho como entregadora e o fato de não se saber se ela frequenta escola – o delegado pergunta se ela não deveria estar na escola, mas ela não responde – ou sobre ter amigos da sua idade, além das roupas que usa, o que já foi falado, situa a personagem mais próxima ao mundo adulto do que ao infantil.


À menina é dada liberdade, pelos adultos que a cercam, de expressar as suas ideias e de questioná-los. O motivo da discussão da cena acima é, primeiramente, a mentira da Vovó,

que portanto, é quem está errada. Chapeuzinho parece ser “adulta”, chamando sua atenção por estar arriscando a sua vida em situações perigosas. Há uma inversão de papéis. Quem se intimida e ouve reclamações é a Vovó, não é mais somente o adulto que é representado como possuidor da verdade, diferente do que, julga-se, é representado no conto de fadas. Nessa narrativa é a menina quem trabalha enquanto a avó tem aventuras incomuns para a idade.

Ao final da cena, tira o capuz vermelho e o joga no chão, atitude que reforça o seu sentimento de decepção. Porém, para que se entenda realmente a intensidade deste gesto é preciso recorrer ao conto de fadas no qual o filme se inspira, ou seja, em Chapeuzinho Vermelho é que está a informação de que quem deu o referido capuz à ela foi a avó. Retirá-lo neste momento simboliza um rompimento nessa relação. O diálogo entre as obras se aprofunda neste ponto.

Ao final da narrativa a harmonia entre as personagens é reestabelecida, conforme a cena descrita no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – A captura do bandido dos doces

	
Sinopse: Vovó e Chapeuzinho ajudam a polícia a capturar o Bandido Guloso.	
Tempo: 1:12:39 – 1:13:03	
Dimensão visual	Dimensão verbal
A Vovó e a Chapeuzinho chegam de paraquedas e são aplaudidas, após ajudarem a prender o Bandido Guloso e seus comparsas. Depois disso, são elogiadas pelo inspetor Pirueta e fazem as pazes.	[Palmas] Inspetor Pirueta: - Nada mal para uma doceira! Vovó e Chapeuzinho: - Obrigada! Vovó: - Eu acho que estava desligada da vida e não vi você crescer tão rápido. Você foi sensacional lá em cima! Chapeuzinho: - Eu aprendi com a minha avó!

No momento de fazerem as pazes Chapeuzinho e Vovó deixam transparecer o forte laço que as une. A menina mostra o seu lado doce, sendo afetuosa e gentil. A expressão de seu rosto representa amor e meiguice. A avó, ao dizer que havia aprendido com ela, evidencia a

importância da neta em sua vida. Esse relato se dá por meio de palavras carinhosas. Cabe destacar que, em parte, tudo ficou bem entre elas porque Chapeuzinho passou também a viver uma aventura. E, não é mais apenas uma entregadora de doces.

O mais interessante nessa cena, porém, é a fala da Vovó dizendo que não havia visto Chapeuzinho crescer tão rápido. Considerando que a personagem é uma criança e que enfrentou o Bandido Guloso da mesma forma que os outros personagens já adultos, atenta mais uma vez para a maturidade acentuada que o filme procura representar. Por outro lado, fica implícito que a avó não compartilhava suas experiências com a neta porque queria protegê-la, via-a como “pequena” e, por isso, não participava desta outra parte de sua vida. Sendo que, não achava que a neta fosse pequena para trabalhar. No conto de fadas a relação familiar é representada como “ideal”, uma vez que a confiança e o afeto entre os personagens perpassa toda a narrativa, embora não represente mais o estereótipo historicamente construído: pai, mãe, filhos. É constituída por avó e neta. No filme, essa confiança em determinado momento é quebrada e depois reestabelecida, talvez, procurando representar relações mais próximas da realidade da sociedade atual, ou seja, que por vezes também são conflituosas.

Por fim, pode-se perceber por meio dos dados obtidos que no conto a personagem principal é majoritariamente representada como ingênua e temente aos adultos que a cercam. Já no filme de animação, em vez da inocência, a personagem principal se apresenta como dona de grande esperteza e independência, por vezes, sua fala tem um tom irônico. Suas atitudes, feições e vestimentas são “adultizadas” e se coloca em condição de igualdade com os adultos. A representação da infância na primeira narrativa representa o processo de construção do chamado modelo moderno de infância, ou seja, a separação do universo adulto e do infantil, resultando na particularidade da criança. O que o conto busca mostrar é que se está seguro quando se segue as orientações dos mais velhos, pois estes é que detêm a verdade. Voltando à animação, observa-se outra proposta, ou seja, apresenta uma criança que questiona e que tem maior liberdade para agir. No filme, a personagem é que dá conselhos a sua avó, o conhecimento deixa de estar somente com os mais velhos. As relações familiares têm importância tanto no conto quanto no filme. Embora a afetividade esteja presente nas

MASIERO, Cláudia G. & SILVA, Cristina E. da (...) USP – Ano VI, n. 10, p. 307-328, 2015

relações estabelecidas em ambas as narrativas, no filme elas são mais problemáticas, Chapeuzinho, a “heroína”, precisa vencer também este conflito para ser “feliz para sempre”.

As questões levantadas neste estudo, acerca da concepção de infância representada em cada uma das narrativas analisadas, são apenas uma parte da reflexão sobre a história da infância em cada período. Porém, é possível considerar que a representação da infância no conto de fadas Chapeuzinho Vermelho, do início do século XIX, se inclina para caracterizá-la como “ideal”, inocente e obediente. Já no filme *Deu a Louca na Chapeuzinho*, de 2005, se volta para a construção de uma infância ativa, que propõe mais elos com outros grupos sociais, sugerindo uma maior autonomia das crianças em relação as suas ações.

Walter Benjamin e a pedagogia antifascista

Rui Bragado Sousa

Graduado e Mestre em História (UEM)

Resenha

BENJAMIN, Walter. *A hora das crianças (narrativas radiofônicas)*. Tradução Aldo Medeiros. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2015.

Palavras-chave Walter Benjamin, crianças, fascismo.

Keywords Walter Benjamin, children, fascism.

A intelligentsia antropofágica brasileira está consumindo a produção benjaminiana na última década assim como o fizera com Edward Thompson, há vinte anos ou menos, e com Gramsci e Lukács nas décadas de 1980 e anteriormente. O elevado número de pesquisas em diversas áreas das Ciências Humanas, a tradução de praticamente toda a obra de Walter Benjamin ao idioma português, incluído as cartas com importantes interlocutores como Gershon Scholem, Theodor Adorno, Bertolt Brecht, nos leva a compartilhar a afirmação de Romero Freitas,¹ de que os estudos sobre Benjamin encontram-se atualmente em um nível maduro no Brasil.

No entanto, um dos aspectos mais ricos de suas reflexões – a pedagogia, a história cultural do brinquedo, a infância – não tiveram o mesmo destaque e repercussão de trabalhos célebres como as teses “Sobre o conceito de história”, ou o recente “O capitalismo como religião”. Sabe-se que Benjamin foi um dos mais eminentes pensadores do século XX, filósofo por formação, tradutor dos poemas de Baudelaire, historiador da cultura e, em certo sentido, guardadas as controvérsias, também foi teólogo. Mas poucos estudiosos legaram devida atenção ao seu perfil de brilhante... pedagogo. O leitor menos familiarizado com a obra benjaminiana certamente recebeu com surpresa a recente publicação objeto desta resenha. Mas isto não é novidade, pois Benjamin foi colecionador de livros infantis e brinquedos artesanais.

O tema da cultura infantil perpassa boa parte das reflexões de Benjamin na década de 1920. Seus trabalhos nessa temática foram publicados ainda na década de 1980 no Brasil com o título *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*, e em edição revisada e traduzida diretamente do alemão². Trata-se de uma coletânea de ensaios, resenhas sobre a “História cultural do brinquedo”, projetos como o “Programa de um teatro infantil proletário” e o “Ensino da moral” para as crianças. Já nessas reflexões há o pioneirismo de Benjamin sobre conceito de infância como algo “construído historicamente”, desenvolvido

1 Ver a revista *Artefilosofia, Dossiê Walter Benjamin*. Ouro Preto, n.6, abril 2009. Apresentação.

2 BENJAMIN, W. *Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação*. Tradução, apresentação e notas de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.

posteriormente de forma sistemática por Philippe Ariès, especificamente em a *História Social da Criança e da Família*.

Para Walter Benjamin, “é a brincadeira, e nada mais, que está na origem de todos os hábitos”. Pois “o adulto alivia seu coração do medo e goza duplamente sua felicidade quando narra sua experiência. A criança recria essa experiência, começa sempre tudo de novo, desde o início”.³ Esse “começar de novo”, a repetição que ocorre em toda brincadeira infantil, é o ponto de partida para a análise de *A hora das crianças*. A partir do método alegórico, da construção de ideias tendo como referência imagens, aforismos, Benjamin consegue interligar a cultura infantil com a erudição filosófica de Goethe em seu famoso verso: “Tudo à perfeição talvez se aplainasse, Se uma segunda chance nos restasse”.

Os vinte e nove pequenos textos, redigidos em forma palestras radiofônicas, foram traduzidos diretamente das obras completas de Walter Benjamin em alemão e organizadas por Rolf Tiedermann. A tradução de Aldo Medeiros privilegia o estilo original do autor, respeitando a forma quase poética de escrita. Estas narrativas foram escritas e narradas pelo próprio Benjamin entre os anos de 1927 e 1932 e apresentadas em duas rádios alemãs, em programas com cerca de vinte minutos de duração. Mas a pergunta que deve ser feita antes da análise o livro é por que Benjamin interessou-se pela cultura infantil e juvenil em um período catastrófico na Alemanha, de crises econômicas e de tensões políticas com a escalada nazista? Essa questão não é muito simples de ser elucidada, mas ao final propomos uma hipótese interpretativa. Nesse momento basta dizer que, naquela época, Benjamin passava por uma grave crise financeira, assim como a maioria da população alemã, e o rádio recém inaugurado naquele país poderia ser uma fonte de renda extra. Esta resposta parcial é insatisfatória, pois conhecemos o engajamento de Benjamin e sua crítica aos historicistas e a sua isenção despreziosa, disfarçada com a erudição cansativa. A resposta, portanto, só pode ser evidenciada após um exame detalhado do livro em sintonia com a análise do método benjaminiano.

3 BENJAMIN, W. *Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; tradução Sergio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994. P. 253.

Rita Ribes Pereira, uma das organizadoras da edição, tem razão quando afirma que os textos radiofônicos de Benjamin apresentam de forma “miniaturizada” os grandes temas que perpassam sua produção intelectual, isto é, a junção de magia e técnica, arte e política, cultura e barbárie. Conceitos aparentemente contraditórios e antitéticos, mas que conservam em Benjamin uma “reversibilidade recíproca” entre teologia e política, da qual fala Michael Löwy.⁴ Esta aproximação pode ser observada numa alegoria nas notas preparatórias para as Teses “Sobre o conceito de história”: “Meu pensamento se comporta em relação à teologia como o mata-borrão em relação à tinta. Ele está todo impregnado dela. Mas se fosse ocorrer segundo o mata-borrão, aí não sobraria nenhum resto do que está escrito”.⁵ Essa relação é evidente desde a estética do fascismo em Benjamin,⁶ até na análise de temas aparentemente corriqueiros, como uma pintura rupestre do período paleolítico, descrito como “um instrumento de magia”, ou como um chocalho de recém-nascido que é analisado não apenas como um brinquedo para estimular a audição, o primeiro sentido a ser excitado, mas como um instrumento “para afastar os maus espíritos”.⁷

Imaginemos o deleite ao ligar o rádio e ouvir Benjamin, em uma narrativa clara, objetiva, rica em detalhes e fontes e com um roteiro que lembra o clímax teatral ou de um romance. Benjamin é um autêntico narrador e descreve os temas da cultura alemã com tal propriedade que, pode-se dizer, cada palestra e vinte e cinco minutos é uma aula erudita. É certo que a maioria dos temas surge na produção benjaminiana destinada a adultos, mas são adaptados às crianças com um primor didático e pedagógico raros.

4 LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio, uma leitura das teses sobre o conceito de História*. Tradução de Wanda Nogueira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

5 BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Organização e tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 181.

6 Benjamin vê a ascensão do fascismo na Alemanha não apenas em termos políticos ou econômicos: em sua “Crônica dos desempregados alemães”, afirma que o fascismo “é algo como sua imagem inversa, o aparecimento do anticristo. Como se sabe, este arremeda a bênção que foi anunciada como messiânica. Assim sendo, o Terceiro Reich arremeda o socialismo”. BENJAMIN, W. *O capitalismo como religião*. Organização Michael Löwy; tradução Nélio Schneider, Renato Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 163.

7 BENJAMIN, W. *Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; tradução Sergio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 173; 250.

No geral, *A hora das crianças* divide-se em três eixos temáticos. A primeira parte pode ser descrita como a dialética entre a tradição e o mundo moderno, onde Benjamin compara o dialeto berlinense, o comércio e as feiras de rua, na Berlim antiga e moderna, o tradicional teatro de marionetes, os parques da cidade (que também estão presentes em obras como “Infância berlinense”, “Imagens do Pensamento”, e “Rua de mão única”).

A segunda parte, na qual se pode dividir a obra, está relacionada à literatura e à cultura alemã daquele período. A crítica literária está no centro de toda sua produção sobre a arte, desde a tese de doutoramento sobre o Romantismo alemão, uma monografia em torno de Schlegel e Novalis, até os ensaios sobre os escritores Marcel Proust, Franz Kafka, Nicolai Leskov e Charles Baudelaire, além é claro de uma biografia de Goethe e um ensaio sobre suas *Afinidades eletivas*. De fato, o pequeno texto intitulado *Doutor Fausto* é uma miniatura do clássico de Goethe, em linguagem apropriada ao público juvenil. A literatura fantástica e os contos de horror, que tanto seduziram Benjamin, estão representados em *A Berlim demoníaca*, uma descrição tão próxima do original (do escritor E.T.A. Hoffmann) que faz o leitor com maior sensibilidade sentir arrepios (imagine-se o ouvinte). Outros temas típicos da cultura berlinense surgem nos mistérios de *Caspar Hauser*, na história dos ciganos e na prática dos bandoleiros na antiga Alemanha.

Mas o objeto das narrativas de Benjamin não é apenas a cultura erudita, pelo contrário, a cultura popular ocupa lugar de destaque no livro. Essa preocupação com a arte popular reaparece posteriormente [1937] num ensaio sobre o historiador e colecionador Eduard Fuchs, pioneiro na utilização de fontes alternativas ou pouco ortodoxas, como a caricatura e o erotismo, na análise da sociedade burguesa europeia após 1848. Há uma clara preocupação em intercalar a cultura “superior” e aquela das classes populares; entre Goethe e Theodor Fontane há narrativas sobre a *Borsig* (então a maior indústria alemã) e uma *Visita à fábrica de latão*, numa descrição tão sublime que por alguns instantes somos levados no tempo e no espaço para os corredores quentes e barulhentos da Alemanha de Weimar. Da mesma forma, na descrição de *Nápoles*, pode-se sentir o estranhamento de Benjamin pelas ruas desorganizadas daquela cidade e o aroma dos produtos frescos no mercado.

Pedagogicamente, é possível apreender alguns conceitos nesse ínterim cultural. Na etimologia da palavra, pedagogia significa “ensinar às crianças”, mas como ensinar? Imaginemos começar uma aula sobre os *Processos contra as bruxas* [uma das narrativas] com a introdução da história de João e Maria e a desconstrução da imagem pejorativa que as bruxas herdaram da Idade Média. Aparentemente uma análise ingênua, o texto mescla os processos da inquisição e o famoso *Malleus Meleficarum* (O martelo das feiticeiras) como manual para descobrir e punir os hereges. Mas se vocês quiserem um esboço rápido, de certo modo uma introdução à vida das bruxas – diz Benjamin – “então vocês devem se dedicar à leitura da peça ‘Macbeth’, de Shakespeare”. Num sentido semelhante, na narrativa sobre a queda da *Bastilha*, a antiga prisão nacional da França, além de fazer toda a cronologia da famosa fortaleza para presos políticos, Benjamin descreve documentalmente desde as curiosas formas de comunicação inventadas pelos prisioneiros, até as lendas do homem da máscara de ferro. Com notoriedade, Benjamin conclui que “as crianças querem evidentemente conhecer tudo. E se os adultos só mostram a elas o lado bem comportado e correto da vida, elas logo vão querer conhecer o outro lado por si mesmas”.⁸

Por fim, o terceiro e último eixo temático representa ao mesmo tempo um enigma e a chave para compreensão da motivação de Benjamin para falar ao público infantil. As últimas dez narrativas radiofônicas abordam temas distintos das anteriores, repentinamente. Dois textos rompem com a tradição cultural e os costumes alemães, são eles: *Cagliostro*, um conhecido charlatão e vigarista europeu do século XVIII, e *As fraudes em filatelia*, ou as falsificações entre os colecionadores de selos. Lembremos que a *interrupção* não é algo que ocorre a esmo na filosofia benjaminiana, ela tem um objetivo, assim como as pausas ou cesura no teatro de Brecht. Oposta à concepção estritamente *quantitativa* da temporalidade, que percebe o movimento da história como um *continuum* de aperfeiçoamento constante, de evolução irreversível, da acumulação crescente, da modernização cujo motor reside no progresso científico, técnico e industrial, em suma como contraponto ao paradigma do progresso, Benjamin valoriza as rupturas, o descontínuo, através do conceito de “Origem”.

8 BENJAMIN, W. *A hora das crianças* (narrativas radiofônicas). Tradução Aldo Medeiros. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2015. p. 99.

A “Origem” é um profenômeno no sentido teológico, quer seja ele o Paraíso ou o Comunismo primitivo, uma idade edênica e igualitária na Terra. Literalmente são “saltos” para fora da continuidade histórica linear que rompem com o desenvolvimento meramente evolucionista da História. A Origem não é só *Entstehung* (um surgimento, um nascimento milagroso), mas sobretudo, *Ursprung* (momento original que sempre se renova). Daí a frase misteriosa de Walter Benjamin: “*Ursprung ist der Ziel*” (A origem é o alvo); ou para citar Ernst Bloch “A Gênese é o fim”. Voltaremos ao conceito de “Origem” ao final da resenha.

Na sequência dos textos sobre vigarices e fraudes, Benjamin parece anunciar uma catástrofe com as narrativas sobre “A destruição de Herculano e Pompeia, O terremoto de Lisboa, O incêndio do teatro de Cantão, O desastre ferroviário da ponte do Rio Tay, A enchente do rio Mississipi em 1927”, e conclui com as curiosas “Histórias reais sobre cães”, onde expõe a sensibilidade e o instinto do animal para reconhecer caráter, para aprender, e até para prever “*terremotos*”, antes mesmo dos sismógrafos. Esses textos possuem uma conexão e um objetivo e podem ser compreendidos desde que o método benjaminiano seja desvendado.

No final da década de 1920, a problemática do fascismo às portas do poder ganha destaque nas obras de Benjamin. Para romper com a reificação do moderno trabalhador industrial, com a crença ilimitada no progresso da técnica, com a concepção de tempo linear, homogêneo e vazio, para “mobilier para a revolução as energias da embriaguês”, Benjamin desenvolve o conceito de “interrupção messiânica”. É esse conceito de interrupção da história, associando luta de classes e teologia (marxismo e messianismo), também definido como cesura, que interliga toda sua produção intelectual. Era necessário explodir o *continuum* da história, afinal, como escreveu em 1928:

(...) se a eliminação da burguesia não estiver efetuada até um momento quase calculável do desenvolvimento econômico e técnico (a inflação e a guerra de gases o assinalam), tudo estará perdido. Antes que a centelha chegue à dinamite, é preciso que o pavio que queima seja cortado.⁹

9 BENJAMIN, W. *Rua de mão única*. Obras escolhidas volume 2. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 46

O texto acima pertence ao aforismo intitulado “Aviso de incêndio”, presente em *Rua de mão única*, de 1928. O método, composto por alegorias e aforismos privilegia o uso de imagens, como ocorre no livro das *Passagens*. “Um aforismo jamais coincide com a verdade; ou é uma meia verdade ou uma verdade e meia”, segundo o mestre nesse estilo literário, Karl Kraus. O fragmento é uma das primeiras formulações do que Michael Löwy chama de “crítica teológica” ao tempo mecânico, e constitui um dos fundamentos filosóficos de sua rejeição às ideologias do progresso. Para Walter Benjamin, não se pode pensar nenhum acontecimento empírico isolado que não tenha uma relação necessária com a constelação temporal específica em que acontece. Mas o tempo da história é diferente do tempo da mecânica, ele pondera. O tempo dos calendários ou dos ponteiros do relógio não contém o que ele chama de “tempo preenchido”, pois são mecanicamente ascendentes, quantitativos, em detrimento do tempo vivido, ou da experiência. “A esta ideia do tempo preenchido chama-se na Bíblia – e esta é a sua ideia histórica dominante – o tempo messiânico”.¹⁰

Esta ideia de *interrupção* pode ser melhor compreendida em sintonia com o conceito de “Origem” (*Ursprung*): “O que é próprio da origem [e não gênese] nunca se dá a ver no plano factual, cru e manifesto. O seu ritmo só se revela a um ponto de vista duplo. A origem (...) tem a ver com a pré e pós-história dos fatos”.¹¹ O conceito de “Origem” é certamente bastante complexo e obscuro. Segundo o filósofo Romero Freitas, especialista na obra de Walter Benjamin no Brasil, uma estratégia interessante é entendê-lo como uma espécie de “estrutura” histórica, algo como uma ideia platônica, porém historicizada, ou seja, a *Ideia* em Benjamin não é uma mera representação do espírito, mas possui uma realidade sensível. Para o filósofo da Unicamp Márcio Seligmann-Silva,¹² *Ursprung* – literalmente proto-salto – significa saltar e fazer pontes entre fragmentos da redenção, isto é, uma rememoração do evento original que se transforma em tradição cultural. Jeanne Marie Gagnebin¹³ reitera que

10 BENJAMIN, W. *Origem do drama trágico alemão*. Edição e tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autentica, 2011, p. 262.

11 *Id. Ibid.* p. 34.

12 SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A porta estreita pela qual pode entrar o Messias*. Reflexão: Filosofia e Messianismo. PUC-Campinas, v.33, n. 94, p. 25-31, 2009.

13 GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Ursprung designa a origem como salto [*Sprung*] para fora da sucessão cronológica niveladora e linear tradicional; pelo seu surgir, a origem quebra a linha do tempo.

Uma vez compreendido o método benjaminiano, sobretudo o conceito de “origem”, pode-se pensar numa hipótese que o motivou a falar ao público juvenil. Os textos catastróficos que predominam na terceira parte do livro parecem anunciar o próprio Apocalipse, com a chegada de Hitler ao poder. Antes desses “terremotos”, surgem deliberadamente os artigos sobre trapaceiros, charlatães, falsificadores [Cagliostro]; é como se Benjamin construísse, em forma de aforismos, a imagem de um impostor e a impotência em deter sua ascensão. A imagem alegórica dos cães, que surgem em, pelo menos, três textos, evidencia a perda da percepção na era moderna, descrita no ensaio “Experiência e pobreza”: “nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadoras que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, e experiência moral pelos governantes”.¹⁴ Lembremos da influência freudiana em Benjamin, mas não a mera reprodução do inconsciente pulsional, pelo contrário, ele busca resgatar o inconsciente óptico, tátil, perceptivo, como demonstra o livro de Sérgio Paulo Rouanet¹⁵ sobre os itinerários freudianos em Walter Benjamin, bem intitulado *Édipo e o Anjo*.

Em suma, boa parte das narrativas infantis sintetiza o centro da filosofia benjaminiana, desenvolvida no ensaio sobre *Eduard Fuchs* e nas *Teses* “Sobre o conceito de história”. O conceito de que todo documento de cultura é também um documento de barbárie. Ele sabia do fracasso iminente em deter os nazistas: “Nossa geração teve de pagar para saber, pois a única imagem que irá deixar é a de uma geração vencida. Será este o seu legado aos que virão”, escreveu Benjamin nas notas preparatórias às *Teses*. As crianças

14 BENJAMIN, W. *Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994.

15 ROUANET, Sérgio P. *Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

R E V I S T A A N G E L U S N O V U S

representam, assim, a esperança; suas tradições e cultura sintonizam a vontade utópica, na qual o sonho primordial e a “luz do futuro” se fundem.